

# FINISTERRA

Revista Portuguesa de Geografia



Centro  
de Estudos  
Geográficos

Volume LI  
Número 101  
Lisboa 2016

# FINISTERRA

REVISTA PORTUGUESA DE GEOGRAFIA

## COMISSÃO EDITORIAL / EDITORIAL BOARD

### DIRETOR / EDITOR IN CHIEF

MARGARIDA QUEIRÓS

### COMISSÃO EXECUTIVA / ASSOCIATE EDITORS

Jennifer CARVALHO, Maria Helena ESTEVES, Marcelo FRAGOSO, Ricardo A. C. GARCIA, Jorge ROCHA, João SARMENTO

### EDITOR CARTOGRÁFICO / CARTOGRAPHY EDITOR

Jorge ROCHA

## EDITORES DE SECÇÃO / THEMATIC EDITORS (CEG / UNIVERSIDADE DE LISBOA)

Isabel ANDRÉ (ZOE), Maria Lucinda FONSECA (MIGRARE), António LOPES (ZEPHYRUS), Eduarda MARQUES DA COSTA (MOPT), José Manuel SIMÕES (TERRITUR), Jorge TRINDADE (SLIF), José Luís ZÊZERE (RISKam)

## COMISSÃO EDITORIAL EXTERNA / EDITORIAL ADVISORY BOARD

Abel ALBET i MAS (U. Autònoma, Barcelona), Antoine BAILLY (U. Genebra), Teresa BARATA SALGUEIRO (U. Lisboa), Michael BARBOUR (U. Califòrnia), Horacio CAPEL (U. Barcelona), Carminda CAVACO (U. Lisboa), João CORTE-REAL (U. Évora), Fernanda CRAVIDÃO (U. Coimbra), Michael CROZIER (Victoria U. Wellington), Lúcio CUNHA (U. Coimbra), Michael DEAR (U. Berkeley, Califòrnia), Wilfried ENDLICHER (U. Humboldt, Berlim), João FERRÃO (U. Lisboa), Jacobo GARCÍA ÁLVAREZ (U. Carlos III, Madrid), Maria Dolores GARCIA-RAMON (U. Autònoma, Barcelona), Thomas GLADE (U. Viena), Claude GRASLAND (U. Paris 7), Ricardo Mendez GUTIERREZ DEL VALLE (Conselho Sup. Inv. Científica, Madrid), Rogério HAESBAERT (U. Federal Fluminense), Peter HALL (U. Simon Fraser, Vancouver), Petri HOTTOLA (U. Oulu), Ronald van KEMPEN (U. Utrecht), Russell KING (U. Sussex), Juan-Luis KLEIN (U. Québec-Montréal), Denis LINEHAN (U. Cork), Diana MacCALLUM (U. Griffith), Javier MARTIN VIDE (U. Barcelona), Andreas MATZARAKIS (U. Freiburg), Héctor MENDOZA VARGAS (U. Nacional Autònoma de México), Bernadette MÉRENNE-SCHOUMAKER (U. Liège), Piotr MIGON (U. Wroclaw), Janice MONK (U. Arizona), Armando MONTANARI (U. La Sapienza, Roma), Laco MUCINA (U. Curtin Technology), Frederick NELSON (U. Delaware), Jorge OLCINA CANTOS (U. Alicante), Mary PEDLEY (U. Michigan), Andy PIKE (U. Newcastle), Emmanuel REYNARD (U. Lausanne), Joseli Maria SILVA (U. Estadual Ponta Grossa), Mauro SOLDATI (U. Modena e Reggio Emilia), Robert STIMSON (U. Queensland), José Carlos TEIXEIRA (U. British Columbia), Allan WILLIAMS (U. London Metropolitan), Brenda YEOH (U. Singapura)

## FUNDADORES E ANTIGOS DIRETORES / FOUNDERS AND FORMER EDITORS IN CHIEF

ORLANDO RIBEIRO, SUZANNE DAVEAU, ÍLIDIO DO AMARAL, JORGE GASPAR, CARLOS ALBERTO MEDEIROS, MARIA JOÃO ALCOFORADO

## INDEXADA EM / INDEXED IN

DOAJ (Directory of Open Access Journals), Dialnet, EBSCO Information Services, e-revist@s, Latindex, SciELO Scientific Electronic Library - Portugal, SciELO Citation Index (ISI-Thomson Reuters), SCImago/SCOPUS, Sherpa/ROMEO – Journals database, WebQualis (Capes A2)

## EDITORA / PUBLISHER

CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

# FINISTERRA

REVISTA PORTUGUESA DE GEOGRAFIA

VOLUME LI

Número 101



Lisboa

2016

APOIO

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Portugal



Instituto de Geografia  
e Ordenamento do Território  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

## EDITORIAL

A *Finisterra* assinalou 50 anos de atividade ininterrupta com a publicação do nº 100 em Dezembro de 2015. A partir do presente ano passará a editar três números anuais, iniciando-se esta nova fase com a publicação deste número 101.

A direção e a comissão executiva da *Finisterra* também se renovaram, contando com um grupo de investigadores(as) doutorados(as) nas várias áreas científicas da Geografia. Estes(as) conhecem o processo de publicação da produção científica segundo os mais elevados critérios de exigência nos planos internacional e nacional, bem como estão familiarizados(as) com a componente de edição digital, dando vantagem competitiva à *Finisterra* que (sem descurar a edição em papel) procura um melhor posicionamento no mundo editorial *online*.

Esta mudança acontece num contexto em que novos desafios se colocam à Geografia nas próximas décadas. O mundo digital, interativo, e em acesso aberto, ao qual a *Finisterra* aderiu, permitiu que a investigação académica publicada se tornasse imediatamente acessível a uma comunidade de leitores alargada e cada vez mais internacional. E num mundo global “novas” geografias estão igualmente a emergir, onde inovações na geração, no processamento, na circulação e na disseminação de dados geoespaciais, exigem uma renovação de conceitos e de metodologias na investigação geográfica. Mas também se geraram oportunidades para colaboração académica e troca de conhecimento e o estímulo contemporâneo para a interdisciplinaridade é um desafio ao qual a Geografia está adaptada desde há muito.

## EDITORIAL

*Finisterra* commemorated 50 years of uninterrupted activity with the publication of the centennial issue in December 2015. Henceforth the journal will publish 3 issues annually with the current issue marking the beginning of this new phase.

The editorial board of *Finisterra* has also been renewed, with a group of researchers with PhDs in various scientific fields in geography. They are well acquainted with the scientific publishing process according to the highest international and national requirement criteria and are familiar with digital editing, providing *Finisterra* with a competitive advantage that (without neglecting the printed issue) will improve its position in the online publishing world.

This change occurs in the context of the new challenges facing geography in the coming decades. The digital, interactive, and open access world, of which *Finisterra* has become a part, has enabled published academic research to become immediately accessible to an enlarged and increasingly international community of readers. And in a global world “new” geographies are also emerging, where innovations in the generation, processing, circulation and dissemination of geospatial data, require a renewal of concepts and methodologies in geographic research. But this also generates opportunities for academic collaboration, exchange of knowledge and contemporary stimulus for interdisciplinarity a challenge to which geography has long adapted.

Recognizing that interdisciplinarity is crucial to the advancement of knowledge, *Finisterra* accepts original manuscripts com-

Reconhecendo que a interdisciplinaridade é fundamental para o avanço do conhecimento, a *Finisterra* está aberta a manuscritos originais que usem o acesso aberto para partilha de conhecimento, comprometidos com a teoria e a prática geográfica; um conhecimento que procura novas agendas e que cada vez mais emerge de fluxos coletivos que formam as redes de investigação e da prática profissional.

As submissões de originais são sujeitas a uma avaliação editorial e por pares, com garantia de anonimato dos autores e revisores, fundamental para assegurar a divulgação da investigação de excelência, reconhecida pela presença da revista em diversos índices bibliométricos internacionais. Todos os artigos publicados na *Finisterra* possuem um DOI (*digital object identifier*), isto é, uma identificação numérica para cada conteúdo digital. Através do DOI é possível a divulgação de todos os textos *online* em acesso aberto mesmo antes da sua publicação oficial.

A *Finisterra* continuará a marcar presença nas redes sociais, incentivando os seu público a discutir os conteúdos que vão sendo publicados, continuando a lançar desafios sobre os artigos editados e a divulgar eventos relacionados com o mundo editorial; terá ainda, a partir de 2016, uma página Web para além de toda a informação já existente e disponível *online* através do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP).

A *Finisterra* procurará assim, nos próximos anos, continuar a ser um espaço fidedigno de geração e amplificação de fluxos de informação e de conhecimento geográfico interdisciplinar, onde naturalmente as dinâmicas e as linguagens da Geografia Física e Humana se cruzam na sua unidade e diversidade.

mitted to the advancement of geographic theory and practice that use open access to share knowledge; a knowledge that seeks new agendas and increasingly emerges from collective flows and networks of research and professional practice.

The original submissions are subject to editorial evaluation and peer review, with guaranteed anonymity of authors and reviewers. This is essential to ensure the dissemination of research excellence recognized by the journal's presence in several international bibliometric indices. All articles published in *Finisterra* are issued with a DOI (digital object identifier) - a numerical identification for digital content. The DOI enables online open access of all scientific articles even before the official publication date.

*Finisterra* continues to be present in social networks to encourage its readership to discuss the articles that are being published, to launch challenges on the edited articles and disseminate relevant events. From 2016, a web page, in addition to all existing information, will be available online through the Open Access Scientific Repository of Portugal (RCAAP).

In the coming years, *Finisterra* aims to continue to be a trusted space generating and amplifying flows of information and interdisciplinary geographical knowledge, where naturally the dynamics and languages of both human and physical geography intersect in their unity and diversity.

## FUTURO, CIDADES E TERRITÓRIO

JORGE GASPAR<sup>1</sup>

*Para se avaliar a esperança, há-se de medir o futuro*

Padre António Vieira

**RESUMO** – Neste texto procurámos reconstituir os conteúdos que nos pareceram mais relevantes de uma apresentação feita no âmbito das conferências do IGOT. A exposição viveu muito de um conjunto largo de imagens que não é possível, nem operativo, transpor para a versão escrita. Estruturámos a reflexão segundo quatro pontos, que se seguem a uma introdução em que afirmamos a “materialidade” do futuro, na qual podemos projetar as cidades, em coerência com o seu passado. A natureza da cidade tem um passado, um presente e um futuro. O primeiro ponto chama a atenção para a importância da ficção, nomeadamente a *ficção científica* para o ordenamento do território do futuro, dando-se particular relevância às orientações da *ciberfiction*. No segundo ponto “*O futuro das cidades hoje*”, abordam-se alguns caminhos da procura da cidade do futuro na atualidade e em diferentes latitudes e contextos socioterritoriais. Em “Os futuros sonhados dos pobres, dos escoraçados” chama-se a atenção para os sonhos de futuro que os mais deserdados, que fogem do presente, transportam consigo e procuram implantar no território, sempre que têm essa possibilidade. São valorizados exemplos do Portugal meridional, percecionado ao longo de séculos como terra de promessa. Segue-se um apontamento sobre *cidade e utopia*, dueto inseparável desde os primórdios de qualquer civilização urbana e que permanece vivo nos nossos dias em variados contextos políticos, sociais e geográficos. É aberta uma menção particular ao urbanismo de génese ilegal que ocorreu na Europa do Sul na segunda metade do século XX. Releva-se ainda a importância da revolução das novas tecnologias da informação, não só na construção da cidade do futuro, como no renascer de utopias. A concluir chamamos a atenção para a permanência do papel determinante da urbanização e das cidades na resolução de um grande número de problemas com que a Humanidade e cada indi-

víduo se vão confrontando: “O ar da cidade torna o homem livre”. Um planeta de cidades pode ajudar os humanos na senda da prosperidade e da felicidade.

**Palavras-chave:** Cidade; futuro; cyberpunk; cyberfiction; utopia.

**ABSTRACT – FUTURE CITIES AND TERRITORY.** In this text we seek to reconstitute the most relevant material from a presentation given at an IGOT conference. The exposition was comprised of a wide range of images, which is not possible to transpose into writing. The reflection presented in this paper is structured in four points, following the introduction which affirms the “materiality” of the future, enabling us to project the city consistent with its past. The nature of the city has a past, a present and a future. The first point draws attention to the importance of fiction, namely science fiction for territorial planning of the future, attributing particular relevance to cyber fiction. The second point, “The future of today’s cities”, addresses several research paths of which departing from the present identify the city of the future across different latitudes and socio-spatial contexts. In the “The future dreamt by the poor, expelled” attention is given to the dreams of the future that the most disinherited, fleeing the present, carry with them and seek to territorially deploy, whenever they have the possibility. Examples are presented of Southern Portugal, perceived for centuries as the promised land. Following this, a note is made on the city and utopia, an inseparable duet since the beginning of any urban civilization, which continues to remain alive in our time in diverse political, social and geographical contexts. This leads to a particular mention of the illegal origins of urbanization that occurred in Southern Europe in the second half of the twentieth century. It further reveals the importance of the digital revolution, not only in building the city of the future, but for the rebirth of utopias. To conclude, we draw attention to the permanence of the key role of urbanization and cities in solving a number of problems that will be confronted by humanity and each individual: “The city air makes men free.” A planet of cities can help humans in the path toward prosperity and happiness.

**Keywords:** City; future; cyberpunk; cyberfiction; utopia.

**RESUME – LE FUTUR, LES VILLES ET LE TERRITOIRE.** On résume ici les aspects qui semblent les plus importants, parmi ceux qu’ont été présentés lors d’une conférence de l’IGOT. Celle-ci fut illustrée par de nombreuses images qu’il est impossible et non souhaitable de reproduire en version écrite. Notre réflexion a été construite en quatre points, succédant à une introduction affirmant la matérialité du futur que son passé projette sur la ville – toute ville ayant un passé, un présent et un futur. Le premier point rappelle l’importance de la *fiction* et surtout de la *fiction scientifique* ou de la *cyber-fiction* pour l’organisation future du territoire. Dans le deuxième point, « Le futur actuel des villes », on indique quelques voies de conception du futur urbain à partir des faits actuels – à différentes latitudes et en divers contextes socio-territoriaux. Dans « les futurs désirés par les pauvres et les abandonnés », on signale les rêves de futur que les plus déshérités, fuyant le présent, cherchent à implanter dès qu’ils le peuvent. Sont mis en valeur des exemples du Portugal méridional, qui a été ressenti au long des siècles comme une terre de promission. Vient ensuite une note sur *la ville et l’utopie*, un couple inséparable dès l’apparition de toute civilisation urbaine et qui demeure vivant de nos jours en divers contextes politiques, sociaux et géographiques. Mention particulière est faite à l’urbanisme de genèse illégale, présent dans le Sud de l’Europe dans la seconde moitié du XXème siècle. On fait aussi remarquer l’importance de

la révolution des nouvelles technologies informatiques, non seulement pour la construction de la ville du futur mais aussi pour la renaissance des utopies. En conclusion, on note le rôle déterminant qu'ont l'urbanisation et les villes, dans la résolution d'un grand nombre des problèmes avec lesquels tant l'Humanité que chacun des humains sont confrontés. « L'air de la ville libère ses habitants ». Une planète urbanisée pourrait bien mener les hommes sur la voie de la prospérité et du bonheur.

**Mots clés:** Ville; futur; cyberpunk; cyber-fiction; utopie.

## DEDICATÓRIA

Pensar o futuro entre os geógrafos, no Portugal de hoje, leva-nos seriamente ao encontro com os ensinamentos de Chris Jensen-Butler, cujo método rigoroso e honestidade intelectual nos faz muita falta. Sucessivas gerações de geógrafos e planeadores puderam beneficiar do enriquecimento teórico e da prática de construção e operação com modelos que nos ofereciam janelas para espreitar os possíveis futuros, que nos instigavam a refletir e a fazer escolhas.

Nas nossas cooperações, em que eram indispensáveis o desenho e a operacionalização de modelos determinísticos e probabilísticos, lembro a forma como o Chris contribuía para a conceção, animação e implementação das várias fases de trabalho de grupo. De entre muitos estudos, planos e viagens de estudo, quero agora destacar a participação no Programa *Portugal os Próximos 20 anos*, promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian, em que as metodologias utilizadas permitiram atingir resultados cuja melhor avaliação resulta do confronto com o que aconteceu no País 20 anos depois (1984-2003).

Aproveito a oportunidade para saudar os restantes colaboradores na componente geográfica do projeto: Diogo Abreu, Fernando Correia, João Ferrão e Ana Marin.

## I. INTRODUÇÃO

O Futuro existe, não é uma abstração, tem materialidade, tempo e espaço, por isso, ao longo de milénios, tem sido visto como a *Terra Prometida*. Para Fred Polack o *Futuro* pode ser visto como um trabalho de reconstrução, que tanto interage com o presente como com o passado (Polack, 1973).

Assim, quando observamos as nossas cidades, as atuais, estamos, simultaneamente, a reconstruir o seu passado e o seu futuro: é da forma, da atitude, da crítica que somos capazes de levar a cabo, que vai depender o seu futuro. Como notei várias vezes, analisando um grande número de cidades, elas só são elegíveis, inteligíveis, através de um exercício de reconstrução do seu tempo histórico, através dos seus espaços; da mesma forma, nos meus exercícios de planeamento do território, a visão para o futuro, desta ou daquela cidade, foi sempre construída a partir de uma projeção do passado e do presente nos ecrãs que o futuro proporcionava.

Tanto quanto podemos antever no tempo futuro, a tensão milenar entre o sedentarismo e o nomadismo vai manter-se, ou mesmo acentuar-se, embora sob novas formas, possibilitada pelo desenvolvimento tecnológico dos transportes e das comunicações que, a partir de finais do século XX, atingiram expressões nunca imaginadas.

Emerge assim, na urbanidade em que vamos entrando, uma aparente contradição: o desenvolvimento simultâneo do sedentarismo e do nomadismo. Quando a Humanidade caminha para o sedentarismo total – não na ruralidade, mas na urbanidade – avança também com novas formas e novos valores do nomadismo. Isto é válido para todos os humanos, de qualquer estrato social, que cada vez empreendem deslocções mais amplas para poder transacionar a sua força de trabalho, os seus saberes técnicos, a sua inteligência. Mas também é verdade que os novos nomadismos continuam a afetar mais os homens que as mulheres, o nomadismo pós-moderno não eliminou uma diferença milenar dos dois géneros – à movimentação do homem opõe-se a fixação e a centralidade da mulher: caçadores e camponeses versus emigrantes e estantes. Hoje em dia são os homens que dominam, por exemplo, nos bandos de profissionais e executivos que de manhã cedo enchem as gares dos aeroportos e dos comboios de alta velocidade.

## II. PASSADO, PRESENTE E FUTURO – DAS FICÇÕES ÀS PRÁTICAS DA GEOGRAFIA E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Voltamos aqui à questão da partição académica do tempo e do espaço pelas disciplinas irmãs que são a História e a Geografia (Gaspar, 2013). Não só ambas necessitam destes dois conceitos, como os operam através dos instrumentos comuns que são os mapas, adequados aos respetivos encaminhamentos analíticos: mapas do espaço e mapas do tempo que vários autores têm procurado integrar, desde as abordagens inovadoras e pioneiras de Torsten Hägerstrand e da sua escola (Hägerstrand, 1967, 1975; Carlstein, 1982). Um dos princípios-chave da Geografia Humana, a Natureza Focal da Atividade Humana (Philbrick, 1957), tanto se manifesta para o espaço como para o tempo, pelo que poderá ser útil e instrumental a cartografia do passado ou do futuro, como dos espaços (local, regional, global) através de mapas de projeção zenital, em que os polos são simultaneamente o agora e o aqui.

Assim deve ser também para o planeamento e ordenamento do território, tanto no plano teórico como no analítico e no prospetivo. Claro que outra questão é a da dimensão propositiva, em que os objetivos comandam o processo de abordagem. Nestes casos a cartografia deverá começar por privilegiar a isocronia, a isometria e o isotropismo.

Ora todos estes tipos de mapas são indispensáveis, quer para indagar o futuro como para fazer escolhas sobre os futuros desejáveis. Carecemos de *Atlas* sobre o futuro, nomeadamente, os dedicados às cidades e ao urbanismo. Como noutros âmbitos geográficos, a informação a utilizar existe em múltiplos domínios temáticos e diversos suportes informativos, da recolha no terreno ao ciberespaço, na literatura, nas investigações tecnológicas e sociais, nas artes e nas ciências.

Com maior incidência nas últimas décadas, as ciências sociais, aí incluindo a Geografia Humana, têm procurado nos processos de desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, pistas para a prospetiva das cidades e dos territórios. São já várias as orientações e os progressos verificados na leitura do ciberespaço, dos seus

dinamismos físicos e culturais. Mais cautelosas têm sido na utilização dos progressos verificados noutros domínios determinantes para os novos comportamentos dos indivíduos e da sociedade, mormente os que possibilitam alterações-recuperações na composição fisiológica do corpo humano, existindo já, no entanto, um número razoável de pesquisas, mais e menos especulativas, que nos levam a crer que em breve teremos, também na Geografia, uma síntese com os mínimos de base científica o que até há pouco tempo era quase exclusivo da ficção científica<sup>1</sup>. No entanto, nestes domínios, as propostas mais fascinantes de viagem ao futuro continuam a ser, como nos séculos transatos, proporcionadas pela ficção e, decisivamente, pela Ficção Científica, que, no que respeita a construção de novas realidades territoriais, tem no *Do Androids Dream of Electric Sheep* de Phillip K. Dick (1968) o início da mudança, cuja “visibilidade” foi proporcionada, enfim, pelo *Blade Runner*, o filme de Ridley Scott (1982). A partir daqui os conhecimentos da cibernética vão potenciar a SF (Science Fiction), nas suas variantes *cyberpunk* e *cyberfiction*, em que por via da compressão tempo-espço e do papel determinante das cidades, na atualidade e projetado nos futuros (Kitchin & Kneale, 2001; Abbot, 2007; Collie, 2011; Kukka *et al.*, 2014).

Desde que há registos (escritos, sonoros, fílmicos) da ficção, vamos encontrando sugestões de futuros, desde a Bíblia às mais recentes aventuras no ciberespaço. E a cidade é, desde os tempos bíblicos, ator e arena centrais.

Assim, como em Thomas Morus, Júlio Verne, Emílio Salgari, Philip K. Dick, nós conseguimos espreitar propostas de futuro, também nos autores atuais, como William Gibson e companhia, por muito que nos custe, vemos que uma parte das distopias ficcionadas serão acomodadas nas cidades do futuro – mas sem as destruir, gerando novos espaços, novas organizações sociais, novas urbanidades (fig. 1).



Fig. 1 – As maravilhas do ano 2000, de Emilio Salgari.

Fig. 1 – *The wonders of the year 2000*, from Emilio Salgari.

O aprofundamento da cibercultura potencializa a capacidade de maior participação na gestão das cidades, bem como, já hoje se nota, uma maior preocupação com o espaço público, não só no que respeita à sua apropriação e manutenção, como à diversificação e intensificação dos seus usos. Por outro lado, a cibercultura, ao promover a competição entre espaços públicos e entre cidades, poderá, decerto, propiciar obsolescências mais rápidas, ciclos de vida mais curtos. Muitos sítios que hoje estão na moda e incitam à sua visitação e utilização poderão em breve ficar perdidos na dispersão do lixo que se acumula no ciberespaço, em localizações múltiplas, com diversificadas funcionalidades, mas não deixando de, no tempo, contribuir para a entropia final.

A leitura e análise crítica dos escritos da *cyberfiction* ou da *cyberpunk* podem trazer à Geografia e ao Urbanismo elementos e sugestões que proporcionam pistas ou até chaves para desvendar futuros. Também podem contribuir, e têm contribuído, como a ficção científica, num passado recente, para dar forma e inspiração às geografias imaginárias. Segundo Kitchin e Kneale (2001: 23) a *cyberfiction* é, de muitas formas, tremendamente produtiva, quer em termos de moldar o desenvolvimento tecnológico, quer de articular novos espaços emergentes, como a Internet. “Além disso estas ficções são ferramentas analíticas úteis na medida em que contêm um espelho das atuais espacialidades pós-modernas e revelam as possibilidades futuras...” (id., 24).

A *cyberfiction*, embora abranja muitas narrativas geográficas, foca-se prioritariamente nos futuros urbanos (id. Ib., 24). Vários autores já vêm sublinhando, desde os anos 90, que a *ciberpunk* e a *cyberfiction* proporcionam um mapeamento do urbanismo do futuro (Burrows, 1997, citado por Kitchin & Kneale, 2001): “Os temas e processos que uma leitura sintomática da *ciberpunk* revela são bem mais perspicazes do que as que atualmente são tratadas nos trabalhos teóricos e empíricos da *mainstream*... Eu penso que obtemos um mais claro entendimento analítico dos processos urbanos contemporâneos na leitura de Gibson ou Stephenson do que quando lemos Sassen ou Castells...” (Burrows, 1997: 38).

A *cyberfiction* vale tanto pela sua criação imagética, acompanhada por uma continuada reflexão sobre a vinculação dos humanos às descobertas e experimentações tecnológicas, como pela capacidade de transporte para as futuras paisagens sociais. Neste último âmbito verifica-se uma aposta em “cenários” tendenciais, se bem que bem escorados em análises cientificamente sustentadas, macro e micro: o incremento das polarizações sociais, o aniquilamento da classe média e, de uma maneira geral, o aprofundamento da globalização e dos seus efeitos anómicos, em que se incluem as múltiplas fracturações, fragmentações e apropriações dos territórios.

Quando dizemos “vale tanto” não significa que têm mais ou menos valor operativo enquanto contributos para a construção de futuros. As dimensões económica e social, projetando corretamente tendências analiticamente definidas, podem contribuir para importantes avisos corretores de opções e trajetórias, em oposição a algumas ficções utópicas dos dois últimos séculos, que podem ter feito esquecer o continuado aprofundamento de um certo número de disfunções, como as que relevam o posicionamento ecológico da Humanidade.

Se, por um lado, as cidades têm potencial para beneficiar da superação do espaço pelo tempo, por outro lado, o abrandamento da centralização no espaço urbano favorece o *sprawl*, a urbanização difusa, a perda de centralidade das antigas cidades que, na melhor das hipóteses, evoluem para parques temáticos. Ora isto é tratado, desde os anos 1980, no *cyberpunk* e na SF (Kitchin & Kneale, 2001: 26).

No que respeita à forma urbana e à sua relação com a estrutura socioeconómica, embora não exista uma total concordância na produção dos vários autores e diversas abordagens, parece clara a tendência para uma projeção no tempo futuro do que é observável nos nossos dias. Talvez possamos sugerir que a evolução da sociedade e do território nas últimas décadas já começou a desenhar as paisagens urbanas do futuro. William Gibson é, sem dúvida, o grande visionário da urbanização no futuro em diferentes continentes, em diferentes contextos culturais, sociais e económicos, conseguindo dar um vasto panorama do rasoamento do planeta e ao mesmo tempo evidenciando situações únicas, quer ao nível da “grande” paisagem quer ao nível do local mais “local”, desenhando os territórios que autores “cientistas”, como William W. Mitchel, tinham já tipificado (Mitchel, 1999) (fig. 2).

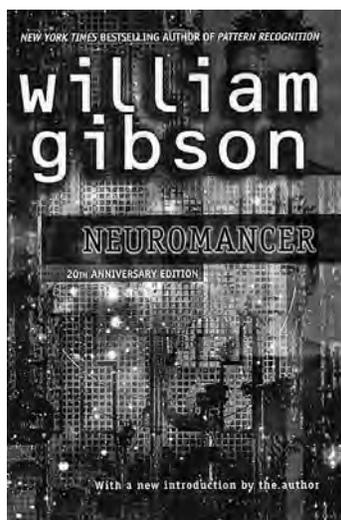


Fig. 2 – Neuromancer, de William Gibson.  
Fig. 2 – *Neuromancer*, from William Gibson.

Há assim uma convergência entre os achados analíticos e a construção ficcionada, o que indicia que não estamos muito distantes, no tempo e no espaço, da coisa e do momento, em que estes fenómenos se vão declarar.

Outro aspeto “realista” e interessante é a capacidade de reciclagem que os “novos” humanos, desclassificados, marginalizados, evidenciam face a territórios abandonados, utilizados como lixeiras, onde se pode encontrar tudo o que já não é necessário aos gru-

pos dominantes. Como assinalam Kitchin e Kneale (2001, 30), esses espaços oferecem “novos espaços públicos, sítios de resistência, e espaços de esperança, nos quais podem desenvolver-se as novas comunidades urbanas”. Imaginemos os heréticos expulsos das suas comunidades, nas guerras religiosas que desde a Idade Média avassalaram a Europa; ou os gafos expulsos para as miasmáticas areias do litoral do centro de Portugal, ainda no século XVIII...; ou os excedentes humanos da Revolução Industrial europeia em busca das suas terras prometidas nas Américas, na Austrália ou noutras paragens.

Como alguns artistas plásticos, Gibson recorre, literariamente, à técnica da colagem, assumida por outros mestres do visionário, como Walter Benjamin, transportando do tempo atual para o tempo futuro estruturas, fragmentos de espaços, territórios, sejam oriundos das marginalidades de Tóquio ou de Hong Kong ou das favelas latino-americanas. As permanências/continuidades ocorrem em múltiplas situações “– O que tu queres é um paraíso – comentou o Linha Recta, depois de ouvir a exposição da situação do Case. – Investiga Copenhaga nas margens da zona universitária.” (Gibson, 1984).

Quantas vezes, viajando noutra cidade, fora de horas ou fora dos lugares que nos são mais afins, temos tendência para a *reverie cyberpunk/cyberfiction*, o que tanto pode gerar o pânico ou o enjoo, o tédio também, como alguma euforia em que articulamos territórios (urbanos ou semiurbanos) utópicos com paisagens distópicas. O mesmo se pode passar com algumas leituras de ficções de fronteira, de hibridização, como por exemplo o que nos oferece a trilogia Milénio de Stieg Larsson (2005-2007). Ou, podemos ainda sugerir que esta, localizada entre guerras, nos prepara para a viagem à *Sprawl Trilogy*, do pós-3ª Guerra Mundial.

### III. O FUTURO DAS CIDADES HOJE

Na atualidade encontramos muitas equipas, em geral pluridisciplinares, a estudar o fenómeno urbano nos futuros, quer recorrendo a cenários mais ou menos complexos quer orientando-se segundo determinados vetores de mudança – tecnologias da informação e comunicação, alterações climáticas, evolução demográfica, sustentabilidades, finitude dos recursos, mobilidade, etc. Para uma boa síntese do estado da arte e discussão epistemológica da questão urbana veja-se o recente ensaio de Neil Brenner e Christian Schmid (Brenner & Schmid, 2015).

Um exemplo muito interessante de investigação acontece no MIT com o SENSEAble City Laboratory, que, sob a direção de Carlo Ratti, vem explorando, em diferentes ambientes geográficos, as mudanças profundas que algumas cidades têm vindo a operar e a partir daí antecipar as soluções mais adequadas para o futuro. Respostas que, frequentemente, tratam questões muito concretas que se levantam do âmbito económico, social, cultural ou infraestrutural.

Outro exemplo interessante é o *Future Cities Project*, da União Europeia, muito focado nas adaptações necessárias às alterações climáticas, projeto a que se associou a cidade do Porto.

Por seu lado, a cidade de Lisboa associou-se a um projeto com algumas semelhanças, o *Connected Sustainable Cities*, coordenado por William J. Mitchel e Federico Casalegno, e que além da Cisco Systems, teve como parceiros as cidades de Lisboa, Amsterdão, São Francisco, Birmingham, Seoul, Hamburgo e Madrid. Com intensivo recurso às TICs, tinha como principais objetivos uma gestão inteligente de recursos escassos como a energia e a água, uma maior eficácia na redução de efluentes gasosos, como as emissões de carbono, e um eficiente tratamento de lixos.

De largo espectro temático e grande alcance geográfico e temporal, é o projeto lançado pelo Reino Unido sobre os desafios que as suas cidades vão enfrentar ao longo dos próximos 50 anos. Os resultados já conseguidos e publicados impressionam pela vastidão e qualidade, organizados segundo seis temas principais: a vida das cidades, as economias urbanas, o metabolismo urbano, a forma urbana, a infraestrutura urbana e a governação urbana. Dos trabalhos já publicados, um dos mais estimulantes surgiu em 2014: *A visual history of the future*, sob a direção de Alan Wilson, que evidencia o “poder e a importância das cidades imaginadas e das visões urbanas através da cultura popular...”.



Fig. 3 – As cidades do futuro, de Eugène Hénard, publicado na *American City* em Janeiro de 1911.

Fig. 3 – *The Cities of The Future* from Eugène Hénard, published in *American City*, January 1911.

Outro exemplo de abordagem política e física do futuro da cidade foi demonstrado na iniciativa lançada em França pelo Presidente Sarkozy para a “descoberta” de grandes projetos com potencial para projetar o futuro da capital. Com o projeto *Le Grand Paris*, apresentado em 2007, Sarkozy pretendeu, numa certa tradição francesa, e como acontecera com os seus antecessores, Mitterrand e Pompidou<sup>ii</sup>, que a sua presidência fosse marcada pela monumentalidade. Os resultados das várias propostas/ideias dos arquitetos e/ou urbanistas<sup>iii</sup> convidados foram apresentados em 2009. Para lá da afirmação da grandeza de Paris, na França e no Mundo, estava presente a ambição de integrar, articular e promover a “co-habitação” entre a metrópole e o subúrbio, um problema patente na capital francesa, não só no plano urbanístico-patrimonial, mas também, e sobretudo, no social e cultural.

Trata-se de uma abordagem clássica, confrontando a inventividade da mão dos artistas e a imaginação dos políticos, promovendo não só respostas para os grandes problemas, como também os efeitos do espetáculo que não deixam de fazer parte da natureza da metrópole. Afinal Sarkozy acabou por não ter o seu *Grand-Chantier*, e mesmo as polémicas do *Grand Paris* acabaram por não deixar uma memória assinalável, tão só momentos de festa e de ambição, sem um consenso que permita garantir o futuro.

Será interessante comparar as imaginações projetadas para Lisboa e a sua Área Metropolitana nestes tempos da viragem do século. Observaram-se vários exercícios de estratégias, para a capital, para a Área Metropolitana e para cada um dos municípios que formam a subúrbia, a norte e a sul. Faltaram as *visões visionárias*, não obstante o bom sucesso da intervenção da EXPO 98/Parque das Nações; fracassaram algumas tentativas localizadas, como o projeto para a Margueira/Lisnave, de Graça Dias, ou os idealismos de uma cidade ecológica para os terrenos da Quimiparque.

Creemos que merecerão uma referência as propostas que consubstanciaram o Projecto VALIS, promovido pela Comissão Europeia por mandato do Parlamento Europeu, e que tivemos a grande satisfação de coordenar, com a ajuda do Arquitecto José Manuel Fernandes e os contributos de geógrafos e arquitectos, como António Marques Miguel, Hestnes Ferreira, Carrilho da Graça, Graça Dias, Manuel Lacerda, entre outros. Foram talvez propostas antes do tempo, mas que nalgumas situações têm vindo a ser recuperadas, o suficiente para nos deixar na ilusão que também ajudámos a fazer o futuro de Lisboa e mesmo a Lisboa do futuro.

Verificamos, pois, como ao longo dos tempos, em diversos contextos culturais, políticos, religiosos, os humanos procuram sempre iluminar o futuro, tivesse ele lugar na Terra ou no Céu. E iluminar parece-nos a palavra adequada, no pleno sentido do termo: dar luz. O futuro desejado para as cidades tem muita luz, mesmo quando as propostas são muito pragmáticas, “terra à terra”. Vejamos o caso da cidade jardim, projetada pela famosa obra de Ebenezer Howard, *Tomorrow*, que parte de uma utopia de contraponto à lúgubre cidade industrial, escurecida não só pela negritude das formas como pelas abordagens das artes e das literaturas, para oferecer uma urbanidade colorida, plena de luz e ar fresco (Howard, 1898).

A chave do futuro das cidades, além de ficar marcada pelo ambiente mais ou menos luminoso, tem muitas vezes a ver com a reconquista da natureza, o retorno ao natural, que pode implicar também uma dimensão religiosa, de retorno às origens que, na nova civilização, estão tipificadas nos mitos bíblicos. Mas em alguns períodos históricos foi possível criar novos paradigmas de futuros, de utopias, que se difundiram pelos vários continentes, obedecendo não só a ideias de imagens – o traçado viário, os edifícios marcantes (templos, escolas, sede municipal, parlamento...), como a uma toponímia capaz de transportar a mensagem de esperança, de futuro. Nesta aceção a palavra-chave mais universal e perene é também a mais simples: *novo/nova*; o mundo está povoado e repovoado de cidades novas, em todas as línguas de civilizações urbanas, por vezes associadas à metrópole, à cidade-mãe.

Também Portugal tem uma história contínua de edificação de vilas novas e de cidades novas, que chegam mesmo a desmultiplicar-se no tempo e no espaço, como no caso

de *Mazagão*, um dos melhores exemplos de cidade (nova) do renascimento português, que dará origem, nos séculos XVIII/XIX, a uma Vila Nova de Mazagão, no Brasil, e a uma *El Jadida* (a nova) na sua implantação original, na costa marroquina.

O Brasil faz parte dos Novos Mundos recentes ou ainda vivos, necessariamente terra de futuro, de promessa, de utopia, que continuaram a marcar não só o imaginário de muitos, como a realidade vivida por tantos outros. Tudo isto foi ficando registado, na toponímia, do Rio Grande do Sul à Amazônia, onde destaco um nome de lugar recorrente, já em si uma *terra prometida* de outra *Terra Prometida*: Nova Califórnia. Mas a busca do futuro não para, da continuada engenhosidade das favelas aos condomínios murados e fechados da nova burguesia (Caldeira, 2000), dos novos credos religiosos às religiões populares renovadas e renascidas. Um caso muito interessante, porque pleno de ensinamentos, é o da fundação da *Cidade de Deus*, não a de Santo Agostinho, mas um bairro para pobres erguido pelas autoridades do Rio de Janeiro, quando Carlos Lacerda era governador do Estado da Guanabara. Depois, como em casos semelhantes, o território que seria pretensamente de regeneração humana, involui para um espaço de medo e perdição. O lugar tornou-se mundialmente famoso a partir do premiado filme de Fernando Meirelles de 2002 (fig. 4): o conteúdo, as técnicas de narrativa e as imagens que a sublinham, colocam esta obra próxima de ficções visionárias de futuros, na linha da literatura *ciberpunk* a que nos referimos.



Fig. 4 – Cidade de Deus, 2002 (a partir do romance de Paulo Lins).

Fig. 4 – *City of God*, 2002 (from Paulo Lins' novel).

Mas noutras latitudes também as cidades se inventam, enquanto utopias, para alguns verdadeiras distopias, para outros a imagem do futuro, para outros ainda a sua negação, por ausência de sustentabilidade. Essas cidades em que muitos veem o futuro, começaram a manifestar-se ao longo do século XX na América do Norte e na Europa, e têm hoje uma dimensão de fantasia, por vezes onírica, que recorda o universo do mundo das cara-

vanas, dos nómadas, que fizeram e desfizeram muitas cidades ao longo da História. O Dubai e outras cidades desse Oriente rico em trabalho e em petróleo, com um passado de histórias fantásticas, parecem querer marcar as imagens do futuro da cidade, viver uma fantasia, mais um sonho das mil e uma noites que, seguindo a antiga rota da seda, já se manifesta até à Mongólia interior e atinge Pequim, onde os novos *Grandes Khans* erguem novas cidades (do futuro?). Veremos.

#### IV. OS FUTUROS SONHADOS DOS POBRES, DOS ESCORRAÇADOS

Todos os que partem na busca de qualquer coisa, de outro futuro, pretendem escapar de uma qualquer situação, de um futuro em linha com o passado. Como escreveu Yi-Fu-Tuan “Emigração assim como a transformação do ambiente *in-situ* são dois temas importantes – os dois temas mais importantes – da Geografia Humana. Ambos revelam um descontentamento com o *status quo*, um desejo de fugir (escape)” (Fu-Tuan, 1998: 8).

Pois o futuro existe a outras escalas e noutros ambientes: para os pobres que emigram, este é um ato de pensar o futuro, de o imaginar, de o querer. Nas terras arenosas do Baixo Sado, com o nível freático quase à superfície, como o atestam os topónimos “Mil Brejos” ou “Água Derramada”, o povoamento permanente tardou a chegar, o paludismo não ajudava e a acessibilidade terrestre era fraca; pois com a valorização da cortiça e o excesso de gente no Norte e Centro do País, e também no Algarve, lá se aventuraram as famílias de camponeses pobres, “sem eira nem beira”, na procura da “terra prometida”. Só em pleno século XX chegou o comboio, Linha do Vale do Sado, para drenar os produtos da cortiça, alguma lenha e sobretudo os minérios das novas minas que por ali se foram escavando. É neste contexto físico e humano, a que se juntaram alguns catalães, mestres corticeiros, que seria construída a Aldeia do Futuro, que embora do lado “mau” da ferrovia, dificultando a expansão na direção da estrada e de Grândola, permitiu sonhar com um tempo melhor e que assim ficou inscrita na toponímia local: Rua da Esperança, Rua 25 de Abril, Rua 1º de Maio, Rua Principal. Hoje as terras quase virgens que medeiam entre Grândola e as aldeias de outros foragidos que aqui procuram sobreviver, os “Negros do Sado”, mostram alguma dispersão em foros, que foram breves sonhos de futuro e que parecem agora ter alguma perspetiva com a tímida aproximação do *turismo*, a mítica atividade do futuro ou com futuro: assim aparece o turismo em meio rural, um hotel para cães e... loteamentos clandestinos falhados...

Outro exemplo fascinante de terra onde têm aportado sucessivos sonhos de deserdados é o Porto Alto, aglomerado do concelho de Benavente que começou a crescer com a chegada, à margem direita do Tejo, da Ponte Marechal Carmona, em 1951. Então já aí tinham chegado os Avieiros que, além do Baixo Tejo, também povoaram o Baixo Sorraia e o Almanzor, seu afluente, aí se iniciou também a estrada que levava até ao *ferry boat* que ligava a Lezíria Grande a Vila Franca de Xira. A ponte trouxe os camionistas e os primeiros negócios. Pouco a pouco, foi crescendo uma comunidade de muitas e variadas gentes, uma comunidade de fronteira. Curiosamente, um lugar/território, que já fora “Terra de Promis-

são” no tempo dos muçulmanos, não tanto pela riqueza da terra, já referida pelos geógrafos antigos e também pelo septense Al Edrici, quando descreve a Balata, mas porque as autoridades islâmicas de Lisboa aí criaram um *Alqueidão*, uma propriedade coletiva dividida em lotes que anualmente sorteavam entre os pobres da cidade que a tanto tinham acesso. A mesma prática foi mantida no tempo dos nossos primeiros reis (Pradalier, 1975), sendo o Senado de Lisboa a entidade que distribuía os lotes pelos *escudeiros* mais necessitados.

Há meio século, quando o Norte procurou de novo o Sul, agora já não para as promissoras terras de pão do Alentejo, mas para o “milagre” das praias do Algarve, que iriam proporcionar a outros o sol e muito bons negócios, então o Porto Alto era ponto de passagem e de paragem de veraneantes, de empreiteiros, de trabalhadores e de mercadorias para a construção civil.

O nome escolhido para a principal tasca especializada no ensopado de enguias foi e é ainda uma expressão de génese nortenha – *Vira Milho*, que revela a alegria, a euforia, da grande azáfama: não havia tempo a perder, para construir novos futuros, tanto o do turístico Algarve como o das novas produções da Lezíria do Tejo, destinadas aos novos mercados da EFTA e que assim aparecia para os seareiros do tomate como um novo *eldorado*, por vezes como uma lotaria que até podia dar para o azar. Tudo isso confluía e estava em consonância com a ideia, com o ritmo e a musicalidade da expressão *Vira Milho*. Aqui acorriam camionistas, viajantes, turistas e homens de negócios que trouxeram mais comércio e indústria, em geral, de ciclos curtos. Homens e mulheres jovens ou quase maduros, que acompanhavam nas suas expectativas, mais ou menos indefinidas, gente de fronteira, em trânsito.

Em Portugal o Porto Alto foi uma das *fronteiras* do século XX, o cruzamento para diferentes futuros. E já na viragem para o século atual vieram outras oportunidades, outros viajantes do tempo: as indústrias de componentes para automóveis e os comerciantes chineses, com os negócios grossistas, o *cash and carry* das mercadorias mais variadas que chegavam em inumeráveis carregamentos de contentores. *VIRA MILHO*, a sensação manteve-se apesar de a casa das enguias fechar, por obsoleta.

Os negócios de mercadoria chinesa trouxeram novas mensagens de otimismo, de esperança, de felicidade, de futuro, bem explícitas nas designações de alguns armazéns. Num momento parecia que se consumavam os sonhos sonhados pelos sucessivos povoadores, gentes do Norte e do Centro que de há séculos vinham valar a lezíria do Tejo e de seus afluentes, construir a Ponte Marechal Carmona (1951) e sonhar ser agricultores, como seareiros nas campanhas do melão e do tomate.

Hoje o Porto Alto não deixa dúvidas a ninguém que configura uma paisagem urbana, que poderá bem transformar-se em cidade, *de jure* – há casos piores no Noroeste do País e noutras latitudes, incluindo na já referida Califórnia; é fácil estabelecer um paralelo com o *sprawl* de algumas secções da imensa polpa urbana que forma a grande Los Angeles... O que falta ou faltou a Porto Alto para aceder à carta de cidade? Primeiro, necessariamente, o que vai escasseando em todo o País: a gente, e depois a função administrativa e algum serviço de natureza pública, uma universidade ou politécnico, por exemplo... Tudo o resto viria por acréscimo.

## V. CIDADE E UTOPIA

Qualquer reflexão sobre a cidade no futuro dificilmente poderá evitar a introdução do tema, da ideia de Utopia. Um conceito e um vocábulo cunhado por Thomas Morus em 1516, eivado de valores do Humanismo. Então, a Utopia não estava no futuro, mas algures noutro ponto do Planeta, precisamente naquelas terras novas que os navegadores portugueses tinham vindo a descobrir, e cujos relatos já tinham referenciado, coisas extraordinárias em muitos domínios. A *Utopia* de Morus era um estado utópico, uma cidade no sentido grego clássico, que tinha várias cidades, semelhantes “tanto quanto a natureza do lugar o permitia” e o “protótipo” era a cidade de Amaurota, a capital, imaginada segundo os princípios e o desenho da cidade ideal do Renascimento, por sua vez inspirada na cidade grega, bem tipificada por Aristóteles.

A obra, publicada pela primeira vez em 1516, precede vários trabalhos que, segundo diferentes perspetivas, pretendiam antecipar novas formas de viver, dos valores ao habitat físico, de que destaco a Cidade do Sol, de Tommaso Campanella, obra publicada pela primeira vez em 1602. Um quarto de século depois, Francis Bacon publicava a sua novela incompleta, *New Atlantis*, uma utopia cristã numa ilha do Oceano Pacífico, o que sugeria a mundialização do Cristianismo, enraizado no Judaísmo (fig. 5). Deve notar-se que apesar da intensidade das relações económicas com o Oriente as viagens marítimas apontam para um futuro redentor a Oeste: fragmentos destas visões/imaginações viriam a ser experimentadas nas Américas, sobretudo nos Estados Unidos da América, a partir da segunda metade do século XVII.

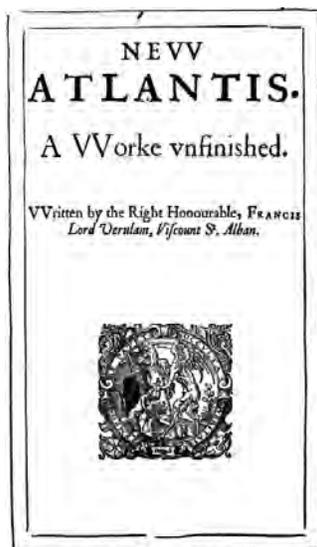


Fig. 5 – Nova Atlântida, de Francis Bacon (edição de 1628).  
 Fig. 5 – *New Atlantis*, from Francis Bacon (edition from 1628).

Fonte: [https://en.wikipedia.org/wiki/New\\_Atlantis](https://en.wikipedia.org/wiki/New_Atlantis)

Outra onda de pensamento utópico viria a ocorrer na sequência da Revolução Industrial, a partir do Reino Unido, mas estendendo-se a toda a Europa e à América, com duas linhas principais: o pensamento utópico de raiz socialista e a resposta paternalista de industriais preocupados com a questão social decorrente da distopia capitalista, por vezes associada a sociedades com ideários orientados pelo progresso económico e social, com distintas matrizes filosóficas.

A descoberta abre novas perspectivas não só ao conhecimento específico em que se dá a descoberta, mas também a outros domínios ou tão somente a outras imaginações. A descoberta é a demonstração renovada de que se pode ir mais além. Os períodos históricos em que se verificam descobertas de novos territórios, das viagens da Antiguidade às da Idade Moderna, até chegarmos às viagens no espaço extraterrestre, têm um efeito multiplicador na “descoberta” ou “construção” de novos territórios, utopias ou distopias. As viagens dos argonautas de Sindbad, a utopia de Morus, a *Nova Atlântida* de Francis Bacon, correspondem a etapas do conhecimento do território terrestre, como o são, relativamente às viagens no espaço interplanetário, as novas utopias e distopias descobertas pela ficção científica ou mais recentemente pela ciberficção.

Um facto que ocorre com frequência é a conexão entre esses futuros imaginados, futuros no sentido em que estão para lá do tempo em que ocorrem, e os passados em que se situam: o mais próximo em que se situa a descoberta ou o relato da mesma e o mais longínquo para onde é remetida a fundação (Bacon, 1626).

Outro aspeto a explorar mormente nas utopias “ocidentais” é a implícita inscrição numa fé messiânica que, direta ou indiretamente, remete para a Bíblia e contribui assim para a realização de viagens nas antiguidades que criaram as bases para um ecumenismo potencial, em que as “descobertas” de mundos utópicos mostram como foram guardados a fé e os valores que se julgavam perdidos...

O aproximar da viragem do século e a entrada no século XX, ajuda à projeção de muitos futuros, para lá da grande onda festiva que atravessa os sistemas urbanos, nacionais e mundiais. A metrópole propõe e transporta o seu próprio futuro, exibindo as suas novidades, nas técnicas, na ciência, nas artes, nos novos estilos de vida. É já a cidade do luxo, do lazer e do espetáculo, conjugada com a aceleração dos movimentos e correlativamente com o aumento das desigualdades, das marginalidades, dos antagonismos sociais.

Aparecem novas/velhas utopias que configuram projetos de poder: a utopia para ricos e para pobres, dos industriais para os operários. Isto passa frequentemente pela “regeneração” da cidade industrial, no sentido de estabelecer a “metrópole do futuro”. Constroem-se, assim, novos discursos políticos mas também novas cidades-ideais, no encontro das técnicas/das artes/das ciências e dos poderes políticos e até dos homens das letras, poetas, romancistas e cronistas, leitores e críticos das mudanças, dos desenhos que apontavam os futuros.

Entre nós temos alguns exemplos interessantes para estudar e compreender que leituras se faziam da cidade e que futuros se desenhavam. Claro que em boa medida estas ações não eram mais que os ecos das grandes metrópoles: Londres, Paris, Berlim, São

Petersburgo, onde se podia ainda incluir Madrid, para referenciar o nosso maior poeta da cidade da 2ª metade do século XIX: Cesário Verde.

Mas a proposta mais interessante provem do encontro entre Fialho de Almeida, cronista do fenómeno urbano, com o arquiteto mais ativo e *a la mode* na viragem do século, Ventura Terra. As propostas para uma *Lisboa Monumental* (1906), de molde a que Lisboa não desmerecesse das metrópoles burguesas da Europa e de Paris, em particular, não deixava de construir também uma utopia para os pobres, para os trabalhadores – o Bairro Operário: uma visão paternalista, um ideal “rurbano”, que permitia manter o “equilíbrio” social. A imagem e o traçado tinham inspirações na cidade-jardim, uma onda que percorria a Europa. Mas entre nós seria o “Estado Novo” de Salazar a “realizar” a “utopia”, a dos Bairros Económicos, e o desenho que saiu dos estiradores dos arquitetos não andou muito longe da descrição de Fialho de Almeida.

Mas aquele ideal do bairro-jardim, com uma clara chamada para o mundo rural, era uma resposta insuficiente para as necessidades do grande número de rurais que afluíam às cidades e em particular à Grande Lisboa; por isso, as propostas do pós-guerra viriam a ter outra escala, outro desenho urbano, outra imagem, outro realismo, mas continuaram a ser insuficientes, crescendo paralelamente os bairros de lata. É neste contexto, face à incapacidade de resposta por parte do Estado e das Autarquias, que aparecem os loteamentos ilegais a partir dos anos 1950, de resto, à semelhança do que se passava nas principais cidades do sul da Europa, de Lisboa a Atenas (Gaspar, 1984). A possibilidade de autoconstruir uma casa própria num terreno adquirido por um preço acessível é o sonho de muitos dos carentes de habitação, não só em Lisboa como em várias cidades de pequena e média dimensão. Para um grande número desses novos urbanitas, os bairros clandestinos representavam uma utopia, pelo potencial evolutivo do lote, pelo papel de aforro que representava o acesso a casa própria individual. É assim que os loteamentos clandestinos irão constituir também uma oportunidade de valorização das poupanças, inclusive para muitos dos emigrados em países da Europa, mormente em França.

O acesso ao solo urbano, a uma casa própria, é um percurso para um futuro melhor, que chega a revestir uma visão messiânica do processo de “urbanização ilegal/clandestina”. Como relatei numa publicação de 1989, em 1975/1976, quando se levantaram dúvidas sobre a continuidade/validade dos loteamentos promovidos e vendidos por A. Xavier de Lima, um proprietário de um novo lote “numa frente do loteamento” disse-me com plena fé de que seria verdade “... e isto ainda poderia estar melhor, já deveríamos ter luz e água, se não tivessem corrido com o Xavier de Lima... que era homem para fazer tudo... mas ele está quase a voltar!” e logo a seguir, “... várias pessoas já o têm visto passar por aqui perto, *no seu Mercedes branco!*” (Gaspar, 1989a). Atitudes semelhantes encontrei entre as populações de bairros de génese ilegal/espontânea, nos arredores de Madrid, de Barcelona, de Roma ou de Atenas (Gaspar, 1989b).

O bairro clandestino, com frequência, permite reconstituir a aldeia original, refazendo-se a comunidade e, ao mesmo tempo, permite manter ligações com a terra de origem. É assim que se estabelecem fluxos comerciais interessantes – o pão, o queijo, as batatas, a carne, que vêm da Terra; os grupos corais que os alentejanos vão criando de

Vila Franca de Xira a Cascais, de Almada ao Montijo, e que, em comparação com os das aldeias originais, são igualmente genuínos com a vantagem de serem constituídos por gente mais jovem. É a *utopia da continuidade*: os da Corte do Pinto (Mértola) que vieram para o Prior Velho não só construíram, reconstituindo, as correntezas de casas, como “trouxeram” o barbeiro e o merceiro. Curiosamente no fenómeno migratório tanto assistimos ao sonho do futuro em continuidade como ao do corte com o tempo (o passado) e o espaço (o país, a terra de origem). Escapar para uma *Nova Califórnia* deve implicar um corte com o ponto de partida e com o lugar que lhe está associado.

As próprias formas da urbanização do emigrante podem configurar sonhos, futuros independentes do passado. Ter a sua quintinha, com a sua casinha, uma família, uma piscina, dois automóveis + 1, uns animais: a utopia do *sprawl*, a urbanização difusa em contextos nacionais e sociais distintos pode manter a sua dimensão utópica e ao mesmo tempo uma projeção do futuro.

Uma questão que se pode colocar é a de saber se as novas formas de urbanização, que fogem à cidade, têm futuro, ou, por outras palavras, quanto tempo de vida têm as utopias do peri-urbano ou do anurbano, em que relevo as novas gerações dos megacondomínios fechados, da *Celebration* da Disney aos *Alphaville* que já marcam a hierarquia urbana no Brasil, como o fizeram (e fazem) os *shopping centres*.

Tomemos o título de uma obra fundamental para abordar esta questão *Cidade de Muros – Crime, segregação e cidadania em São Paulo* (Caldeira, 2000): além de analisar o fenómeno da segregação e fragmentação social e física da grande metrópole contemporânea, esta obra é decisiva para uma reflexão sobre os possíveis futuros da grande cidade, do Norte e do Sul, do Ocidente e do Oriente. A autora, logo na introdução, refere São Paulo, Los Angeles, Joanesburgo, Buenos Aires, Budapeste, Cidade do México e Miami (Caldeira, 2000, 3ª edição 2011: 95) a que poderíamos acrescentar muitas outras, inclusive Lisboa.

Não só o aumento das desigualdades sociais, como outras formas conducentes à segregação social e territorial, como os movimentos migratórios, as diferenciações dos estilos de vida, as religiões e outras práticas sociais e culturais, bem como a pertença a grupos corporativos, são fatores de fragmentação, de demarcação de territórios, de edificação de fortalezas no interior das cidades do futuro.

Por tudo isto é necessário estar atento aos discursos diversos com que nos dias de hoje nos querem servir a cidade do futuro, configurando sucessivas campanhas de marketing, mais ou menos encadeadas e supostamente cimentadas pelas “novas” tecnologias<sup>iv</sup>. O exemplo mais atual é o das divertidas *smart cities*, como se as cidades não tivessem sido sempre inteligentes. À semelhança da feira, o marketing para ser apelativo deve ser divertido, por isso, frequentemente, uma *smart city* é também uma *fun city*. Claro que o uso excessivo da expressão *smart city* banalizou ou desvalorizou o conceito, o que obriga a um aturado escrutínio da bibliografia que é assim referenciada. A propósito veja-se a excelente obra de Anthony M. Townsend, *Smart Cities: big data, civic hackers, and the quest for a new utopia* (Townsend, 2013).

As inovações tecnológicas, como em todas as épocas históricas, continuam a oferecer um potencial para melhorar as sustentabilidades das cidades e o bem-estar dos seus habi-

tantes. Como noutros tempos históricos as inovações terão que ser bem geridas e bem aplicadas. Ora o potencial tecnológico dos dias de hoje nem sempre é aplicado com o maior rigor, como frequentemente nos damos conta ao verificar as opções de política para as infraestruturas, bem evidentes em vários exemplos no âmbito do saneamento básico, da produção e distribuição de energia, dos transportes públicos, entre outros.

Quando nos confrontamos com os dados observáveis no dia a dia das cidades verificamos como a deficiente aplicação do potencial tecnológico afeta primordialmente os mais frágeis, lugares ou cidadãos, pelo que é necessário orientar a reflexão para os conceitos dominantes e as formas de governo da cidade. É necessário recuperar e aprofundar a transparência da governação e a correlativa prestação pública e regular de contas, direcionada para a normal avaliação política. Assim, por exemplo, o e-governo não dispensa as tradicionais formas de governação democrática.

Um exemplo das modernas formas de governar a *Polis*, possibilitada pelas novas tecnologias da informação e comunicação, é-nos fornecido pelo “jogo” do orçamento participativo, que tanto poderemos considerar uma boa introdução à gestão participativa, como um enviesamento da mesma. De facto, esse “jogo” é muitas vezes um bom entretenimento, sem dúvida útil para atrair alguns segmentos da comunidade para os conteúdos e formas de gestão da coisa pública, mas ao mesmo tempo pode reduzir o âmbito do necessário escrutínio público do governo da cidade. É assim que amiúde encontramos referências à manutenção ou mesmo aumento da opacidade que caracteriza muitos atos do planeamento e da gestão das questões mais relevantes para o futuro das cidades.

## VI. OUTRAS QUESTÕES

“Mas será que as cidades nos fazem prósperos, inteligentes, saudáveis e felizes?” Esta foi uma questão que me foi oportunamente levantada por Mário Vale e que eu retomo agora a propósito do futuro das cidades ou das cidades no futuro.

Conhecemos relativamente bem a história da cidade e as histórias de um grande número de cidades, ao longo de alguns milhares de anos e, no essencial, nas suas dimensões geográficas, sociais, económicas e culturais não se registaram grandes alterações na essência, na natureza das cidades. Por isso temos uma razoável acumulação de conhecimento para responder àquela questão: sim. Também podemos arriscar com uma razoável probabilidade de acertar, que o futuro das cidades não vai ser muito diferente: os princípios de distribuição espacial, a organização interna, as formas de relacionamento social e económico da cidade dos futuros não serão basicamente outros dos que podemos rastrear ao longo daqueles dois a três mil anos para os quais temos informação credível sobre a vida das cidades.

Continuará a ser a cidade o lugar que oferece mais oportunidade de afirmação do indivíduo, pois é aí que ele pode aprender com outras experiências, onde consegue mais informação, tendo sempre em conta uma crescente valorização das técnicas de informação e comunicação. Por isso os urbanitas do futuro têm muitas probabilidades de ser mais

e mais inteligentes e por isso mesmo também saberão cuidar melhor da sua saúde. Por último, face à grande questão que sempre se colocará aos humanos: “onde está a felicidade?”; se considerarmos o acesso às necessidades básicas – alimentação, habitação, saúde e educação, e a sua conjugação com o bem fundamental que é a *liberdade*, é sem dúvida na cidade que o acesso conjugado está mais garantido. Continua a ser válida a máxima medieval de que “o ar da cidade torna o homem livre”.

A urbanização e a cidade constituem a chave para a sustentabilidade ambiental do Planeta, como o têm referenciado estudos recentes, mormente os que tratam das respostas para as alterações climáticas. Por outro lado, têm permitido a qualquer nível territorial, do local ao planetário, e apesar de todas as dificuldades e disfunções bem referenciadas, o encontro de respostas para as grandes questões sociais, económicas, políticas e culturais. Deve, todavia, notar-se que no bom governo da cidade, tal como nos foi demonstrado desde a Antiguidade, continuam válidos os princípios sistematizados por Aristóteles. Assim, por exemplo, a localização, o sítio e o bom desenho continuam a fornecer as respostas para nos prepararmos para as alterações climáticas.

Foi a urbanização e a constituição de redes de cidades, “as armaduras urbanas”, que permitiram o progresso nas áreas mais fustigadas pelas fomes e pela falta de acesso aos cuidados de saúde, como é o caso de grande parte da África ao sul do Saara. O “Milagre Indiano” foi possível graças ao processo de urbanização, como o demonstrou de forma superlativa Gurcharan Das na sua obra fascinante *India Unbound* (2000). A produção de bens e serviços é necessária, mas não tem a eficácia necessária sem uma adequada distribuição, como se verifica ainda hoje no mundo subdesenvolvido, mas também de forma crescente em enclaves do Primeiro Mundo, como o tem demonstrado o alastramento de fenómenos dos “food deserts” (Del Casino Jr, 2015).

A urbanização total do Planeta, ou a tendência para essa meta, gera novas oportunidades para uma larguíssima maioria dos humanos, para quem a “fuga” dos campos foi muitas vezes a busca de um sonho, se quiserem, da cidadania, ainda que só muito poucos o viessem a sentir, a concretizar. Mas um planeta urbanizado, um planeta de cidades, não será nunca um planeta estático, pelo contrário, ao gerar mais informação também gera mais movimentos e são estes que permitem a busca da prosperidade, do conhecimento, do bem-estar, quem sabe se o vislumbre do que se poderá chamar felicidade.

## BIBLIOGRAFIA

- Abbott, C. (2007). Cyberpunk cities: science fiction meets urban theory. *Urban studies and planning faculty publications and presentations*. Paper 57. [http://pdxscholar.library.pdx.edu/usp\\_fac/57](http://pdxscholar.library.pdx.edu/usp_fac/57)
- Azevedo, A. F., Pimenta, J. R. & Sarmiento, J. (Eds.) (2009). *Geografias do corpo – ensaios de Geografia Cultural*. Porto: Livraria Figueirinhas.
- Brenner, N. (Ed.) (2013). *Implosions/explosions: towards a study of planetary urbanization*. Berlin: Jovis.
- Brenner, N. & Schmid, C. (2015). Towards a new epistemology of the urban?. *City*, 19 (2-3), 151-182.
- Burrows, R. (1997). Virtual culture, urban social polarisation and social science fiction. In B. Loader (Ed.) *The governance of cyberspace* (38-45). London: Routledge.
- Caldeira, T. (2000). *Cidade de muros crime, segregação e cidadania em São Paulo*. (3ª edição, 2011), São Paulo: EDUSP.

- Carlstein, T. (1982). *Time resources, society, and ecology: on the capacity for human interaction in space and time*. London, Boston: Allen & Unwin.
- Collie, N. (2011). Cities of the imagination: science fiction, urban space, and community engagement in urban planning. *Futures*, 43, 424-431.
- Das, G. (2000). *India Unbound*. New Delhi: Viking Penguin Books India.
- Del Casino Jr, V. J. (2015). Social geography I: food. *Progress in Human Geography*, 39 (6), 800-808.
- Dick, P. K. (1996[1968]). *Do androids dream of electric sheep?*. New York: Ballantine Books.
- Doxiadis, C. & Papaioanou, J. (1974). *Ecumenopolis: the inevitable city of the future*. New York: Norton.
- Gaspar, J. (1984). Urbanization: Growth, Problems and Policies. In A. Williams (Ed.), *Southern Europe Transformed* (208-235). Londres: Harper & Row.
- Gaspar, J. (1989a). Do Sebastianismo na Urbanização Clandestina. In C. M. Rodrigues, et al. (Eds.), *Clandestinos em Portugal – Leituras* (124127). Lisboa: Livros Horizonte.
- Gaspar, J. (1989b). Aspectos da Urbanização Ilegal nos Países Mediterrâneos da OCDE. In C. M. Rodrigues, I. Guerra, J. Cabral, J. Gaspar, J. M. Fernandes, N. R. Silva, N. Matias, *Clandestinos em Portugal – Leituras* (8291). Lisboa: Livros Horizonte.
- Gaspar, J. (2013). Continuamos a procurar a Geografia: o que é e para que serve. *Infogeo*, 25: 19-29.
- Gibson, W. (1984). *Neuromancer*. ACE books. Tradução portuguesa de Fernando Correia Marques, Grádiva, Lisboa 2004.
- Gibson, W. (1984-1988) *Sprawl Trilogy: Neuromancer* (1984), *Count Zero* (1986), and *Mona Lisa Overdrive* (1988).
- Howard, E. (1902). *Garden Cities of To-morrow* (2<sup>nd</sup> ed.). London: Swan Sonnenschein & Co.
- Hägerstrand, T. (1967) (1953). *Innovation diffusion as a spatial process [Innovationsförloppet ur korologisk synpunkt]*. Postscript and translation by Allan Pred; Translated with the assistance of Greta Haag. Chicago: University of Chicago Press.
- Hägerstrand, T. (1975). Space, time and human conditions. In K. Anders, L. Lars, S. Folke (Eds.), *Dynamic allocation of urban space* (3-14). Lexington, MA: Lexington Books.
- Katsikis, N. (2014). On the Geographical Organization of World Urbanization. In *MONU #20: Geographical Urbanism*, April 2014.
- Kitchin, R. & Kneale, J. (2001). Science fiction or future fact? Exploring imaginative geographies of the new millennium. *Progress in Human Geography*, 25 (1), 19-35.
- Kukka, H.; Luusua, A.; Ylipulli, J.; Suopajarvi, T.; Kostakos, V. & Ojala, T. (2014) From cyberpunk to calm urban computing: Exploring the role of technology in the future cityscape. *Technological Forecasting & Social Change*, 84 (2014), 29-42.
- Larsson, S. (2005-2007). *Millennium-serien*. Tradução portuguesa, Lisboa: Oceanos.
- Mitchel, W. J. (1999). *Urban Life, Jim – But Not As We Know It*. Cambridge: The MIT Press.
- Philbrick, A. K. (1957). Principles of areal functional organization in regional human geography. *Economic Geography*, 33, 299-336.
- Polak, F. (1973). *The image of the future*. Tradução e abridged by Elise Boulding, New York: Elsevier.
- Pradalié, G. (1975). *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*. Lisboa: Palas editores.
- Townsend, A. M. (2013). *Smart cities: big data, civic hackers, and the quest for a new utopia*. New York: W. W. Norton & Company.
- Tuan Y-F. (1998). *Escapism*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

<sup>i</sup> Sobre esta matéria veja-se o conjunto de ensaios editados por A. F. Azevedo, J. R. Pimenta e J. Sarmento, sob o título *Geografias do Corpo – ensaios de Geografia Cultural*, Porto, 2009.

<sup>ii</sup> Jacques Chirac optara por outros temas de afirmação: “Trois chantiers qui ne sont pas de Pierre” – a luta contra o cancro, a luta contra a violência rodoviária e a ajuda aos menos válidos.

<sup>iii</sup> Seis francesas, uma alemã, uma italiana, uma britânica e uma dos Países Baixos.

<sup>iv</sup> José Manuel Simões na conferência *A cidade do Homem – Desafios do novo urbanismo*, que proferiu em 5 de dezembro no auditório da CCDR de Lisboa, enumerou um amplo leque de adjetivos com que se tem procurado chamar a atenção para as “novas” cidades.

## PENSAR EN CIUDADES HABITABLES PARA EL FUTURO

HORACIO CAPEL<sup>1</sup>

**RESUMEN** – Algunas reuniones organizadas por Naciones Unidas desde comienzos del milenio proporcionan un panorama de las ideas dominantes sobre la ciudad, y una buena descripción de los problemas que se plantean y las soluciones que se debaten. Eso permite reflexionar sobre los problemas de la ciudad actual y las perspectivas para el futuro. Existen grandes dificultades para el acuerdo respecto a la ciudad del presente y del futuro. Debemos expresar nuestras propias ideas sobre cómo concebimos la ciudad y como queremos que sea, formular esos deseos para el futuro, y estar dispuestos a debatirlos públicamente. Pensar en la ciudad del futuro debe partir del reconocimiento de que el futuro depende de nosotros, y que debemos presentar alternativas en relación con nuestros deseos sobre la ciudad.

**Palabras clave:** Problemas de la ciudad; futuro urbano; pensar el futuro.

**RESUMO** – PENSAR EM CIDADES HABITÁVEIS PARA O FUTURO. Algumas das reuniões organizadas pelas Nações Unidas desde os inícios do milénio proporcionam um panorama das ideias sobre a cidade, uma boa descrição dos problemas que se colocam e as soluções que se debatem. Tal permite reflectir sobre os problemas da cidade actual e as perspectivas para o futuro. Existem grandes dificuldades para um acordo a respeito da cidade do presente e do futuro. Devemos expressar as nossas ideias sobre como concebemos a cidade e como queremos que seja, formular esses desejos para o futuro, e estar dispostos a debatê-los publicamente. Pensar a cidade do futuro deve partir do reconhecimento de que o futuro depende de nós e devemos apresentar alternativas em relação aos nossos desejos sobre a cidade.

**Palavras-chave:** Problemas da cidade; futuro urbano; pensar no futuro.

**ABSTRACT** – THOUGHTS ON LIVABLE CITIES FOR THE FUTURE. Diverse meetings organized by the United Nations since the beginning of the millennium provide an overview of the dominant ideas about the city, a good description of the problems encountered and solutions discussed. This allows us to reflect on the problems of the modern city and on prospects for the future. We face great difficulties in relation to the city's present and future. We must express our own ideas on how we conceive the city and how we want it to be, to

formulate these desires for the future, and to be willing to discuss them publicly. Thinking about the future of the city must start with the recognition that the future depends on us, and that we should present alternatives in relation to our wishes for the city.

**Keywords:** Problems of the city; urban future; thinking about the future.

**RESUME** – PENSER DES VILLES FUTURES QUI SOIENT HABITABLES. Diverses réunions, organisées par les Nations Unies depuis le début du présent millénaire, fournissent un panorama des idées dominantes concernant les villes et indiquent les problèmes posés et les solutions possibles. On peut ainsi réfléchir sur les problèmes de la ville actuelle et sur les perspectives futures, bien que l'accord soit fort difficile sur ces aspects. Nous devons donc exprimer nos propres idées sur ce que la ville est pour nous et sur ce que nous voudrions qu'elle soit, et formuler nos souhaits concernant l'avenir, en acceptant d'en débattre publiquement. Penser les villes futures implique d'accepter que ce futur dépende de nous-mêmes et que nous ayons donc le devoir de présenter les alternatives qui nous semblent souhaitables.

**Mots clés:** Problèmes urbains; futur des villes; penser le futur.

## I. PENSAR EN CIUDADES HABITABLES PARA EL FUTURO

Hablar del futuro de las ciudades es un reto difícil, debido a la carácter imprevisible de muchos acontecimientos. Podemos examinar lo que se dice sobre la situación actual de las ciudades del mundo, y los cambios que se perciben; como vienen haciendo desde hace años diversos organismos de las Naciones Unidas. También hemos de ser conscientes de la diversidad de concepciones sobre lo que debe ser la ciudad, y de la dificultad de acuerdos. A pesar de ello, debemos esforzarnos por presentar explícitamente las alternativas que existen y nuestras propias concepciones. Hay muchos futuros posibles, pero unos son preferibles a otros, y depende de nosotros el camino que sigamos.

Las reuniones organizadas por las Naciones Unidas desde comienzos del milenio pueden facilitar un panorama de las ideas dominantes sobre la ciudad, y una buena descripción de los problemas que se plantean y las soluciones que se debaten. Aludiré primeramente a las publicaciones sobre el Estado de las Ciudades del Mundo y presentaré, después, algunas ideas básicas del último Foro Urbano Mundial. Eso nos permitirá reflexionar sobre los problemas de la ciudad actual y las perspectivas para el futuro.

Pensar en la ciudad del futuro debe partir del reconocimiento de que el futuro depende de nosotros, y que debemos presentar alternativas en relación con nuestros deseos sobre la ciudad.<sup>1</sup>

## II. EL ESTADO ACTUAL DE LAS CIUDADES Y LA CIUDAD DEL SIGLO XXI

Desde 2001 han aparecido varias publicaciones sobre *State Of The World's Cities*, organizadas y editadas por la ONU: la primera correspondiente a 2004-2005, se dedicó a

*Globalization and Urban Culture*; la segunda, 2006-2007, versó sobre *The Millennium Development Goals And Urban Sustainability: 30 Years Of Shaping The Habitat Agenda*; la tercera, 2008-2009, sobre *Harmonious Cities*; la cuarta, 2010-11, *Cities for All: Bridging the Urban Divide*. La última publicación, correspondiente a 2012-2013, ha tratado de *Prosperity of Cities*<sup>ii</sup> y facilita un buen panorama de las perspectivas para la ciudad del siglo XXI.

A través de dichos informes y de las publicaciones de UN-Habitat se puede tener una buena perspectiva de la evolución de las magnitudes esenciales de la urbanización. La información estadística reunida en ellas es muy valiosa, y también los estudios que los acompañan. La idea básica que aparece en el último estudio es que las ciudades tienen muchos problemas, que se estudian en detalle: desigual acceso a las oportunidades y recursos, formas antiguas y nuevas de exclusión social, marginalización y pobreza, y otros. Pero, a pesar de eso, se considera que las mismas ciudades son un factor muy positivo para superar dichos problemas, y para transformar los países, haciéndolos más desarrollados y ricos. Las valoraciones favorables son numerosas y se repiten desde la misma introducción del Secretario General de la ONU, Ban Ki-moon, y del Director de UN-Habitat, Joan Clos, antiguo alcalde de Barcelona. Se afirma explícitamente que en las ciudades se pueden encontrar “un conjunto común de condiciones que permiten a todos los residentes desarrollarse, sentirse felices y saludables; y en las que los negocios pueden florecer, las instituciones desarrollarse, y los espacios físicos se hacen más integrados y diversos”. Explícitamente se consideran un remedio para las crisis globales.

Junto a ello se defiende que se necesita otro tipo de ciudad para el siglo XXI. Es preciso “reconsiderar el modelo existente de desarrollo urbano, introduciendo cambios sustanciales en la forma y función de la ciudad –un enfoque que reconfigura el espacio urbano mediante el planeamiento y diseño adecuado, creando una ciudad a escala humana en la que la diversidad, la conectividad y la integración física están todos interrelacionados y la prosperidad se comparte”.

Ese nuevo espacio urbano requiere un tipo de ciudad diferente al que existe: una ciudad centrada en la gente, capaz de integrar los aspectos tangibles e intangibles de la prosperidad, haciendo desaparecer las ineficientes e insostenibles formas y funcionalidades de la ciudad de los siglos anteriores.

La visión optimista se refleja en el mismo título del informe que, a pesar de la crisis económica actual, centra la atención en la prosperidad de las ciudades. Se considera que éstas pueden ser un factor de prosperidad si se deciden a impulsar una nueva noción de ella, que supere el tradicional modelo de acumulación que beneficia solo a unos pocos en detrimento de otros, y si se es capaz de desarrollar otro modelo que se extiende “más allá del estrecho dominio del crecimiento económico que ha dominado las agendas mal equilibradas durante las últimas décadas”. Un nuevo modelo que es “más holístico e integrado, e incluye otras dimensiones vitales tales como calidad de vida, las infraestructuras adecuadas y la sostenibilidad ambiental”.

Esa ciudad del siglo XXI que se desea “trasciende la forma y funcionalidad de los modelos anteriores, equilibrando menores costes de energía con una menor huella eco-

lógica, una forma más compacta, y una mayor heterogeneidad”. Es una ciudad que trata, también, de “salvaguardarse ante nuevos peligros, y crea condiciones para una provisión más elevada de bienes públicos, junto con espacios más creativos para la imaginación y la interacción social”. Y que, además, reduce la vulnerabilidad para todos, incluyendo los pobres, estimula la creación de empleo, crea armonía entre las diferentes dimensiones y proporciona las condiciones sociales, políticas y económicas de la prosperidad. Lo que tiene un corolario, formalmente expresado: “las ciudades son el remedio a las crisis globales”.

El estudio clasifica a las ciudades según un índice de prosperidad, y reúne una colección de datos estadísticos sobre numerosas ciudades del mundo, las de más de 750.000 habitantes. Señala que en los países desarrollados, que ya tienen índices muy elevados de urbanización, la población urbana está casi estancada. En los países en desarrollo se reconocen patrones divergentes de crecimiento urbano. Los datos a escala global muestran a la vez la gravedad de los problemas y la disminución relativa de algunos de ellos. Por ejemplo, la población urbana del mundo que vive en las áreas de urbanización precaria (*slums*) de los países en desarrollo ha pasado de 650 millones en 1990, a 759 en 2000 y a 862 en 2012. Pero la proporción se ha reducido, pasando respectivamente de 46 por ciento, a 39 y a 32 respecto a la población total, en las mismas fechas. Por regiones, todas han experimentado una fuerte reducción de los porcentajes, excepto Asia Occidental donde aumenta dos puntos, y Oceanía, donde es similar en el año inicial y el final.

Hay que decir que muchas de las críticas sobre la ciudad actual y de los deseos sobre la ciudad del futuro han sido ya expresadas repetidamente por los estudios de los organismos internacionales. Por ejemplo, en el que estamos citando, se reconoce que la expansión dispersa de las ciudades en periferias sin fin es el principal factor del cambio climático, y que se necesita un transporte público eficiente. Este último estudio sobre la situación de las ciudades del mundo afirma que “en muchas ciudades el planeamiento urbano ha sido instrumentalizado por el negocio inmobiliario”, y que es necesaria “una noción revigorizada de planeamiento urbano, con un nuevo sistema de valores que se basa en instituciones efectivas, leyes y regulaciones bien adaptadas, soluciones urbanas sostenibles y compromiso cívico activo en los asuntos públicos” (en el capítulo *Innovating to support the transition to de City of the 21st Century*). Unas declaraciones con las que no se puede estar en desacuerdo.

### III. EL PANORAMA DE LO URBANO SEGÚN EL FORO URBANO MUNDIAL

Desde 2002 el Foro Urbano Mundial/World Urban Forum, celebrado cada dos años bajo el patrocinio de la ONU a través de UN-Habitat, ha venido debatiendo los problemas urbanos del mundo, para tratar de conseguir “un mejor futuro urbano”, como se dice en el lema de la organización.

En abril de 2014 se celebró en Medellín, Colombia, el Séptimo Foro. El examen de las aportaciones realizadas y de las conclusiones a que se llegaron en las distintas mesas orga-

nizadas, permite tener un panorama claro de cuáles son los problemas percibidos como más relevantes en el momento actual, de los diagnósticos que se hacen para abordarlos y de los acuerdos y desacuerdos existentes.

El Foro se dedicó a *Urban equity in development – Cities for life*, y en él participaron ministros de los países representados, parlamentarios de los diversos órganos legislativos, alcaldes de numerosas ciudades, y representantes de la sociedad civil, así como organizaciones internacionales. Cada uno de esos participantes destacaba algunas cuestiones y señalaba retos y soluciones, lo que permite tener una idea de la complejidad de los problemas existentes y de las dificultades para llegar a acuerdos que permitan solucionarlos.

### **1. Diferentes niveles administrativos**

Un primer problema es la diversidad de los niveles políticos y administrativos que tienen que ver con la ciudad, y de los agentes sociales que actúan en la misma. Se percibe que los problemas urbanos son a veces de difícil abordaje y solución, por la existencia de dos o tres niveles administrativos que toman decisiones y elaboran marcos normativos que afectan a las ciudades. A los niveles nacional y local se une en muchos países un nivel intermedio, que podemos llamar regional. Aunque se oyeron muchas voces que pusieron énfasis en asegurar la colaboración entre las administraciones públicas de los diferentes niveles, y la coherencia entre las medidas adoptadas en cada uno de ellos, el mismo énfasis que se puso en estas llamadas muestra que, con frecuencia, el acuerdo no existe, o que es difícil de conseguir.

Para los ministros de los países participantes, una cuestión esencial del debate fue la necesidad de que los gobiernos centrales adopten políticas nacionales de carácter general para asegurar la equidad de las ciudades y su desarrollo.

También ellos, y mucho más otros representantes, hablaron de la urgencia de incluir a las ciudades en el proceso de toma de decisiones y en la elaboración de las medidas que les afecten. Sobre todo, aquellas que tratan de conseguir que las ciudades sean un lugar para la inclusión. Los representantes de los gobiernos nacionales admitieron que se debe animar a la participación ciudadana en el diseño de proyectos urbanos, un deseo compartido por otros muchos representantes para enfrentarse a los retos y encontrar soluciones.

Los alcaldes, por su parte, insistieron, en primer lugar, en la importancia de que ellos mismos participen en la toma de decisiones, y en la necesidad de reforzar su papel en las políticas sobre la Nueva Agenda Urbana, exigiendo que los gobiernos locales tengan mayor presencia, voz y capacidad de decisión en UN-Habitat, como “miembros activos de la elaboración de políticas en las instancias de la ONU”, y en los niveles internacionales que debaten el futuro de las ciudades. Reclamaron asimismo mayor influencia en la elaboración de las políticas a nivel nacional. Destacaron que las ciudades y las áreas metropolitanas son los lugares específicos donde los problemas deben ser resueltos. Y exigieron mayores recursos controlados por la ciudad, y contar con los medios financieros para abordar el futuro. Los alcaldes destacan que lo esencial es conseguir simultáneamente

crecimiento y equidad, y aceptaron que para ello y, en general para resolver los problemas existentes, se necesita mayor cooperación entre gobiernos locales “para pensar y desarrollar nuevos modelos de gobernanza”.

Los parlamentarios, a su vez, reclamaron igualmente su papel, y el de los parlamentos de que forman parte, en las políticas sobre la ciudad, y pusieron énfasis en el nivel regional, en donde, sin duda, ellos mismos tienen más influencia. Propusieron la agrupación de regiones, para asegurar servicios organizados y equitativos para todos, y señalaron que en países con fuerte gobiernos centrales “es necesario dar poder a las regiones”.

Para estos representantes, los parlamentos deben planear el futuro, pero también garantizar oportunidades equitativas en la vida diaria de las gentes. Según afirman los parlamentarios para que los habitantes de las ciudades tomen decisiones sabias y prudentes, es necesario educarles, facilitarles poder e informarles. Insisten en la necesidad de normas legislativas aprobadas por los parlamentos y de dar mayor fuerza y poder a las asambleas locales, que están en contacto estrecho con las realidades de las ciudades.

Por su parte los representantes de la sociedad civil hablaron de las prioridades que deben considerarse en la Nueva Agenda Urbana, y aprovecharon la ocasión para solicitar que dicha sociedad civil y las comunidades participen oficialmente del proceso.

Finalmente, los miembros de los organismos internacionales presentes consideraron que también éstos deben tener un papel esencial en las políticas urbanas. Sobre todo, con vistas a compartir conocimiento y dar asistencia técnica, para eliminar los fallos del mercado, y contribuir a una mayor autonomía fiscal y financiación para los agentes locales públicos y privados. Animaron a la descentralización de poderes y recursos y a la cooperación descentralizada (sobre todo Sur-Sur), y consideraron como muy importante el diálogo inter-regional.

El panorama que se obtiene a partir de todas esas declaraciones es la necesidad de la colaboración para resolver los problemas, pero también las dificultades que existen para ello, por los intereses contrapuestos que las diversas instancias reflejan.

## **2. Problemas urbanos: la vivienda**

El Séptimo Foro Mundial agrupó debates sobre la equidad en el desarrollo urbano, el planeamiento y el diseño urbano para la cohesión social, los servicios básicos, los instrumentos innovadores de financiación para las autoridades locales, la resiliencia urbana, y la ciudad segura como ciudad justa y equitativa.

Leyendo las declaraciones y las conclusiones del Foro podemos tener una idea de cuáles son, para las personas que han intervenido en él, los problemas urbanos esenciales en estos momentos. Los más citados son la vivienda, las áreas de autoconstrucción y vivienda precaria (*slums*), el acceso a servicios básicos como agua y desagüe, el suelo urbanizado bien localizado, y los riesgos de desastres naturales,

El problema de la vivienda se consideró fundamental por prácticamente todos los participantes, como lo es también la necesidad de asegurar acceso a servicios decentes

para todos los habitantes. Los representantes de los gobiernos nacionales consideraron que las medidas políticas deben prever ayudas financieras para la construcción de viviendas, y para el acceso a la misma.

Especial énfasis se puso en la urgencia de incluir los problemas planteados por las áreas informales en la ciudad, y de abordar la autoconstrucción y el chabolismo, mejorando las condiciones de vida de su población con acceso al agua, al desagüe y a la recogida de basuras. Como problema crítico en relación con el derecho a la ciudad se apuntó al acceso al suelo y a su tenencia, y la necesidad de reconocer la “producción social del hábitat”. Se afirmó que el conocimiento es poder, lo que en relación con este problema significa apoyar la realización de una cartografía precisa de los *slums*. Y que en la agenda se debe “asegurar que las comunidades locales son propietarios de su propio desarrollo y de sus recursos”. También se insistió en la necesidad de tomar medidas: “no más discusión sin implementación”.

Se valora mucho el Programa de Mejora de las Áreas Informales (*Participatory Slum Programme PSUP*) puesto en marcha por la Unión Europea y desarrollado por UN-Habitat desde 2008, para mejorar las condiciones de vida de las áreas urbanas más pobres en el marco de los Objetivos del Milenio de la ONU. Se debe pasar desde la mejora de las viviendas precarias a todo lo que tiene que ver con la integración de las comunidades de áreas de barraquismo en la ciudad formal, lo que es esencial para conseguir la justicia y la equidad en el desarrollo urbano. También se exigió descriminalizar la pobreza y los movimientos sociales, y se consideró que para asegurar el éxito son convenientes las aproximaciones de abajo hacia arriba; lo cual requiere obtener datos de los *slums*, dar poder a las comunidades y asociarlas a todas las medidas que se adopten.

### 3. El sector privado y la financiación

Otro problema urbano frecuentemente mencionado es la necesidad de crear empleo en las ciudades, lo que se considera esencial para el desarrollo urbano sostenible. En relación con ello, y con las inversiones necesarias para resolver los problemas antes mencionados o para poner en marcha las agendas, se habló ampliamente de la financiación.

En un foro que reúne a todos los países del mundo, y que ha de tener en cuenta la economía dominante, es lógico que se dé por aceptado que la actividad económica incluye un sector privado, con el que es preciso contar. Todos parecen estar de acuerdo en ello, y los debates se dirigieron a cómo conseguir atraer la inversión privada a las ciudades para resolver los problemas urbanos y crear empleo. Muchos participantes se expresaron abiertamente sobre la conveniencia de dar facilidades a la actuación empresarial, señalando que un mayor nivel de confianza de éstas facilita la inversión. Incluso se afirmó que los gobiernos deben aprender a ser favorables a la actividad empresarial, “amistosos con los negocios” (*business-friendly*). También se repitió que en el mundo actual de condiciones cambiantes, los gobiernos y las empresas deben tener perspicacia para conseguir la escalabilidad, es decir la capacidad para cambiar de tamaño o configuración, para lo cual son básicas las medidas gubernamentales.

Se destacó la necesidad de que las leyes fueran estables y seguras para la inversión, y de facilitar un ambiente favorable para la actividad inversora del sector privado. También se hicieron llamadas para que las empresas entendieran más de urbanismo para invertir en las ciudades. No como obra de filantropía, sino para pasar a un nuevo contrato social que permita la innovación y la colaboración en el desarrollo económico.

Algunas declaraciones destacaron que, además del sector privado y del público, debe concederse un papel importante al tercer sector que incluye, como es sabido, entidades voluntarias, no lucrativas, formalmente organizadas, y autocontroladas, como las organizaciones no gubernamentales, solidarias, filantrópicas y cívicas de tipo diverso. Generalmente, en dichas declaraciones se considera que los tres sectores deben colaborar para la solución de los problemas urbanos, en general, y de la vivienda en particular.

Los ministros de los gobiernos presentes aceptaron, de forma general, que “las políticas nacionales necesitan integrar la visión de la ciudad”. Y consideraron que para ello debe regularse a escala nacional el desarrollo urbano, la calidad de vida, la actuación de las instituciones financieras, y la de los diferentes agentes urbanos que actúan en la ciudad.

Se reconoce una y otra vez que las ciudades tienen frecuentemente muchas dificultades para atraer inversiones. Para conseguirlo es preciso explorar algunos caminos innovadores, tales como: la colaboración público-privada, la “captura del valor del suelo”, o las sinergias entre la organización de los préstamos. Se dice explícitamente que es preciso “mejorar los sistemas fiscales y bancarios existentes para atraer las inversiones privadas”. También se estima que un mecanismo clave son los acuerdos financieros para mejorar los intercambios y la colaboración Sur-Sur, como algo complementario a la ayuda Norte-Sur. El papel del sector privado se consideró esencial en una era de crecimiento urbano y de crisis, así como para el éxito de la Nueva Agenda Urbana, en los próximos 20 años.

Se estimó también que las inversiones del Estado y del sector privado deben considerar explícitamente las áreas urbanas, y se señalan las prioridades para la intervención: la renovación de la vivienda y las estrategias de revitalización de las vecindades, lo que significa dar más poder al tercer sector para incluir a las familias pobres en los procesos que aseguran la seguridad de la tenencia del suelo.

#### **4. La equidad**

Conseguir un desarrollo con equidad y que sea sostenible fue uno de los objetivos básicos de la conferencia. Esto último fue ya un objetivo desde la conferencia de UN-Habitat II de 1996, y lo seguirá siendo también en el futuro para Habitat III que se celebrará en 2016.

La idea de equidad fue repetida por todos los participantes. Pero qué se entiende por ella puede dar lugar a diferencias matizadas. Los ministros hablaron concretamente de medidas sobre: la accesibilidad para disponer de suelo y de vivienda; el acceso a los servicios básicos como agua y desagüe, la gestión de basuras y residuos sólidos, y el mantenimiento y preservación del medio ambiente. También destacaron decididamente la necesidad de políticas nacionales para conseguirla.

Para reducir la desigualdad se coincide en la importancia de hacer las inversiones adecuadas en infraestructuras sociales y físicas. Y ampliar el campo de la participación y el compromiso. En concreto, respecto a las mujeres, es esencial considerarlas no como beneficiarias sino como participantes, lo que significa comprometerlas en la planificación y puesta en marcha de las medidas. También se habló de la necesidad de tener en cuenta a los jóvenes y a los minusválidos.

Hubo coincidencias en la necesidad de poner el foco más allá de lo urbano, y considerar la equidad como una distribución social de oportunidades, con el objetivo de que los beneficios alcancen todos. Repetidas veces se habló de la conveniencia de mejorar el conocimiento, las destrezas y las capacidades sobre la ciudad y su gestión, a todas las escalas, y de compartir todo ello. Se aludió asimismo a la creación de ciudades “inteligentes y que tengan en cuenta los valores”, y a la utilización y comprensión de la tecnología por parte de todos y para todos.

Las políticas urbanas exigen cogestión y corresponsabilidad. Se repitió que es preciso mejorar las instituciones locales para aumentar su capacidad, y la urgencia de promover la transparencia y la confianza de los ciudadanos. En todo caso, se percibe la falta de capacidad técnica y financiera de muchos gobiernos locales, y la necesidad de diseñar programas para mejorarlas. Es importante eliminar las distancias en el conocimiento a escala local, lo que requiere, además, promover la inversión financiera y técnica. La colaboración de todos los agentes o interesados en la ciudad se consideró una y otra vez necesaria, pero se reconoce que es muy difícil, sin duda por los objetivos distintos que tienen.

Todas las organizaciones internacionales presentes aceptaron que la urbanización tiene un papel complementario al mandato de todas ellas. Manifestaron que desean participar no sólo en las sesiones de las conferencias sino también en su preparación. Algunos señalaron que es preciso contar con las grandes ciudades, pero también con las intermedias o emergentes, que son claves pues crecen más rápidamente y están propensas a mayores desigualdades.

Los ministros destacaron que “los gobiernos centrales tienen un papel importante en el desarrollo de políticas hacia la mayor equidad”, tan importante como el de los gobiernos locales; aunque reconocen que hay muchos actores que deben comprometerse con las acciones para conseguir los objetivos de equidad urbana. Lo cual plantea – dicen – “la cuestión de los recursos disponibles para cada nivel del gobierno, capacidad técnica e institucional para las entidades públicas y privadas, las ONG y la academia”. También consideran que en todo caso, sigue siendo esencial la capacitación de los elegidos y de los funcionarios del sector público.

## **5. Desarrollo sostenible y planeamiento**

En relación con el desarrollo sostenible se citan los riesgos naturales, aunque la atención máxima se pone en el cambio climático, una situación nueva que exige una aproximación integrada más que sectorial.

Entre las prioridades que se señalan para la Agenda Post-2015 está el énfasis en la sostenibilidad a escala regional “para reforzar la resiliencia frente al cambio climático”, es decir, la capacidad de hacer frente a la adversidad que se ha producido; pero no se dice nada de cómo luchar contra este cambio climático y los factores que lo provocan.

No dejan de encontrarse algunas declaraciones sorprendentes; como ésta: el cambio climático “es una oportunidad para las ciudades para mejorar las infraestructuras disponibles de forma que reduzca las necesidades de financiación a largo plazo”.

La nueva situación existente y la crisis económica, que es la crisis de las políticas neoliberales, han conducido a la aceptación de que el planeamiento es necesario, frente a las anteriores ideas dominantes que lo cuestionaban.

Un hecho destacado del World Urban Forum 7 es que los ministros reconocen que la crisis financiera afecta a las políticas de la vivienda. Pero también que es una “crisis del planeamiento”. Añaden que “el planeamiento urbano es un instrumento de desarrollo económico”.

Los alcaldes también consideran que para una urbanización sostenible son necesarios el diseño urbano y la planificación del espacio público; en la planificación urbana debe incluirse el desarrollo económico con equidad. Los alcaldes insisten en la importancia de poner énfasis en la lucha contra la corrupción como elemento de apertura y transparencia. Unos y otros declaran que hay que hacer más con menos, debido a la crisis: conseguir sinergias y tecnologías adaptables; por ejemplo: para limpiar el agua, la obtención de energía a partir de los residuos, la forma como se despliega y organiza la política para prevenir el delito. A veces se unen a esas declaraciones deseos retóricos que no tienen una concreción, aunque muestran la confianza en la realidad urbana; como esta afirmación de los ministros: “la ciudad debe ser considerada como una solución más que como un problema”. Lo que es una constatación del dinamismo de las ciudades y de los beneficios económicos derivados de su crecimiento.

#### IV. LA RESPONSABILIDAD DEL CAPITALISMO

En los diagnósticos realizados por las entidades internacionales hay, como hemos visto, declaraciones de confianza en las ciudades, consideradas como un factor positivo para superar los problemas, para mejorar las condiciones de vida de la población, e incluso como remedio para la crisis. Pero al mismo tiempo, se reconocen muchos aspectos negativos y numerosos problemas que existen en ellas; se habla de que hay un acceso desigual a las oportunidades y a los recursos, se mantienen formas antiguas y nuevas de exclusión social, está muy extendida la marginalización y pobreza, se denuncia la falta de vivienda, la existencia de áreas de autoconstrucción y vivienda precaria, la falta de cohesión social.

Sin duda es mucho lo que hay de acierto en estas descripciones y diagnósticos de los organismos de las Naciones Unidas, y en la conclusión de que es urgente tomar medidas para resolver dichos problemas. Incluso se alude alguna vez a la necesidad de reconsiderar el modelo económico y social existente, aunque sin mayores especificaciones. Son, en

concreto, mínimas las alusiones a las estructuras económicas, o a las políticas neoliberales que se han venido aplicando en muchos países en las últimas décadas, y que están en la base de numerosos problemas de los países y de las ciudades.

Las referencias a la escasez de capitales para invertir en las ciudades y en muchas regiones y países están reiteradamente presentes en los diagnósticos. Y son sin duda acertadas, sobre todo en el caso de muchas grandes ciudades de países menos desarrollados; también en la mayor parte de las medias y pequeñas, menos atractivas para el capital.

Se percibe una obsesión y una lucha de las ciudades para atraer nuevas inversiones. Es grande la competencia para atraer capital en un mundo globalizado, en donde todas las ciudades compiten con todas. Pero en ocasiones, no es la falta de capitales sino su abundancia y la forma como se invierte en las ciudades, lo que está en la base de muchos problemas.

En los diagnósticos realizados por las entidades internacionales hay una expresión que está ausente: el capitalismo; éste, sin embargo, aparece como responsable de muchos problemas del mundo contemporáneo en los estudios que se realizan por científicos sociales y por los movimientos ciudadanos.

La inversión en la ciudad se ha convertido en un aspecto muy atractivo para el capital que busca nuevos negocios. El capital financiero penetra en todo, y busca nuevos sectores o lugares para el beneficio. La producción de la ciudad puede incrementar dichos beneficios a través de procesos de cambio de uso del suelo, mejorando la diferencia potencial de beneficio económico del capital.

Desde hace décadas muchas ciudades han realizado esfuerzos para facilitar la inversión de capitales, con medidas diversas, entre las cuales se encuentran: la privatización de servicios públicos, la planificación estratégica, los megaproyectos y la arquitectura espectacular. En general, se ha tratado de lograr la revitalización de los centros urbanos, atrayendo nuevas actividades a ellos (a veces en detrimento de las tradicionales, como los comercios de vecindad o los talleres), y haciendo esas áreas más atractivas para las clases medias y altas que se desplazan allí.

En relación con todo ello, parte de la ciudad se privatiza o se vende para el negocio privado. Hay también numerosos casos de venta de edificios o de parte del suelo urbano por las administraciones municipales, regionales o estatales, con la excusa de las dificultades financieras producidas por la crisis. Ello representa siempre más oportunidades para el negocio privado y puede suponer la expulsión de la población y las actividades tradicionales, la puesta en marcha de políticas urbanas que se dirigen a atraer gentrificadores y turistas a expensas de la población tradicional. El paisaje, la historia, las características locales, la cultura, se incorporan en la mercadotecnia urbana y se promocionan al exterior para el beneficio privado.

La desvalorización o estigmatización del territorio puede servir para preparar la expulsión y la inversión, ya que mejora el beneficio diferencial del capital. La regeneración urbana se ha convertido en una estrategia central en la actuación del capital financiero. Por ejemplo, activando lo que se ha llamado gentrificación por los equipamientos, por las inversiones en parques y jardines, o por las mejoras ecológicas.

Las grandes operaciones que a veces interesan al capital privado, muchas veces son apoyadas por los gobiernos municipales, regionales o estatales. Porque se piensa en los beneficios que van a producir. En ese caso, los inversores se aprovechan de dichas mejoras para invertir en esos espacios y obtener mayores beneficios.

Que los grupos de menores rentas no tengan acceso a los servicios básicos se debe, frecuentemente, al hecho de que no pueden pagar el precio de esos servicios, a no ser que se construyan por la administración pública. Pero las políticas de privatización de dichos servicios han sido nefastas, ya que, debido a la escasa solvencia económica de dichos grupos, nuevamente ha sido el Estado quien ha tenido necesidad de asegurar los servicios para ellos.

## V. PENSAR LA CIUDAD DEL FUTURO

Hoy se tienen datos suficientes sobre los cambios que se han producido en el mundo, así como de las graves amenazas que existen. Lo que nos obliga a tomar medidas urgentes y pensar en el futuro. Hay quienes estiman que esto es imposible, porque entramos en el dominio de lo imprevisible. Pero el desarrollo durante el siglo XX de los “estudios sobre el futuro”, muestra que es posible hacerlos y que pueden ser un camino fructífero. Desde los informes del Club de Roma en los años 1960, existe ya un campo de reflexión sobre ello entre los científicos sociales. Aunque muchas cosas son hoy muy distintas, el conocimiento de algunas situaciones del pasado, y de sus complejidades, nos puede ayudar a entender el presente y a mirar al futuro

Los “estudios del futuro” están hoy ampliamente realizados por grupos de investigación, asociaciones, instituciones gubernamentales y académicas dedicadas a ello en numerosos países. Las técnicas que se utilizan son variadas: desde extrapolación de tendencias, y simulaciones cuantitativas o narrativas, a prospecciones, proyecciones, examen de escenarios y otras, aplicadas al futuro global del mundo, a partes del mismo, o al estudio de futuros sectoriales concretos, desde la población a la economía o la tecnología, pasando por la salud, la organización social o el desarrollo urbano. Se puede tratar de imaginar cómo será el mundo del futuro haciendo simulaciones, o imaginar escenarios posibles que permitan reflexionar sobre las tendencias existentes y sus consecuencias.

El futuro está siendo pensado por muchos en estos momentos, y hay numerosos políticos y técnicos que toman decisiones para configurarlo de una determinada manera. Por eso es importante que piensen en él también los científicos sociales y los ciudadanos en general.

Aunque las variables que es preciso integrar para pensar en el futuro son muy numerosas, es posible empezar a hacer simulaciones sencillas y darles cada vez mayor complejidad. Los científicos sociales, y en especial los historiadores y los geógrafos, podrían estar especialmente preparados por el hábito que tienen para enfrentarse a situaciones complejas y con múltiples interacciones en todos los sentidos, así como para identificar las continuidades y lo que es nuevo. En todo caso, se trata de hacer juicios provisionales que

faciliten la reflexión y el debate, y ayuden a tomar decisiones a los políticos, a los técnicos y a los ciudadanos.

Muchas ciudades tienen siglos e incluso milenios de antigüedad, en ocasiones más que los Estados. Por tanto se pueden estudiar procesos de muy larga duración. El estudio del pasado, y de diferentes situaciones complejas del mismo y del presente, puede ayudar a entender lo que sucede hoy y lo que puede ocurrir. Se pueden hacer simulaciones de lo que sucedería si se producen algunos cambios y se mantienen otros factores. Por ejemplo, qué ocurrirá si no se hace nada para frenar las migraciones irregulares, o qué si se toman medidas para frenarlas; o si se suprimen las fronteras. Que ocurrirá si no se hace nada para frenar el cambio climático, o qué si se toman algunas determinadas medidas.

También podemos imaginarnos como hombres del futuro que miran hacia el pasado y se preguntan porqué no tomamos ciertas medidas, ahora que podemos hacerlo, para detener procesos que están afectando gravemente al planeta Tierra o a la evolución de la Humanidad. Por ejemplo, porqué no hacemos nada urgente para detener el cambio climático o para llegar a acuerdos en conflictos que pueden destruir la Humanidad.

## VI. SE HA PERDIDO EL SENTIDO DE LA MESURA

Es evidente que el mundo está al borde del desastre. Nos podemos limitar a destacar tres rasgos que lo indican: la huella ecológica insostenible, el calentamiento que da lugar al cambio climático, las desigualdades sociales y los conflictos que esto provoca y puede provocar.

Seguramente el hecho más característico del mundo actual, y la raíz de muchos males es que se ha perdido el sentido de la autolimitación, de la contención, de la medida.

Desde los años 1960, cuando empezaron a percibirse las consecuencias negativas de la pretensión de crecimiento ilimitado, existen debates y aportaciones de ideas que muestran la locura en que hemos ido a parar con las pretensiones de crecimiento ilimitado. Las propuestas de decrecimiento, que se han difundido en los últimos años son una consecuencia de dichos debates.

Esta desmesura puede tener raíces intelectuales en la cultura occidental. Pero el responsable más destacado de lo que ocurre hoy, de esta falta de medida es el sistema económico capitalista. La búsqueda del máximo beneficio conduce a la producción masiva y, como consecuencia, a la creación de la sociedad de consumo.

La lógica económica de la producción, la competencia despiadada entre empresas, la búsqueda obsesiva de lucros, unida al aumento de la capacidad de compra de amplios grupos sociales, ha permitido la aparición de la sociedad de consumo. Se consume mucho más que en el pasado y, con frecuencia, excesivamente. Los intereses de la producción capitalista hacen que muchas mercancías se programen para que no duren, para que sean efímeras, como ya anunciaron Marx y Engels en el *Manifiesto comunista*, y recordó Marshall Berman en su libro *Todo lo sólido se desvanece en el aire*.

La variedad de productos es excesiva; debería haber menos y de calidad mayor. Hay quien defiende que más es mejor que menos, que la diversidad de opciones, la abundancia de objetos para elegir aumenta la libertad y la capacidad de realización de los humanos, la posibilidad de experimentar y de ser feliz. Pero las consecuencias están siendo muy negativas, para el ambiente y para los seres humanos. La diversidad de objetos y la posibilidad de consumir artículos muy diversos conduce al despilfarro.

Hay innovaciones de consumo que se han difundido ampliamente y que tienen consecuencias muy negativas. Por ejemplo, muchas de las que se relacionan con el uso de plásticos para envases de productos, y que son desechables, como botellas, envoltorios y bolsas. Cada año miles de millones de bolsas de plástico acaban convertidas en basura y contaminando la naturaleza. El problema es realmente grave y el Parlamento Europeo aprobó a fines de abril de 2015 una normativa que pretende reducir el consumo de bolsas de plástico de un solo uso, imponiendo fuertes impuestos: en 2010 cada europeo utilizó 198 bolsas de plástico, y se pretende reducirlas a 90 a fines de 2019 y a 40 en 2025.

Las políticas económicas ante la crisis actual tratan, a veces, de estimular el consumo; frente a ello, quizás habría que moderarlo, ser más frugal. Es esencial la autolimitación, la contención, la moderación, la reducción del consumo. Se ha de luchar contra la obsolescencia programada, y conseguir limitar el consumo de los ciudadanos que más tienen. Solo con ello se podrá reducir la huella ecológica. Frente al crecimiento económico, seguramente es preciso promover el crecimiento de suma cero, que equilibre las pérdidas y ganancias a escala mundial.

## VII. LAS DIFICULTADES PARA EL ACUERDO RESPECTO A LA CIUDAD DEL PRESENTE Y DEL FUTURO

Pero, además de todo ello, debemos expresar deseos para la ciudad del futuro. A partir de la explicitación previa de nuestras propias ideas sobre cómo concebimos la ciudad y como queremos que sea. Hemos de atrevernos a formular esos deseos para el futuro, y estar dispuestos a debatirlos públicamente. Sin duda, esa formulación explícita y pública contribuye, aunque sea mínimamente, a construir el futuro de la ciudad, y de la sociedad.

La ciudad actual recibe diversos calificativos, unos negativos y otros positivos, según las características esenciales que se destacan en ella. Entre los primeros: ciudad fragmentada, desigual, segregada, conflictiva, carcelaria, amnésica... Entre las calificaciones positivas: innovadora, culta, saludable... También se han inventado calificativos metafóricos que expresan los rasgos de algunas ciudades especialmente significativas, como ciudad creativa, o ciudad inteligente. En todo caso, se trata de calificativos que expresan algunos rasgos, en modelos descriptivos generales o válidos para determinadas áreas. Algunos son considerados iconos para la ciudad deseable.

Hemos de ser conscientes de que no es fácil llegar a consensos sobre el futuro que hemos de construir, porque las actitudes sobre el presente o el futuro dependen de posiciones ideológicas, y debemos ponernos previamente de acuerdo sobre cuáles son los

futuros deseables y como se alcanzan. En lo que se refiere al futuro de la ciudad, es difícil imaginar entendimiento entre los defensores de las ideas neoliberales, y los que se oponen a ellas; entre los que magnifican lo privado y el mercado y quienes lo cuestionan y defienden la necesaria regulación por la administración pública; entre quienes consideran que la sociedad ha de estar gobernada centralizadamente o los que defienden la descentralización y el aumento de la participación ciudadana; entre quienes postulan la propiedad privada y los que estiman que debe ser colectiva o pública; entre los que valoran la importancia de aumentar el consumo individual y los que prefieren una vida más modesta y frugal que proteja el planeta. También hay diferencias importantes respecto al papel de la mujer en la sociedad, sobre la confianza en la tecnología, sobre el significado que debe atribuirse a la religión, sobre el crecimiento sostenible, sobre la desigualdad y segregación social, sobre el orden público en la ciudad las políticas represivas que disminuyen los derechos y libertades de los ciudadanos, y otras numerosas cuestiones.

Hay quienes valoran el consenso o la convivencia en paz, aunque hay sociedades o grupos políticos que se oponen a ello, como vemos por las noticias diarias de la prensa. También existen valoraciones diferentes de la democracia, y de la existencia de mecanismos formales para ejercerla. Las diferencias ideológicas son profundas; pero también las que existen en los gustos y en las valoraciones personales, que se reflejan en las actitudes diferentes que existen ante las mismas edificaciones y los diseños de planos urbanos.

Un primer acuerdo que es ya difícil de alcanzar es el referente a la necesidad de limitar el papel del mercado y de lo privado y de dar la preeminencia a la administración pública. La ordenación de la ciudad necesita de abundantes recursos públicos, lo que a su vez exige una fiscalidad adecuada. Se habla poco de ello en los foros y publicaciones de las Naciones Unidas, que antes se han citado.

La normativa urbanística tradicionalmente declaraba los espacios que podían urbanizarse, y preveía la construcción de las infraestructuras básicas. Las políticas neoliberales, en muchos países, han considerado que todo el territorio es urbanizable a no ser que se declare protegido por alguna razón. Ello ha llevado a una extensión abusiva de la urbanización, por iniciativa privada, sin que se construyeran simultáneamente las infraestructuras y equipamientos necesarios. Es evidente que esa forma de considerar todo el territorio urbanizable debe ser rechazada, y que se impone que la urbanización se realice a través de un planeamiento de control público.

Ya hemos visto que uno de los problemas reconocidos en las ciudades es la falta de viviendas. La dotación de alojamientos para todos exige la construcción de vivienda social por las administraciones públicas. Para lo cual se requiere financiación y una política fiscal bien diseñada. Pero no es suficiente. Se han de elaborar también criterios justos y aceptados para el acceso a dichas viviendas y la asignación de las mismas a las familias y los individuos. También hay que debatir si deben elaborarse políticas para facilitar la mezcla social, las ayudas a las familias, las políticas demográficas, la modernización cultural.

Se ha de preferir la ciudad compacta frente a la dispersa, que es mucho más costosa. Pero es preciso hacer un amplio debate sobre una y otra, así como sobre el consumo ener-

gético y el coste de la creación de servicios públicos como agua, desagüe, redes eléctricas, transporte público. Asimismo, sobre la necesidad que tienen las ciudades de disponer de espacio público para todos los ciudadanos, donde nadie pueda ser rechazado o excluido, y que facilite la convivencia y la interacción. La ciudad, por otra parte, no puede aceptar la existencia de condominios, barrios o pueblos cerrados; todo el espacio urbano ha de ser abierto para todos.

El transporte público y colectivo es esencial para el buen funcionamiento de la ciudad, por lo que se debería limitar el transporte individual. También la sanidad pública es esencial, y la escuela pública de calidad para todos es la única garantía de igualdad y de convivencia en el futuro.

La contaminación, y de manera esencial la producida por las ciudades, es responsable del cambio climático. Se está también reduciendo la biodiversidad en el planeta, y es preciso limitar la huella ecológica. Se necesita urgentemente poner en marcha políticas de gestión y conservación de recursos a escala mundial. En las áreas urbanas hay que establecer sistemas de planificación que permitan mantener los paisajes más ecológicamente sostenibles. Es preciso tener en cuenta, además, que muchas ciudades están localizadas en áreas de rica diversidad y su forma de crecimiento tiene efectos negativos sobre ésta.

Las actuaciones del capital en los centros de las ciudades, y otras transformaciones urbanas son presentadas por los medios como algo positivo. Esos mismos medios acostumburan a presentar las resistencias que se producen de forma negativa. Sin embargo esos movimientos locales contra las políticas neoliberales y sus efectos expresan formas de resistencia muy importantes para el futuro (movimientos okupa, contra los desahucios y formas diversas de desposesión de la vivienda, las luchas contra el aumento de las desigualdades sociales provocadas por la crisis...). Ponen en cuestión el modelo dominante, y pueden llevar a otras formas de producir el espacio urbano.

Se necesita un acuerdo sobre una ética social consensuada, ya que la moral ha de quedar para las conciencias personales. Para resolver muchos problemas que existen, desde la corrupción a la actitud ante las minorías, se necesitan acuerdos y medidas políticas, más allá de la ética personal. Las religiones, que pudieron tener aspectos positivos en el pasado, tienen hoy a veces efectos negativos, como consecuencia, especialmente, de la actuación de las burocracias religiosas y por los fundamentalismos sectarios y dogmáticos. Tal vez sea llegado el momento de imponer en las ciudades equipamientos conjuntos para todas las religiones que adoran a un Dios que, si existe, ha de ser uno, aunque se presente por razones culturales bajo advocaciones distintas.

## **1. Las cuestiones jurídicas y el derecho para la ciudad**

Los problemas de las ciudades son muchos. Pero se pueden intentar resolver con la legislación.

Desde 1968, con la publicación de la obra de Henri Lefébvre, la reivindicación del derecho a la ciudad se ha convertido en un objetivo de movimientos sociales y de congresos internacionales, que han ido llenando de contenido el mismo; se ha convertido en

una aspiración para que toda la población del mundo tenga los niveles de vida y libertad que se encuentran en las ciudades, así como en un derecho de ciudadanía. Tal como se ha ido definiendo, por ejemplo en el congreso de Quito en 2004, el derecho a la ciudad incluye toda una serie de aspiraciones que se extienden a la salud, la educación, el empleo, el salario, los derechos civiles y políticos de los habitantes, la gestión democrática de la ciudad, la protección de grupos y personas vulnerables, el derecho al espacio público y otros.

Los problemas de las ciudades se pueden resolver con el derecho y con la aprobación de leyes. En un Estado democrático las leyes dependen de nosotros: pueden ser muy avanzadas y progresistas, e incluso revolucionarias, cuando las elabore y apruebe una mayoría política de este carácter elegida por los ciudadanos.

La normativa legal y el planeamiento urbano pueden contribuir a un futuro mejor. En una sociedad compleja como la actual, hemos de pensar sobre la forma de elaborar dicha normativa y los planes, cómo se toman las decisiones y se arbitra entre los intereses contrapuestos que pueden tratar de influir en el diseño de dichas normas, el papel atribuido a los diferentes agentes que son esenciales en la construcción de la ciudad y a las diversas instancias de la administración pública, desde la escala local a la estatal y supranacional, y de los diversos organismos que la componen, no siempre con objetivos similares. Hemos de profundizar la democracia con la participación ciudadana, siendo conscientes de sus dificultades y de las posibilidades de manipulación.

La inviolabilidad de la propiedad es hoy generalmente un dogma, pero esto puede cambiar. Para empezar, se puede plantear la cuestión de hasta cuándo se puede transmitir la propiedad de los bienes. En el caso de la propiedad de una vivienda familiar, se puede aceptar fácilmente que no más allá de los nietos o bisnietos, aspecto en el que podría encontrarse fácilmente un amplio acuerdo. Ello permitiría plantear a continuación la transmisión de la propiedad individual de todo tipo.

También es preciso llegar a acuerdos sobre el papel atribuido a lo que existe, al espacio ya construido, al patrimonio edificado del pasado. Y también de los espacios no edificados todavía, por los que se expansionará la ciudad, la atención a la larga historia del territorio, con características específicas, servidumbres, limitaciones que deben respetarse y mantenerse. El despilfarro se manifiesta también en la producción de la ciudad, de los edificios, de los entornos urbanos y de los equipamientos que la constituyen. También en todo ello se ha de pedir contención y medida.

Las estructuras de gobierno de las ciudades, el papel del municipalismo, y su relación con las entidades supramunicipales (por ejemplo, metropolitanas), con las regionales, las estatales y las supraestatales; sobre cómo se efectúa el concierto entre las diversas instancias citadas para la gestión del suelo y la construcción de la ciudad. Existe hoy una cierta tendencia a la descentralización de los países, y la atribución, o 'devolución' de competencias a las ciudades. Algún gobierno europeo va dando pasos en esa dirección, con la transferencia a las ciudades de competencias en materia de urbanismo y vivienda, transporte, sanidad, para ayudar a resolver los problemas y reequilibrar el crecimiento económico.

Existe hoy una movilidad geográfica muy amplia de la población mundial.

Solo la cifra de turistas que se mueve a escala internacional impresiona, pues supera ya los 1.300 millones de personas, una de cada siete del mundo. Lo que asombra mucho más porque en 1950 la cifra de turistas internacionales era de 26 millones.

La movilidad como migrantes es todavía mayor. Frente a ella, se refuerzan las fronteras y se levantan muros, y se producen continuamente tragedias en el Mar Mediterráneo, en la frontera o en el trayecto a Estados Unidos y en otros lugares. Recientemente han sido conocidos los problemas de los refugiados procedentes de Myanmar (la antigua Birmania) y de Bangaladesh hacia países del Sureste de Asia e Indonesia, cuyas autoridades los devuelven al mar, a pesar de que huyen de la pobreza y de los ataques a las minorías por razones religiosas. Son emigrantes desesperados o a los que se deben ofrecer ayuda humanitaria, aunque otros alegan que ello aumentará el volumen del éxodo; “no podemos cuidarles ¿dónde los ponemos?” ha preguntado un político tailandés.

Desde hace tiempo existe una reclamación de la ciudadanía universal, que expresaron argumentadamente ya en el siglo XVIII filósofos como Locke y Kant. Recientemente filósofos, políticos y científicos sociales han aludido a esos y otros precedentes y han defendido la ciudadanía universal como un imperativo ético y de justicia; entre ellos José Manuel Bermudo, en varios de sus libros recientes.

Esa reclamación es un ideal de contenido revolucionario. Pero ¿cómo se consigue? ¿cuánto cuesta? ¿quién la paga? ¿cómo se gestiona? Podemos imaginar decenas e incluso millones de migrantes reclamando otras nacionalidades. Y debemos pensar en los problemas que eso plantea.

Hemos de valorar las prácticas sociales urbanas, las formas de solidaridad y de colaboración. Se ha de tener confianza en la fuerza de los ideales, y atrevernos a expresarlos para el futuro. Tal vez sea útil releer las utopías, para elaborar otros ideales. A ello se dedicará el XIV Coloquio Internacional de Geocrítica.

El pasado es inmovible, como señaló un poeta griego, y recordó Aristóteles en la *Ética Nicomáquea* (1139b 10): “De una cosa solo Dios está privado/de hacer que no se haya realizado lo que ya está hecho”. Pero en cambio podemos influir en el futuro, modestamente con la acción individual y, de forma más intensa, con la acción colectiva. También sabemos que hay muchas vías posibles de desarrollo y muchos futuros posibles, y que algunos son más probables que otros. Y que podemos pensar en esos futuros posibles, y adoptar decisiones y comportamientos para que algunos de ellos sean más posibles, para tratar de evitar los futuros indeseables. Es posible ayudar a tomar medidas para facilitar ciertas evoluciones y evitar otras, pensar en el futuro, y empezar a prepararlo desde hoy y desde aquí. Hemos de proponer alternativas. Hay futuros que son preferibles a otros; y depende en buena parte de nuestras acciones caminar hacia un futuro concreto entre los muchos que existen.

## BIBLIOGRAFÍA

- Aristóteles (1985). *Ética Nicomáquea. Ética Eudemia*. Edición de Emilio Lledó. Traducción y notas Por Julio Pelli. Madrid: Gredos.
- Bauman, Z. (2001). *Globalitazió. Les conseqüències humanes*. Barcelona: Edicions de la Universitat Oberta de Catalunya.
- Berman, M. (1988). *Todo lo sólido se desvanece en el aire. La experiencia de la modernidad*. Traducción de Andrea Morales Vidal Madrid: Siglo XXI Editores.
- Capel, H. (1971). Las dificultades del análisis interdisciplinar del crecimiento urbano. *Revista de Geografía*, V, 123-136. Reproducido en el volumen *Urbanismo y práctica política*. Barcelona: Los Libros de la Frontera, 1974, 9-28. <http://www.raco.cat/index.php/RevistaGeografia/article/view/45853/56647>
- Capel, H. (1975). La definición de lo urbano. In "Homenaje al Profesor Manuel Teran", *Estudios Geográficos*, 138-139, Madrid, 265-301. Reproducido en *Scripta Vetera*, Universidad de Barcelona, nº 33. <http://www.ub.es/geocrit/sv-33.htm> y en <http://www.cidadeimaginaria.org/eu/Urbano.pdf>
- Capel, H. (2009). La historia, la ciudad y el futuro. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, XIII, 307. <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-307.htm>
- Capel, H. (2010). Urbanización Generalizada, derecho a la ciudad y derecho para la ciudad. Conferencia inaugural del XI Coloquio Internacional de Geocrítica. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, XIV, 331 (7). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-7.htm>
- Capel, H. (2014). El futuro de las ciudades. Una propuesta de manifiesto. *Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, IX, 551. <http://www.ub.es/geocrit/b3w-551.htm>
- Lefebvre, H. (1969). *Le droit à la ville*. Paris 1968. Versión española *El derecho a la ciudad*. Prólogo de Mario Gaviria. Traducción de J. González-Pueyo. Barcelona: Península.
- Naciones Unidas. (2014). *Objetivos del Milenio. Informe de 2014*. New York. <http://www.un.org/es/millenniumgoals/pdf/mdg-report-2014-spanish.pdf>
- Un-Habitat. (2001). *The State of the World's Cities Report 2001* Un-Habitat. (2012). *State of the World's Cities Prosperity of Cities: 2012/2013*.
- Un-Habitat. (2004). *Globalization and Urban Culture 2004/2005*. United Nations Human Settlements Programme.
- Un-Habitat. (2006). *State of the World's Cities The Millennium Development Goals and Urban Sustainability 2006/2007. 30 Years of Shaping the Habitat Agenda*. United Nations Human Settlements Programme.
- Un-Habitat. (2008). *State of the World's Cities Harmonious Cities 2008/2009*.
- Un-Habitat. (2010). *State of the World's Cities Cities for All: Bridging the Urban Divide: 2010/2011*.
- World Urban Forum. (2014). *World Urban Forum VII (WUF 7), Urban equity in development. Cities for life*. Colombia: Medellín. <http://wuf7.unhabitat.org/>

<sup>i</sup> Texto preparado para la VII Conferencia Anual do IGOT, *Planear cidades habitáveis no século XXI: Saúde, Ambiente e Coesão*, Universidade de Lisboa, 21 de Maio de 2015, Sessão III, "O futuro das cidades".

<sup>ii</sup> <http://www.goodreads.com/book/show/17168108-state-of-the-world-s-cities-2012-2013>



# PLANIFICACIÓN TERRITORIAL FRONÉTICA Y ÉTICA PRÁCTICA. ACORTANDO LAS DISTANCIAS ENTRE PLAN Y PODER (POLÍTICA)<sup>1</sup>

JOAQUÍN FARINÓS DASÍ<sup>1</sup>

OLALLA VERA PASTOR<sup>1</sup>

**RESUMEN** – La capacidad de planificar deriva de la voluntad de los planificadores y de su conceptualización del territorio, además de otros elementos del “entorno de decisión”. Algunos autores han puesto el acento en la “cultura de la planificación” (la vieja discusión sobre lo ideal –normativo – y lo posible – real – en la teoría de la planificación), pero esta vez como determinante de la “planificación de la conducta”, de la acción desde los tomadores de decisiones. Más específicamente identifican las “características del ambiente de decisión”: la estructura formal-legal, la estructura informal y las características del sistema de gobierno. Así, la planificación del territorio deriva del resultado del juego democrático (*accountability, responsibility y sustainability*) entre los poderes presentes en el territorio. Por tanto debemos poner en relación la cultura de planificación como *ethos* colectivo, y las actitudes de los planificadores, con la propia función del Estado. El objetivo: facilitar una fluida relación entre gobierno, buen gobierno, gobernanza y gobernabilidad efectiva de los territorios. En el texto se pretende abordar esta circunstancia y orientar al lector para comprender y mejorar este proceso. Se recupera para ello el valor de la *phronesis* aristotélica, adaptada al contexto actual. En su primer apartado se presenta el cambio que en materia de planificación supone la teoría de la racionalidad deliberativa, y sus límites. En el segundo, tomando a Foucault como referencia, se introducen las relaciones de poder como crítica y respuesta a los planteamientos de Habermas. En el tercero se propone la *frónesis* como opción que aúne ambos planteamientos y sirva de base para una nueva planificación y gestión territorial, mediante una mejor consideración del territorio en la agenda política. Se concluye que se ha venido avanzando especialmente en la investigación en planificación fronética, una parte de la ecuación, pero no tanto en la más importante frónesis de la política (tomadores de decisiones). Ello reclama una reorientación del foco de atención que pase del estudio de los instrumentos y marco legal de la planificación territorial, al de los procesos mediante los que se toman las decisiones, al de los sistemas de evaluación y seguimiento (de impacto territo-

rial), pero sobre todo al de la forma en que promover una nueva cultura territorial más vigilante ('areté' aristotélica). Muchas de las innovaciones y pretendidos avances encuentran sus problemas no tanto en la definición de nuevos marcos legales e instrumentales sino en el hecho de que la población no los llega a comprender y, lo que es peor, no los comparte.

**Palabras clave:** Planificación fronética; política territorial; ciencia posnormal; transdisciplinariedad; *path dependence*.

**RESUMO** – PLANEAMENTO TERRITORIAL “FRONÉTICO” Y ÉTICA PRÁCTICA. ENCURTANDO AS DISTÂNCIAS ENTRE PLANO E PODER (POLÍTICA). A capacidade de planear resulta da vontade dos planeadores e da sua conceptualização do território e de outros elementos do “ambiente de decisão”. Alguns autores têm colocado ênfase na “cultura de planeamento” (o velho argumento sobre o ideal – normativo – e o possível – real – na teoria do planeamento), mas como determinante do “planeamento da conduta”, da acção dos decisores. Mais especificamente identificam as “características do ambiente de decisão”: estrutura formal-legal, estrutura informal e características do sistema de governo. Assim, o ordenamento do território deriva do resultado do jogo democrático (*accountability, responsibility, sustainability*) entre os poderes presentes no território. Portanto, devemos relacionar a cultura de planeamento com o ethos coletivo e as atitudes dos planeadores com a própria função do Estado. O objetivo: facilitar um bom relacionamento entre o governo, boa governação, governança e governabilidade efetiva dos territórios. O texto aborda esta circunstância e procura orientar o leitor para compreender e melhorar este processo. Recupera-se o valor da *phronesis* aristotélica, adaptada ao contexto actual. Na primeira secção é apresentada a mudança no planeamento que envolve a teoria da racionalidade deliberativa e seus limites. Na segunda, tendo Foucault como referência são introduzidas as relações de poder enquanto crítica e resposta às abordagens de Habermas. Na terceira propõe-se a *phronesis* como uma opção que combina as duas abordagens e forma a base para um novo planeamento e gestão territorial, através de uma melhor consideração do território na agenda política. Conclui-se que se tem progredido especialmente na investigação sobre o planeamento “fronético”, uma parte da equação, mas não na mais importante *phronesis* da política (decisores). Isto exige uma mudança de enfoque que ultrapasse o estudo de instrumentos e enquadramento jurídico do ordenamento do território para o processo pelo qual as decisões são tomadas, o sistema de avaliação e monitorização (impacto territorial), mas especialmente em como promover uma nova cultura territorial mais vigilante ('areté' aristotélica). Muitas das inovações e pretensos desenvolvimentos encontram problemas não tanto na definição de novos enquadramentos legais e instrumentos, mas no fato de que as pessoas não os compreendem e, o que é pior, não os partilha.

**Palavras-chave:** Planeamento “fronético”; política territorial; ciência pós-normal; transdisciplinaridade; *path dependence*.

**ABSTRACT** – TERRITORIAL PLANNING PHRONETICS AND ETHICAL PRACTICE. BRIDGING THE GAP BETWEEN PLAN AND POWER (POLICY). Plan capacity derives from the will of planners and their conceptualization of the territory, as well as other elements of the “decision environment”. Some authors have emphasized the “planning culture” (the old discussion on the ideal – normative – and possible – real – on the theory of planning), but as a determinant of “conduct planning”, that is, the action of decision makers. More specifically identifying the “environment decision conditions”: formal-legal structure, the informal

structure and the characteristics of the system of government. Thus, spatial planning derives from the outcome of the democratic game (accountability, responsibility and sustainability) between the powers on the ground. We must therefore relate the culture of planning as a collective ethos, and the attitudes of planners, with the State's own role. The goal is to: facilitate a fluid relationship between government, good governance, governance and effective governance of the territories. The paper seeks to address this issue and to provide the reader with orientations to understand and improve this process. It recovers the value of the Aristotelian *phronesis*, adapted to the current context. The first section deals with the changes that deliberative rationality, and its limits, represent to planning theory. In the second section, taking Foucault as a reference, power relations as criticism and response to Habermas' approaches are introduced. The third proposes the *phronesis* as an option that combines both approaches, and serves as a basis for new planning and territorial management, through a better consideration of the territory on the political agenda. It is concluded that progress has been made especially in *Phronetic Planning Research*, a part of the equation, but not so much in the most important part, that of *phronetic* politics (decision makers). This calls for a reorientation of the focus from the study of instruments and the legal framework for territorial planning, to the processes by which decisions are made, to the systems of monitoring and evaluation (of territorial impact), but above all to the way that they promote a new more vigilant territorial culture (Aristotelian '*areté*'). The problem with many of the innovations and supposed advances is not so much in the definition of new legal and instrumental frameworks but with the fact that the population does not understand them and, worse, does not share them.

**Keywords:** *Phronetic* planning; spatial policy; territorial politics; posnormal science; transdisciplinarity; path dependence.

**RESUME – AMÉNAGEMENT TERRITORIAL « FRONÉTIQUE » ET ÉTHIQUE PRATIQUE. EN RACCOURCISSANT LES DISTANCES ENTRE PLAN ET POUVOIR (POLITIQUE) –** La capacité d'aménager résulte de la volonté des aménageurs, de leur conceptualisation du territoire et d'éléments de l'« environnement de décisions ». Plusieurs auteurs ont souligné l'influence de la « culture de l'aménagement », c'est à dire du vieil argument entre l'idéal – normatif – et le possible – réel – sur l'action des décideurs. L'objectif du présent texte est, d'une part, d'orienter le lecteur dans la compréhension des rapports entre la « culture de l'aménagement » et le *ethos* collectif et, d'autre part, de contribuer à l'amélioration des relations entre le gouvernement, la bonne gouvernance et la gouvernabilité effective des territoires. On récupère la valeur de la *phronesis* aristotélique, adaptée au contexte actuel. On commence par présenter le changement de l'aménagement qui prend en compte la théorie délibérative et ses limites (Section 1). Ensuite, en ayant Foucault comme référence, on introduit les relations de pouvoir en tant que critique et réponse à l'approche de Habermas (Section 2). Dans la section 3, on propose la *phronesis* comme une option qui combine les deux approches et sert de base à de nouveaux aménagements et à la gestion du territoire, grâce à une plus efficace considération du territoire dans l'agenda politique. Pour conclure, on constate des progrès sur la recherche de l'aménagement « fronétique » (ce qui ne constitue qu'une partie du problème), mais pas beaucoup d'améliorations en relation à la plus importante *phronesis* de la politique (décideurs), qui exigerait un changement d'approche. Celle-ci devrait dépasser l'étude des instruments et du cadre juridique de l'aménagement du territoire pour tenir compte des processus à travers

lesquels les décisions sont prises, du système d'évaluation et de contrôle (impact territorial) et surtout de la promotion d'une culture territoriale plus vigilante ('areté' aristotélique). Beaucoup d'innovations et de soi-disant développements sont difficiles à appliquer, non pas en raison de problèmes de définition de nouveaux cadres légaux et d'instruments, mais parce que les gens ne les comprennent pas et, pire, ne les partagent pas.

**Mots clés:** Planification "fronétique"; politique territoriale; science post-normale; transdisciplinarité; *path dependence*.

## I. LA PROPUESTA DE LA RACIONALIDAD DELIBERATIVA DE HABERMAS COMO SOPORTE DE UNA RENOVADA PLANIFICACIÓN COLABORATIVA: DESEOS Y LÍMITES. A MODO DE INTRODUCCIÓN

La comprensión de la tensión entre lo normativo y lo real, entre lo que se debe hacer y lo que se hace en realidad, es un elemento clave para poder entender la dialéctica de la planificación/gestión (implementación) y también de la democracia moderna y las conflictivas relaciones entre ciudadanía y gobierno (Farinós, 2014a). La planificación y la democracia aparecen como secuestradas (Farinós, 2015a), una por la racionalidad comprensiva, otra por los procedimientos de regulación, y ambas por la tecnocracia. Por ello, para su recuperación, resultan condiciones clave una reforzada cultura territorial con mayor participación y una nueva planificación estratégica (evaluable y bajo la visión crítica de la ciudadanía). Robustecer la democracia a través del fortalecimiento de la sociedad civil. Las agrupaciones de la sociedad civil son las que se ocupan de mantener y redefinir los límites entre esta y el Estado a través de dos procesos interdependientes y simultáneos: por un lado la expansión de la igualdad social y la libertad, y por otro la reestructuración y la democratización de las instituciones de aquel (Keane 1988: 14; Flyvbjerg, 1998). Cabe plantearse si este empoderamiento se produce en términos de consenso o si, por el contrario, de conflicto; sin olvidar que la desigualdad y la dominación son dos elementos que se han integrado en el concepto de *sociedad* civil desde el inicio (Keane, 1988: 21).

Esta situación abre de nuevo algunos interrogantes como el de la racionalidad subyacente (si alguna) que deba motivar las decisiones (basadas en evidencias, y cuáles); si es posible, o no, mantener, algunos de los principios de la planificación racional comprensiva del técnico, que hacen de ella una labor científica que otorga 'seguridades' a los tomadores de decisiones. La respuesta es distinta para el caso de los problemas de tipo estructurado (con una única solución mejor posible) que para los desestructurados (y el futuro deseado para un territorio y su comunidad lo es). Con todo, debe evitarse tanto el relativismo y nihilismo como el dogma, la arbitrariedad con el método.

Desde la teoría de la planificación (vid. Benabent, 2014) podemos acercarnos a algunas cuestiones clave en la relación experto-decisor-ciudadano. La primigenia planificación del Plan Director como obra de autor, no democrático sino más bien 'despótico ilustrado', se fundamentaba en la confianza y en la certidumbre de que éste se iba a cumplir

según era diseñado. Se presuponía entonces que los objetivos sociales eran estables, existía consenso social sobre ellos y que los profesionales eran capaces de reconocerlos y formular respuestas eficientes. El plan era todo menos flexible; comprensivo y a largo plazo. La crítica a ser dependiente de la 'inspiración', del arte creativo del experto, es lo que lleva, como reacción, a la emergencia y consolidación de la planificación racional comprensiva con unos planteamientos positivistas, nomotéticos, que todavía permanecen por la indiscutible bondad de algunos de sus trazos. Uno de los elementos principales de este cambio que nos interesa destacar en este texto es que trata de distinguir claramente los hechos (lo importante) de los valores a la hora de plantear alternativas y tomar decisiones. La planificación pasa de verse como arte a ciencia. El planificador, a quien en una nítida segmentación de roles corresponde plantear soluciones a los fines/problemas que le propone el político (de acuerdo con sus normas y valores básicos; lo que en su caso no importa y se da por asumido), debe actuar de forma aséptica, imparcial y libre de valores y prejuicios. La decisión solo debería ser aceptada si se demuestra superior a su alternativa, medida respecto de uno o más criterios relevantes para el objetivo perseguido (de acuerdo con los pertinentes estándares de consistencia y lógica). De esta forma se establecen unas bases objetivas ('inequívocas') para el acuerdo o la gestión del conflicto.

Se parte del presupuesto de Geddes de que la labor del técnico termina con la formulación del plan, sin entrar en la elección del problema, al principio, ni en la gestión del mismo, una vez resulta formulado. Algo que no comparten desde antaño autores como McLoughlin (1969) para quien muchas veces el político no sabe o no puede definir bien los fines, situando al técnico de igual a igual con el político en esta función; o Chadwick, 1971, que incluso ve la técnica por encima del debate político a la hora de determinar los objetivos (recuperando la prelación del experto del anterior paradigma). Faludi (1973) presenta una interpretación más conciliadora, aunque separando ambos roles, al argumentar que el grado de libertad de los decisores para determinar los fines se encuentra constreñido (agenda heredada, marco legal, presupuestos...) y el técnico debe ayudar a encontrar las mejores soluciones dentro de las limitaciones existentes. Desde este punto de vista los medios no derivan de los fines, sino que la planificación es cíclica, existiendo un intercambio entre ambos, lo que nos introduce de lleno en los presupuestos de la llamada ciencia posnormal y, también, entonces, a la discusión sobre las posibilidades de 'racionalidad' pura, únicamente posible en condiciones de certeza, y la emergencia del nuevo paradigma de la racionalidad limitada. Esto nos lleva de la decisión 'perfecta' (homo economicus) a la decisión 'satisfactoria' (March & Simon, 1958), razonable de entre las posibles (más de una, por tanto con enfoque de 'problema desestructurado') del hombre 'administrativo' (Simon, 1945).

Una de las cuestiones clave que debemos considerar en el actual contexto es la de cómo gestionar el tránsito, y cohabitación, de la diferencia entre hechos y valores, desde la planificación racional comprensiva (donde los primeros deben supeditar a los segundos) a la que existe entre valores e intereses del hombre administrativo y de la política (y en esta nueva relación los segundos hacen tambalear los primeros, limitando las garantías – técnicas, útiles y democráticas – de una decisión). En este artículo nos acercamos a

algunas reflexiones que tienen su origen en el campo de la filosofía, basándonos en la ética discursiva de Habermas y la analítica de poder de Foucault.

En el texto se recupera el principio aristotélico de *Phronesis*, al objeto de poder encontrar los fundamentos que permitan aproximarse a un punto justo de equilibrio entre lo necesario (lo moral o éticamente necesario, lo que se debe hacer, o lo que se planifica “racionalmente”) y lo posible (lo que de hecho puede hacerse dada la verdadera correlación de poderes y el alcance real del Estado de Derecho y el nivel de gobernabilidad real); entre lo axiomático de racionalidad perfecta y el relativismo (contextualización y *path dependence* como opción), para pasar de la retórica a los efectos reales, mejorando las relaciones entre planificación-gestión y entre académicos-técnicos-tomadores de decisiones. Solo así la planificación y la gobernanza son posibles y tienen sentido.

La planificación tiene algún sentido si la gobernanza no se reduce a una simple negociación de la diversidad de intereses presentes en el territorio, contrapuestos en la mayoría de ocasiones. No se podría hablar de gobernanza, sino simplemente de la ley del más fuerte, si no se pretendiera obtener una visión más clara y decidida del futuro, cuyo fin último es mejorar las condiciones de vida de la ciudadanía.

Tomando a Kant como punto de partida, Habermas es el filósofo de la *Moralität* (*Moralidad*) basada en el consenso. Foucault, siguiendo a Nietzsche, es el filósofo de la *Wirkliche Historie* (*Historia Real*), en términos de conflicto y poder. Kant intentó desarrollar una *Racional Universal* (sin conseguirlo, dado que se basó en la pretendida racionalidad perfecta del sujeto). No obstante, este mismo principio sirve de base para las instituciones democráticas que contempla Habermas. Sin una filosofía universal constituida, la ciencia y la democracia, señala Habermas, serían producto del contextualismo, del relativismo y del nihilismo, lo que considera peligroso. Lograr la codiciada fundamentación racional y universal para las instituciones sociales no ha sido tarea fácil, y en ello también fracasaron Hegel, Marx (al centrarse en la subjetividad del sujeto, la *filosofía del sujeto* – Habermas, 1987: 294 –, como individuo o como clase obrera) y otros pensadores contemporáneos. Así y por tanto, el autor propone pasar del enfoque de la subjetividad al de intersubjetividad, y del enfoque del individuo al de comunidad (*racionalidad comunicativa*). El objeto de la *racionalidad comunicativa* es la unificación a partir de la coordinación de la acción, y la “universalización” como el principio de la ética discursiva. En una sociedad adaptada a este modelo, la ciudadanía se define en términos de participación en el debate público.

El modelo de participación sugerido es el de la *participación discursiva*. La *participación* toma significado en la medida en que es posible la *racionalidad comunicativa*, y para ello se establecen cinco requisitos (*idealmente*); más un sexto que sería el *tiempo limitado* (Habermas, 1993: 31; 1990: 65-6; Kettner, 1993):

1. Ninguna de las partes que intervienen deben ser excluidas del discurso (*requisito de generalidad*). El autor pone el acento en el concepto de *participación inclusiva*, dando voz especialmente a quienes más dificultades tienen para hacerse oír.
2. Todos los participantes deben tener la misma posibilidad de presentar y criticar las pretensiones de validez en el proceso del discurso (*requisito de autonomía*).

3. Los participantes deben estar dispuestos y ser capaces de empatizar con las pretensiones de validez de cada uno (*requisito de empatía*).
4. Las diferencias de poder existentes entre los participantes deben ser neutralizadas, para que no tengan ningún efecto en la creación de consenso (*principio de igualdad*).
5. Los participantes deben explicar abiertamente sus objetivos e intenciones (*principio de lealtad y transparencia*).

Todos los interesados, en principio, participarían así, libremente y por igual, en una búsqueda cooperativa de la verdad, donde nada coacciona a nadie, excepto a través de la fuerza del mejor argumento. La *validez* se define como *consenso sin fuerza*, porque una norma no consensuada no obtiene el consentimiento de los participantes; del mismo modo que todos los afectados pueden aceptar libremente las consecuencias de una norma controvertida (Habermas, 1990: 93). La *universalidad* deriva del hecho de que para Habermas la vida social humana está sobre la base de los procesos para el establecimiento de la comprensión recíproca. Estos procesos se presuponen "universales porque son inevitables". Como consecuencia, los seres humanos se definen como seres democráticos, como *homo democraticus* (Habermas, 1985: 196). Constituye la base epistemológica desde la que se abren paso las nuevas acciones de gobernanza democrática y de planificación estratégica, o de democracia y de planificación colaborativas, más flexibles y más atentas a los intereses presentes (*bottom-up*), y por tanto con menores barreras de entrada. De esta manera se otorgan mayores seguridades y certezas en la planificación territorial (Farinós, 2009; Farinós, 2015b).

La ética del discurso de Habermas no se debe confundir con tipos contingentes de negociación ni con modelos de compromisos negociados estratégicamente entre conflictos de intereses particulares. La diferencia respecto a ellos está en el recurso a la *justificación normativa*, del mismo modo que sucede con un refinado entendimiento de la gobernanza. Para Jessop (2003), el interés en las nuevas formas de gobernanza reside en su supuesta capacidad para solucionar problemas de coordinación de un amplio rango de sistemas (económico, legal, político, de protección...) y de la propia sociedad civil. A diferencia del funcionamiento del mercado, en el que cada cual busca su propio interés, la ética del discurso de Habermas presenta una naturaleza comunitaria. Este mismo carácter público, de política pública, está presente en la definición de gobernanza que realizan Ansell & Gash (2008), quienes ponen el acento en la gobernanza colaborativa (participativa o democrática) (Farinós & Ferrão, 2015).

Habermas es un *universalista, moralista "de arriba a abajo"*: las reglas para el correcto proceso son normativamente dadas por adelantado, en forma de requisitos para establecer los ideales de la situación del habla. Por el contrario, en cuanto a contenido, Habermas es un *situacionalista bottom-up*: lo que es correcto y verdadero en un proceso de comunicación dado está determinado únicamente por los participantes. Habermas, en la ética del discurso y la racionalidad comunicativa, establece que "*en el Discurso, la ética no establece orientaciones sustantivas. En lugar de ello, establece un procedimiento basado en presuposiciones y diseñado para garantizar la imparcialidad del proceso de juzgar*" (Habermas, 1990: 122)<sup>ii</sup>.

Para Habermas, corresponde al Estado fijar el marco normativo que facilite esta participación. Una importante cuestión que sin embargo no resuelve es hasta qué punto el hecho de facilitar el marco institucional supone que la población decida participar y lo haga adecuadamente (pongamos como ejemplo el caso de la Directiva Europea de Evaluación Ambiental Estratégica de planes y programas); algo que la nueva planificación local estratégica sí trata de facilitar, constituyéndose como un buen indicador de ‘democracia’ en tanto que proceso de co-producción de futuros con una naturaleza inherentemente política.

Como queda demostrado en la bibliografía (Albrechts, 2016), la capacidad de los sistemas de planificación territorial estratégica para poder ofrecer los resultados esperados no dependen únicamente del sistema legal y político sino también de las condiciones (sociales, culturales, del contexto) que subyacen al mismo. En este sentido, como dice el autor, la tarea de planificación no quedaría únicamente en ver qué tipo de acciones (alternativas) son las más deseables de acuerdo con los objetivos sino también, e incluso más importante, ver en qué cambios en la política y en el sistema serían necesarios o deseables para poder conseguirlos. El foco pasará de ‘lo que debe ser’ (el estado final) al modo en que puede conseguirse (acciones, cambios, movimiento, relaciones, conflictos, procesos... – Chia, 1995 y 1999); lo que acerca a las teorías del caos, al organicismo y a los sistemas complejos. Sin embargo, el estado final (el futuro deseado) acaba siendo resultado de un proceso de selección que incluye evaluaciones, juicios y decisiones que han ido conduciendo al cambio en la dirección deseada.

Volviento a Habermas, opera dentro de una perspectiva de derecho y de soberanía. Para lograr el fortalecimiento de la sociedad civil se precisa tanto de la redacción de las constituciones como del desarrollo de las instituciones. La autorización del poder por la ley y la sanción de la ley por el poder deben producirse recíprocamente. La soberanía es un requisito previo para la regulación del poder por la ley (una perspectiva que contrasta claramente con la de Foucault, 1980: 87-8, como veremos). Para Habermas lo que une a la ciudadanía de una forma social, cultural y filosófica (*weltanschauliche*) basadas en el pluralismo son, en primer lugar, los principios abstractos de un *orden republicano artificial*, creado por medio de la ley (no habría sociedad sin ley).

El problema, sin embargo, como ha señalado Putnam (1993: 17-8), es que “la experiencia de las constituciones escritas (en el mundo) nos advierte (...) que los diseñadores de nuevas instituciones a menudo las escriben sobre papel mojado (...) Que las reformas institucionales alteran la conducta es una hipótesis, no un axioma”. No resuelve, por tanto, el desencuentro entre el ideal y la realidad, entre las intenciones y la aplicación, entre lo que debiera ser y lo que es. Habermas describe la *utopía* de la *racionalidad comunicativa*, pero sus críticos le consideran idealista y le reprochan que no concrete cómo llegar a ella. Esta crítica adquiere relevancia sobre todo al carecer de un entendimiento concreto de las relaciones de poder, imprescindibles para promover cualquier tipo de cambio político, tal y como hemos comentado. No resulta una crítica nueva ni original, y cuenta con muchos antecedentes: Maquiavelo (a quien respondía Alejandro II de Prusia)<sup>iii</sup>, Nietzsche, Derrida o Foucault (para quien el poder siempre está presente – Fou-

cault, 1988: 11) entre otros. La presencia de los intereses del poder en la comunicación (y su “validez”) se manifiesta en la retórica no racional, en la elocuencia, en el control oculto, en el carisma, en la propaganda (lo que nos lleva al control de los medios de comunicación y, hoy en día, al oligopolio de los grandes grupos), en las relaciones de dependencia entre los participantes... con el consiguiente resultado de la “distorsión”. La comunicación pasa de ser el instrumento perfecto para la búsqueda de consensos “éticos” a ser el medio para el ejercicio del poder y la retórica<sup>iv</sup>. ¿Puede la racionalidad entonces considerarse aislada del poder? La respuesta para los críticos de Habermas es que no.

Este argumento coincide con el propio Platón, quien ya decía que “se equivocan profundamente los hombres idealistas cuando ponen su esperanza de perfección en la política” (Platón, *República* VI, 496d). Eso debería explicar por qué los sabios se abstienen de los negocios públicos (Platón, *República* VI, 496d). Pero ¿y entonces? ¿No cabe otra que abrazar el “*perded toda esperanza*” del infierno de Dante en su “*Divina Comedia*”; o es posible “decir” desde los principios de la ética y la virtud (idealista, no ilusa), para poder hacer mejor (lealtad y transparencia, contrato social, programa-contrato y dación de cuentas frente a los códigos de silencio) en la(s) política(s) pública(s)? Dicho de otro modo, ¿nos circunscribimos a los juegos de poder (en un encorsetado *game management* y lejos de una verdadera gobernanza, ocupada de asuntos públicos de interés general – Farinós y Ferrão, 2015) o es posible liderar los procesos de forma no determinista? ¿Nos concentramos en la gestión olvidando la planificación, como parece ser la moda más reciente espoleada por el neoliberalismo y la actual crisis que parecen retroalimentarse mutuamente?

En un contexto como el actual en el que quiere imponerse la idea de que los problemas socio-territoriales tienen solución mediante la desregulación (‘despolitizando’ la economía) y el ajuste del libre mercado (un viejo argumento renacido con vigor al calor de la crisis que precisamente ha provocado, aprovechando, cual movimiento de judo, para acusar de ‘viejas y pasadas de moda’ las recetas de lucha contra esta situación, por ‘anticapitalistas’), la planificación territorial debe enfrentarse a dos grandes tipos de retos, ontológicos y epistemológicos (Albrechts, 2016): cuál debe ser su alcance, enfoque, con qué herramientas, técnicas y habilidades, cómo considerar el contexto, con qué recursos, conocimiento de base y nivel (necesario) de involucración de (un amplio rango de) actores.

Entre los extremos de una norma ideal (pero irreal) y el relativismo o pragmatismo extremo y nihilismo (sin principios ni ética posible) es necesario encontrar una solución distinta... y útil. Respondemos a estas cuestiones en los apartados que siguen basándonos en los planteamientos de Foucault y con el principio aristotélico de *phronesis*.

## II. DEL “DEMOCRATICUS HOMO” AL CONFLICTO DE INTERESES Y EL PODER; ¿INTERÉS GENERAL?

Si Habermas se basa en una adecuada cultura política y en el constitucionalismo patriótico como el medio principal para asegurar el cumplimiento de los principios constitucionales, la situación en la vida real es distinta. Como afirmaba Prats, no todo en la

vida de los individuos es regulable (o la regulación tiene efectos; es necesario un código ético o deontológico propio en su lugar). Maquiavelo iba más lejos al afirmar que a la hora de legislar debe tenerse en cuenta que todos los hombres son malos y que actúan como tales en cuanto la oportunidad se les presenta (Maquiavelo, 1996). En otras palabras, la constitución de una sociedad democrática se puede doblar y utilizar de forma no democrática para uso personal o ventaja de algún grupo (Flyvbjerg, 1998b). Habermas se sitúa en un plano fuertemente normativo y procedimental y presta muy poca atención a las condiciones previas del discurso real. A diferencia de sus tipos ideales, existen los conflictos de interés, normativa y empíricamente, que comprometen la *racionalidad comunicativa*, y la convierten según sus críticos en un argumento vacío excesivamente formal, idealista y con falta de sensibilidad hacia el contexto. “El problema aquí es que en situaciones no triviales hay pocos criterios claros para la determinación de lo que se considera un argumento, lo bueno que es, y cómo diferentes argumentos deben ser evaluados unos contra los otros. Toda sociedad debe tener algunos procedimientos para hacer frente a los conflictos que no puedan ser resueltos por la argumentación – incluso cuando todas las partes se comprometen a la argumentación racional” (Bernstein, 1992: 220). Como solución a esta limitación, valga resaltar el papel de la evaluación (de políticas, planes, programas y/o proyectos) en sus distintas modalidades (Evaluación Ambiental Estratégica, Evaluación de Impacto Territorial, Evaluación de Impacto Ambiental...), para poder suministrar evidencias sobre las que poder basar la selección de alternativas y las decisiones finales de la política (supuestamente).

Muy alejadas de las primeras democracias liberales y del contrato social (de *racionalidad formal*), las democracias modernas (de *racionalidad real*) requieren de una mayor atención a las relaciones de poder como forma de poder lograr más democracia. Si el objetivo es avanzar hacia el ideal de Habermas, entonces la primera tarea es entender las realidades del poder. Para ello se trae a colación la obra de Michel Foucault, quien ha tratado de desarrollar dicha comprensión (Flyvbjerg, 1998a).

Foucault reniega de los ideales y entre el ¿qué debo hacer? kantiano o el ¿qué hacer? de Lenin se sitúa claramente en el segundo (equivaldría a primar la gestión sobre la planificación), aportando con ello una sofisticada comprensión de la *Real politik* (Flyvbjerg, Landman & Schram, 2012).

Foucault, familiarizado con la obra de Habermas y la Escuela de Frankfurt, rechaza tanto el relativismo como el fundamentalismo, y los sustituye por la *ética situacional*; es decir, por el contexto (*contextualismo*, que cabe relacionar con la *path dependence*, las narrativas o *story lines*, el “carácter” de cada territorio...). El autor se distancia del *fundamentalismo* y la *metafísica*. En su opinión las normas no se pueden dar en base universal, independiente de las personas y del contexto: “La búsqueda de una forma de moralidad aceptable por todos en el sentido que todo el mundo tendría que someterse a ella, parece catastrófico” (Foucault, 1984a), por cuanto implicaría una uniformidad ética (como la de Marx, Rousseau o Habermas) y una moralidad que pondría en peligro a la sociedad civil (entendida como comunidad particular o local). Debe actuarse, pues, como si los universales no existieran; nada es fundamental.

Con ello, transita del utópico interés general (uno) a los diversos intereses de cada comunidad<sup>v</sup>. El énfasis de Foucault sobre la *marginalidad* hace su pensamiento sensible a la diferencia, a la diversidad y a las políticas de identidad; en este sentido se acerca al *posmodernismo* y al *place based approach*.

Para Foucault, la base para la comprensión y la actuación es la actitud de los que comprenden y actúan, y ello no se basa en una moral idiosincrásica o en preferencias personales, sino en una visión del mundo común dependiente del contexto y de los intereses de un grupo de referencia (de ahí la importancia que toma la inteligencia y la información territorial, este grupo es muy consciente de que el resto de grupos tienen diversas visiones del mundo y de intereses, y no existe ningún principio general (incluyendo la “fuerza del mejor argumento”) para que todas las diferencias se puedan resolver. Para Foucault, el contexto está condicionado social e históricamente, un baluarte eficaz contra el relativismo y el nihilismo, y esto constituye la mejor base para la acción.

En su opinión, ni siquiera los completos sistemas institucionales pueden garantizar la libertad, a pesar de que se establezcan con ese fin. La constitución escrita no sería vista como una forma efectiva de empoderar a la sociedad civil. El pensamiento de Foucault en lo referente a leyes, constituciones y democracia se centra más en cómo se pueden utilizar de manera igualitaria y no en establecer más constituciones e instituciones, como defendía Habermas<sup>vi</sup>. El problema no es tratar de disolver las relaciones de poder en la utopía de una comunicación perfectamente transparente (transparencia y dación de cuentas de acuerdo con el Libro Blanco de la gobernanza europea – CE, 2001), sino establecer las normas de Derecho, las técnicas de gestión, así como la ética, que redujeran los juegos de poder que dieran como resultado un mínimo de dominación.

La resistencia y la lucha, en contraste con el consenso, es para Foucault la base más sólida para la práctica de la libertad. Para Hirschman (1994) los conflictos sociales son los verdaderos pilares de la sociedad democrática. Si las sociedades que suprimen el conflicto acaban por ser opresivas, paralelamente las teorías sociales y políticas que los ignoran o marginan también lo son potencialmente. Esto nos lleva a la teoría de los conflictos y a las técnicas de mediación y negociación (en busca de ideales comunes), una nueva competencia clave para el planificador según las tendencias más recientes (en USA y Australia por ejemplo; vid. American Planning Association, 2015 y Planning Institute Australia, 2015)<sup>vii</sup>. Por el contrario, Habermas aboga por el recurso a la norma, a la judicialización del conflicto y a su resolución a través de los procesos judiciales por el poder establecido y no por el entendimiento mutuo o el acuerdo. Algo que no siempre es deseable ni garantiza buenos resultados (especialmente en materia de ordenación del territorio, urbanismo y medio ambiente – vid. Farinós, 2009).

Tanto Foucault como Habermas consideran crucial la regulación de las relaciones reales de dominación, pero mientras el segundo plantea los enfoques de la regulación desde una teoría *universalista* del discurso, el primero busca un entendimiento genealógico de las relaciones de poder reales en contextos específicos. Mientras que la orientación de Habermas es hacia la *episteme*, Foucault se orienta hacia la *phronesis*, principio del que nos ocuparemos en el siguiente epígrafe. Habermas enfatiza la macro-política de

procedimiento (el equivalente a la teoría, la planificación); Foucault hace hincapié en la política micro-sustantiva (la práctica, la gestión). Los dos son pensadores “de abajo a arriba” en lo que se refiere al contenido de la política (el individuo, la agencia sobre la estructura), pero donde Habermas piensa en un “de arriba a abajo” en lo que se refiere a la racionalidad procedimental (tecnocrática), Foucault es un pensador “de abajo a arriba” en lo relativo tanto al proceso como al contenido (Flyvbjerg, 1998a).

Frente a la concepción idealista de Habermas, Foucault facilita una comprensión materialista de la política real y la política racional, y cómo éstas podrían ser cambiadas en un contexto específico. El problema de Foucault es que dado que la comprensión y la acción tienen sus puntos de partida en lo particular y lo local, pueden llegar a pasarse por alto las condiciones más generalizadas en relación, por ejemplo, con las instituciones, las constituciones y las cuestiones estructurales. Desde el punto de vista de la planificación, esto se resuelve con la integración del diagnóstico interno con el externo, pero no se resuelve del todo en la práctica de una verdadera *gobernanza multinivel* (idea de la *multiescalaridad*, *multiterritorialidad* y *fuzzy geometries/fuzzy planning*). El consenso político no puede ejercerse de forma tal que neutralice las obligaciones, compromisos e intereses diversos de la sociedad y de los niveles de poder. Todo ello garantiza la existencia del conflicto y la consiguiente necesidad de tener que gestionarlo a la hora de tomar decisiones.

### III. PERSIGUIENDO ESPERANZAS: LA FRÓNESIS COMO PUNTO DE EQUILIBRIO ENTRE LO QUE DEBE SER (PLANIFICACIÓN) Y LO QUE PUEDE SER (IMPLEMENTACIÓN)

Para Aristóteles, la ciencia natural y la social deben ser abordadas de forma distinta, una de la otra. Por ello, planteaba y discutía las tres virtudes intelectuales: *episteme*, *techne* y *phronesis*. Según Flyvbjerg (2001), la colonización de las ciencias sociales por las naturales explicaría por qué en el caso de la *techne* (tecnología o técnica a día de hoy) esta carece de referencia alguna a la virtud intelectual (fuera de la racionalidad perfecta del especialista). Las ciencias sociales (a diferencia de las naturales que no pueden hacerlo) son más fuertes en su papel de *phronesis*, en tanto contribuyen al análisis, reflexión y discusión sobre los valores y los intereses, que es, como se viene argumentando, el requisito previo para la adecuada gestión de los conflictos y para el deseado desarrollo político, económico y cultural. Por este motivo, debe avanzarse desde la concepción aristotélica original de *phronesis* (frónesis) a otra que explícitamente incluya el poder.

En opinión de Subirats (2016), “Aristóteles relacionaba directamente frónesis con la ciencia política, relacionando el despliegue que significa pasar de los elementos particulares a los generales o a una perspectiva social amplia, mediante el ejercicio de las leyes (donde partiendo de unos valores, se propone un itinerario controlado de cambio, proceso que se supone que conducirá a “buenos” resultados, a partir de unas circunstancias previas determinadas), y también de la necesidad de la deliberación para tomar decisio-

nes colectivas... Desde la aproximación que aquí tratamos de defender y argumentar, los aspectos particulares, los aspectos contextuales, serían esenciales. O dicho de otra manera, la perspectiva apuntada refuerza la significación de los ejemplos, la importancia de los casos<sup>viii</sup>. Un principio básico de la investigación fronética es que los ejemplos prácticos son típicamente vehículos de comunicación más eficaces que los que se plantean en las discusiones de la teoría y la metodología (Flyvbjerg, 2002)<sup>ix</sup>.

De acuerdo con Aristóteles, la *Phronesis* (literalmente sabiduría práctica, sentido común<sup>x</sup> o prudencia) es la actividad más importante, por encima del *episteme* y la *techne*, porque, mediante la misma, la racionalidad instrumental (técnica) se equilibra por el valor racional (episteme o saber científico). Se trata, en su opinión, de la virtud intelectual más importante “motivada... capaz de actuar con respecto a las cosas que son buenas y malas para el hombre”, que toma en cuenta los valores y va más allá del conocimiento analítico, científico (*episteme*), y de la técnica (*techne* o *know how*). En síntesis, la *phronesis* es más importante porque es la virtud intelectual que permite organizar (coordinar) el empleo ético de la ciencia (*episteme*) y la tecnología disponible (*techne*), y resulta la actividad intelectual más relevante para la praxis, que no puede ser encapsulada por reglas universales (reduccionistas y aprioristas que someten la realidad al modelo), y que requieren de una interacción entre lo general y lo concreto (lo que también cabrá relacionar con la multi/inter-escalaridad y la integración de los diagnósticos interno y externo), de la deliberación (participación, gobernanza democrática, planificación colaborativa), del juicio y de la decisión (la ‘mejor’ alternativa – sobre esta cuestión volveremos más adelante en este mismo epígrafe).

Esta sabiduría práctica implica no solo juicios de apreciación en términos de valores (lo que debe ser de la ética) sino también una comprensión de las realidades políticas (el contexto, las condiciones de cada espacio, incluida la cultura política) y las relaciones de poder. Y todo ello como parte de un sistema integrado. La praxis siempre queda supeditada a juicio dependiente del contexto, a la ética situacional. El contexto (la geografía, dirían Massey & Allen, 2004) importa en planificación. Concuere esto con la máxima de Aristóteles de que en las cuestiones de la praxis se debe confiar más en la esfera pública de la ciencia (deliberativa, posnormal). La frónesis es la más importante (en relación a la *episteme* y *techne*) porque a través de ella se equilibran las dos racionalidades (Weber, 1978): la racionalidad instrumental (medio-racionalidad, hasta ahora predominante de acuerdo con el método racional comprensivo) y la racionalidad de los valores (racionalidad sustantiva). Tanto para Aristóteles como para Weber, el equilibrio entre ambas resulta crucial. Lo mismo, y este es nuestro argumento, que lo resulta para una adecuada relación entre planificación y gestión (implementación o puesta en práctica), entre expertos/académicos (*planners*) y tomadores de decisiones (*decision/policy-makers*).

Los conflictos de poder, como se ha comentado, resultan elementos de estudio clave dentro de la investigación social y política. Flyvbjerg (2002) trata de poner en práctica (para el caso de la planificación urbana escandinava) la metodología que desarrolló para los estudios del poder (su *phronetic planning research*). Lo hace desde una parte de la *phronesis*, la del planificador, que, con ser importante y sobre la que más podemos traba-

jar como intelectuales, expertos y *practicioners*, no resulta decisiva. Esta función parece estar reservada a la *phronesis* de los políticos y tomadores de decisiones. De ahí la necesidad de avanzar en el estudio de cómo poder lograrla, por influjo de la técnica o, finalmente, de la cultura territorial (valores) suficiente.

La “investigación en planificación fronética” sigue la tradición de los estudios sobre el poder desde Maquiavelo y Nietzsche hasta Foucault y Bourdieu; porque, si se quiere entender el poder, el punto de partida deben ser los pensadores del poder, no tanto los de la racionalidad comunicativa. Pero, ¿qué debemos entender por investigación en planificación fronética? Ésta, en opinión de su creador, puede resultar útil no como imperativo metodológico sino como forma de ofrecer posibles indicadores de dirección a partir del análisis de experiencias.

Pero volvamos al origen del concepto y a la relación *episteme/techne/phronesis*. El término epistémico hace referencia al conocimiento científico, un estado de mente capaz de demostrar lo que sabe; se asemeja a nuestro ideal de la ciencia moderna (hipotético-deductivo, de leyes generales, nomotéticas, propio de las ciencias naturales). Por su parte *techne* y *phronesis* se vinculan a otras dos funciones alternativas del trabajo intelectual. El objetivo de la *techne* es la aplicación de conocimientos técnicos y habilidades para resolver un problema concreto; resulta pragmático, variable y dependiente del contexto (lo que Foucault, 1984b, denomina “racionalidad práctica regida por un objetivo consciente”). Por su parte la frónesis ética se orienta a la acción a partir de una racionalidad basada en la ética y los valores (racionalidad-valor). Pues bien, la investigación en planificación fronética como *techne* sería un tipo de consultoría capaz de desarrollar una planificación “mejor” por medio de una racionalidad instrumental (métodos y técnicas que son conocidas e innovadas)<sup>xi</sup>. En este caso “mejor” viene definido en términos de valores y objetivos que resulten de la negociación con todos los actores (Flyvbjerg, 2004). La validez del “mejor argumento” se basa en la interpretación y su comparación con otras interpretaciones e investigaciones, aceptada o rechazada por el conjunto de actores. A diferencia de la racionalidad analítica e instrumental, la racionalidad práctica de la frónesis se basa en la razón inter-subjetiva, donde los actores se relacionan e interactúan en contextos específicos de poder y diálogo (diálogos, discusión o contacto abierto entre dos o más partes, que surge con el propósito de lograr un acuerdo).

Una de las principales tareas de la investigación en planificación fronética es proporcionar ejemplos concretos y narraciones detalladas de las formas en que operan el poder y los valores, sus efectos y beneficiarios/perdedores, y cómo podrían ser modificados para tener otras consecuencias/efectos/resultados. Así se explica, por ejemplo, por parte de Albrechts (2016) al hacer referencia a su experiencia en la preparación del Plan de Flandes (Albrechts, 1999a,b & 2003a,b) y, en general y con una aproximación más radical, a la planificación estratégica (Albrechts & Balducci, 2013). Desde este punto de vista los planificadores no serían simples mediadores o facilitadores sino que juegan un papel activo, intrínsecamente unidos en las relaciones de poder, del que pueden acabar convirtiéndose en correas de transmisión o como contrapeso de los intereses predominantes.

Se trata por tanto de un proyecto analítico, no teórico ni metodológico. Se centra tanto en los actores como en la estructura (en este sentido podría relacionarse con los análisis MACTOR de la prospectiva a la hora de definir los escenarios de futuro), y sobre la relación entre ambos: los actores de la planificación y sus prácticas se analizan en relación con las estructuras de las organizaciones, las instituciones y las sociedades de las que forman parte, al tiempo que las estructuras se analizan en términos de cómo son interiorizadas por la agencia. De acuerdo con Bourdieu (1990) esta es la forma de escapar a la disyuntiva entre *estructuralismo sin sujeto* y *filosofía del sujeto*. En este mismo sentido de tender puentes entre agencia y estructura, cabe situar la teoría de la estructuración de Giddens (1984), o el trabajo de Putnam (1993) sobre la planificación moderna y democrática en Italia (Galland, 2012).

La persona (el ciudadano, el planificador, el tomador de decisiones) que posee la sabiduría práctica (*phronimos*) tiene conocimientos de cómo manejar cada circunstancia particular (contextualización, fenomenología, caso...), que nunca puede ser equiparado al conocimiento de las verdades generales (que se plantean desde el episteme y que el experto también conoce). Por tanto, la frónesis resulta más una habilidad tácita para hacer la ética práctica que una especie de ciencia (al menos en el sentido de las ciencias naturales), resultando mucho más cercana a la posnormalidad, a la transdisciplinariedad y al enfoque de sistemas complejos, más típicos en las ciencias sociales (vid. Funkowicz & Ravetz, 1991, 1993). Ello nos lleva a la nueva interpretación, no sólo de la teoría de la planificación (vid. Benabent, 2014), sino también:

- al papel y perfil del planificador (American Planning Association, 2015; Planning Institute Australia, 2014), que se acerca más a la figura del mediador y gestor de conflicto dentro del proceso de elaboración de planes de ordenación territorial (Farinós, 2014b; Prezioso, 2008); y también, en este proceso,
- al momento clave de tránsito de la etapa de análisis y diagnóstico (que resuelve fácilmente la *episteme* y la *techne*) a la de formulación y selección de alternativas, un proceso mucho más contextualizado, deliberativo, iterativo y 'creativo' que requiere de algo más (la *frónesis* como base de esa supuesta 'inspiración', 'intuición' o 'arte', que ahora se convierte en 'sentido común' y 'ética práctica'), tanto para ofrecer la 'mejor opción' como para que ésta resulte 'aplicable' (con las menores barreras de entrada y los mejores efectos en la práctica – como ya comentábamos al referirnos a planificación colaborativa en Farinós, 2009).

¿Y cómo llevar a cabo la investigación en planificación fronética que se propone? Asumiendo, según Flyvbjerg, tres precondiciones:

- renunciar al racionalismo típico (Dreifus & Dreifus, 1991), transitando de la planificación racional omnicomprensiva a la teoría del conocimiento/acción y al paradigma comunicativo/deliberativo (en términos de relaciones de poder en cada contexto);
- abordar los problemas que importan a los grupos en las comunidades locales, nacionales y globales en los que vivimos (en este sentido cabe proponer un enfoque de policy packages transversales, como vectores o ejes estratégicos, propios de cada

contexto, para poder abordar los problemas, tendencias, dinámicas... territoriales presentes, que deben ser identificadas, conceptualizadas y operativizadas a efectos de poder ser definidas, medidas y abordadas por las políticas);

- comunicar los resultados de nuestra investigación a los conciudadanos y escuchar atenta y cuidadosamente sus comentarios (lo que nos acerca a la figura de los planes de participación pública, su naturaleza, funciones y efectos...).

El objetivo de la investigación en planificación fronética es clarificar valores, intereses y relaciones de poder en la planificación como base de una buena praxis. Para ello debe responderse a cuatro cuestiones (Flyvbjerg, 2004): (1) ¿a dónde nos dirigimos con la planificación?, (2) ¿quién gana y quién pierde y cuáles son los mecanismos de poder?, (3) ¿es el resultado el deseable?, (4) ¿qué deberíamos hacer al respecto? Según sea la respuesta a estas cuestiones, los resultados de la planificación en la práctica varían.

Las preguntas 1, 3 y 4 son las aristotélicas clásicas; la segunda es la realmente nueva que introduce explícitamente las relaciones de poder en la concepción original de *Phronesis*<sup>xiii</sup>. La planificación de hecho se utiliza como instrumento de control de los grupos dominantes sobre otros grupos, logrando así las ‘seguridades’ deseadas y el mantenimiento del *status quo*. Las preguntas se hacen con la conciencia de que no hay un “nosotros” general y unificado en relación con el cual la pregunta pueda tener una respuesta final única. Los investigadores deben ser conscientes de que la planificación será más eficaz si se centran en los valores e intereses de grupos específicos en el contexto de un poder particular, logrando con ello que llegue a ser una actividad más importante y reconocida por los involucrados ‘en’ y afectados ‘por’ el planeamiento (lo que a su vez posibilita una mayor participación, compromiso y evaluación, en una especie de espiral ascendente o virtuosa).

¿Quién gana, y quién pierde? ¿A través de qué tipo de relaciones de poder? ¿Qué posibilidades están disponibles para el cambio las relaciones de poder existentes? ¿Es conveniente hacerlo? ¿Cuáles son las relaciones de poder entre los que hacen estas preguntas? La investigación en planificación fronética plantea estas preguntas con la intención de evitar el voluntarismo y el idealismo característico. Eso significa que el investigador fronético tiene que tomar decisiones acerca de dónde empezar y terminar la historia, lo que subrayar, etc. Una vez más este tipo de decisiones se toman sobre la base de la forma en que mejor contribuyen a responder a las cuatro preguntas para el planeamiento antes citadas.

Con todo, y suponiendo un avance sobre cómo hacer de la planificación y al planificador más útiles y menos voluntaristas, cabe recordar que sólo resulta una parte de lo que podríamos llamar “los factores de la ecuación fronética”. Es cierto que afecta a expertos/técnicos/científicos planificadores y alude o afecta, de paso, a ciudadanos, grupos de interés y tomadores decisiones/políticos. Y la gobernanza democrática y la democracia más participada (metafísicamente una contradicción en sí mismas, como hemos comentado a lo largo del texto y en trabajos precedentes) ponen el énfasis en el papel de la agencia, de la ciudadanía y en un re-empoderamiento de la misma; también en la emergencia o en su caso mantenimiento (cuando exista –véase lo que está sucediendo desde principios del

siglo XXI en los Países Bajos) de una adecuada cultura política y territorial. Pero queda, sin embargo, y es lo más importante, la frónesis de la política, o de los políticos, de la ética de la acción, de racionalidad de los valores, de la racionalidad sustantiva, como renovados “reyes filósofos”, ahora gobernantes filósofos.

Es una cuestión a la que hemos empezado a aproximarnos, al tratar de responder a la cuestión de cómo poder situar mejor el desarrollo territorial en la agenda política a través de nuevas ventanas de oportunidad (Vera & Farinós, 2015; Farinós, Vera & Lloret, 2016). Allí concluíamos que actualmente, al menos en países como los nuestros (tomamos el conjunto de España como referencia), el territorio y su adecuada planificación y gestión no termina de formar parte de la agenda política, o lo hace de una manera oportunista y débil. Y ello porque las tres corrientes que debieran coincidir en el tiempo para que se generen las ventanas de oportunidad (Kingdom, 1995) no lo hacen: el reconocimiento social de un problema; la elaboración de una propuesta de solución o alternativa técnica para intervenir en el tema por parte de la administración; una serie de cambios políticos que deben acompañar a los anteriores procesos de forma necesaria para que se produzca una decisión pública. Respecto de lo primero, los responsables de gobierno, parlamentarios, altos cargos de las administraciones, el resto de actores y grupos externos a la gobernanación, así como la propia ciudadanía, prestan atención en un momento determinado a diferentes temas. Por tanto, los resultados no animan a pensar que esta confluencia se pueda producir de forma espontánea o natural, ‘per se’, de acuerdo con las actuales condiciones. La recuperación del *political will* puede venir por presiones o motivaciones externas (vía conflicto ciudadano o castigo electoral – lo que en culturas clientelares como las mediterráneas no se produce con tanta claridad respecto del centro y norte de Europa) o como parte de una deseada nueva fronética política, que aquí se plantea como complemento fundamental a la fronética de la planificación.

#### IV. DE LA FRONÉTICA DE LA PLANIFICACIÓN A UNA NUEVA FRONÉTICA POLÍTICA EN LA PRÁCTICA; EL LARGO CAMINO. A MODO DE SÍNTESIS Y ALGUNA PROPUESTA PARA SEGUIR AVANZANDO

A día de hoy no parece poder sustentarse la forzada división entre ‘los que dicen y critican’ (la academia y el episteme) de ‘los que hacen’ (la *techne* y los tomadores de decisiones. A lo largo de las páginas precedentes hemos querido demostrar que la planificación (que incluye diseño, implementación y evaluación) es un proceso cíclico en el que interactúan los diversos grupos de actores (expertos, técnicos, políticos y sociedad civil) de forma compleja e incluso iterativa en el marco de la posnormalidad. Respecto de las oportunidades de desarrollo y de la formulación de las políticas que las persigan, mucho se ha dicho sobre los sistemas de gobierno y de las estructuras de decisión, y de los estilos de planificación, pero poco sobre los procesos en que la gobernanza territorial se produce de facto y si es posible encontrar tipos y buenas marcas que permitan presentar recomendaciones.

En este sentido, y fuera del ámbito nórdico o del noroeste europeo, considerado tradicionalmente como cuenca de innovación y buenas prácticas en esta materia, pueden destacarse como ejemplos de interés, además de la referida experiencia del Plan de Flandes bajo la dirección del Louis Albrechts, otras en sentido y contextos distintos como la de ‘Thames Gateway’ (Allmendinger & Haughton, 2009), la de la nueva política territorial de Cataluña (Nel-lo, 2007; 2013) o la dilatada experiencia de la difícil práctica de la ordenación del territorio en España (Serrano, 2016). También se ha podido constatar que el diferente nivel de desarrollo y práctica de la planificación territorial entre las Comunidades Autónomas vendría a confirmar que esta actividad pública es dependiente, fundamentalmente, del conocimiento de la planificación y del reconocimiento de su utilidad potencial por parte de los políticos, así como de su voluntad para llevarla a cabo y lograr los objetivos explicitados en los instrumentos de planificación (Farinós, García & Aldrey, 2016).

Para el caso español, un apurado conocimiento sobre el terreno de los departamentos responsables de la OT permite confirmar que la presencia de técnicos de alto rango cualificados y comprometidos que lideren el proceso en los departamentos de la administración regional (habitualmente en colaboración de expertos especialistas, algunos provenientes de la academia y/o el mundo de la consultoría profesional), también resulta un elemento clave en el comportamiento ‘regional’. Los cambios legislativos, fruto de la propia evolución de la realidad social, económica y territorial no resultan de tipo incremental, provocándose entonces una especie de movimiento de corriente alterna (de ‘*stop and go*’, siendo que el ‘*go*’ que sigue al ‘*stop*’ suele caminar en sentido contrario al anterior) que obedece más a intereses y enfoques de cómo hacer uso del suelo y de los recursos territoriales que sobre cómo hacer planificación para, precisamente, poder hacer dicho uso y gestión.

En todos los casos referidos, en estos trabajos se demuestra que, aún uniendo episteme y techne, de forma innovadora y creativa, esto no asegura la planificación frónética, cuya pervivencia escapa a sus promotores y precisa de una frónesis de la política que intenta labrarse y abrirse paso, pero que en ningún caso se ha llegado a asegurar por completo.

A la hora de detallar ejemplos de buenas prácticas de frónesis política, éstas se refieren más bien a la acumulación y aplicación de los conocimientos sobre lo que funciona y lo que no (dónde, cómo y por qué), en diferentes situaciones y contextos, incluyendo un proceso continuo de aprendizaje, retroalimentación, reflexión y análisis. Una deseable opción sería poder diseñar un sistema que permitiera valorar los niveles de voluntad y compromiso político.

Para poder diferenciar buenas prácticas se propone el empleo de tres factores de referencia: **marco legal e instrumental, las rutinas de gestión, y el marco político-cultura política**. Su análisis, dentro de cada contexto particular en el cual se opere, nos aproxima al estudio de las tres corrientes que generan las ventanas de oportunidad de acuerdo con la teoría Kingdom (1995).

La naturaleza estratégica de la gobernanza territorial, y la necesidad de un profundo análisis de los juegos de negociación entre los actores involucrados, hace que

todo proyecto de desarrollo territorial se caracterice por conflictos de intereses y de poder entre los actores públicos, privados y sociales involucrados. Por tanto, la gobernanza territorial depende en gran medida de la naturaleza de los conflictos en juego, de su carácter más o menos difuso y de la capacidad de los actores para negociar un compromiso aceptable. Goss (2001: 11) describe el concepto “local governance” como “una nueva y emergente forma de tomar decisiones en el nivel local que se desarrolla a través de diferentes relaciones, tanto entre agencias públicas como entre éstas y los ciudadanos”. Esto es, haciendo especial hincapié en las **rutinas de gestión** se pretende mejorar las prácticas de gobernanza desde la frónesis política. Prácticas relativas a: rutinas organizativas que favorezcan la cooperación entre sectores y actores, la coordinación interadministrativa y la coherencia de las actuaciones, la capacidad de negociación, de co-producción de conocimiento que poder transferir (incluido el del territorio y de cómo emplear su potencial), de construir un medio eficaz de comunicación/difusión de la información entre actores y sectores, de generar confianza y compromiso a partir de unos objetivos comunes, etc.

En lo que se refiere al **marco legal e instrumental**, cabe centrarse en las herramientas, técnicas y métodos para la estructuración de la gobernanza territorial. Para ello, el marco legal se considera un factor relevante ya que éste establece las normas de derecho, las técnicas de gestión así como la ética en la cual se desarrolla la planificación. En este aspecto, en un reciente trabajo aún en edición (Farinós, Vera & Lloret, 2016) se abordó esta cuestión mediante un Delphi a un grupo de expertos seleccionados a quienes se preguntó acerca de sí existía un marco legal, pero sobre todo reglamentario e instrumental, adecuado en la planificación territorial en España. Pudimos concluir que cuando se revisa la batería de instrumentos de ordenación territorial, y se desciende de la escala regional (planes, directrices, estrategias regionales) a las de detalle, nos encontramos ante el reto de trasladar las grandes recomendaciones a aplicaciones prácticas y concretas en las que se mantengan explícitos los juegos de poder y se permita gestionar el conflicto. Ante la diversidad de actores implicados, cabe una mejor asignación de roles y responsabilidades, cuya finalidad sea la de potenciar la cultura participativa, en un primer momento, pero, sobre todo, trabajar sobre la cultura del acuerdo. La cultura participativa y del acuerdo se enfrentaría al modelo clientelar al facilitar que los actores implicados puedan atribuir responsabilidades y ejercer los mecanismos de control designados.

Por su parte, el **marco político** nos remite a las técnicas y métodos para la elaboración de herramientas políticas. Para ello es necesario contar con la voluntad, compromiso y liderazgo político, así como con mecanismos que faciliten la rendición de cuentas. El compromiso y liderazgo político son determinantes a la hora de promover la planificación territorial como método de gobierno en sentido integral. La **cultura política** adopta especial importancia ya que ésta permite observar la relevancia y el reconocimiento de las ventajas de la OT como política pública. La falta de arraigo de la OT en la agenda política española, en ocasiones, viene acompañada por la falta de cultura participativa motivada por una baja concienciación social (Farinós, Vera & Lloret, 2016).

Se hace necesario trabajar en materia de concienciación de la ciudadanía para promover una adecuada cultura territorial que permita obtener mayores seguridades y certezas sobre lo que se precisa en el territorio de cada cual. También, por tanto, para promover un adecuado sentido de pertenencia que facilite la **apropiación** del concepto de territorio por parte de la ciudadanía. Ello permitirá trabajar con otros mimbres a la hora de proponer nuevas formas y prácticas de planificación y formulación de políticas con impacto territorial.

Nuevas formas de promover inteligencia, observación y criterios claros de evaluación territorial (evitando las cajas negras con intereses ocultos detrás), en un renovado esfuerzo de dación de cuentas y transparencia, se nos muestran como un aspecto crucial para esta nueva ética práctica. Más aún en culturas clientelares y estilos de planificación muy pegados a los intereses particulares de los propietarios del suelo, donde la planificación no ha podido zafarse del lastre que supone: tanto la generación de plusvalías del suelo mediante su transformación (en economías poco diversificadas y muy dependientes de la explotación directa de los propios recursos físicos existentes – del que el suelo es uno de los principales– para beneficio de sectores como el inmobiliario, las infraestructuras y el turismo); como también el importante hecho de que estas plusvalías sean apropiables por parte del titular del suelo, lo que genera no ya conflictos por los posibles usos sino también en la prelación entre ‘intereses’, ‘valores’ y ‘racionalidad’ (en los movimientos especulativos los dos últimos se ven fácilmente sobrepasados por los primeros).

También la disponibilidad de recursos, económicos especialmente, para llevar a la práctica las propuestas de la planificación resulta un elemento crucial para poder hacer frente al frenesí especulador. De otra forma no será posible confrontar, para un juicio justo y racional (ajustado a criterio y valores), entre las ventajas de que la planificación exista sobre el hecho de que no. Este es precisamente el caso español, donde tal comparación resulta poco factible y, lo que es peor, útil, para demostrar su utilidad y bondades. De nuevo la cuestión de qué es lo más importante para el éxito de la planificación; si la estructura legal e institucional y las técnicas, o el entendimiento y lo compartido que ésta resulta entre los actores implicados y la población. ¿Qué importa más, el cómo o el qué? El hecho de que mucha de la planificación resulte inútil, al querer mantener las viejas formas (el cómo) frente a los nuevos problemas (el qué), apuntan a cuál es el cambio de orientación necesario.

La planificación maneja valores y significados, no solo evidencias. Por ejemplo, en materia de planificación estratégica la dimensión normativa viene de parte de la ética. En ese caso ¿cómo lograr un mejor entendimiento, complementariedad y coordinación entre planificación estratégica y la ordenación del territorio normativa? Ello reclama un análisis y entendimiento más depurado y ajustado del proceso de construcción relacional, especialmente social, frente a las normas políticas, muy por detrás, parece, de las verdaderas estructuras de poder. El planificador puede jugar un importante papel a la hora de estructurar el discurso y poder conseguir cambios institucionales (como se ha comentado para el caso de algunas Comunidades Autónomas españolas). ¿Cómo

conseguir lograr las condiciones para que deje de ser para él una lucha continuada, como si de Sísifo se tratara?

Otra de las cuestiones de interés, en relación con este objetivo, es lograr una adecuada interacción y equilibrio entre las interpretaciones más amplias o comprensivas de la planificación y acción política frente a las sectoriales y concretas. También entre el corto, medio y largo, y entre el plan y el proyecto, al objeto de procurar coherencia en la práctica política. El 'momento' es muy importante, y debe ser identificado y aprovechado. El planificador, técnico o experto puede incluso contribuir a crear las condiciones necesarias para que éste se produzca en la sociedad civil.

Otra línea que merecería atención especial es la de cómo poder tender mejores canales de comunicación entre expertos, técnicos y tomadores de decisiones por una parte (para que las iniciativas se mantengan sin que el técnico o experto deba consagrarse a la vigilancia), entre técnicos y decisores y sociedad civil por otra (de forma que el cambio de ciclo político no suponga el fin de una buena trayectoria en materia de política y agenda territorial), y entre todos ellos a la vez. En suma, cómo poder mejorar las condiciones culturales para la política territorial. Muchas personas tienen la información solo de oídas y, muchas veces, es la que les suministran de forma falsa e interesada grupos de presión con intereses contrarios a que exista planificación. Como hemos argumentado, la planificación tiene sentido si la gobernanza no queda reducida a una simple negociación de la diversidad de intereses presentes en el territorio, contrapuestos en la mayoría de ocasiones. Y la validez se ha de definir como consenso sin fuerza, porque una norma no consensuada no tendrá recorrido, del mismo modo que los colectivos afectados pueden aceptar libremente las consecuencias de una norma controvertida y difícil.

Finalmente, cabe avanzar en las posibles fórmulas mediante las que poder promover una visión no disyuntiva excluyente entre gobierno-buen gobierno (normas formales) y gobernanza (no tan formales o establecidas – *soft power*) que asegure el mejor funcionamiento del sistema sin amenazar la democracia real y la necesaria función del Estado. El poder está en el centro de la planificación, y el que tiene el verdadero poder es capaz de determinar el significado de las palabras y el sentido de las propuestas. De ahí de la necesidad de garantizar unas reglas de gobernabilidad que arbitren sobre los distintos intereses para que puedan mantenerse en razonable co-habitación... a falta las más de las ocasiones de un único interés general o una única alternativa que claramente resulta la mejor.

Un ajustado conocimiento y entendimiento de las relaciones de poder, que faciliten su adecuado manejo y liderazgo, resulta imprescindible para promover cualquier tipo de cambio político. Y hay que reconocer que la planificación está llamada a provocar cambios, a ser transformativa, para hacer la sociedad no solo más resiliente sino también, y sobre todo, para que esta resiliencia (su distribución de cargas) sea más justa entre grupos de ciudadanos, entre instituciones y organismos (y entre ambos: ciudadanos y gobiernos), y entre territorios; ante cualquier eventual situación de crisis, necesidad y cambio, como a la que hoy en día nos enfrentamos. La planificación ha muerto, larga vida a la planificación.

## AGRADECIMIENTOS

Los autores agradecen los comentarios de las dos evaluaciones recibidas que han permitido ajustar y mejorar algunas de las partes del texto.

## BIBLIOGRAFIA

- Albet, A. & Benach, N. (2010). *Edward Soja. La perspectiva postmoderna de un geógrafo radical*. Barcelona: Icaria.
- Albrechts, L. (1999a). Planners as catalysts and initiators of change: the new structure plan for Flanders. *European Planning Studies*, 7 (5), 36-46.
- Albrechts, L. (1999b). Planners and change. How do flesh planners on the shop floor cope with change? *Sociedade e Território*, 29, 36-46.
- Albrechts, L. (2003a). Power and planning: towards an emancipatory planning approach. *Environment & Planning C*, 21, 905-924.
- Albrechts, L. (2003b). Planning versus Politics. *Planning Theory*, 2, 249-268.
- Albrechts, L. (2016). Strategic planning as a catalyst for transformative practices. To be published in B. Haselsberger (Ed), *Encounters in Planning Thought. 16 Autobiographical Essays from Key Thinkers in Planning*. New York: Routledge.
- Albrechts, L. & Balducci, A. (2013). Practicing strategic planning: in search of critical features to explain the strategic character of plans. *DisP*, 49 (3), 16-27.
- Allmendinger, P. & Haughton, G. (2009). Soft spaces, fuzzy boundaries, and metagovernance: the new spatial planning in the Thames Gateway. *Environment and Planning A*, 41, 617-633.
- American Planning Association (n.d.). *What skills do planners need?* Consultado a 9.02.16. Disponible en: <https://www.planning.org/onthejob/skills.htm>
- Ansell, C. & Gash, A. (2008). Collaborative governance in theory and practice. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 18 (4), 543-571.
- Benabent, M. (2010). El interés general en la filosofía política. Un concepto ético y normativo necesario para la planificación territorial. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 53, 121-146.
- Benabent, M. (2014). *Introducción a la teoría de la planificación territorial*. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de publicaciones.
- Bernstein, R. J. (1992). *The new constellation: the ethical-political horizons of modernity/postmodernity*. Cambridge: Massachusetts, MIT Press.
- Bourdieu, P. (1990). *In other words: essays towards a reflexive sociology*. Cambridge: Polity Press.
- Brugué, Q. & Vallès, J. M. (2005). *Nuevos ayuntamientos, concejales diferentes. Del gobierno de las Instituciones al Gobierno de las Redes*. Madrid: FEMP.
- Chadwick, G. (1971). *A systems view of planning: towards a theory of the urban and regional planning process*. Oxford: Pergamon Press.
- Chia, R. (1999). A "rhizomic" model of Organizational change and transformation: Perspective from a metaphysics of change. *British Journal of Management*, 10, 209-227.
- Chia, R. (1995). From modern to postmodern organizational analysis. *Organization Studies*, 16, 579-604.
- Comisión Europea-CE (2001). *La Gobernanza euro-pea - un libro blanco*, COM (2001) 428 final, DOCE C-287, de 12.10.2001. Disponible en: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/?uri=URISERV:l10109> [consultado 9.02.16]
- Dreyfus, H. & Dreyfus, S. (1991). Sustaining non-rationalized practices: body-mind, power, and situational ethics. Interview conducted by Bent Flyvbjerg. *Praxis International*, 11, 93-113.
- Faludi, A. (1985). The return of rationality. In M. Breheny & A. Hooper (Eds.) *Rationality in Planning: Critical Essays on the Role of Rationality in Urban and Regional Planning* (27-47). London: Pion.
- Faludi, A. (1973). *Planning Theory*. Oxford: Pergamon.
- Farinós, J. (2015a). Aménagement et gouvernabilité. Les liens entre rhétorique et pratiques. Une dernière chance pour le projet européen? *L'Information géographique*, 79 (1), 23-44.

- Farinós, J. (2015b). Administración y gestión del territorio como potencialidad para el buen gobierno. En Serrano, A. (ed.) *Planificación y patrimonio territorial como instrumento para otro desarrollo*. Ponencias presentadas al VII CIOT. Valencia, PUV-Fundicot (en prensa).
- Farinós, J. (2014a). "Ciudadanos, poder, gobierno y democracia; una forma de relación inestable". En J.L. Sahuquillo y J. Martín Cubas (eds.) *La era de la #Política2.0*. Valencia, Ediciones Casas-AVA-POL, 24-34.
- Farinós, J. (2014b). "Ordenación del Territorio desde la Geografía. De renovaciones conceptuales, retos, amenazas y espacios de oportunidad". *Polígonos. Revista de Geografía*, 26, 17-58.
- Farinós, J. (2009). "Bases, métodos e instrumentos para el desarrollo y la cohesión territoriales. Diagnóstico y propuestas para el debate y la acción". En Farinós, J.; Romero, J. y Salom, J. (eds.) *Cohesión e inteligencia territorial. Dinámicas y procesos para una mejor planificación en la toma de decisiones*. Valencia, IIDL/PUV, Colección 'Desarrollo Territorial' nº 7, 17-62.
- Farinós, J. (ed. y coord.) (2007). *Governance of Territorial and Urban Policies from EU to Local Level*. Informe final del Proyecto ESPON 2.3.2, En línea: [https://www.espon.eu/export/sites/default/Documents/Projects/ESPON2006Projects/PolicyImpactProjects/Governance/fr-2.3.2\\_final\\_feb2007.pdf](https://www.espon.eu/export/sites/default/Documents/Projects/ESPON2006Projects/PolicyImpactProjects/Governance/fr-2.3.2_final_feb2007.pdf) [consultado el 05/08/15].
- Farinós, J. (2006). The governance of territorial and urban policies in Europe. *European Territorial Research in Progress, Conference proceedings of the 1st ESPON Scientific Conference*. Malmö, ESPON PROGRAM, 101-113.
- Farinós, J., García, M<sup>a</sup> J. & Aldrey, J. A. (2016). "Desarrollo legislativo y planificador en materia territorial y urbanística a nivel español"; en Farinós, J. (ed. y coord.) *Cómo hacer del territorio cuestión política de Estado / Achieving Territory Becomes Matter of State Importance / Come faire du Territoire une question politique d'État*. Valencia, Tirant Lo Blanch. (En edición).
- Farinós, J.; Vera, O. & Lloret, P. (2016). Nueva cultura política y territorial; relaciones entre política y territorio. O de cómo situar el territorio en la agenda política. En J. Farinós (Ed. y coord.) *op.cit.* (en edición).
- Farinós, J. & Ferrão, J. (2015). Gobernanza. En López Trigal, L. (coord.) *Diccionario de Geografía Aplicada y Profesional. Terminología de análisis, planificación y gestión del territorio*. León: Universidad de León.
- Flyvbjerg, B. (1998a). Habermas and Foucault: Thinkers for Civil Society? *The British Journal of Sociology*, 49 (2), 210-233.
- Flyvbjerg, B. (1998b). *Rationality and power: democracy in practice*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Flyvbjerg, B. (2001). *Making social science matter: why social inquiry fails and how it can succeed again*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Flyvbjerg, B. (2002). Bringing power to planning research: one researcher's praxis story. *Journal of Planning Education and Research* 21 (4), 353-366.
- Flyvbjerg, B. (2004). Phronetic Planning Research: Theoretical and Methodological Reflections. *Planning Theory & Practice*, 5 (3), 283-306.
- Flyvbjerg, B., Landman, T. & Schram, S. (2012). Introduction: new directions in social science. In B. Flyvbjerg, T. Landman & S. Schram, (Eds.), *Real Social Science: Applied Phronesis* (1-14). Cambridge: Cambridge University Press.
- Foucault, M. (1980). *The History of Sexuality*. Vol. 1. New York: Vintage.
- Foucault, M. (1982). The subject and power. In H. P. Dreyfus & P. Rabinow (Eds.), *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics* (214-232). Brighton, Harvester Press.
- Foucault, M. (1984a). Le Retour de la morale. *Les Nouvelles*. 28 June. 5 July 1984: 36-41.
- Foucault, M. (1984b). Space, knowledge, and power. Interview with Paul Rabinow. In P. Rabinow (Ed.), *The Foucault Reader* (239-256). New York: Pantheon.
- Foucault, M. (1988). The ethic of care for the self as a practice of freedom. In J. Bernauer & D. Rasmussen (Eds.), *The Final Foucault* (112-131). Cambridge: Massachusetts, MIT Press.
- Funtowicz, S. O. & Ravetz, J. R. (1991). A New Scientific Methodology for Global Environmental Issues. In R. Costanza (Ed.), *Ecological economics: the science and management of sustainability* (137-152). New York: Columbia University Press.
- Funtowicz, S.O. & Ravetz, J. R. (1993). Science for the Post-Normal Age. *Futures*, 25/7, 739-755.
- Funtowicz, S. O. & Ravetz, J. R. (2000). *La ciencia pos-normal: ciencia con la gente*. Barcelona: Icaria Editorial.

- Galland, D. (2012). Understanding the reorientations and roles of spatial planning: the case of national planning policy in Denmark. *European Planning Studies*, 20 (8), 1359-1392.
- Giddens, A. (1984). *The constitution of society: outline of the theory of structuration*. Cambridge: Polity Press.
- Goss, S. (2001). *Making local governance work*. Londres: Palgrave.
- Habermas, J. (1985). Questions and counterquestions. In R. J. Bernstein (Ed.), *Habermas and Modernity* (198). Cambridge: Massachusetts, MIT Press.
- Habermas, J. (1987). *The philosophical discourse of modernity*. Cambridge: Massachusetts, MIT Press.
- Habermas, J. (1990). *Moral consciousness and communicative action*. Cambridge: Massachusetts, MIT Press.
- Habermas, J. (1993). *Justification and application: remarks on discourse ethics*. Cambridge: Massachusetts, MIT Press.
- Hirschman, A. O. (1994). Social conflicts as pillars of democratic market society. *Political Theory*, 22, 203-218.
- Jessop, B. (2003). *Governance and metagovernance: on reflexivity, requisite variety, and requisite irony*. UK, Lancaster: Department of Sociology, Lancaster University. Accedido a 9.02.16. Disponible en: <http://www.lancaster.ac.uk/sociology/research/publications/papers/jessop-governance-and-metagovernance.pdf>
- Keane, J. (1988). *Democracy and civil society: on the predicaments of european socialism the prospects for democracy and the problem of controlling social and political power*. Londres: Verso.
- Kettner, M. (1993). Scientific knowledge, discourse ethics and consensus formation in the public domain. In E. R. Winkler & J.R. Coombs (Eds.), *Applied ethics: a reader*. Oxford: Basil Blackwell.
- Leroux, I. (2006). Gouvernance territoriale et jeux de négociation. *Négociations*, 2, 83-98. [http://www.cairn.info/resume.php?ID\\_ARTICLE=NEG\\_006\\_98](http://www.cairn.info/resume.php?ID_ARTICLE=NEG_006_98)
- McLoughlin, J. B. (1969). *Urban and regional planning: a systems approach*. London: Faber and Faber.
- Maquiavelo, N. (1996). *Discursos sobre la primera década de tito livio*. Madrid: Alianza Editorial.
- March, J.G. & Simon, H. A. (1958). *Organizations*. New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Massey, D. B., & Allen, J. (Eds.) (1984). *Geography matters! A reader*. Cambridge: Cambridge University Press-The Open University.
- Moore, M.L. et al. (2014). Studying the complexity of change: toward an analytical framework for understanding deliberate social-ecological transformations. *Ecology and Society*, 19 (4), 54. <http://www.ecologyandsociety.org/vol19/iss4/art54>
- Nel-lo, O. (2007). La nueva política territorial en Cataluña (2003-2006). En J. Farinós, J. Romero (Eds.), *Territorialidad y buen gobierno para el desarrollo sostenible. Nuevos principios y nueva políticas en el espacio europeo*. Valencia: IIDL/PUV, Colección 'Desarrollo Territorial' nº 2, 199-236.
- Nel-lo, O. (2012). *Ordenar el Territorio. La experiencia de Barcelona y Cataluña*. Valencia: Tirant-Humanidades. Colección Crónica.
- Olsson, P., Folke, C. & Hahn, T. (2004). Social-ecological transformation for ecosystem management: the development of adaptive co-management of a wetland landscape in southern Sweden. *Ecology and Society* 9(4). 2. <http://www.ecologyandsociety.org/vol9/iss4/art2/> [consultado 9.02.16].
- Olsson, P. et al. (2006). Shooting the rapids: navigating transitions to adaptive governance of social-ecological systems. *Ecology and Society* 11(1), 18. Accedido a 9.02.16. Disponible en: <http://www.ecologyandsociety.org/vol11/iss1/art18>.
- Planning Institute Australia (n.d.). *What is planning?* Accedido a 9.02.16. Disponible en: <https://www.planning.org.au/becomeaplanner>
- Prezioso, M. (2008). The territorial dimension of a competitive governance in sustainability. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 46, 163-179.
- Putnam, R. D., Leonardi, R. & Nanetti, R.Y. (1993). *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton: NJ, Princeton University Press.
- Serrano, A. (2016). La Ordenación del Territorio en España: pasado, presente y ¿futuro? Una visión desde experiencias de gestión propias. In J. Farinós (Ed. y coord.) op.cit. (en edición).
- Simon, H.A. (1946). *Administrative behavior. A study of decision-making processes in administrative organization*. New York: The Free Press.
- Subirats, J. (en edición). La política entre los argumentos de la razón y las exigencias de la democracia. Acerca de las decisiones públicas. In J. Farinós (Ed. y coord.) *De cómo hacer del territorio cuestión política de Estado. Elementos para una coor-*

*dinación de las políticas de ordenación del territorio*. Valencia: Tirant Lo Blanch.

Vera, O. & Farinós, J. (2015). La atención prestada al territorio en las políticas públicas: apuntes a partir de la primera fase de un Delphi. XXIV Congreso de la AGE. *Análisis espacial y representación geo-*

*gráfica: innovación y aplicación*. Zaragoza, del 28-30 de octubre de 2015, 11 págs.

Vickers, G. (1995). *The art of judgement: a study of policy making*. London: Sage.

Weber, M. (1978). *Economy and Society*. Berkeley: University of California.

<sup>i</sup> Este trabajo ha sido realizado en el marco del proyecto de investigación CS02012-36960 «Del gobierno a la gobernanza y gobernabilidad efectiva del territorio: guías para un nuevo desarrollo territorial», Plan Nacional de I+D+i 2008-2011, Subprograma de Proyectos de Investigación Fundamental del Ministerio de Economía y Competitividad, cofinanciado por el FEDER.

<sup>ii</sup> Es el mismo razonamiento que utiliza Faludi (1985) para hacer de la racionalidad prueba metodológica en la planificación, mediante la que una decisión únicamente puede ser aceptada si se demuestra que supera a sus alternativas.

<sup>iii</sup> “*Maquiavelo pretende que, en un mundo tan malo y corrupto, no es posible ser completamente bueno sin exponerse a perecer. Por mi parte afirmo que, a fin de no perecer, hay que ser tanto precavido como virtuoso*” (Federico II de Prusia, 1740: *El anti-Maquiavelo*, cap. XV).

<sup>iv</sup> El proceso de elecciones del candidato republicano a la presidencia de los EE.UU., con la figura de Donald Trump, resulta ejemplo bien ilustrativo.

<sup>v</sup> Sobre la idea y concepto de *interés general en planificación* puede verse Benabent, 2010.

<sup>vi</sup> Esto nos acerca a la Teoría de los Sistemas Complejos, en tanto se fija más en los flujos y procesos que en los elementos y estructura del sistema; y a un entendimiento de las nuevas formas de gobernanza como proceso en lugar de como estado o precondition.

<sup>vii</sup> Los conflictos y su gestión conectan con otros planteamientos y teorías como las de la innovación social, gestión de la transición y los movimientos sociales, y éstas a su vez con los estudios sobre resiliencia y también con los sistemas socio-ecológicos (Olson *et al.*, 2004 y 2006; citados en Moore *et al.* 2014).

<sup>viii</sup> Así lo entendimos en (Farinós, 2007), donde incorporamos los estudios de caso como metodología fundamental del proyecto, y tratamos de justificarlo por el entonces en el marco del Programa ESPON I, pasando a formar parte de muchos proyectos en las sucesivas fases del programa (II y la actual III).

<sup>ix</sup> Los antecedentes de este interés por lo particular y los estudios de caso (específicos e indicativos), frente al criterio de centrarse en las ‘grandes preguntas’ y los ‘problemas importantes’, tiene sus antecedentes en la fenomenología, y conecta con el posmodernismo, los estudios de localidades y la importancia del espacio en la teoría social a la hora para explicar los resultados de las relaciones de producción y del poder (tanto o más que la historia, según el propio Soja, vid. Albet & Benach, 2010).

<sup>x</sup> Concepto que se ha banalizado y ridiculizado, llegando a resultar incluso jocoso (‘el menos común de todos los sentidos’), pero que cabe reivindicar como “el arte del juicio” (Vickers, 1995), consistente en optar por las decisiones a tomar desde una perspectiva de actor social virtuoso (en ese sentido se manifestaba Alejandro II de Prusia en su réplica al nihilismo que interpretaba en Maquiavelo, como se ha referido). A falta de una palabra moderna satisfactoria que recoja la idea, en la bibliografía se recurre al original aristotélico de *phronesis* (frónesis).

<sup>xi</sup> A la hora de resolver problemas, y en función del nivel de incertidumbre y posible conflicto, hay que escoger entre tres tipos de estrategias posibles: la ciencia aplicada, la consultoría profesional y la ciencia posnormal. La consultoría, presenta elementos comunes con la ciencia aplicada (tiempo y recursos limitados y existencia de intereses contradictorios), sin embargo resultan claramente diferenciadas. Los resultados de la ciencia aplicada son reproducibles y predecibles, mientras que la consultoría trabaja en situaciones únicas que requieren de juicios personales y, por tanto, de destrezas de alto nivel para manejar la incertidumbre (Funtowicz & Ravetz, 2000: 42).

<sup>xii</sup> Combinando la interpretación de autores como Foucault, Nietzsche o Weber, el análisis del poder es guiado por una concepción del mismo caracterizada por: 1) el poder es productivo y positivo, y no sólo restrictivo o negativo; 2) se ve como una red densa de las relaciones omnipresentes, y no sólo localizado en “centros”, organizaciones e instituciones, o como una entidad que uno puede “poseer”; 3) es visto como algo muy dinámico; el poder no es simplemente algo que uno se apropia, es re-apropiable, un movimiento de ida y vuelta constante dentro de las relaciones de fuerza, tácticas y estrategias existentes (aunque justamente los intentos apropiación y exclusividad no han dejado de producirse, con sus efectos y consiguientes reacciones, y revoluciones; 4) conocimiento y poder, verdad y poder, racionalidad y poder, son analíticamente inseparables uno del otro, el poder produce conocimiento y el conocimiento es poder; 5) La pregunta crucial es cómo se ejerce el poder, y no sólo quién tiene el poder, el foco está en proceso y no sólo en la estructura (lo que abre el campo a nuevos conceptos como el de gobernanza y nuevos enfoques como el de la teoría de los sistemas complejos, la ciencia posnormal y la transdisciplinariedad); 6) el poder y su funcionamiento puede, y debe, estudiarse de forma contextualizada, plana y empírica (en forma de “pequeñas preguntas”, a través de estudios de caso y análisis cualitativos y en profundidad; métodos cuantitativos e inductivos frente al neopositivismo clásico), como punto de partida de lo que (Foucault, 1982: 217; en Flyvbjerg, 2004) llama “grandes preguntas”.



## DAVID HARVEY: LUGARES E ENCONTROS

JOÃO SARMENTO<sup>1</sup>

**RESUMO** – A importância da obra de David Harvey na história do pensamento geográfico e das ciências sociais é inestimável. Invariavelmente rotulado de Marxista ou mesmo pós-marxista, preocupado com a justiça espacial sobretudo no contexto urbano, o seu pensamento/trabalho dialético tem resultado em ideias e conceitos fundamentais para o desenvolvimento da Geografia e das Ciências Sociais e tem inspirado diversas gerações de académicos e intelectuais. O objetivo deste artigo é o de fornecer uma panorâmica sobre o trabalho deste geógrafo que cruzou diversos paradigmas na Geografia, identificando os momentos e lugares específicos das mudanças paradigmáticas, reconhecendo a importância de aspetos biográficos e das práticas sociais e institucionais nas práticas científicas e na produção intelectual. Esboça-se ainda a importância do seu legado científico através de uma análise preliminar da orientação de doutoramentos que Harvey conduziu nos últimos 45 anos.

**Palavras-chave:** David Harvey; ruturas epistemológicas; biografia; lugares; pensamento geográfico.

**ABSTRACT** – DAVID HARVEY: PLACES AND ENCOUNTERS. THE importance of David Harvey's work in the History of Geographical Thought and of Social Sciences is invaluable. Invariably labelled as Marxist or even Post-Marxist, concerned with spatial justice especially in an urban context, his dialectical thinking/work has resulted in fundamental ideas and concepts for the development of Geography and the Social Sciences and has inspired several generations of intellectuals. The aim of this article is to present a panoramic view over the work of this geographer, identifying the very specific moments and places of paradigm change, recognising the importance of biographic details and social and institutional practices on scientific practices and intellectual production. An outline of the importance of his scientific legacy is also provided through a look at the doctoral supervision Harvey has conducted in the last 45 years.

**Keywords:** David Harvey; epistemological disruptions; biography; places; geographical thought.

---

Recebido: Abril 2015. Aceite: Novembro 2015.

<sup>1</sup> Professor Auxiliar, Departamento de Geografia, Universidade do Minho & Investigador Sénior, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa. Email: j.sarmento@geografia.uminho.pt

**RESUME** – DAVID HARVEY : LIEUX ET RENCONTRES. L'œuvre de David Harvey a une importance inestimable dans l'histoire de la pensée géographique et des sciences sociales. Ayant toujours été considérée comme marxiste ou postmarxiste et soucieuse de justice spatiale dans un cadre urbain, sa pensée et son œuvre dialectiques ont donné lieu à des idées et à des concepts fondamentaux pour le développement de la Géographie et des Sciences sociales et ont inspiré plus d'une génération d'intellectuels. Cet article présente l'ensemble de l'œuvre d'un géographe qui a entrecroisé divers paradigmes, en identifiant les temps et lieux d'occurrence des modifications paradigmatiques ; et qui a reconnu l'importance des aspects biographiques et des pratiques sociales et institutionnelles dans la recherche scientifique et la production intellectuelle. On suggère encore l'importance de son legs scientifique, par une analyse préliminaire des doctorats qu'il a dirigés au cours des 45 dernières années.

**Mots clés:** David Harvey; ruptures intellectuelles; biographie; lieux.

## I. INTRODUÇÃO

*The biographical details of how this book came to be written are relevant to reading it since they serve to explain features in its construction that might otherwise appear particular*  
(Harvey, 1973: 9)

A ciência – e naturalmente o conhecimento geográfico – está indelevelmente marcada pelo local e pelas circunstâncias espaciais que a produzem, pela corporalidade dos seus autores e objetos materiais, e pelos modos sociais e culturais de interação presentes (Shapin, 1998; Livingstone, 2003; Barnes, 2004, 2006). O percurso intelectual de David Harvey (1935-), o seu pensamento marxista dialético e as suas preocupações de justiça social, têm sido marcados pelos encontros com outros intelectuais e com outros lugares específicos em momentos particulares de tempo. Não defendo aqui que os lugares, com as suas idiosincrasias e contextos, têm determinado o percurso intelectual de Harvey, mas ainda assim são importantes no seu desenvolvimento.

O objetivo deste artigo é o de empreender uma viagem pelo trabalho de David Harvey, partindo de uma breve análise dos diferentes períodos e paradigmas pelos quais a sua obra foi passando, para depois evidenciar as ruturas e inflexões intelectuais e epistemológicas, que têm por base momentos, lugares e mudanças geográficas muito particulares da vida de Harvey. Ainda que não tendo tido, ou sendo conhecidas, experiências epifânicas à la Wittgenstein (Monk, 1990 in Barnes, 2006), o percurso e as práticas sociais de Harvey num determinado tempo e espaço constituem explicações importantes para as mudanças nas Geografias que construiu. Ainda que com isto não pretenda esboçar uma biografia de Harvey, não me posso alhear de alguns traços da sua vida. Tal como Barnes (2004: 570) afirmou, “Os cientistas não são órgãos sem face da racionalidade científica, mas pessoas reais com corpos, histórias, aptidões e interesses particulares que importam para o tipo de conhecimento produzido”.

Para elaborar esta construção recorri a diversas fontes, concentrando-me sobretudo nas mais extensas, publicadas em formato de livro (entre 1969 e 2014 Harvey publicou 21 livros com alguns cruzamentos entre si), dado que os artigos mais relevantes acabam por ser refletidos em livros de alguma forma mais tarde. Paradoxalmente, existem poucas análises panorâmicas da obra de Harvey. John Paterson publicou em 1984 o livro *David Harvey's Geographies*, resultado de uma revisão da sua dissertação de mestrado defendida em 1980, mas que aborda apenas os primeiros 20 anos da obra (1961-1981). John Paul Jones III publicou em 2004 a obra *David Harvey (live theory)*, que por ser demasiado descritiva teve pouco acolhimento. Destacam-se *Geographical Imaginations* (1994) de Derek Gregory e, ainda que sem um carácter panorâmico mas com grande profundidade temática, a coleção de ensaios *David Harvey. A critical reader* (2006) editada por Noel Castree e Derek Gregory. Existe também uma escassez de artigos autobiográficos, e à exceção do capítulo 'Memories and Desires', publicado na obra editada por Peter Gould e Forest Pitts *Geographical Voices: 14 Fourteen Autobiographical Essays*, de 2002, republicado em parte em 2006 na coleção *Approaches to Human Geography* editada por Stuart Aitken e Gill Vallentine, a maioria das informações biográficas sobre Harvey está dispersa por prefácios, introduções ou breves notas nos seus livros.

## II. DIALÉTICAS DE HARVEY

Sarmento (2008) analisou a obra de Harvey propondo quatro grandes blocos temporais entre 1965 e 2006, que não são de todo incompatíveis com as seis que aqui se sugerem para o período de 1955 a 2014. Apesar de não serem estanques e comportarem algumas sobreposições, tal como pode ser observado na figura 1, estas divisões representam momentos de tempo e de produção mais ou menos marcados e diferentes dos anteriores, ainda que possam manter uma continuidade paradigmática não compatível com as ruturas Kuhnianas. Sintomaticamente, os momentos de passagem de um para outro bloco, coincidem grosso modo com mudanças geográficas/físicas na vida de Harvey. *A ciência regional (1955-1960)*, um período não contemplado por Sarmento (2008), representa o tempo em que Harvey realizava o doutoramento e analisava a transformação do uso do solo agrícola na sua região de Kent através de uma análise de dados históricos de arquivo e trabalho de campo exaustivo. *Aspects of Agricultural and Rural Change in Kent, 1815-1900* (1962) é um estudo regional histórico que já não seguia a linha de análise de Richard Hartshorne, na qual os estudos se deveriam focar nas características de uma área em particular, mais do que nos processos que lhe estão subjacentes. *A ciência espacial (1961-1968)* refere-se a um período curto, de menos de uma década, no qual Harvey entra em contacto com as fundações de uma geografia dita científica. Abrange o período em que está a terminar o doutoramento (e tem uma experiência marcante na Suécia e muda-se de Cambridge para Bristol) e culmina com a publicação de *Explanation in Geography* (EG), onde aplica metodologias das ciências naturais a problemáticas geográficas. Paradoxalmente, EG representa simultaneamente o ponto alto e o ponto final do desejo

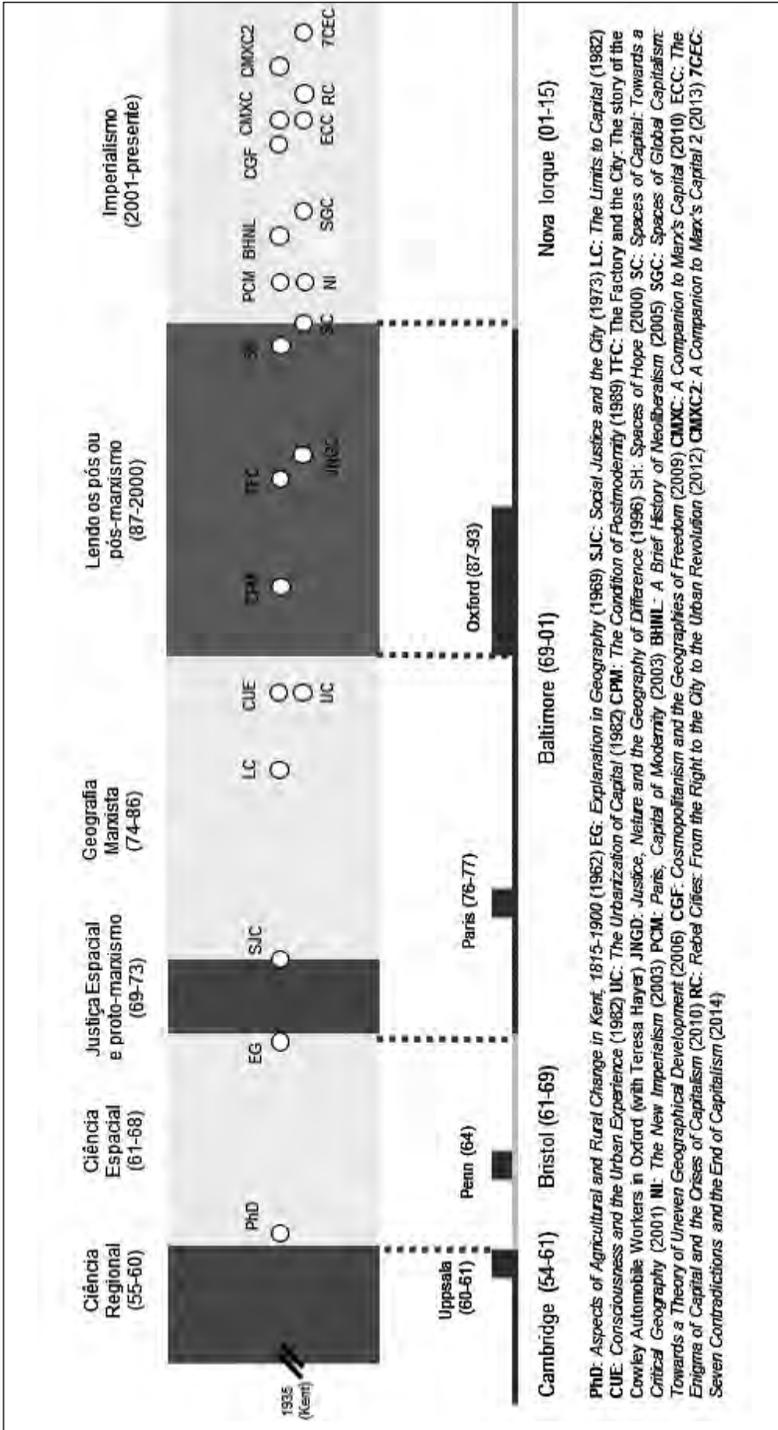


Fig. 1 – Blocos temporais do percurso intelectual de David Harvey.  
 Fig. 1 – Temporal Blocks of the intellectual path of David Harvey.

de Harvey contribuir para os princípios desta geografia científica (Castree, 2004). *A justiça espacial e o proto-marxismo* (1969-1973), um período que Sarmiento (2008) não decompõe do período seguinte, diferencia-se desse sobretudo por ser uma fase de aproximação e aprendizagem do pensamento de Marx e da sua aplicação à Geografia. Inicia-se com o corte paradigmático da revolução quantitativa, seguramente mais radical do que os cortes analisados por Kuhn (1962), que defendeu que termos básicos como teoria, lei ou verificação, bem como formas de raciocínio científico, como seja a dedução lógica, reteriam o seu significado. Este corte, que coincide com a sua mudança de Bristol para Baltimore, destabiliza também a proposição kuhniana da ‘má preparação’ dos seguidores do antigo paradigma em abraçar novas ideias (Kuhn, 1962: 67). Harvey seguia assim por um novo trilho, criando uma ‘teoria revolucionária’, uma ‘teoria validada através da prática revolucionária’ (Harvey, 1972: 40). O período *A Geografia marxista* (1974-1986), corresponde à fase em que Harvey tenta estabelecer que as ideias da Geografia marxista são intelectualmente coerentes e mesmo empiricamente relevantes, e que tem o seu ponto alto em *Limits to Capital* (1982), uma obra plena de maturidade teórica. Mais uma vez, o período *Lendo os pós- ou Pós-Marxismo* (1987-2000) começa com uma mudança, na ocasião, de Baltimore para Oxford. Harvey tenta responder à transformação pós-moderna e pós-estruturalista na teoria social e nas artes, insistindo que o pós-modernismo não está livre das regras básicas do modo capitalista de produção. Nos círculos marxistas, Harvey passou a ser designado por pós-moderno, mas também como um teórico marxista pós-moderno (Harvey 2002; Barnes, 2006). *O imperialismo* (2000-presente) é um período que começa sensivelmente com a mudança de Baltimore para Nova Iorque, e que representa a análise das paisagens do capitalismo global e do imperialismo (sobretudo o Norte-americano), centrando-se no *neo-liberal turn*.

Ao invés de analisar cronologicamente cada um destes seis períodos – que poderiam até ser apenas três, caso delimitássemos unicamente as duas transformações paradigmáticas que ocorrem sensivelmente quando Harvey está a terminar o doutoramento, em 1960 e 1961, e mais tarde nos finais de 1968, mal termina o manuscrito de EG – optei por estabelecer cinco diálogos ou dialéticas do seu percurso intelectual, que permitem ver a emergência destes mesmos blocos cronológicos: *Harvey meets Places*, *Harvey meets People*, *Harvey meets the world*, *Harvey meets the unexpected* e *People meet Harvey*.

## 1. Harvey meets Places

Como muitos académicos contemporâneos, Harvey tem viajado bastante ao longo da sua longa carreira. Mas se nos centrarmos apenas nos lugares onde viveu mais tempo, chegamos à conclusão de que o geógrafo inglês é bastante conservador (geográfica, linguística e mesmo culturalmente). Nos primeiros 34 anos de vida, e referindo-me exclusivamente aos lugares onde viveu mais tempo, Harvey deslocou-se cerca de 120 quilómetros de Kent para Cambridge e menos de 300 quilómetros de Cambridge para Bristol. É certo que em 1969, quando se mudou de Bristol para Baltimore, passou por uma mudança maior, mantendo-se no entanto no mundo académico anglo-saxónico. Nos

cerca de 45 anos seguintes deslocou-se apenas 300 quilómetros nos EUA, de Baltimore para Nova Iorque. Durante estes cerca de 80 anos, Harvey fez três estadias de um ano num país diferente daquele em que residia, dois dos quais não anglófonos e dois implicando travessias atlânticas: Uppsala em 1960-61, Pensilvânia em 1964 e Paris em 1976-77. Por uma vez realizou uma estadia mais prolongada de seis anos em Oxford (1987-1993), que foi quase um regresso a casa (quer a Kent, quer a Cambridge). De todos estes lugares, há sete que assumem uma importância especial. Baltimore e Paris servem para testar teorias e ideias, ou seja, são os laboratórios de Harvey, os *truth spots* como Barnes (2006) os classifica, ou lugares onde linguagens particulares de explicação e validação são aceites como ‘verdade’. Um destes lugares, Baltimore, juntamente com outros dois, Cambridge e Bristol, estão implicados nas duas mudanças paradigmáticas principais. Kent, o seu condado natal, Nova Iorque, onde atualmente vive e a América Latina de um modo lato, assumem também importância. Passarei em seguida a detalhar este assunto.

### 1.1. A Inglaterra até aos 35 anos: Kent, Cambridge e Bristol

Harvey cresceu em Kent, numa paisagem rural, e é unicamente aqui que encontramos uma relação emotiva e sensual com a paisagem, o que é notável numa extensa obra dedicada aos processos de urbanização, e onde a estética está praticamente ausente. Ao contrário de muitos académicos interessados no urbano e em processos urbanos, não existe na obra de Harvey um encantamento com o visual e com as qualidades sensuais que fazem das cidades lugares diversos e reais. Para Harvey a contingência raramente assume um papel de destaque sendo que primeiramente as cidades foram construídas para a circulação de capital. Enquanto estudava em Kent, e mesmo já na Universidade em Cambridge, Harvey percorria Kent a pé e de bicicleta, interessando-se pela geologia, agricultura, mapas, e pelo declínio do império britânico. Esta decadência exterior tinha como efeito o favorecer ‘vistas’ para dentro do país. Em parte, e parafraseando Sidney Woolldridge, um professor de geomorfologia da Universidade de Londres nos anos 50 do século XX, “...a atenção dos tolos está nos confins do mundo” (citado em Harvey, 2002: 155). Harvey, tal como muitos dos geógrafos na altura, consciente dos tumultos do mundo e do declínio do império, voltou-se para questões nacionais e locais, o que em parte encaixava na rivalidade existente entre a *Royal Geographical Society*, que continuou o seu apoio a explorações e exploradores pelo mundo fora, e o *Institute of British Geographers*, voz institucional dos geógrafos académicos, que por reação, se dedicaram a questões mais ‘domésticas’.

Apesar deste olhar local e regional, enquanto estudava a transformação de uma paisagem rural e das plantações de lúpulo no sudoeste de Inglaterra, e analisava a evolução das notícias nos jornais no século XIX, Harvey apercebeu-se das ligações globais (comércio, tecnologia, política) que existiam entre a produção das plantações de açúcar nas Caraíbas e o consumo e sustento em Inglaterra. Num ensaio autobiográfico, Harvey descreve como as revoltas dos Mau-Mau no Quênia ou as contradições do império britânico

no Sri Lanka ou no Chipre lhe provocaram marcas profundas (Harvey, 2002). Mas à exceção de um breve abandono dos estudos em Cambridge, resultado da sua indignação política pelo imperialismo materializado na Guerra do Suez em 1956, enquanto estudante Harvey raramente se envolveu em ativismos ou radicalismo estudantil. Esta maior reserva ou prudência contrasta com o ativismo apaixonado de algumas pessoas com quem anos mais tarde se cruzou, como sejam Manuel Castells (na sua juventude), e sobretudo Neil Smith. No seu cruzamento intelectual com Marx, encontrou também um ativista, particularmente na sua juventude.

No ambiente conservador de Cambridge onde Harvey estudou, há dois aspetos importantes a referir. Por um lado confrontou-se abertamente com algo que daí em diante o perseguiu: "...a opressiva realidade da diferença de classes e da segregação em Cambridge foi intensa e formativa" (Harvey, 2002: 162). Referindo-se repulsivamente a uma certa classe social como os 'aristocratas de Cambridge', Harvey alega que do seu círculo de amigos, nenhum tinha vindo de uma *public school*, isto é, de escolas pagas frequentadas quase exclusivamente pelas classes dominantes, por oposição às *state schools*. Por outro lado, nos anos 50 do século XX, o departamento de Geografia de Cambridge, a par com os de Washington (liderado por William Garrison, e o seu grupo *space cadets* que incluía William Bunge, Brian Berry ou Richard Morrill), Iowa e Lund, foi, especialmente com a chegada em 1958 de Richard Chorley e Peter Haggett, um dos lugares centrais da revolução quantitativa. Com o tempo estes centros reconfiguraram-se, continuando em Bristol (para onde Harvey foi em 1961 e Haggett em 1966), Chicago e Michigan. Quando Harvey se mudou de Cambridge para Bristol iniciou um diálogo forte com as geografias não só de Chorley e Haggett, mas também de Berry, Morrill, Edward Ullman e Michael Chisholm. Bristol era um dos centros do fervilhar da Geografia Quantitativa (Barnes, 2004) e Harvey, como geógrafo inglês formado em Cambridge, estava no olho do furacão.

Se é verdade que o seu trabalho de doutoramento e alguns artigos subsequentes não procurassem ainda propor uma teoria da transformação do uso do solo, Harvey foi tomando consciência desta importância, mostrando conhecimento e usando esparsamente teorias de localização como as de Weber ou Lösch. Em 1965, na Suécia, Harvey apresentou uma comunicação em que usou modelos de simulação de Monte Carlo, defendendo o desenvolvimento de modelos abstratos de aplicação generalizada, que pudessem ser usados para prever situações futuras. Nos anos subsequentes e até 1968, em Bristol, Harvey construiu aproximações entre modelos espaciais de pendor económico (Lösch, Isard, Garrison) e de pendor comportamental (Hägerstrand, Gould), participando no famoso livro editado por Chorley & Haggett, em 1967, *Models in Geography*. Estes modelos foram mais tarde vertidos em EG.

## 1.2. Baltimore nos anos 70

Imediatamente após a publicação de EG, Harvey foi trabalhar para John Hopkins, Baltimore, para uma 'universidade privada de elite'. Apesar de algo enigmática, esta

mudança para um departamento cuja especialidade era a gestão de resíduos (Barnes, 2006), pode ter uma explicação mais pessoal, sendo que numa entrevista em 2014 com o escritor e ativista Paquistanês Tariq Ali, Harvey referiu o facto da sua mulher da altura, Barbara Koeppel, ser americana (Harvey, 2014). Tal como Bristol, Baltimore era uma cidade portuária, se bem que mais pobre e mergulhada num intensíssimo processo de declínio industrial desde a 2ª Guerra Mundial. No ano anterior à sua chegada tinham-se registado graves tumultos sociais relacionados sobretudo com o encerramento de empresas, e com forte desemprego. A estes problemas juntavam-se os movimentos contra a guerra no Vietname, pelos direitos civis e pela não discriminação racial. Harvey radicalizou-se e envolveu-se com a política local e com as lutas sociais existentes: "...compramos uma biblioteca antiga e transformámo-la num centro de ação comunitária, tomamos parte em campanhas para o controlo das rendas, e de um modo geral, procuramos inflamar iniciativas radicais" (Harvey, 2001: 16). Em 1969 o ambiente de tensão, de desigualdade social e racial era fortíssimo, mas no ambiente universitário conservador de J. Hopkins, as expedições e ligações de Harvey com a injustiça social da *innercity* não eram bem vistas. Apenas a sua *tenure* adquirida em 1972 – devido em grande parte à notoriedade e prestígio que EG lhe tinha trazido – evitou que não fosse obrigado a sair da instituição, seguindo o caminho de muitos que eram incómodos e tinham posições mais frágeis, como Donna Haraway por exemplo. Estes foram dias tumultuosos para Harvey, e a própria publicação de *Social Justice and the City* (SJ), um ano após a sua *tenure*, foi conturbada, sendo que vários avaliadores classificaram o livro como incoerente e ambíguo, recomendando mesmo a sua rejeição. Sem dúvida que estas práticas institucionais, algumas internas à disciplina, têm um papel crucial, frequentemente desvalorizado, nos caminhos intelectuais e académicos trilhados por diversos cientistas.

### 1.3. A modernidade de Paris do século XIX

Através de uma bolsa Guggenheim, Harvey esteve um ano em Paris (1976-1977), com a intenção de aprender com as discussões dos marxistas franceses: "encontrei-me e escutei-o [Manuel Castells] com grande interesse várias vezes em meados dos anos 70. Ele encorajou-me a vir para França" (Harvey, 2006: 188). Quando Castells reviu e traduziu *La Question Urbaine* (1972) para inglês (*The Urban Question: a Marxist Approach*, 1977), fez um agradecimento a Harvey pela ajuda, revisão e comentários de uma das suas partes novas, *The case of the urban crisis in the United States*, que Castells escreveu nos EUA, em 1975. Harvey tinha também algum contacto com a obra de Henri Lefebvre, se bem que a tenha usado muito parcimoniosamente em SJ: "os artigos neste volume foram completados antes de ter oportunidade de ler *La Pensée Marxiste et la Ville* (1972) e a *Revolution Urbaine* (1970) de Lefebvre" (Harvey, 1973: 302-303).

Talvez por Marx ter sido marcado de forma indelével pelos acontecimentos de Paris entre 1848 e 1851, Harvey debruçou-se também sobre como o capital e a modernidade se juntaram neste lugar e tempo específicos. Paris aparece nas duas obras de 1985 – *The Urbanization of Capital: Studies in the History and Theory of Capitalist Urbanization* (UC)

e *Consciousness and the Urban Experience* (CUE) – em *The Condition of Postmodernity* de 1989, e em *Paris, Capital of Modernity* de 2003. Paris entre 1850 e 1870 serviu para Harvey encetar um diálogo ou dialética, entre as abstrações teóricas de LC e a geografia histórica da urbanização capitalista, entre as relações da teoria social com as condições de vida urbana e as dinâmicas das relações económicas e políticas entre o estado e a nação e o ambiente físico e cultural da cidade. Por outro lado, a destruição criativa ligada a Haussmann, os movimentos revolucionários e a luta da Comuna com os subsequentes massacres afloram em diversos momentos da análise de Harvey sobre o capitalismo atual.

#### 1.4. Nova Iorque e a América Latina

Apesar de até aqui ter destacado estes cinco lugares (Kent, Cambridge, Bristol, Baltimore e Paris) como os mais significativos no percurso intelectual de Harvey, existem naturalmente outros que têm também alguma relevância, dos quais vou referir brevemente apenas mais dois. Desde logo Nova Iorque onde Harvey vive há cerca de 15 anos, sendo que a sua proximidade física e emocional a Wall Street não pode ser desprezada no contexto da sua obra pós-2001. Esta mudança foi o fechar de um círculo pessoal, desde o declínio do império britânico da juventude em Inglaterra até à ascensão de um império militar americano dos dias de hoje. Da mudança de John Hopkins para a City University of New York (CUNY), Harvey refere ainda que resultou de um ambiente demasiadamente sombrio na instituição de Baltimore, e que o veio revigorar, com o reencontro com Neil Smith e a aproximação a Cindy Katz. Por fim, o outro lugar que merece destaque é mais abrangente e diz respeito à América Latina, e cuja ligação remonta ao início dos anos 80 do século XX, altura em que Harvey visitou a Nicarágua e El Salvador, e publicou alguns textos sobre a emergência de sistemas económicos alternativos ao capitalismo. Juntamente com Barbara Koeppl, correspondente na revista americana de esquerda *The Progressive*, Harvey interessou-se pela génese da democracia participativa, pelos efeitos da violência militar, pela distorção feita pelos media norte americanos aos acontecimentos na América Latina, e pelo que designou de “efeitos devastadores do imperialismo Americano”. Nas últimas décadas, também influenciado pelos laços familiares na Argentina (a sua mulher atual, Salmun Haydee, é Argentina, tendo completado em 1989 o doutoramento em John Hopkins, trabalhando tal como Harvey na CUNY), Harvey tem passado longos períodos na Argentina com a família, fortalecendo diversos laços no continente, tema que tocarei ainda no final deste artigo.

## 2. Harvey meets People

Apesar de se afigurar tarefa aliciante, não pretendo aqui discutir os encontros de Harvey com pensadores como Kant, Hegel, Marx, nem com escritores como Balzac ou Baudelaire. Quero antes focar a discussão nas influências e colaborações diretas que aconteceram sobretudo no início da sua carreira intelectual. Barnes (2004: 571) defende que a produção de ideias implica a criação e manutenção de *networks and alliances*. No

percurso intelectual de Harvey é possível ver períodos claros de criação de redes e alianças nos momentos de criação de ideias e de construção de teorias, e de períodos mais individuais, quando as certezas são já mais firmes e as ideias mais consolidadas. Se tracei aqui a marca de três lugares que são responsáveis por uma mudança paradigmática (Cambridge e Bristol na primeira e Baltimore na segunda), várias são as pessoas que contribuíram diretamente para estas mudanças. Ainda que caindo no perigo que qualquer seletividade implica, destaco na primeira alteração da *Regional Science* para a *Spatial Science*, Richard Chorley em Cambridge e Gunnar Olsson em Uppsala. Em menor grau dois Peters, Haggett e Gould. Depois da Suécia, Harvey viu-se embrenhado com Olsson numa nova forma de fazer geografia. Diversas ideias do positivismo e das abordagens estatísticas de Chorley e Haggett foram incorporadas na sua dissertação. Ao mesmo tempo que Harvey estudava as plantações de lúpulo no século XIX em Kent, as questões de modernização, planeamento racional e método científico surgiam na geografia. “Eu precisava de mudar de engrenagem” disse Harvey (Harvey, 2002: 166). Em 1958, ainda enquanto doutorando de geografia histórica em Cambridge, Harvey foi monitor de uma disciplina de Richard Chorley e Peter Haggett. Ao preocupar-se mais com processos do que com características, usou o modelo gravítico e diversas regressões simples e análises de correlação, para estudar os padrões e o uso do solo (Barnes, 2006). Mais tarde, em 1970, admitiu que o uso destas técnicas foi meramente embelezador, estando a sua tese entre uma geografia regional tradicional e uma geografia da ciência espacial (Harvey, 1970 in Paterson, 1984: 24).

Na segunda mudança paradigmática, Harvey foi claramente influenciado pelo trabalho de William Bunge, que defendeu a ligação do trabalho teórico com o mergulhar no sofrimento da *innercity*, espelhado nas suas expedições geográficas em Detroit a partir de 1964. Encontraram-se por diversas vezes em Detroit nos anos 60, sobretudo no ano em que Harvey esteve na Penn State University com Peter Gould. Mais tarde, a partir de 1970, quando Harvey começou a ler Marx consistentemente, juntava-se com Bunge e Richard Peet (que por certo seguia uma linha mais anarquista), em torno dos avanços da revista *Antipode*. ‘Wild’ Bunge era o mais inflamado, o mais radical e criativo. Harvey, por seu lado, fazia e faz parte do grupo de geógrafos que se centraram na crítica teórica e filosófica marxista e não na ação prática. Mesmo 40 anos mais tarde, Harvey continua a justificar-se explicando que é a partir do lugar que ocupa na academia que a sua voz crítica se faz ouvir, tendo sempre uma relação tensa com a sua prática de intervenção, apesar de afirmar que muita da sua inspiração provém de movimentos sociais (Harvey, 2006: 187).

Em 1971 Harvey começou os cursos sobre o volume I de *Das Kapital*. O seu livro de 2010 *A Companion to Marx's Capital* baseia-se precisamente na transcrição das suas notas destes cursos, sendo que as respetivas gravações estão disponíveis online desde 2008, tendo registado dois milhões de downloads desde então. A regularidade e variedade dos cursos contribuíram marcadamente para que *Limits to Capital* (1982) seja considerado por Harvey o seu mais profundo livro teórico, “fornecendo uma casa teórica a partir da qual se explora o mundo” (Harvey 2002: 176). Ainda que não tenha alcançado a projeção que Harvey esperava e gostaria (LC foi republicado em 1999 e em 2006 tendo

sido traduzido para português no Brasil passados 31 anos), é uma obra que recupera o espaço no Marxismo, defendendo a espacialização da dialética histórico-materialista, e ressaltando o movimento no espaço como central para o processo de acumulação de capital. Neil Smith, um dos primeiros doutorandos de Harvey, teve um papel fundamental neste processo de argumentação de que as ideias da Geografia marxista eram intelectualmente coerentes e mesmo empiricamente relevantes. O trabalho de Smith sobre *Desenvolvimento Desigual* (1984), tem muito de Harvey. Precisamente no ano da publicação de LC (1982), Reagan e Thatcher assumiram o poder, o que assinalou um progressivo desvanecimento, quer na academia quer na sociedade em geral, do interesse na economia política marxista. Os desaires editoriais e acadêmicos das obras de meados dos anos 80 do século XX (UC e CUE), juntamente com o desmoronar da vida pessoal aos 50 anos aproximaram-no da praxis política. Smith levou-o para inúmeros piquetes de protesto, e Harvey envolveu-se em ações de solidariedade. Apesar de todas estas cumplicidades, das ‘redes e alianças’ que marcam as mudanças paradigmáticas, é importante ressaltar que com a exceção de *The Factory and the City: The Story of the Cowley Automobile Workers in Oxford*, obra que publicou com Teresa Hayter em 1994, praticamente todos os livros de Harvey, são trabalhos individuais.

### 3. Harvey meets the world

Podemos identificar dois períodos em que a obra de Harvey está em claro contraciclo com os movimentos dominantes no mundo, e um mais recente em que se sintoniza em termos explicativos com o século XXI. O primeiro é bastante preciso, situando-se na conclusão do manuscrito de *Explanation in Geography*, que ironicamente aconteceu em agosto de 1968. Em ‘contraciclo com o mundo’, Harvey mergulhou no seu projeto quantitativo e procurou abstrair-se do que se passava à sua volta. Mais tarde argumentou que em parte “parecia absurdo escrever enquanto o mundo colapsava em caos à minha volta e cidades ardiem em chamas. Era como se Émile Zola estivesse zangado com os revolucionários na Comuna de Paris em 1871 porque estes atrasavam a publicação do seu primeiro romance” (Harvey, 2002: 168). O resultado deste ‘atraso’ na sua obra em relação ao que se passava no mundo foi Harvey ignorar EG após a sua publicação. O segundo contraciclo refere-se ao projeto ligado à geografia marxista. Por um lado, num primeiro momento, sensivelmente durante a década de 70 do século XX, o seu projeto estava alinhado com várias tendências na academia e mesmo na sociedade, mas tinha ainda uma forma teoricamente incipiente. Harvey avançou bastante até 1973, mas demorou oito anos até cristalizar uma série de artigos no livro *Limits to Capital*, em 1982. Num segundo momento, durante as décadas de 80 e 90 do século XX, após a sua maturidade teórica ter sido atingida com LC em 1982, a sua obra estava aparentemente desalinhada com o mundo, e o liberalismo dos anos 80 ditou que parecesse pouco relevante para geógrafos e não geógrafos.

Com a iminência da guerra do Iraque no início do século XXI, com manifestações a ocorrer em Londres e Nova Iorque, Harvey decidiu focar-se na condição global do capi-

talismo e no papel que um novo imperialismo pode ter, e iniciou um novo ciclo na sua obra. Harvey tem defendido, seguindo de perto, entre outros, Rosa Luxemburg, que o processo de acumulação primitiva não cessou, e que as novas vagas de acumulação primitiva são fundamentais para a sobrevivência do capitalismo. Os exemplos são muitos: a abertura da China ao exterior e a criação de um proletariado urbano de baixos salários, a expulsão de camponeses na Índia para dar lugar a zonas económicas especiais, a extração violenta e continuada de recursos naturais em África, etc. Harvey argumentou que como pareceria um pouco estranho designar estes processos de acumulação primitiva, designou-os, nas suas obras *The New Imperialism* (2003) e *A Brief History of Neoliberalism* (2005), de acumulação por desapropriação. Assim, a teoria de uma forma capitalista de imperialismo é reformulada como uma fusão contraditória das políticas de estado e império com os ‘processos moleculares’ de acumulação capitalista no tempo e no espaço. O Pós-estruturalismo e o Feminismo que tinham sido levados em conta em *Justice, Nature and the Geography of Difference* (1996) e em *Spaces of Hope* (2000), sobretudo depois das fortes críticas que a CPM recebeu, esfumaram-se.

A crise financeira de 2008 veio convencer Harvey (se é que ele precisava de ser convencido) que Marx ainda era relevante. Harvey referiu que para perceber Marx há 40 anos atrás, era preciso compreender a teoria da sociedade civil de Gramsci, o imperialismo de Lenine e a legitimidade e racionalidade tecnológica da Escola de Frankfurt. Mas hoje em dia, no século XXI, Marx tornou-se óbvio, permitindo compreender processos de *downsizing*, a forma como as transformações tecnológicas destroem oportunidades de emprego, a forma como se tem produzido um ‘exército industrial de reserva’, etc.

#### 4. Havey meets the unexpected

Lendo Latour (1987) percebemos que o inesperado, e mais especificamente alianças inesperadas, têm um papel crucial no progresso da ciência. Pessoas e objetos e lugares, que surgiram inesperadamente no percurso intelectual de Harvey marcam de sobremaneira a sua produção científica. A ida de Harvey para a Suécia em 1960-1961, para Uppsala e não Lund, enquadrado num pós-doutoramento (*Leverhulme European Scholarship*) surgiu a propósito de poder aceder a bases de dados demográficos mais precisas do século XVIII. Harvey terminou abraçando a Geografia Quantitativa e a estudar modelos espaciais na lógica hipotético-dedutiva. Tal como já referido, diversas ideias do positivismo de Auguste Comte e das abordagens estatísticas de Chorley e Haggett foram ainda incorporadas na sua dissertação (ver Harvey, 1963, que deriva em grande parte da sua tese). O encontro fortuito com Gunnar Olsson em Uppsala onde foram colegas de quarto – “Quando cheguei a Uppsala em 1960, sem cerimónias fui deixado numa sala com um estranho de barba chamado Gunnar Olsson – um acontecimento que ambos naturalmente reconhecemos como um destes acidentes furtivos que têm consequências duradouras” (Harvey, 2006: 186) – alterou radicalmente o curso da sua investigação e fê-lo aproximar do fervilhar quantitativo que aportava às ciências sociais.

Tal como quando foi para a Suécia, Harvey fez em Baltimore algo completamente diferente do motivo pelo qual tinha sido contratado (reputado geógrafo autor de *Explanation in Geography*). Fez estudos detalhados sobre políticas urbanas, usando ideias de Engels para descrever as dinâmicas do mercado habitacional, e deu início a uma das suas persistentes batalhas: a ideia de que não há melhor enquadramento para compreender as dinâmicas do capitalismo no terreno do que as fornecidas por Marx e Engels. Ao mesmo tempo começou a interagir com professores e alunos da Universidade de Clark em Worcester, que a partir de 1969 começaram a publicar a revista *Antipode* (Barnes, 2004). Estas redes e alianças estabelecidas que surgiram inesperadamente, fruto dos lugares por onde passava e das pessoas que por aí encontrava, proporcionaram o abraçar de uma nova forma de pensar e fazer Geografia.

Aproveitando uma licença sabática em 1976-77, Harvey foi para Paris, mas desiludido com o que apelidou de arrogância de muitos dos intelectuais parisienses, incluindo os marxistas (como encaixaria um geógrafo anglo-saxónico neste mundo rarificado dos *maître penseurs*, de Louis Althusser ou Nicos Poulantzas?), Harvey acabou por se interessar mais pela cidade de Paris, de Haussmann e de Napoleão. Mais uma vez, Harvey não fez o que tinha planeado, e esta experiência francesa fez com que Harvey convertesse a sua intenção de construir uma economia política urbana mais sólida numa tentativa de compreender toda a teoria marxista aplicada a questões históricas e geográficas. A teoria da economia política urbana pedia uma consideração séria do uso da terra como recurso, do capital financeiro, da formação de comunidade, do estado local, do investimento no ambiente construído, e sobretudo, da produção do espaço: “It took me almost a decade of hard slogging with a lot of help from students and even then it was not complete” (Harvey, 2002: 175).

## 5. People meet Harvey

A difusão de ideias e conhecimento é de difícil mensuração pois ocorre de formas distintas que atuam simultaneamente, e é afetada por muitos fatores distintos. Alguns deles são o número e qualidade de publicações, a sua receção e venda, a sua respetiva tradução para outras línguas, o número e qualidade das citações consequentes, o sucesso e abrangência de aulas, palestras e cursos, as visualizações de material online, as orientações de doutoramentos, etc. Para terminar estes diálogos, queria avançar com uma proposta que não pode deixar de estar incompleta, mas que penso ser importante para se estimar o legado de Harvey. À primeira vista, e contrariamente a Vidal de la Blache, Carl Sauer ou Orlando Ribeiro, Harvey parece não ter criado uma escola de geografia marxista com uma localização e contornos bem identificados. Das fontes disponíveis (catálogos das bibliotecas onde Harvey lecionou, do contacto com antigos orientandos e com o cruzamento de outras informações dispersas), foram identificados 34 doutoramentos concluídos orientados por Harvey (quadro I). Desde o primeiro em 1970 e o único defendido em Bristol, até 2014, Harvey participou na orientação de quatro doutoramentos em Oxford, sete na CUNY e os restantes 22 em J. Hopkins. Os temas destes trabalhos estão

Quadro 1 – Doutoramentos orientados por David Harvey (1970-2014).  
 Table 1 – Doctorates supervised by David Harvey (1970-2014).

Nome	Univ.	Ano	Título	(Co)orientador	Trabalho atual
Robert J. Colenutt	B <sup>i</sup>	1970	<i>An investigation into the factors affecting the pattern of trip generation and route choice of day visitors to the countryside</i>		Northampton Institute for Urban Affairs
Lata Chatterjee	J.H. <sup>iii</sup>	1973	<i>Real Estate Investment and Deterioration of Housing in Baltimore.</i>		Professor, Boston Univ.
Gene E. Mumy	J.H.	1975	<i>The economic theory of city user fees</i>	Steve Hanke	Associate Dean, Ohio State Univ.
Jorn Barnbock	J.H.	1976	<i>Ideology and location theory: A critical inquiry into the world of J.H. von Thunen</i>		
Richard Walker	J.H.	1977	<i>The Suburban Solution: Urban Geography and Urban Reform in the Capitalist Development of the United States</i>	Steve Hanke	Professor, Berkeley Univ.
Neil Smith	J.H.	1982	<i>Uneven development: the production of nature under capitalism</i>		Professor; CUNY (faleceu em 2013)
Beatriz Nofal	J.H.	1983	<i>Dynamics of the motor vehicle industry in Argentina</i>		President, Argentina's National Agency for Investment Development
Michele L. Lefavre	J.H.	1986	<i>Representing the city: Daniel Burnham and the making of an urban strategy</i>		Professor, Berkeley Univ.
Gerald MacDonald	J.H.	1989	<i>Politics and public works: Baltimore before Progressivism</i>		Professor, South Florida Univ.
Michael Johns	J.H.	1990	<i>The production of primacy in Latin America: an inquiry into the urbanization of Argentina, 1870-1930</i>	E. Schoenberger	Professor, Berkeley Univ.
Kevin Wayne Archer	J.H.	1991	<i>The Theory and Practice of Regional Geography: A Comparison of Vidalian and Marxian Perspectives</i>		Professor, Manchester Univ.
Erik Swyngedouw	J.H.	1991	<i>The production of new spaces of production</i>	E. Schoenberger	Professor, KwaZulu-Natal Durban, South Africa
Patrick Bond	J.H.	1991	<i>Finance and uneven development in Zimbabwe</i>	E. Schoenberger	Professor, Amsterdam Univ.
Maarten Hajer	O. <sup>iii</sup>	1993	<i>The politics of environmental discourse: a study of the acid rain controversy in Great Britain and the Netherlands</i>		Fellow, Cambridge Univ.
Andrew Merrifield	O.	1995	<i>The dialectics of urban space</i>		Puerto Rico Univ.
Ramon Corrada	J.H.	1995	<i>The historical-geographical development of Santurce, 1582-1930</i>	E. Schoenberger	Associate Professor, Open Univ. Greece
Argyro Loukaki	O.	1994	<i>Greece: ancient ruins, value conflicts, and aspects of development</i>	JJ Coulton (classical archaeologist)	Professor, Penn Stat Univ.
Melissa Wright	J.H.	1997	<i>Third world women and the geography of skill</i>	E. Schoenberger (principal advisor)	Associate Professor, Kentucky Univ.
Michael Samers	O.		<i>Production and regulation of North African immigrants in the Paris automobile industry, 1970-1990</i>	Erik Swyngedouw	

Nome	Univ.	Ano	Título	(Co)orientador	Trabalho atual
Gregory Downey	J.H.	2000	<i>Uniformed boys for every occasion: Telegraph messenger labor in the first communications internetwork, 1850-1950</i>	Stuart Leslie (principal advisor) & E. Schoenberger	Professor, Wisconsin-Madison Univ.
Sarah Hill	J.H.		<i>Domesticated responsibility: the making of the U.S.-Mexico border environment</i>		Associate Professor, Western Michigan Univ.
Felicity Callard	J.H.		Forms of agoraphobia: accounts of anxiety, space, and the urban dweller from the 1870s to the 1990s.	Ruth Leys	Senior Lecturer, Durham Univ.
Gregory Ruiters	J.H.	2002	<i>Commodified water, race and social justice in South Africa: a study of three privatisation experiences in post-apartheid South African municipalities, 1990-2000</i>		Professor, Rhode U. South Africa
Elliot M. Tretter	J.H.		<i>The Culture of Urban Renewal: Glasgow, Britain, and the European Community</i>	E. Schoenberger	Lecturer, Texas Univ.
Lisa Kim Davis	J.H.	2004	<i>Reshaping Seoul: redevelopment, women and insurgent citizenship</i>	E. Schoenberger	Assistant Professor, UCLA
Darlene Miller	J.H.		<i>The regional claims of workers in post-Apartheid Southern Africa: a case study of Shoprite, a retail multinational, in Zambia and Mozambique</i>		Senior Lecturer, Rhode U. South Africa
Miriam Greenberg	C.U.N.Y. <sup>w</sup>	2005	<i>Branding New York: A New Strategy of Economic Development, 1967-1981.</i>	Juan Flores, Philip Kasinitz, Neil Smith, Sharon Zukin	Associate Professor, U. California Santa Cruz
Amy E. Menzer	J.H.	2008	<i>Smart growth and the scaling of community interest in an older suburb: a case study of revitalization in Baltimore County, MD</i>		Dundalk Renaissance Corporation (non-profit, housing, Baltimore)
Jill Schennum	C.U.N.Y.	2011	<i>Bethlehem Steelworkers: Reshaping the Industrial Working Class</i>		Near Eastern Languages and Cultures at Ohio State Univ.
Nada Moutiaz	C.U.N.Y.	2012	<i>Modernizing Charity, Remaking Islamic Law</i>		Middle East Technical Univ., Turkey
Katharina Bodirsky	C.U.N.Y.		<i>The Value of Diversity: Culture, Cohesion, and Competitiveness in the Making of EU-Europe</i>		Parsons, New York
Alessandro Angelini	C.U.N.Y.	2013	<i>Model Favela: Youth and Second Nature in Rio de Janeiro</i>		Ankara, Turkey
Mehmet Kuymulu	C.U.N.Y.	2014	<i>Claiming the Right to the City: Towards the Production of Space from Below</i>	Neil Smith (Don Mitchell)	Hunter College, CUNY
Jeremy Rayner	C.U.N.Y.	2014	<i>"A New Way of Doing Politics": The Movement against CAFTA in Costa Rica</i>		

intimamente ligados com o capitalismo, o marxismo, o espaço e urbanização, e são reveladores e mostram uma consistência temática e teórica. Mais ainda, os lugares de trabalho destas 33 pessoas (Neil Smith faleceu em 2013), são na sua esmagadora maioria universidades, o que potencia uma continuação de produção científica, ainda que esta continuação aconteça sobretudo nos EUA, onde Harvey passou a maior parte da sua carreira. Ao mesmo tempo indica também a fraca ligação direta do desenvolvimento destas ideias em lugares que não a academia. Um olhar detalhado para esta primeira geração e futura ramificação da árvore é naturalmente importante e está por fazer, mas mesmo um relance breve para alguns destes académicos da primeira geração, e para as suas obras possibilita descortinar a eventual resiliência de diversas formas de marxismo na Geografia: Richard Walker (1977, Berkeley), professor Emérito, autor de *Unholy Trinity. The IMF, World Bank and WTO* (2003); Neil Smith (1982, CUNY), autor de *Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space* (1984) ou *The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City* (1996); Erik Swyngedouw (1991, Manchester), autor de *Social Power and the Urbanization of Water – Flows of Power* (2004); Andrew Merrifield (1993, Cambridge), autor de *Metromarxism* (2002). Entre académicos da segunda geração encontramos Michael Storper (1982, UCLA, orientado por R. Walker) ou Don Mitchell (1992, Rutgers, orientado por N. Smith). Ao mesmo tempo, ainda que frequentemente se critique Harvey por trabalhar a uma escala macro sem concretizar empírica e detalhadamente muitas ideias, a maioria dos trabalhos de doutoramento que orientou têm essa dimensão, e mais recentemente, vários focam-se em países do Sul Global: acordos de comércio na Costa Rica (2014), favelas no Rio de Janeiro, Brasil (2013) e Waqfs em Beirut, Líbano (2012).

Com 80 anos, Harvey viaja incansavelmente dando palestras e entrevistas, fazendo lançamentos de livros e participando em debates. Na cartografia destas suas viagens mais recentes, e excluindo os Estados Unidos, não é por acaso que vemos a Irlanda (Congresso dos Geógrafos Irlandeses), a Grécia (Departamento de Geografia em Atenas), mas sobretudo diversos locais da América Latina. Nos últimos anos, Harvey tem visitado numerosas cidades no Brasil, Argentina, Bolívia, Peru, etc., onde encontra uma receptividade extraordinária às suas obras. Demonstrando este interesse, as traduções das suas obras para espanhol e português são agora publicadas na América Latina pouco tempo depois da publicação dos originais em inglês. Será seguramente por aqui que as suas ideias, como por exemplo a de acumulação por desapropriação, mais continuidade irão ter. No mundo anglo-saxónico, onde tem deixado a maior parte dos seus discípulos formais, parece haver uma competição muito forte entre diversas teorias sedutoras – o mundo dos afetos, das emoções, da teoria não representacional, etc. – que revezadamente vão enchendo as grandes conferências, e tornando-se chave no acesso às revistas científicas com índices de impacto elevado.

### III. CONCLUSÕES

Ao longo deste texto foi possível ver que as mudanças paradigmáticas que parecem muito radicais, estão ligadas a contactos e contextos estabelecidos noutros espaços ou a mudanças pessoais de espaço ou lugar de trabalho (Uppsala em 1960-1961; de Cambridge para Bristol em 1961; de Bristol para Baltimore em 1969; em Paris em 1976-1977; em Oxford de 1987 a 1993; de regresso a Baltimore em 1993; a permanência em Nova Iorque desde 2001). Ao mesmo tempo, as realidades sociais destes novos espaços e as pessoas que Harvey aí encontrou foram fulcrais para o seu pensamento (a estratificação de classes em Cambridge; Haggett, Chorley e os quantitativos em Bristol; Olsson em Uppsala; os problemas sociais em Baltimore, o desencanto com os marxistas em Paris e o encanto pela cidade). Mais ainda, há uma série de acontecimentos sociais no mundo que não deixaram a sua obra indiferente: o declínio do império britânico e o seu modo de funcionamento; o Maio de 1968 e as lutas sociais dos anos 70 do século XX; o neoliberalismo dos anos 80 do século XX; a guerra do Iraque e a ascensão do imperialismo americano.

Mas ao mesmo tempo estas mudanças não são assim tão radicais. Certamente que existe um 'Harvey Mark I' e um 'Harvey Mark II' (Marx II como alguns dizem), mas ainda não há um Harvey Mark III. Harvey mantém-se fiel a Marx, e em parte o seu grande sucesso atual, para além do seu rigor, seriedade, dedicação, prende-se com o facto dos seus textos lidarem com os problemas que afetam as pessoas em muitas partes do mundo, e com a sua resiliência em defender que a obra de Marx é muito útil para compreender o presente. Desde aproximadamente 1971 que Harvey tem andado a tentar mostrar duas coisas essenciais: a primeira é a que o processo de acumulação de capital, com tudo aquilo que implica em termos culturais, sociais e económicos, é uma questão profundamente geográfica. A segunda é que Marx continua a oferecer a melhor análise e crítica para compreender o modo de funcionamento capitalista, e por isso tem tentado torná-lo mais compreensível. A sua resiliência, isto é, a capacidade de retornar ao equilíbrio após *stress* e pressão, reside no facto de Harvey ter continuado a acreditar em Marx durante o final dos anos 70, durante os anos 80 e 90, alturas em que o colapso da União Soviética, o aparente sucesso das economias neoliberais, e a ascensão dos 'pós' na academia, provocaram um forte ataque ao marxismo. Hoje, no contexto da crise económica e financeira, as ideias e livros de Harvey encontram cada vez mais entusiastas dentro e fora da academia. O que este artigo aqui defendeu é que este percurso impar de criatividade intelectual não pode ser compreendido sem se olhar para as circunstâncias espaciais em que ocorreu e que também a produzem.

### AGRADECIMENTOS

Agradeço a colaboração de Eliot Tretter, Erica Shoenberger, Miriam Greenberg, Richard Walker e Trevor Barnes na compilação da informação do quadro I. Agradeço a João Ferrão os comentários feitos na discussão da lição apresentada nas provas de agregação em Geografia Humana na Universidade de Lisboa em dezembro de 2014 com o título '*David Harvey, a evolução da ciência geográfica e a resiliência marxista*'. Por fim, agradeço ainda as sugestões e comentários feitos pelos revisores científicos.

## BIBLIOGRAFIA

- Barnes, T. J. (2004). Placing ideas: heterotopias, genius loci, and geography's quantitative revolution. *Progress in Human Geography*, 28 (5), 565-96.
- Barnes, T. J. (2006). Between deduction and dialectics: David Harvey on Knowledge. In N. Castree & D. Gregory (Eds.), *David Harvey. A Critical Reader*. Oxford: Blackwell.
- Castree, N. (2004). David Harvey. In P. Hubbard, R. Kitchin & G. Valentine (Eds.), *Key thinkers on space and place* (180-188). Londres: Sage.
- Castree, N. (2006). The detour of critical theory. In N. Castree & D. Gregory (Eds.), *David Harvey. A Critical Reader* (247-269). Oxford: Blackwell.
- Castree, N. & Gregory, D. (2006). *David Harvey. A Critical Reader*. Oxford: Blackwell.
- Gregory, D. (1994). *Geographical Imaginations*. Oxford: Blackwell.
- Harvey, D. (1963). Locational Change in the Kentish hop industry and the analysis of land use patterns. *Transactions and Papers (Institute of British Geographers)*, 33, 123-144.
- Harvey, D. (1969). *Explanation in Geography*. Londres: Edward Arnold.
- Harvey, D. (1973). *Social Justice and the City*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- Harvey, D. (1979). Monument and Myth. *Annals of the Association of American Geographers*, 69 (3), 362-381.
- Harvey, D. (1981). The spatial fix: Hegel, Von Thünen and Marx. *Antipode*, 13 (3), 1-12.
- Harvey, D. (1982). *The Limits to Capital*. Chicago: University of Chicago Press.
- Harvey, D. (1984). On the history and present condition of geography: an historical materialist manifesto. *The Professional Geographer*, 36, 1-11.
- Harvey, D. (1985a). *Consciousness and the Urban Experience*. Oxford: Blackwell.
- Harvey, D. (1985b). *The Urban Experience*. Oxford: Blackwell.
- Harvey, D. (1989). *The condition of postmodernity; an enquire into the origins of cultural change*. Oxford: Blackwell.
- Harvey, D. (1992). Postmodern morality Plays. *Antipode*, 24 (3), 300-326.
- Harvey, D. (1996). *Justice, nature and the geography of difference*. Oxford: Blackwell.
- Harvey, D. (1998). The Humboldt connection. *Annals of the Association of American Geographers*, 88, 723-730.
- Harvey, D. (2000). *Spaces of Hope*. Edimburgo: Edinburgo University Press.
- Harvey, D. (2001). *Spaces of capital: towards a critical geography*. Edimburgo: Edinburgo University Press.
- Harvey, D. (2002). Memories and desires. In P. Gould & F. Pitts (Eds.), *Geographical voices: fourteen autobiographical records* (149-188). Syracuse University Press, Siracusa.
- Harvey, D. (2003a). *Paris, Capital of Modernism*. Londres, Routledge.
- Harvey, D. (2003b). *The new imperialism*. Oxford: Oxford University Press.
- Harvey, D. (2005). *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press.
- Harvey, D. (2006). Memories and desires. In S. Aitken & Vallentine G. (Eds.) *Approaches to Human Geography* (184-190). Londres: Sage.
- Harvey, D. (2010). *A companion to Marx's Capital*. Londres: Verso.
- Harvey, D. (2004) Interview with Tariq Ali. 2 Setembro, <http://www.davidharvey.org> (acedido em Fevereiro 2015).
- Latour, B. (1987). *Science in action: how to follow engineers and scientists around society*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Livingstone, D. N. (2003). *Putting science in its place*. Chicago: University of Chicago Press.
- Paterson, J. L. (1984). *David Harvey's Geography*. Londres: Croom Helm.
- Sarmiento, J. (2008). David Harvey e a Geografia Cultural. In L. Correia L & Rosendahl Z. (Eds.), *Cultura: pluralidade temática* (53-79). Rio de Janeiro: Editora EdUERJ.
- Shapin, S. (1998). Placing the view from nowhere: historical and sociology problems in the location of science. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 23, 1, 5-12.

---

<sup>i</sup> Bristol.

<sup>ii</sup> John Hopkins.

<sup>iii</sup> Oxford.

<sup>iv</sup> The City University of New York (CUNY).

## OS SISTEMAS COMERCIAIS URBANOS EM TEMPOS DE TURBULÊNCIA: VULNERABILIDADES E NÍVEIS DE RESILIÊNCIA

HERCULANO CACHINHO<sup>1</sup>

TERESA BARATA SALGUEIRO<sup>1</sup>

**RESUMO** – A mudança sempre moldou os sistemas comerciais, mas nas últimas décadas a aceleração do seu ritmo fez com que, em muitas cidades, estes entrassem em desequilíbrio e deixassem de responder com eficiência às necessidades de abastecimento dos diferentes grupos de consumidores. Partindo do pressuposto que o comércio é um elemento vital à sustentabilidade urbana e que o planeamento pode contribuir para o seu desenvolvimento mais eficiente, neste artigo apresenta-se o quadro conceptual e metodológico do Projeto REPLACIS para avaliar as vulnerabilidades e os níveis de resiliência dos sistemas comerciais urbanos. Assim, o artigo comporta duas partes. Na primeira faz-se uma análise das principais mudanças sofridas pelo comércio na cidade nas últimas décadas e discute-se o conceito de resiliência tendo em vista a sua aplicação aos sistemas comerciais. Na segunda apresenta-se o quadro conceptual e metodológico usado no projeto. Encerra-se com umas breves notas finais sobre as potencialidades e limitações do modelo, enquanto ferramenta para a avaliação da vitalidade dos sistemas comerciais na perspetiva da sustentabilidade e da resiliência urbanas.

**Palavras-chave:** REPLACIS; Sistema comercial; Resiliência; Sustentabilidade urbana.

**ABSTRACT** – URBAN RETAIL SYSTEMS IN TIMES OF TURBULENCE: LEVELS OF VULNERABILITY AND RESILIENCE. Change has always been a significant attribute of urban retail systems. However, in recent decades, not only has the pace of these changes been dramatically intensified but also their scope has broadened significantly, engendering large imbalances in the structure and spatial organization of urban retail systems. Often, these changes not only challenge the vitality and the economic viability of the retail systems but also jeopardize the sustainability of cities. Departing from the assumption that retailing as a key element of urban sustainability, and that planning policies can contribute to its efficient development,

this article focuses on the presentation of the conceptual and methodological framework used in the REPLACIS Project to assess the vulnerabilities and the resilience levels of urban retail systems. Thus, the paper comprises two parts. The first is focused on the major changes that urban retailing has undergone and on the discussion of the concept of resilience applied to retail systems. The second presents the analytical dimensions of the conceptual and methodological framework. The article ends with a brief reflection on the strengths and limitations of the model as a tool for the assessment of the vitality and viability of retail systems from the perspective of urban resilience.

**Keywords:** REPLACIS; Urban retail system; Resilience; Urban sustainability.

**RESUME** – LES SYSTÈMES COMMERCIAUX URBAINS EN PÉRIODES DE TURBULENCE : VULNÉRABILITÉS ET NIVEAUX DE RÉSILIENCE. Tout changement affecte les systèmes commerciaux, mais l'accélération de leur rythme au cours des dernières décennies a fait que ces systèmes entrent en déséquilibre et cessent de répondre efficacement aux nécessités d'approvisionnement des divers groupes de consommateurs. En admettant que le commerce soit un élément vital de la durabilité urbaine et que la planification puisse contribuer à un développement plus efficace, on présente le cadre conceptuel et méthodologique utilisé par le Projet REPLACIS pour évaluer les vulnérabilités et les niveaux de résilience des systèmes commerciaux urbains. Dans la première partie de l'article, on analyse les principaux changements ayant affecté le commerce urbain au cours des dernières décennies et on discute l'application possible du concept de résilience aux systèmes commerciaux. Dans la seconde partie, on présente le cadre conceptuel et méthodologique utilisé dans ce Projet. De brèves notes finales indiquent les potentialités et les limites du modèle utilisé pour évaluer la vitalité des systèmes commerciaux, dans une perspective de durabilité et de résilience urbaines.

**Mots clés:** REPLACIS; Système commercial; Résilience; Durabilité urbaine.

## I. INTRODUÇÃO

A mudança sempre moldou o comércio urbano, sendo os comerciantes e os consumidores os seus arquitetos por excelência (Borchert, 1998). Os comerciantes, porque inseridos em ambientes exigentes e competitivos, para expandirem os negócios necessitam de inovar nas estratégias de gestão, lançar no mercado produtos inovadores e criar novas lojas e ambientes de consumo. Por sua vez, os consumidores, movidos por motivações pessoais ou engendradas pela sociedade estão continuamente a renovar as suas necessidades e desejos, a alterar os comportamentos e estilos de vida, com reflexos nas práticas de consumo.

Embora a mudança seja intrínseca aos sistemas comerciais, a verdade é que nas últimas décadas esta acelerou de tal forma o seu ritmo, que, em muitas cidades, estes se tornaram fonte de muitos conflitos. Frequentemente, estas mudanças, além de abalarem a viabilidade económica de muitas lojas e áreas comerciais, acabaram também por marginalizar os consumidores com menor mobilidade e poder de compra e, por essa via, colocar em causa o desenvolvimento sustentável das cidades. O declínio dos pequenos comer-

cientes em detrimento das cadeias de distribuição, o enfraquecimento do centro das cidades face ao crescente protagonismo dos subúrbios, o empobrecimento do comércio de bairro em contraste com a difusão das grandes superfícies orientadas para os consumidores motorizados, ou ainda a desvalorização das lojas utilitárias em relação aos espaços ancorados nas economias do fascínio e da atenção, são hoje uma característica partilhada pelas cidades de diferentes contextos culturais.

Sendo o comércio crucial ao funcionamento da cidade, o projeto *Retail Planning for Cities Sustainability* (REPLACIS) faz depender a sustentabilidade urbana da preservação de sistemas comerciais diversificados, com capacidade para responder às necessidades dos diferentes grupos de consumidores. As tendências da distribuição têm mostrado que os conceitos comerciais e os centros de comércio são dotados de diferentes níveis de resiliência, que podem ser robustecidos através das políticas e do planeamento. Partindo destes princípios, o projeto tinha como missão contribuir para a compreensão das mudanças que afeioam o comércio na cidade e conceber um quadro analítico que suporte as ações em prol da preservação do equilíbrio dos sistemas comerciais e da sustentabilidade urbana.

Este artigo tem como finalidade analisar de forma crítica o quadro conceptual e metodológico do projeto REPLACIS<sup>1</sup>. Assim, depois de se apresentarem as grandes mudanças sofridas pelo comércio em meio urbano, discute-se o conceito de resiliência e o interesse da sua aplicação aos sistemas comerciais. Num segundo momento, apresentam-se as dimensões analíticas do quadro conceptual e metodológico. Por último, faz-se uma reflexão sobre as potencialidades e limitações do modelo, e o seu interesse para a avaliação da vitalidade dos sistemas comerciais na perspetiva da sustentabilidade e da resiliência urbanas.

## II. AS DINÂMICAS DOS SISTEMAS COMERCIAIS

O comércio é, por excelência, uma atividade urbana e, apesar das potencialidades do comércio eletrónico, dificilmente o deixará de ser no futuro. Os requisitos de centralidade e acessibilidade a par das economias de aglomeração explicam, em grande medida, esta imbricação. De facto, quando os consumidores escasseiam, como acontece nas aldeias, o comércio desaparece ou limita a sua presença às funções mais básicas. As restantes, que oferecem bens e serviços de aquisição ocasional, são disponibilizadas nestes lugares pelos vendedores ambulantes, ou pelas feiras, de periodicidade e área de influência variável.

As relações entre o comércio e a cidade perdem-se no tempo. Se nem todas as cidades são «filhas do comércio», como sugeriu Pirenne (1969), a verdade é que em nenhuma civilização a vida urbana floresceu sem a presença das trocas. O comércio faz parte da razão de ser da cidade. Viabiliza a sua existência, explica a sua organização interna e justifica muita da animação que nesta acontece. Através do comércio as pessoas satisfazem necessidades, veicula-se informação, difundem-se inovações, criam-se laços de sociabili-

dade, a vida acontece. Em suma, no comércio reside o embrião da vida urbana naquilo que esta pressupõe de interação, de troca em sentido lato e de produção de inovação (Barata-Salgueiro, 1996).

No entanto, as relações que o comércio estabelece na atualidade com a cidade são bem diferentes das vividas noutros tempos. Alguns autores consideram mesmo que se assistiu a uma verdadeira *revolução comercial* (Bromley & Thomas, 1993; Lichtenstein, 2009; Moati, 2011). Independentemente das diferenças que se possam observar nos distintos contextos geográficos, os impactos desta “revolução” são hoje visíveis em inúmeros domínios, desde a composição económica do setor à sua organização espacial, passando pelo significado das lojas ou a forma como os indivíduos experienciam e se relacionam com a cidade mediante os atos da compra e do abastecimento.

Em primeiro lugar, num curto período de tempo, o comércio passou de um setor relativamente estático para um dos mais dinâmicos da economia urbana. E esta mudança fez toda a diferença. A diversidade de bens e serviços que hoje se encontram no mercado e os ambientes espetaculares onde por vezes são transacionados fizeram com que, para um número crescente de consumidores, a ida às compras deixasse de ser uma atividade básica ligada à satisfação de necessidades e se transformasse numa agradável *experiência de lazer* (Gardner & Sheppard, 1989).

Não menos significativas são as mudanças ao nível da organização espacial. À aliança secular com a centralidade e a proximidade, na base da qual se formaram sistemas hierárquicos de centros de comércio, sucederam-se as relações de conveniência dominadas pela acessibilidade e a facilidade de estacionamento, conduzindo à descentralização da atividade comercial e à des-hierarquização do sistema de centros; e mais recentemente, através da exploração das distâncias psicológicas e do potencial sedutor da hiper-realidade, chegou a vez do distanciamento do espaço público da cidade. Este processo de descentralização dos tecidos comerciais e exploração do simbolismo e das ambiências dos lugares de consumo resultou num enfraquecimento do papel do centro da cidade e dos bairros tradicionais, enquanto espaços de compra e abastecimento. Nos tempos pós-modernos e hiper-modernos, o interesse dos investidores da distribuição reside cada vez mais nos subúrbios. Irrigados de vias rápidas, preços de solo mais baixos e sem património construído a preservar, estes espaços dificilmente encontram concorrentes à altura adequados à implantação dos mega projetos explorados pelos grupos imobiliários com interesses na distribuição. Por isso, é na periferia, por vezes no meio do nada, que os grandes complexos comerciais tendem a ser edificados e uma grande fatia de consumidores motorizados, principalmente, aos fins de semana, se abastece de bens de primeira necessidade, faz as compras ocasionais, convive e se diverte.

Por último, uma observação atenta das mudanças mais recentes dos sistemas comerciais torna evidente que a sua reestruturação regista uma passagem progressiva dos “espaços de comércio” para os “lugares de consumo”, tendo como trave mestra o simbolismo das mercadorias e as ambiências das lojas (Cachinho, 2005). Esta passagem não é destituída de significado. Bem pelo contrário, condensa no seu interior todas as metamorfoses sofridas pelas lojas, levadas a cabo por sofisticadas técnicas de *marketing* e

*design* através das quais se procura seduzir os indivíduos-consumidores e transformar as lojas em mercadorias, para serem “consumidas”, à semelhança dos objetos, das marcas e dos produtos transacionados no seu interior.

O papel do simbolismo na construção da identidade dos estabelecimentos comerciais avalia-se melhor se tivermos em consideração os princípios que ao longo das últimas décadas têm orientado a mudança dos sistemas comerciais, com destaque para a venda a retalho. O consumo fordista respondia à lógica moderna dos mercados de massas, homogeneizados e padronizados por uma tecnologia que encontra na produção de grandes séries a condição primordial para o embaratecimento dos produtos e a ampliação dos mercados (Alonso, 1999). A condição pós-moderna altera esta lógica, não tanto através da sua superação, mas antes pela via da complexificação, fragmentando os tradicionais lineares numa diversidade de nichos, orientados para diferentes valores e estilos de vida, que em último grau tendem para a individualização. Nesta nova lógica mercantil, o preço e a qualidade dos produtos, que durante o projeto modernista determinam a segmentação da oferta e a hierarquização das lojas, perdem parte do seu valor estratégico. Para responder às exigências dos consumidores, que em diálogo com os objetos e as lojas procuram construir a sua identidade, os retalhistas mais dinâmicos segmentam a oferta em múltiplos nichos de mercado, usando todo um manancial de valores culturais, construídos sobre práticas ecléticas e paradoxais.

Esta nova forma de perspetivar o consumo e os consumidores tem sido acompanhada por profundas mudanças na conceção dos espaços comerciais e nas funções. Naturalmente, pode-se dizer que a função das lojas não é outra que a de vender mercadorias e, mediante a troca, reproduzir o capital dos investidores. Porém, para que possam continuar a desempenhar com eficiência tal função, cada vez mais se torna necessário que estas pareçam tudo menos espaços de transação. Na sociedade contemporânea, os estabelecimentos estão a deixar de ser meros lugares de troca, de espaços onde as pessoas se deslocam para satisfazer as suas necessidades de aprovisionamento. Nem mesmo nos hipermercados, formato paradigma do consumo de massas, essa lógica parece subsistir. À imagem de outras unidades comerciais, estes não só vendem mercadorias como estão a transformar-se, em si mesmos, num objeto passível de ser consumido. Mais do que bens e serviços, através da arquitetura, do *design*, das ambiências, das marcas, das insígnias, do espetáculo e do simbolismo dos objetos, um grande número de estabelecimentos está empenhado em oferecer aos consumidores verdadeiras experiências de vida (Ritzer, 1999; Cachinho, 2002; Mikunda, 2006). Aqui as pessoas abastecem-se, desfrutam de momentos de lazer, satisfazem as suas necessidades de consumo, mas também realizam desejos, tornam reais sonhos e fantasias. Isto acontece porque na cidade contemporânea nenhum lugar, público ou privado, parece conseguir agradar, seduzir ou granjear o interesse dos indivíduos se não lhes conseguir oferecer experiências de vida. Numa cidade onde tudo parece girar em torno do “consumo de espetáculos, de espetáculos de consumo, do consumo de signos e de signos de consumo” (Lefèbvre, 1969: 150), as experiências estão a transformar-se numa espécie de refúgio coletivo.

Em suma, a revolução comercial está a gerar nas nossas cidades um sistema polarizado por dois tipos de espaços comerciais. De um lado, deparamo-nos com um pequeno número de lojas, que investindo na *mise-en-scène* das mercadorias, na teatralidade das imagens e na simulação do ambiente construído, exploram os *musées imaginaires* dos consumidores, oferecendo-lhes autênticas experiências de vida. Do outro lado, encontramos um grande número de unidades comerciais que, desprovidas de signos e valor simbólico significativo para os consumidores, continuam a ser percebidos como simples espaços de trocas e abastecimento. Usando uma velha classificação modernista, enquanto o primeiro grupo de estabelecimentos deixou o mundo tangível dos produtos para explorar a hiper-realidade dos signos e dos símbolos e através destes venderem sonhos aos consumidores, o segundo grupo permanece ligado ao mundo terreno dos produtos orientados para a simples satisfação das necessidades básicas dos consumidores que, por vezes, já nem existem, a não ser na mente de alguns vendedores (Cachinho, 2002). Enquanto o primeiro grupo de unidades comerciais está a crescer vertiginosamente e todos os dias conquista novos ramos de atividade e territórios na cidade, o segundo encontra-se em claro declínio, especialmente nos setores da cidade desprovidos das amenidades ambientais e culturais valorizadas pela sociedade de consumo ou então povoados pelos consumidores economicamente mais desfavorecidos.

### III. PLANEAR O COMÉRCIO PARA A MUDANÇA

O objeto de estudo do projeto REPLACIS consistia nas mudanças dos sistemas comerciais urbanos e os fatores que as originam, assim como as políticas públicas adotadas para regular a atividade comercial. A investigação foi conduzida através das lentes da resiliência e da sustentabilidade urbana, de acordo com um conjunto de dimensões analíticas e indicadores que combinam a pesquisa quantitativa e qualitativa, inspirando-nos em estudos desenvolvidos, nomeadamente, por Callaghan & Colton (2008); Scerri & James (2009); Knox & Mayer (2009); Ravenscroft (2000); Balsas (2004); Balsas, Kotval & Mullin (2004). Sendo o comércio um elemento chave da produção e experiência da cidade contemporânea, a sustentabilidade urbana pode ser associada à preservação de sistemas comerciais alicerçados na diversidade de formatos de lojas, ramos de atividade e ambientes comerciais. Neste contexto, foram considerados resilientes os sistemas que demonstrassem capacidade para se adaptarem às mudanças do ambiente económico, social e cultural, sem que tal adaptação modificasse qualitativamente as suas funções; isto é, fossem capazes de continuar a responder, com eficácia, às necessidades dos diferentes grupos de consumidores, incluindo os mais desfavorecidos. A par destas ideias chave, o projeto apoiou-se também no pressuposto que as distintas formas de comércio e áreas comerciais na cidade são dotadas de diferentes níveis de vitalidade e resiliência, e que estes podem ser reforçados pelas políticas de planeamento setoriais e territoriais. O incremento da capacidade de resposta dos comerciantes e das áreas de comércio mais vulneráveis favorece a restauração do equilíbrio dos

sistemas comerciais, fomentando a sua resiliência e, por essa via, o desenvolvimento mais sustentável das cidades.

Balizado por estes princípios, o Projeto REPLACIS visou alcançar o seguinte conjunto de objetivos:

- Analisar as mudanças do comércio e as políticas que lhe estão associadas, e avaliar o potencial destas na revitalização dos sistemas comerciais e na promoção da sustentabilidade urbana.
- Refletir sobre o papel do comércio na produção e vivência da cidade.
- Conceber um quadro conceptual e metodológico adequado à avaliação da resiliência dos sistemas comerciais, de apoio às políticas públicas ligadas ao comércio.
- Testar os níveis de resiliência dos sistemas comerciais, mediante a aplicação de um conjunto de indicadores a diferentes áreas comerciais.

Para alcançar estes objetivos a investigação beneficiou de três âncoras. A primeira consistiu na dupla perspetiva selecionada para ler os sistemas comerciais e o papel “produtivo” do comércio e do consumo na cidade. As paisagens comerciais foram analisadas, por um lado, enquanto artefactos materiais de transação de bens e serviços, e por outro lado, enquanto espaços mentais, lugares de experiências e distinção social, ligados ao “segundo sentido” do consumo gerado pelo valor signo das mercadorias e pelo simbolismo dos espaços comerciais. Enquanto a primeira perspetiva olhou para o mundo visível, detendo-se nos valores de troca e uso das áreas comerciais, a segunda explorou o mundo invisível do consumo e estendeu os conceitos de valor simbólico e de signo de Baudrillard (1972) às lojas e às áreas comerciais. No essencial, tratou-se de combinar as perspetivas behaviorista e da cognição social da decisão dos comerciantes e dos consumidores, tradicionalmente utilizadas na interpretação das práticas dos atores, com a perspetiva da Teoria da Cultura do Consumo (TCC), de Arnould e Thompson (2005), na qual os comerciantes e os espaços comerciais tendem a ser vistos pelos consumidores como campos onde recursos operantes interatuam, mobilizados pelos consumidores na realização dos seus projetos de vida (Arnould, 2005).

A segunda âncora consistiu no *mix* de métodos usados na avaliação das vulnerabilidades e da capacidade de adaptação dos sistemas comerciais. Esta combinação de métodos permite a produção de dois tipos de indicadores. O primeiro, consentâneo com a investigação extensiva, baseia-se em métodos quantitativos e orienta-se para a avaliação das dinâmicas económicas, sociais e físicas das áreas comerciais. O segundo, congruente com a investigação intensiva, apoia-se na realização de entrevistas a agentes privilegiados e na análise de casos de estudo ilustrativos de diferentes tipos de áreas comerciais da cidade. A informação, de cariz qualitativo, é recolhida através da observação *in loco*, mediante a aplicação de questionários, entrevistas e fichas de observação, a comerciantes e consumidores, e visa a avaliação das representações dos principais atores sobre as áreas comerciais.

Por último, a investigação apoiou-se também na análise de um conjunto de áreas comerciais, inseridas em distintos contextos urbanos, e beneficiou da aprendizagem social proporcionada pela investigação colaborativa, interdisciplinar e internacional.

As abordagens recentes da sustentabilidade urbana tendem a reivindicar o desenvolvimento de cidades mais compactas, que explorem os usos mistos e sejam dotadas de áreas centrais dinâmicas e bairros residenciais preservados. No entanto, a tendência que se observa não só parece ir no sentido inverso como, com o incremento da globalização, a maioria das cidades mostra claros sinais para uma certa homogeneização e partilha dos mesmos problemas e desafios. Ao contrário do que seria de esperar, a competição entre as cidades a nível internacional pela atração de fluxos de capital e pessoas tem conduzido as mesmas para uma certa standardização, seja das paisagens e dos lugares de comércio e consumo, com a difusão das mesmas insígnias, marcas e formatos de lojas, seja ao nível das políticas públicas, nomeadamente as ligadas à regeneração urbana que usam como locomotivas o comércio, o consumo e a cultura. Um fenómeno, de resto, que vários autores já denunciaram, referindo-se ao mesmo de várias formas: produção de monotonias «seriais» e «recursivas» (Boyer, 1988), “utopias degenerativas” do capitalismo global (Harvey, 2000); “espaços da *urbanização*” (Muñoz, 2008).

Contudo, não faltam exemplos que nos levam a crer que todas as cidades são diferentes, fazendo com que uma política bem-sucedida num lugar possa fracassar noutra, sobretudo se aplicada em contextos geográficos com valores culturais e sistemas de governança diferentes. Jayne (2006) dá-nos conta desta situação no Reino Unido, a propósito da promoção da competitividade económica das cidades recorrendo a programas de regeneração ancorados na cultura e no consumo. É verdade que na sociedade urbana pós-moderna, a diversidade de oportunidades de consumo oferecida por uma cidade é um fator chave da sua competitividade. Mas importa lembrar que os projetos de regeneração urbana são sempre levados a cabo em contextos de relações sociais e formas de sociabilidade muito específicas, que podem representar uma mais-valia para o sucesso dos programas ou atuar no sentido inverso. Deste modo, através da investigação transnacional, o projeto REPLACIS procurou avaliar o que há de comum e distinto nos vários países, com o objetivo de definir um conjunto de indicadores de desempenho passíveis de aplicação aos sistemas comerciais das cidades de diferentes contextos sócio-espaciais. Mediante a aprendizagem social, a comparação de casos de estudo e do confronto de pontos de vista dos especialistas, bem como dos decisores políticos e dos comerciantes, torna-se possível avaliar as vulnerabilidades e a capacidade de adaptação dos sistemas comerciais urbanos e refletir sobre as opções de política mais adequadas à promoção da sustentabilidade urbana.

## 1. O quadro conceptual e metodológico

As experiências em relação às mudanças da vitalidade e viabilidade económica dos sistemas comerciais, bem como ao planeamento e à governança urbana, permitem-nos concluir que o quadro conceptual e metodológico para avaliar a resiliência dos sistemas comerciais necessita de considerar três grandes domínios de intervenção: (i) as dinâmicas do aparelho comercial da cidade, quanto ao perfil dos comerciantes, *mix* de atividades, formatos das lojas e rede de tipos de centros de comércio; (ii) os atributos da cidade

no que concerne ao seu posicionamento na hierarquia urbana, o ambiente físico construído e as características demográficas e sociais das áreas comerciais; e (iii) as formas de governança, as políticas públicas e o planeamento da cidade com influência no desenvolvimento da atividade comercial. Cada um destes domínios inclui áreas de interface nos quais se identificam indicadores de desempenho indispensáveis ao diagnóstico da vitalidade e viabilidade dos centros de comércio da cidade, bem como os fatores que necessitam ser tidos em conta e geridos estrategicamente. Através deste diagnóstico, análise prospetiva e monitorização da evolução dos centros de comércio da cidade torna-se possível planear o sistema comercial para a mudança, adequando-o às necessidades dinâmicas dos consumidores e dos comerciantes e, por essa via, reforçar tanto os seus níveis de resiliência como a coesão social e a sustentabilidade da cidade. Do ponto de vista da resiliência, a abordagem destes três domínios de intervenção, bem como das suas zonas de interface, apenas ganha verdadeiro sentido quando moldada pelas lentes e as perspetivas do tempo, da escala geográfica e dos atributos do espaço e do lugar. É esta multidimensionalidade temporal e espacial da abordagem que garante a captação e monitorização das mudanças das áreas comerciais, e que as respostas dos *stakeholders* do setor público e privado, no quadro de uma plataforma colaborativa, podem ir ao encontro das necessidades dos sistemas comerciais, reduzindo as suas fragilidades e melhorando a sua vitalidade (fig.1).

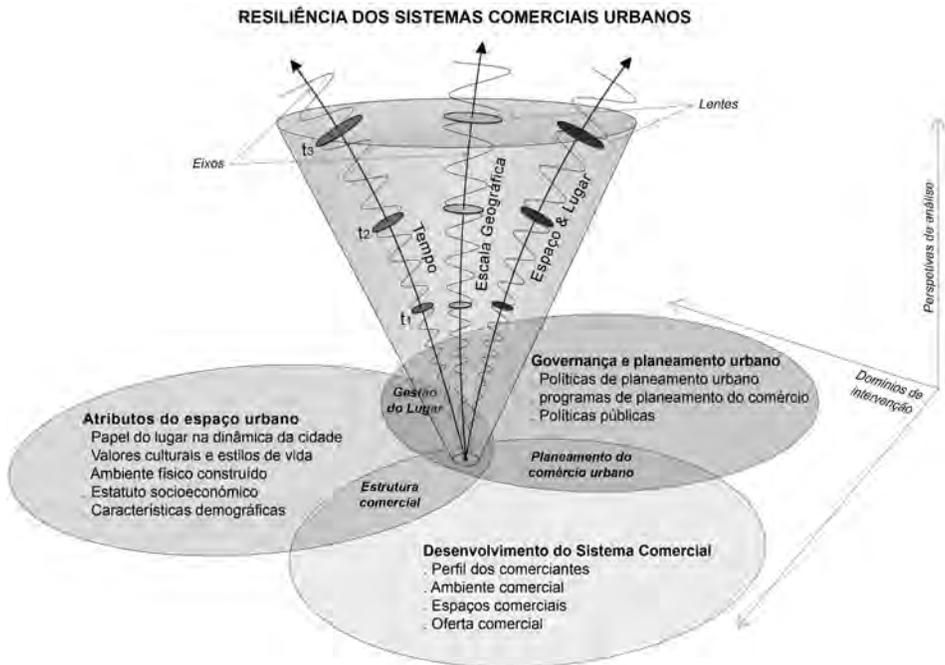


Fig. 1 – Quadro conceptual de avaliação da resiliência dos sistemas comerciais urbanos.

*Fig. 1 – Conceptual framework for the resilience evaluation of urban retail systems.*

Os atributos do aparelho comercial em relação ao mix de atividades, aos formatos das lojas, ao perfil dos comerciantes e à organização espacial da oferta, constituem um domínio basilar na avaliação da resiliência dos sistemas comerciais. A sua análise implica, na nossa perspetiva, a conjugação no mínimo de duas escalas geográficas: por um lado, a aglomeração urbana e o seu *hinterland*; e, por outro lado, os diferentes tipos de centros do sistema comercial. A escala macro permite-nos avaliar o sistema em termos de níveis de concentração empresarial, internacionalização da oferta, modernização das lojas, posicionamento no ciclo de vida dos formatos comerciais e níveis de descentralização da atividade comercial. Em última análise, esta escala geográfica informa-nos sobre a competitividade global do sistema comercial, bem como da sua vitalidade e viabilidade económica.

A escala local, referente a cada centro ou área comercial, deve ser lida em articulação com a sua posição no sistema comercial e as funções que supostamente devem desempenhar no abastecimento dos consumidores. Neste contexto, além do centro da cidade, importa distinguir mais dois tipos de centros: (i) os de conveniência ou proximidade, orientados para a satisfação das necessidades básicas da população, e por isso com ligação estreita à oferta de bens de consumo de aquisição frequente; e (ii) os centros de influência regional, orientados para a oferta de uma grande diversidade de bens e serviços, a maioria de aquisição ocasional. Naturalmente, nas cidades de maior dimensão existem outros tipos de centros associados, umas vezes às modernas formas de distribuição, outras a processos de especialização funcional, e outras vezes ainda ao capital simbólico que confere identidade aos espaços, como acontece, por exemplo, com o comércio explorado pelas minorias étnicas. No entanto, estas áreas além de obedecerem a uma lógica de funcionamento diferente, em termos da área de influência acabam por se comportar como centros de influência regional.

Com papéis distintos no sistema, a avaliação ao nível de cada área comercial deve procurar estimar a sua vitalidade, passível de medição através de um conjunto de indicadores relativos aos estabelecimentos (taxa de rotatividade das lojas, oferta de espaços comerciais e respectivo preço por m<sup>2</sup>, número de lojas vazias, taxas de cessação de atividade e de abertura de novas lojas, ...), ao *mix* de ramos de atividade, ao perfil dos comerciantes em matéria de formação, qualificação profissional e empreendedorismo, e ao grau de satisfação dos consumidores com a oferta e outras amenidades, mobilizadas pelos indivíduos-consumidores na realização dos seus projetos de vida.

As características da cidade, em termos do potencial demográfico e do posicionamento na rede urbana e nos fluxos de capitais, pessoas e informação, por um lado, e dos tipos de centros de comércio e serviços, quanto ao ambiente construído e aos atributos demográficos e sociais, por outro, são outro domínio essencial a ter em conta na avaliação da resiliência dos sistemas comerciais. Sobre o papel das primeiras pouco há a acrescentar, a não ser que destas depende a complexidade dos sistemas comerciais, nomeadamente, em termos de número e tipo de centros, sua disposição no território e nível de internacionalização da oferta, e naturalmente os fatores que interferem com a sua produção, organização e funcionamento. Na realidade, o conhecimento da condição das cida-

des nestes campos afigura-se mesmo como um pré-requisito da conceptualização do problema da resiliência dos sistemas comerciais. Aqui, a reflexão de Massey (1993) sobre o espaço e a geometria do poder constitui um argumento de peso. Esta autora mostra-nos como os indivíduos, os grupos, as cidades e as regiões se posicionam de forma muito diferente na rede de fluxos e conexões políticas, económicas, sociais e culturais do processo da globalização. Enquanto algumas ocupam uma posição de centralidade, participando inclusive na sua produção e difusão, outras detêm uma posição subalterna, limitando-se a receber os mesmos e a colher os seus impactos.

Se o nosso objetivo consiste em compreender o dinamismo dos sistemas comerciais e as forças responsáveis pelas suas transformações, é fundamental que se tenha consciência da posição e das ligações que a cidade estabelece nestas escalas geográficas. Massey (1993) mostra-nos como a teorização da mudança das cidades se encontra ligada a uma conceptualização bem-sucedida de construção global de lugar. Enquanto nós das redes de fluxos de capitais e ideias, as cidades são construções sociais dinâmicas resultantes de processos históricos em que diferentes práticas políticas, económicas e culturais esculpiram o seu carácter. Tal entendimento sugere que a capacidade das cidades para competir em nós específicos da hierarquia urbana pós-industrial é, em parte, determinada pelas geografias do consumo (e da produção) que operam em determinadas escalas espaciais (Jayne, 2006). Se deslocarmos o nosso objeto de análise das cidades para os sistemas comerciais, o valor explicativo desta argumentação em nada é beliscado. A sua natureza não só é, em parte, um produto do posicionamento da cidade na hierarquia urbana, contemplando esta a interação de processos em diferentes escalas geográficas, como reflete também, em cada momento, a evolução das práticas dos diferentes atores, incluindo as concebidas para responder aos desafios da competitividade levantados pelos processos da globalização económica e cultural.

No entanto, a avaliação da resiliência dos sistemas comerciais implica, necessariamente, uma análise mais pormenorizada, que seja capaz de dar conta do dinamismo dos diferentes tipos de centros de comércio da cidade. Na verdade, sabendo que a revolução comercial não afeta de igual modo os diferentes ramos de atividade e áreas comerciais, é sobretudo a este nível que o exercício de avaliação levanta mais desafios à sua conceptualização. Sendo a cidade e o comércio sistemas dinâmicos por natureza, é natural que o mesmo comporte, num dado momento, áreas comerciais em diferentes fases do seu ciclo de vida, à semelhança dos bairros que configuram a sua organização. Assim, de acordo com o modelo de desenvolvimento das áreas comerciais intra-urbanas de Berry (1963), é muito provável que qualquer sistema comercial, por circunstâncias de natureza económica, física, friccional e funcional seja, em determinado momento, formado por áreas (i) em fase de criação ou estabelecimento (que acontece, por exemplo, com o aparecimento de novas urbanizações); (ii) em fase de expansão, em que a prosperidade das primeiras lojas provoca a atração de outras e de novas funções; (iii) em fase de declínio, pautada pela estagnação da entrada de novas funções e novas lojas e o desaparecimento de outras; e (iv) em fase de sucessão de funções, quando o mal-estar dos negócios e a degradação física das lojas tornam a área pouco atrativa e marginal aos atos da compra e do abasteci-

mento. A estas quatro fases identificadas por Berry, acrescentamos nós outra, frequente nas cidades europeias, que designamos por fase de regeneração ou revitalização, quase sempre associada à revalorização de lugares da cidade dotados de elevado valor simbólico ou ligada a programas públicos de requalificação urbana, exemplificados pelos centros das cidades, as frentes de água e algumas áreas industriais e portuárias desativadas, dotadas de amenidades com interesse para o comércio, o consumo e o lazer.

Sendo um objetivo do projeto REPLACIS planear o sistema comercial das cidades para a mudança e a escolha dos consumidores, importa a este nível, em primeiro lugar, identificar através de um conjunto de indicadores as fases em que se encontram os diferentes tipos de centros de comércio da cidade, assim como os problemas que impedem a adaptação às mudanças contextuais e limitam as oportunidades de abastecimento dos consumidores. Em segundo lugar, elaborado o diagnóstico da vitalidade dos diferentes tipos de centros e apurado o grau de satisfação dos consumidores, torna-se necessário identificar os fatores que estão na base do seu sucesso ou insucesso, de forma a desenvolver as ações que possam melhorar os níveis de desempenho e, se possível, combater o seu declínio.

Berry (1963) identificou quatro grupos de fatores que frequentemente estão associados à perda de vitalidade, declínio e morte das áreas comerciais, que podem ser mobilizados na avaliação da resiliência dos sistemas comerciais. Em primeiro lugar, o declínio pode dever-se a razões de natureza económica. A perda de população residente ou a sua mudança de estatuto socioeconómico, quando associada a uma redução do poder de compra, a perda de competitividade das lojas e a incapacidade dos comerciantes adaptarem a oferta aos novos clientes, estão entre os fatores mais frequentes. O declínio motivado por estas razões manifesta-se na paisagem sobretudo através do aumento do número de lojas vazias, a mudança da oferta e o desaparecimento das lojas de *standing* mais elevado. Em segundo lugar, o declínio pode estar associado a fatores de ordem física. O envelhecimento das construções e dos locais pode conduzir a uma degradação material das áreas comerciais. Com o acentuar desta degradação, os edifícios tendem a se tornar inseguros e indesejáveis, e por estes motivos os clientes deixam de frequentá-los, com reflexos na imagem e dinamismo de toda a área comercial. O terceiro grupo de fatores é de natureza friccional e surge quase sempre ligado ao empobrecimento do estatuto e à degradação do ambiente dos bairros, que acabam com frequência por virar focos de condutas desviantes: a violência, o delito, a delinquência, o vandalismo... Estas manifestações, associadas a outros fatores, como as dificuldades ao nível das acessibilidades, circulação e estacionamento, e o sentimento de insegurança, tendem a tornar estas áreas indesejáveis e nefastas para o exercício do comércio. Por último, o quarto grupo reúne os fatores de cariz funcional. Algumas áreas entram em declínio porque muitos comerciantes, descapitalizados, se mostram incapazes de reagir às mudanças que afetam a atividade comercial. Sem formação e os recursos necessários para se modernizarem, inovarem ou simplesmente ajustarem a oferta às mudanças das necessidades dos consumidores, acabam por perder competitividade e cessar o exercício da atividade.

Tendo por base os quatro tipos de fatores identificados por Berry (1963) para o declínio das áreas comerciais, Meir e Marcus (1983) desenvolvem um quadro conceptual que permite avaliar a vitalidade e viabilidade económica das áreas comerciais nos espaços metropolitanos, mobilizando apenas quatro dimensões analíticas: a taxa de lojas vazias, o preço dos espaços comerciais, a qualidade das mercadorias e as condições físicas. As áreas comerciais na cidade são então classificadas em termos do comportamento que manifestam nestas dimensões, tendo como referência, a presença/ausência do fenómeno, ou então a posição que ocupam em relação à média da cidade.

Desnecessário será dizer que as áreas comerciais bem-sucedidas, que revelam grande vitalidade e dinamismo, encontram-se quase sempre no polo oposto das áreas em declínio em relação às dimensões de análise explicitadas. Do ponto de vista económico, são áreas em que, na fase de maturidade, a procura por espaços residenciais e comerciais excede largamente a oferta, elevando as rendas para preços que apenas a população de estatuto socioeconómico mais alto e as funções com mais prestígio, capital simbólico ou maior rendibilidade são capazes de suportar. A ação dos fatores económicos revela-se na paisagem mediante uma progressiva *affinage* do *mix* comercial, a melhoria dos níveis de *standing* e modernização das lojas, a presença de cadeias de prestigiadas marcas e insígnias, por vezes em regime de *franchising*, e o aumento dos preços das rendas dos espaços comerciais.

Em relação ao ambiente construído, as áreas comerciais de sucesso podem estar associadas a espaços morfologicamente muito distintos, dependendo, em grande medida, da época da sua construção e localização na cidade. No entanto, todas tendem a apresentar em comum o bom estado de conservação da generalidade dos edifícios, a qualidade do espaço público e do mobiliário urbano, e ainda um conjunto de amenidades relacionadas com a acessibilidade, a circulação e a facilidade de estacionamento. A influência dos fatores físicos na vitalidade das áreas comerciais faz-se sentir, em primeiro lugar, ao nível da elegância, distinção e capacidade de comunicação da arquitetura, do *design* e das ambiências geradas por muitas lojas, estrategicamente concebidas para atrair a atenção e seduzir os indivíduos-consumidores. Em segundo lugar, manifestam-se também ao nível da apropriação do espaço público pelos consumidores. Dotado das qualidades humanas e das amenidades favoráveis ao passeio, ao convívio, ao encontro com o outro, ou à simples deambulação, o espaço público parece nunca esgotar as razões para a sua frequência, pelo que os indivíduos-consumidores tendem a ver no mesmo o lugar ideal para passar uma boa parte do seu tempo de lazer. Gehl e GemzØe (2004) deixam bem claro, a partir da experiência de Copenhaga, o potencial que o espaço público pode conter no sucesso do centro da cidade e de outras áreas comerciais e de lazer, quando não mesmo da cidade na sua globalidade.

Os contributos dos fatores de cariz friccional para o sucesso das áreas comerciais são sobretudo visíveis nos setores da cidade que foram objeto de regeneração urbana, acompanhados de processos de nobilitação residencial e funcional. Quando passeamos pelas ruas da cidade e apreciamos as amenidades do espaço público e a espetacularidade de alguns edifícios, usados como locomotivas dos projetos de intervenção, raramente temos

consciência dos problemas que estes escondem. Na realidade, estas intervenções afetam profundamente tanto a habitação como a atividade comercial pré-existente. A habitação é influenciada em termos físicos e sociais. A população de menores recursos económicos e estatuto social é desalojada, através da demolição das casas mais modestas e em elevado estado de degradação, ou através do aumento dos preços das novas habitações, impossíveis de suportar por este estrato da população. Existem muitas formas de desalojamento geradas pelos projetos de regeneração urbana envolvendo processos físicos ou o aumento dos preços gerado pela especulação imobiliária. No entanto, todos partilham em comum o facto de substituírem habitação barata e de condições modestas, ocupada por famílias de baixos rendimentos e/ou socialmente excluídas, por habitações de luxo e elevado estatuto, dirigidas para as famílias de rendimentos elevados, que caracterizam o novo *gentrifier* (Mendes, 2006; Malheiros *et al.*, 2013). Este processo que afeta a habitação é também válido para o comércio. Mais exigentes, os novos residentes e a população que visita estas áreas conduzem a uma mudança da oferta e do perfil dos comerciantes. Naturalmente, neste processo de invasão-sucessão, apenas permanecem na área regenerada os comerciantes mais aptos, dotados das competências e dos recursos que lhes permitem fazer a transição para o novo ambiente e a nova clientela, que reside, trabalha ou simplesmente visita o local para fazer compras ou nele passar alguns momentos de lazer.

Por último, em relação aos fatores funcionais, as áreas comerciais bem-sucedidas tendem a apresentar um elevado dinamismo funcional, mesmo na fase de plena maturidade. Pela forma como são disputadas, nestas encontram-se quase sempre os comerciantes mais dinâmicos, dotados da formação e dos recursos necessários à adaptação à mudança. Por esta razão, antes de alcançarem a fase de maturidade, é frequente que nestas se registem elevadas taxas de rotatividade dos estabelecimentos e uma mudança significativa do uso do solo e das funções que se desenvolvem, quase sempre associadas a um refinamento do *mix* comercial.

O terceiro domínio do modelo de análise encontra-se ligado à intervenção dos poderes públicos, na qual se podem distinguir quatro grandes eixos. O primeiro prende-se com a atividade de regulação. Neste campo, importa saber, como é que as várias instituições, sem coartarem a inovação e a modernização dos sistemas comerciais, os têm gerido de modo a garantir o seu equilíbrio em termos de formas de comércio, formatos de lojas e tipo de empresas. O segundo eixo diz respeito à regulamentação do sistema comercial. Incluem-se aqui os diplomas legais que enquadram o exercício da atividade comercial, que pela forma como influenciam a decisão dos investidores acabam por ser responsáveis pela evolução dos sistemas comerciais, nomeadamente, em relação aos formatos das lojas e do seu arranjo espacial. O terceiro eixo está relacionado com o ordenamento do território e o urbanismo, seja no plano legislativo, através da aprovação de leis de forte pendor territorial relativas, por exemplo, à implantação das *grandes superfícies*, seja mediante a contemplação do setor nas principais figuras de planeamento de cariz territorial, seja através da criação de planos orientados para a requalificação da atividade comercial e urbana, mediante a constituição de parcerias público-privado, dos quais fazem parte, em Portugal, os Projetos Especiais de Urbanismo Comercial (PEUC's), no Reino Unido, os

*Town Centre Management Schemes*, em França, as operações *Centre 2000*, ou em Espanha, os *Centros Comerciales Abiertos (CCA)*. Por último, o quarto eixo de intervenção consiste na dinamização empresarial, seja mediante o lançamento de programas de apoio ao desenvolvimento sustentado da competitividade das empresas, seja pela via da atribuição de incentivos de natureza financeira e fiscal, relacionados com a criação de postos de trabalho, o reinvestimento dos valores de realização, ou as ações de cooperação ou concentração.

Através da atividade de regulação, os poderes públicos podem desempenhar um papel crucial na manutenção do equilíbrio dos sistemas comerciais, reforçando os seus níveis de viabilidade e resiliência. O quadro I fornece uma breve sinopse da evolução das políticas para o setor do comércio a nível nacional, nos últimos 50 anos. Nele se pode observar que tanto o seu conteúdo e objetivos como o quadro legislativo regulamentador se alteram substancialmente com o contexto de intervenção, refletindo as mudanças que se operaram no sistema. Em grandes linhas, trata-se de uma atitude essencialmente reativa, que tem como objetivo disciplinar a difusão territorial de novos empreendimentos com dimensão relevante, que possam ameaçar a competitividade dos pequenos comerciantes e a vitalidade dos centros tradicionais de comércio da cidade. No entanto, outras orientações são possíveis, explorando estratégias mais integradas e pró-ativas, em íntima articulação com o poder local, nas quais se podem enquadrar, por exemplo, as iniciativas relacionadas com a criação dos PEUC e das Unidades de Acompanhamento e Coordenação (UAC) e ainda do gestor de centro urbano.

Guy (2007) fornece a respeito das políticas públicas para o comércio um excelente testemunho a partir da avaliação crítica que faz da sua evolução na Inglaterra. Entre outros aspetos, mostra-nos como nas últimas décadas estas se têm orientado para a revitalização dos centros urbanos (*town centres first*), a promoção do desenvolvimento sustentado mediante a redução das viagens motorizadas para fins de abastecimento, a melhoria do *design* do ambiente físico e as boas relações de vizinhança com o tecido comercial preexistente, a necessidade de melhorar a qualidade da oferta nas áreas socialmente carenciadas, e a obrigatoriedade de demonstrar a relevância dos novos projetos para a oferta local. Os impactes desta orientação das políticas não se fizeram esperar. Em primeiro lugar, diminuíram os projetos de grande dimensão localizados nas áreas suburbanas e aumentou a procura por localizações mais centrais. Em segundo lugar, devido ao carácter restritivo para os projetos que se pretendem localizar na periferia, o espaço disponível favorável à expansão geográfica de alguns formatos, como os *retail parks*, diminuiu drasticamente. Esta redução conduziu a um aumento do preço do solo para estes fins e com este a uma “gestão ativa” por parte dos promotores, tornando os empreendimentos mais eficientes e atrativos para os consumidores. Em Portugal, de acordo com o conteúdo da Portaria 417/2009, de 16 de abril, a política para o setor parece ir agora no mesmo sentido. A implantação de novos projetos passa não só pelo parecer favorável de diferentes agentes, como a aprovação está dependente de condições que dificultam a localização na periferia, sobretudo quando afetam a mobilidade e o ambiente (Fernandes, 2009).

## Quadro I – Evolução das políticas de desenvolvimento do comércio em Portugal, 1960-2010.

Table I – Evolution of retailing policy development in Portugal, 1960-2010.

Parâmetros	Passiva (1960-1980)	Reativa (1980-1999)	Ativa (2000-2012)
<b>Contexto de intervenção</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Domínio dos pequenos comerciantes</li> <li>• Protagonismo das áreas centrais e do comércio de bairro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Competição entre pequenos comerciantes e cadeias de distribuição</li> <li>• Difusão das grandes superfícies</li> <li>• Dialéctica centro-periferia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescimento da competição entre tipos de comerciantes</li> <li>• Diversificação dos formatos</li> <li>• Afirmação das lojas e sítios enquanto lugares de experiência</li> </ul>
<b>Quadro legislativo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regulamentação do acesso à atividade e seu exercício</li> <li>• Escassas preocupações territoriais</li> <li>• Relativo vazio legislativo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diplomas relativos à implantação de grandes superfícies: <i>DL 190/89, 6 junho</i> <i>DL 258/92, 20 novembro</i> <i>DL 83/95, 26 abril</i> <i>DL 218/97, 20 agosto</i></li> <li>• Criação de programas de incentivo à modernização do comércio: SIMC e PROCOM <i>DL 184/94, 1 de junho</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diplomas relativos à implantação de UCDR's <i>DL 12/2004, 30 março</i></li> <li>• Criação do URBCOM <i>Portaria 317-B/2000, 31 de maio</i> <i>Portaria 113-A/2002, 7 de fevereiro</i></li> <li>• Criação do MODCOM <i>Portaria 1297/2005, 20 de dezembro</i> <i>Despacho nº 26 689/2005</i></li> <li>• Criação das UAC's (Unidades Acompanhamento e Coordenação)</li> <li>• Comissões de Autorização Comercial – COMAC <i>Portaria 417/2009, 16 de abril</i> <i>DL 21/2009, 19 de janeiro</i></li> <li>• Novo Regime Jurídico de Arrendamento Urbano <i>Lei nº 31/2012, 14 de agosto</i></li> </ul>
<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exercício e funcionamento da atividade comercial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regulação da localização e difusão das grandes superfícies</li> <li>• Modernização do tecido comercial</li> <li>• Impactos territoriais</li> <li>• Revitalização das áreas centrais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regulação do desenvolvimento das UCDR's</li> <li>• Avaliação de impactes territoriais</li> <li>• Defesa dos tecidos comerciais tradicionais</li> <li>• Gestão e sustentabilidade dos centros urbanos</li> </ul>

Lida na perspetiva da promoção da resiliência dos sistemas comerciais, a mediação dos poderes públicos levanta algumas questões que importa ter em conta. Em primeiro lugar, estando a resiliência do comércio dependente da sua capacidade de adaptação à mudança, as políticas devem ser agilizadas. Só assim podem adaptar-se à mudança quase quotidiana dos sistemas e responder aos desafios levantados pelos novos formatos, cuja cadência de desenvolvimento ultrapassa em muito as medidas de política, tornando o planeamento quase sempre meramente reativo. Em segundo lugar, a manutenção do equilíbrio dos sistemas comerciais, em termos viabilidade dos diferentes tipos de centros e a diversidade de conceitos comerciais exige que a política de planeamento do comércio considere, em estreita articulação, diferentes escalas geográficas. Por último, de acordo

com as novas funções que o comércio e os espaços comerciais têm sido chamados a desempenhar na vida quotidiana, as políticas de planeamento e governança dos sistemas comerciais devem ser mais articuladas com outras políticas setoriais e territoriais. Esta articulação permite não só aproximar o comércio do modelo de desenvolvimento que se quer para as cidades, como ainda facilitar a avaliação dos impactos dessas políticas na vitalidade dos diferentes centros de comércio e serviços que organizam o sistema.

## 2. Os estudos de caso

Os estudos de caso dizem-nos que os sistemas comerciais não só são dinâmicos como evoluem no tempo sob a influência de fatores endógenos e exógenos aos respetivos sistemas. Este dinamismo coloca-nos um duplo desafio: (i) a necessidade de introduzir o tempo na investigação; e (ii) a capacidade de avaliar o estado de equilíbrio dos sistemas comerciais. Enquanto o primeiro desafio nos remete para uma análise evolutiva das dimensões do sistema, em estreita articulação com os três domínios de intervenção e a sua monitorização ao longo do tempo, o segundo exige que o diagnóstico identifique, num dado momento, o estágio de vitalidade e viabilidade do sistema, bem como as deficiências do seu funcionamento. Neste contexto, estando o equilíbrio do sistema dependente da sua capacidade de resposta às necessidades dos consumidores, importa avaliar, através de diferentes indicadores, o grau de satisfação dos consumidores com o sistema, em termos globais e, sobretudo, em relação aos centros de comércio de proximidade. Apenas na posse deste diagnóstico se pode gerir eficazmente o sistema, adoptando as medidas e as ações mais adequadas à resolução dos problemas. É nesta linha que se inscrevem as orientações da política de planeamento do setor do comércio no Reino Unido, que constam dos *Planning Policy Statement 6 e 4* (com destaque para a criação dos *Town Centre Health Check Indicators*<sup>ii</sup>).

Sem desvalorizar a importância das descobertas realizadas pelas equipas nacionais, emergentes da investigação dos casos de estudo, existem pelo menos três produtos do projeto partilhados por todos os membros. Em primeiro lugar, no plano teórico, a investigação contribui para o enriquecimento dos conceitos de resiliência e de sustentabilidade urbana, acrescentando às tradicionais dimensões ecológica e económica as dimensões social e cultural. Para alcançar tal objetivo, a equipa do REPLACIS desenhou um quadro conceptual e metodológico adequado à definição de um conjunto de indicadores de desempenho dos sistemas comerciais intrinsecamente ligados à sustentabilidade urbana. A monitorização dos sistemas apoiada nestes indicadores permite às autarquias compreender as dinâmicas dos sistemas comerciais e a sua capacidade para responder às necessidades de abastecimento dos consumidores, de primordial importância para a sustentabilidade, uma vez que permite aos decisores políticos e a outros atores optar por estratégias orientadas para a adaptação do sistema a futuras mudanças (posição pró-ativa), ou por ações que visam apenas a mitigação dessas mudanças (posição reativa).

Neste domínio, embora o quadro de indicadores definido possa constituir um referencial para a avaliação da resiliência dos sistemas comerciais de cidades inseridas em

diferentes contextos geográficos, este deve ser adaptado a cada cidade e área cultural. Esta necessidade de adequação deve-se não só ao facto dos sistemas comerciais se encontrarem nos países em fases distintas do ciclo de vida, mas também porque as funções e significado dos espaços comerciais na vida quotidiana da cidade se alteram com os contextos geográficos. Esta questão é sobretudo sensível ao nível do papel de alguns formatos, como acontece com os hipermercados em França (Chevalier, 2007), os grandes armazéns na Suécia (Kärrholm & Nylund, 2011), ou os centros comerciais na Turquia (Erkip, 2003).

Em segundo lugar, a investigação visou demonstrar a importância das políticas e do planeamento serem no comércio um pilar da resiliência e da sustentabilidade urbana. Se hoje uma boa parte das cidades se produz, organiza e vivencia através dos lugares de comércio e consumo (Jayne, 2006; Miles, 2010), é fundamental que o comércio seja planeado de acordo com o papel que tem na cidade. A análise das múltiplas funções que o comércio e o consumo assumem na sociedade, em particular nas cidades, coloca-nos perante a urgente necessidade de uma profunda mudança na forma como se tem olhado para o setor e interpretado o seu significado. Na realidade, é devido a esta miopia que o comércio tem sido marginalizado nas políticas públicas.

Dois razões fundamentais explicam que se mude de atitude. Em primeiro lugar, é cada vez mais evidente no funcionamento das instituições e nos valores socioculturais que parte do estatuto concedido à produção se tem transferido para o consumo. Na base desta reversibilidade de papéis, encontra-se o facto das mercadorias e mais recentemente as lojas, além do valor de uso e de troca, serem também dotadas de um valor simbólico que lhes é adstrito pelos atos da compra e do consumo. Neste contexto, se a produção de valor continua durante os momentos de consumo, não faz sentido que este continue a ser observado como o fim do processo produtivo. Bem pelo contrário. Vários autores, entre os quais Baudrillard (1975), Featherstone (1991) e Firat e Dholakia (1998), têm demonstrado como na era pós-moderna, o consumo se transformou num ato social mediante o qual os significados simbólicos, os códigos e as relações sociais são (re)produzidos. Através do consumo as pessoas não só satisfazem as suas necessidades e desejos como se definem a si próprias, criam os seus estatutos, posições e imagens na sociedade. Em segundo lugar, se aceitarmos que a produção e o consumo, em vez de serem processos distintos, constituem apenas diferentes momentos de um mesmo ciclo, então devemos também rever as conceções sobre o papel dos comerciantes e dos operadores de serviços, que de forma mais direta lidam com os consumidores. De simples intermediários dos produtores, por ocuparem uma posição intermédia na *cadeia* produção-distribuição-consumo, o mais correto é que passem a ser vistos como um dos múltiplos agentes produtivos no *ciclo* da produção, que comporta sempre as fases de fabrico, distribuição e consumo de objetos, símbolos e signos em lugares e ambientes reais ou virtuais (Cachinho, 2002). Na realidade, foi em grande medida devido ao reconhecimento do papel produtivo do consumo e do comércio pela nova geração de planeadores e fazedores de políticas que muitos projetos de regeneração urbana se têm ancorado no comércio e, em Portugal, os programas de incentivos à modernização do comércio orientem uma vertente para o urbanismo comercial.

#### IV. NOTAS FINAIS

As mudanças sempre moldaram os sistemas comerciais, mas nas últimas décadas a aceleração do seu ritmo e amplitude fizeram com que, em muitas cidades, estes entrassem em desequilíbrio e deixassem de responder, com eficiência, às necessidades dos diferentes grupos de consumidores. Partindo do pressuposto que o comércio é um elemento vital à sustentabilidade urbana, e que o planejamento e as políticas orientadas para o setor podem contribuir para o seu desenvolvimento mais equilibrado, neste artigo apresentamos, em grandes linhas, a investigação que foi desenvolvida no âmbito do Projeto REPLACIS sobre a avaliação da vitalidade e da resiliência dos sistemas comerciais, tendo em vista o incremento da sustentabilidade das cidades.

Em termos de conclusões podem destacar-se alguns pontos. Em primeiro lugar, a leitura das transformações dos sistemas comerciais através das lentes da resiliência tem-se revelado de grande utilidade conceptual, mas também um desafio. A complexidade e o dinamismo dos sistemas comerciais conjugados com as especificidades das relações sociais, económicas e políticas que se tecem nos diferentes contextos culturais e geográficos, dizem-nos que as dimensões analíticas e o conjunto de indicadores concebido para avaliar a vitalidade e os níveis de resiliência dos sistemas necessitam de ser objeto de reflexão e adaptação aos contextos locais, e que a interpretação destes deve pressupor sempre um sentido global de local e de lugar, na acepção que lhes é atribuída por Massey (1993; 1994). Apenas mediante esta adequação se torna possível dar conta das geografias do consumo (e da produção) locais que, em cada momento, se produzem em várias escalas geográficas, ligadas à resiliência dos sistemas, bem como apropriarmos do verdadeiro carácter de cada sistema comercial, por natureza avesso a formas e processos estandardizados e universais.

Em segundo lugar, vendo a resiliência como “a capacidade dos sistemas comerciais se adaptarem às mudanças, às crises e aos choques que desafiam o seu equilíbrio, sem que tal adaptação coloque em causa o desempenho das suas funções de forma sustentável” (REPLACIS, 2010), a mediação dos poderes públicos deve orientar-se, prioritariamente, para: (i) a dotação do sistema dos instrumentos de política que capacitem os comerciantes para a mudança; (ii) a preservação da diversidade, nomeadamente em termos de formatos, tipo de operadores e áreas comerciais. Enquanto os instrumentos de política visam combater a inércia e incentivar a pró-atividade e a adaptabilidade dos comerciantes, por sua vez, a defesa da diversidade de formas de comércio e áreas comerciais garante a possibilidade de escolha aos consumidores, incluindo os mais desfavorecidos.

Por último, sendo a cidade e o comércio sistemas complexos e dinâmicos, a sua sustentabilidade e resiliência beneficiariam em muito da existência de dispositivos de monitorização, para o qual se torna necessário recolher informação relevante de forma sistemática, capaz de dar conta da sua vitalidade e, em consequência, possa ajudar a instruir a mediação dos poderes públicos tendo em vista o restabelecimento do equilíbrio dos sistemas. Dada a cadência com que a inovação e as mudanças se sucedem, para que a monitorização seja possível e sirva, em tempo útil, as tomadas de decisão, é fundamental que

a informação a obter, nas diferentes escalas geográficas, seja efetivamente relevante, de fácil recolha e contemple não só os interesses dos principais agentes, os comerciantes e os consumidores, mas também sirva o modelo de desenvolvimento da cidade, que se quer sustentável e promova a coesão social.

## BIBLIOGRAFIA

- Alonso, L. (1999). Los grandes centros comerciales y el consumidor postmoderno. *Distribution y Consumo*, 27, 28-30.
- Arnould, E. (2005). Animating the big middle. *Journal of Retailing*, 81 (2), 89-96.
- Arnould, E. & Thompson, C. (2005). Consumer Culture Theory (CCT): twenty years of research. *Journal of Consumer Research*, 31, 868-883.
- Balsas, C. (2004). Measuring the liveability of an urban center: An exploratory study of key performance indicators. *Planning Practice and Research*, 19 (1), 101-110.
- Balsas, C., Kotval, Z. & Mullin, J. (2004). City center revitalization in the USA, principles, techniques and case studies. In G. Gianfranco, E. Moras, G. Codato (Eds.), *L'Approccio integrato alla qualificazione urbana, modelli e strategie di urbanistica commerciale* (209-218). Turim: Celide.
- Barata-Salgueiro, T. (1996). *Do Comércio à Distribuição: roteiro de uma mudança*. Oeiras: Celta.
- Barata-Salgueiro, T. & Cachinho, H. (Eds.) (2011). *Retail planning for the Resilient City. Consumption and urban regeneration*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Baudrillard, J. (1972). *Para uma crítica da economia política do signo*. Lisboa: Edições 70.
- Baudrillard, J. (1975). *The mirror of production*. St. Louis: Telos.
- Berry, B. (1963). Commercial Structure and Commercial Blight: Retail Patterns and Progresses in the City of Chicago. University of Chicago, *Research paper*, n.º 85.
- Borchert, J. G. (1998). Spatial dynamics of retail structure and the venerable retail hierarchy. *GeoJournal*, 45, 327-336.
- Boyer, M. (1988). The return of aesthetics to city planning. *Society*, 25 (4), 49-56.
- Bromley, R. & Thomas, C. (1993). The retail revolution, the carless shopper and disadvantage. *Transactions of Institute of British Geographers*, 18 (2), 222-236.
- Cachinho, H. (2002). O Comércio Retailista Português: Pós-modernidade, Consumidores e Espaço. Lisboa: GEPE.
- Cachinho, H. (2005). O Comércio Retailista: da venda de bens à oferta de experiências de consumo. In C. Medeiros (Eds.), *Geografia de Portugal: Atividades Económicas e Espaço Geográfico*, vol. 3 (264-331). Lisboa: Circulo dos Leitores.
- Callaghan, E. & Colton, J. (2008). Building sustainable & resilient communities: a balancing of community capital. *Environment, Development and Sustainability*, 10 (6), 931-942.
- Chevalier, S. (2007). "Shopping" à la Française : Approvisionnement Alimentaire et Sociabilité. *Horizontes Antropológicos*, 28 (Jul./Dez), 65-86.
- Erkip, F. (2003). The shopping mall as an emergent public space in Turkey. *Environment and Planning A*, 35, 1073-1093.
- Featherstone, M. (1991). *Consumer culture & postmodernism*. Londres: Sage.
- Fernandes, J. A. (2009). *Retail policies and planning: the case of Portugal*. Comunicação apresentada no REPLACIS Workshop de Malmoe, 10-12 de Setembro.
- Firat, A. F. & Dholakia, N. (1998). *Consuming people. From political economy to theaters of consumption*. Londres: Routledge.
- Gardner, C. & Sheppard, J. (1989). *Consuming passion. The rise of retail culture*. Londres: Unwin Hyman.
- Gehl, J. & Gemzøe, I. (2004). *Public spaces public life, Copenhagen*. Copenhagen: Narayana Press.
- Guy, C. (2007). *Planning for retail development: a critical view of the British experience*. Londres: Routledge.
- Harvey, D. (2000). *Spaces of hope*. Berkeley: University of California Press.
- Jayne, M. (2006). *Cities and Consumption*. Londres: Routledge.

- Kärholm, M. & Nylund, K. (2011). Escalating consumption and spatial planning: notes on the Swedish retail evolution. *European Planning Studies*, 19 (6), 1043-1060.
- Knox, P. & Mayer, H. (2009). *Small town sustainability. Economic, social, and environmental innovation*. Basel: Birkhäuser Verlag.
- Lefèbvre, H. (1969). *A vida quotidiana no mundo moderno*. Lisboa: Editora Ulisseia.
- Lichtenstein, N. (2009). *The Retail Revolution: How Wal-Mart Created a Brave New World of Business*. New York, Henry Holt.
- Malheiros, J., Carvalho, R. & Mendes, L. (2013). Gentrification, residential ethnicization and the social production of fragmented space in two multi-ethnic neighbourhoods of Lisbon and Bilbao. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XLVIII (96), 109-135.
- Massey, D. (1993). Power-geometry and a progressive sense of place. In J. Bird, B. Curtis, T. Putnam, L. Tickner (Eds.), *Mapping the Futures: Local Cultures, Global Change* (54-69). Londres: Routledge.
- Massey, D. (1994). *Space, place and gender*. Cambridge: Polity Press.
- Meir, A. & Marcus, M. (1983). A commercial-blight perspective on metropolitan commercial structure. *Canadian Geographer*, 27 (4), 370-375.
- Mendes, L. (2006). A nobilitação urbana no Bairro Alto: análise de um processo de recomposição sócio-espacial. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XLI (81), 57-82.
- Mikunda, C. (2006). *Brand lands, hot spots, and cool spaces: welcome to the third place and the total marketing experience*. Londres: Kogan Page.
- Miles, S. (2010). *Spaces for consumption*. Londres: Sage Publications.
- Moati, P. (2011). *La nouvelle révolution commerciale*. Paris: Odile Jacob.
- Muñoz, F. (2008). *Urbanización: paisajes comunes, lugares globales*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Pirenne, H. (1969). *Medieval cities. The origins and the revival of trade*. Princeton: Princeton University Press.
- Ravenscroft, N. (2000). The vitality and viability of town centres. *Urban Studies*, 37 (13), 2533-2549.
- REPLACIS (2010). Retail planning for sustainable cities. In URBAN-NET (Eds.), *Urban-net Research Anthology* (29-34). Edimburgo: Sniffer.
- Ritzer, G. (1999). *Enchanting a disenchanted world: revolutionizing the means of consumption*. Thousand Oaks: Pine Forge Press.
- Scerri, A. & James, P. (2009). Accounting for sustainability: combining qualitative and quantitative research in developing 'indicators' of sustainability. *International Journal of Social Research Methodology*, 13 (1), 41-53.

---

<sup>i</sup> Projeto Urban-Net/FCT 2009-2011. Ver Barata-Salgueiro e Cachinho, 2011.

<sup>ii</sup> *Town Centre Health Indicators* constituem uma ferramenta metodológica de avaliação da performance dos centros urbanos, desenvolvida no Reino Unido, no quadro da *Planning Policy Statement 6: Planning for Town Centres*. No essencial, esta consiste num conjunto de indicadores que permitem às autarquias, em parceria com as empresas, avaliar com regularidade a vitalidade e viabilidade dos diferentes tipos de centros de comércio e serviços das cidades, e monitorizar a sua evolução, tendo em vista adequar as medidas e ações de planeamento às necessidades dos diferentes tipos de centros.



## SHOPPING MALLS AND NEOLIBERAL TRENDS IN SOUTHERN EUROPEAN CITIES: POST-METROPOLITAN CHALLENGES FOR URBAN PLANNING POLICY<sup>1</sup>

SIMONE TULUMELLO<sup>1</sup>

MARCO PICONE<sup>2</sup>

**ABSTRACT** – Whilst shopping malls have been explored at length by critical urban studies, there has been little exploration of their role in restructuring the practice of urban and spatial planning. This article uses the shopping mall as an object of study in the light of the neoliberal trends and post-metropolisation in Southern Europe, with the aim of exploring challenges for urban governance and planning practice and with a focus on the role of the ongoing economic crisis. A threefold exploratory framework – the ‘lost-in-time scenario’, the ‘messianic mall model’ and the ‘(im)mature planning explanation’ – is used to make sense of the local versions of shopping mall development in Lisbon (Portugal) and Palermo (Southern Italy). According to findings, we highlight the clash between the multi-scalar nature of shopping malls and the dominance of the municipal scale in regulatory planning frameworks, and the risk that shopping mall development (at least in Southern Europe) may replicate uneven development patterns, reproducing the pre-conditions of the crisis without helping to overcome it.

**Keywords:** Critical urban studies; comparative planning research; planning cultures; Southern European crisis; shopping centres.

**RESUMO** – CENTROS COMERCIAIS E TENDÊNCIAS NEOLIBERAIS NAS CIDADES DA EUROPA DO SUL: DESAFIOS PÓS-METROPOLITANOS PARA O PLANEAMENTO URBANO. Embora os centros comerciais tenham sido estudados a fundo nos estudos críticos urbanos, poucas análises existem sobre o seu papel na reestruturação da prática do ordenamento do território e do planeamento urbano. Este artigo utiliza os centros comerciais como objeto de estudo, com o objetivo de explorar os desafios para a governança urbana e o planeamento urbano em tempos de tendências neoliberais e pós-metropolitização na Europa do Sul, questio-

---

Recebido: Junho 2015. Aceite: Dezembro 2015.

<sup>1</sup> Post-doc research fellow, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa. E-mail: simone.tulumello@ics.ulisboa.pt

<sup>2</sup> Associate professor, Department of Architecture, University of Palermo (Italy). E-mail: marco.picone@unipa.it

nando, ao mesmo tempo, o papel da atual crise económica. Com o objetivo de melhor compreender as versões locais do sucesso dos centros comerciais em Lisboa (Portugal) e Palermo (Itália do sul), utilizamos um quadro teórico composto por três componentes: ‘lost-in-time scenario’ (padrões temporais de desenvolvimento económico), ‘messianic mall model’ (questões socioculturais) e ‘(im)mature planning explanation’ (culturas de ordenamento). De acordo com as evidências, realçamos o conflito entre o cariz multi-escalar dos centros comerciais e a dominância da escala municipal nos sistemas de ordenamento territorial; e o perigo que o êxito dos centros comerciais (pelo menos na Europa do Sul) possa replicar padrões de desenvolvimento desigual e, de consequência, reproduzir as pre-condições da crise sem contribuir à recuperação.

**Palavras-chave:** Estudos críticos urbanos; estudos comparativos em ordenamento do território; culturas de ordenamento; crise da Europa do Sul; centros comerciais.

**RESUME** – CENTRES COMMERCIAUX ET TENDANCES NÉOLIBÉRALES DANS LES VILLES DE L’EUROPE DU SUD : LES DÉFIS POST-MÉTROPOLITAINS À UNE POLITIQUE DE PLANIFICATION URBAINE. Bien que les Centres commerciaux aient été étudiés à fond critiquement, il existe peu d’analyses traitant du rôle qu’ils peuvent avoir dans la rénovation de la planification territoriale. Les Centres commerciaux sont ici considérés comme des instruments permettant de comprendre les défis posés, en Europe du Sud, par la gestion et la planification urbaines, en des temps de tendance néolibérale et post-métropolitaine et en considérant aussi le rôle de la crise économique actuelle. Pour tenter de mieux comprendre les versions locales du succès des Centres commerciaux, tant à Lisbonne qu’à Palerme, on a utilisé un cadre théorique à trois composantes : les types de développement économique se succédant dans le temps, les aspects sociaux-culturels et les types de planification. Ce qui a permis de montrer le conflit existant entre l’aspect multi-scalaire des Centres commerciaux et la dominance de l’échelle municipale dans la planification territoriale. Le succès des Centres commerciaux pourrait ainsi, du moins dans l’Europe du Sud, faire renaître des types de développement inégalitaires, en reproduisant les conditions antérieures à la crise, au lieu de contribuer à la récupération de celle-ci.

**Mots clés:** Études critiques urbaines; études comparatives de planification territoriale; types de planification; crise de l’Europe du Sud; Centres commerciaux.

## I. INTRODUCTION: WHY MALLS IN SOUTHERN EUROPEAN CITIES ARE WORTH STUDYING

Shopping malls have been explored at length in critical urban studies. Malls are said to manipulate shoppers’ behaviour (Crawford, 1992; Goss, 1993) and offer a ‘pseudo-public’ (Davis, 1990[2006]) or ‘post-public’ (Tulumello, 2015a) space capable of attracting visitors and customers, and therefore economies, from central urban areas. The effects of this capacity have been emphasised: the restructuring of urban retail systems (Jackson, 1996); the fortification and privatisation of public space, especially in central urban areas, as a response by municipal authorities (Sorkin, 1992; Orillard, 2008). Bromley and

Thomas (1993) highlight issues of inequality, inasmuch as consumers with poor mobility are disadvantaged by the predominance of malls. Erkip (2005) sums up the critical issues: the social exclusion of some social groups and classes; the use of fear of crime to market the security of malls; the worldwide replication of standardised spaces; the influence of privatised shopping and leisure spaces on public recreational sites.

The shopping mall is a creation of Western Fordist society that has been able to survive post-Fordist transformation, becoming embedded in new urban trends in a post-modern, neoliberal era. Salcedo (2003: 1087) suggests that “the early Fordist structure and appearance of malls, which facilitated standardized patterns of consumption, gave way to a post-Fordist segmented structure, in which new malls were created to satisfy specific and segregated needs based on new patterns of social stratification”. Tulumello (2015b: 15) suggests that the mall is resilient to urban transformation because of its capacity to mobilise “actors, resources and instrumental discourses in order to break planning rules and shape discursive practices and political debate”. One should add that, nowadays, malls seem to be on the decline, especially in the Anglo-American context.<sup>ii</sup> In this article, we take this a step further, using the mall as an object of study with the aim of understanding better some dimensions of contemporary neoliberal trends in Western cities undergoing the process of post-metropolisation (Soja, 2000; 2011). This is relevant for two reasons and with two purposes.

Firstly, the challenges for urban governance stemming from the success of malls have been neglected by planning research – exceptions are a special issue of *Cities* devoted to retail planning and urban resilience (Barata-Salgueiro & Erkip, 2014), and Fillion and Hammond’s (2008) analysis of downtown malls in mid-sized cities. On the contrary, understanding the ‘effects of retail-induced spatial reorganization’ (Rabbiosi, 2011: 82) is a useful instrument for developing insights into the relation between post-metropolitan spatialities and multi-scalar/multi-level challenges for urban governance in fragmented institutional cultures. This is especially relevant in the context of the economic crisis, which, with specific evidence in Southern Europe, is not a ‘contingency’. The crisis needs to be understood rather in its structural roots as the result of long term trends of (uneven) economic development and the intensification of neoliberal trends (Lapavistas *et al.*, 2010; Hadjimichalis, 2011; Seixas *et al.*, 2015), of which the mall-induced transformation of retail systems is a significant component.

Secondly, we recognise the importance of comparative studies in building more nuanced and less provincial urban theories (Robinson, 2011), in understanding planning systems better, and in highlighting neglected aspects of planning systems and cultures<sup>iii</sup> (Getimis, 2012). From this perspective, the analysis of the local versions of a global entity such as the mall will prove to be especially useful.

The article sets out a comparative study about the emergence of the shopping mall era and the relation between mall development and spatial planning in two cities in the ‘borderlands’ of urban theory (Baptista, 2013; Tulumello, 2015b): Lisbon in Portugal and Palermo in Southern Italy. The cases are interesting because, like most Southern European cities, they exhibit an unusual pattern in relation to global urban transformation.

In both cities, the advent of malls and the restructuring of retail systems have occurred later than those in most Western cities – respectively in the 1990s and from 2009 onwards – yet (hence?) this restructuring has occurred with dramatic speed. In both cities, in the context of late and turbulent neoliberal transformation, the study of malls will be a way of understanding some contemporary challenges of spatial planning.

The scientific contribution this article provides to the academic debate on shopping malls revolves around an interpretive model that seeks to answer one question: what sets Southern European shopping malls apart from the traditional trend of mall development in Western countries? In other words, is there any particular reason why some cities have recently experienced a marked increase in the diffusion of shopping malls, at the same time as the idea of the shopping mall has started to lose favour elsewhere in the Western world? In order to provide an answer to these questions, the article presents, and employs for empirical exploration, three arguments, which can be summarised as: (1) the ‘lost-in-time scenario’; (2) the ‘messianic mall model’; and (3) the ‘(im)mature planning explanation’, respectively referring to: (1) temporal patterns of development; (2) societal specificities; and (3) planning systems and cultures.

The article is set out in four sections. Section II reviews literature about post-metropolitan transformation in Western cities in order to address the challenges connected with the analysis of shopping malls. Section III presents the exploratory framework used in Section IV to frame the success stories of shopping malls in Lisbon and Palermo, before setting out some concluding remarks (Section V).

## II. MALLS, POST-METROPOLITAN TRANSFORMATION AND CHALLENGES FOR URBAN GOVERNANCE

(Western) cities have been undergoing significant changes during the last few decades, as a result of globalisation forces and urbanisation, hegemonic powers and democratisation paths. From a spatial perspective, Martinotti (1993) depicts the *grande trasformazione*, that is, the consolidation of metropolisation patterns, as a result of the ‘third wave’ of global urbanisation (Scott, 2011). From a socio-cultural perspective, the concept of postmodernity has been used to highlight trends such as the end of the hegemony of common values and the loss of cultural frames of reference (Foster, 1983[1985]). From the perspective of urban governance, the decline of Fordist economies and deindustrialisation, together with the resulting fiscal stress, have been putting public sectors in crisis, making concepts like the decline of nation states and the fragmentation of decision-making processes necessary for understanding contemporary urban policies (Filion, 1996; Governa, 2010). Radical geographers have criticised the neutrality of analyses grounded in the concept of postmodernity, suggesting that recent urbanisation trends should be conceived within the frame of the emergence of a neoliberal project, in relation to the reorganisation and financialisation processes of global capital and patterns of uneven development (Jessop, 2002; Harvey, 2006). Soja (2000) developed the concept of ‘post-

-metropolisation' in order to make sense of multi-scalar regional urbanisation processes, profoundly different from the processes of metropolisation. The idea of post-metropolisation goes beyond ideas such as the urban/non-urban duality, or density as a core indicator of the urban condition. In the city-region approach theorised by Soja,<sup>iv</sup> density and urban complexity can be found in different guises all through the urban agglomerations.

From a theoretical perspective, critical debates about neoliberal trends and post-metropolitan transformation help us to make sense of the contemporary transformation of urban production and governance. Inasmuch as the aim of this article is that of taking some steps towards a productive dialogue between critical geographic and comparative planning studies, we recognise the issue of shopping malls as especially useful in analysing local replications of processes deeply embedded in mainstream globalisation and neoliberalisation patterns. The malls entail two types of challenge for urban studies and governance.

Firstly, the local replications of globalised and homogenised lifestyles are a specific dimension of post-metropolitan urban 'lives'. Beyond the critical approaches to the success of malls (see introduction), Cachinho suggests that the shopping mall is a useful space in order to "peer into the soul of consumactor" (2006: 34): the mall is a "residence, meeting point and place of celebration" for the postmodern consumer (2006: 34). Ozu-duru *et al.* (2014) adopt a more complex perspective, deconstructing the encompassing concept of 'postmodern consumer' and substituting it with a fine-grain analysis of different social groups and their different choices. Fernandes and Chamusca (2014) focus on the shifting role of the shopping mall within urban transformation, distinguishing two phases, 1960s-1980s and after. The shift from metropolisation patterns towards urban renaissance and regeneration is reflected in the changing shopping attitudes: from "consumption as a symbol of status" towards "increase in leisure time" and "collective and individual varied forms of consumer over time" (2014: 173). Accordingly, the meaning of large retail spaces has been shifting from spaces of consumption to "spaces and places of life experience" (2014: 173).

Secondly, Fernandes and Chamusca (2014) set out some preliminary connections between critical/cultural perspectives and urban planning. Through a comparative analysis in four countries – France, Portugal, Sweden, Turkey – they focus on urban revitalisation after the 1980s, linking retail planning to the emergence of public-private partnerships and regeneration programmes (e.g. those funded by the EU). Three socio-cultural and socioeconomic factors are highlighted for their role in the evolution of retail and urban planning: "(a) the relevance of the European Union and European values and policies; (b) political values and conceptions of local and regional planning systems; (c) social and ideological transformations such as market liberalization, changes in consumer behaviour and the increasing relevance of private stakeholders" (2014: 175).

To sum up, the study of challenges connected with the advent and success of malls can help shed some light on the contemporary processes of post-metropolisation, globalisation and neoliberalisation, thanks to the possibility of intersecting socio-cultural and political-economic factors with planning and urban governance trends. We recognise Southern Europe as a useful case in this respect because of its inherent peculiarities. We shall thus

discuss the differences that set Southern Europe, and especially Portugal and Southern Italy, apart from most other Western countries with regard to shopping malls, setting out a conceptual framework useful for exploring these differences along three theoretical arguments.

### III. SOUTHERN EUROPEAN MALLS: AN EXPLORATORY FRAMEWORK

Southern European cities have been experiencing rather specific, and turbulent, neo-liberal and post-metropolitan trends. The late development of formal planning frames is often associated with disordered urban patterns and relatively low levels of spatial segregation (Arbaci & Malheiros, 2010; De Leo, 2015). Late metropolisation, suburbanisation, fragmentation and polarisation trends have recently been hybridising urban territories (Arbaci and Malheiros, 2010; Seixas and Albet, 2012). However, there has never been a high degree of speculation in the academia as to the reasons why Southern Europe has experienced unique trends in the diffusion of shopping malls. In this section, we will provide three exploratory arguments that could prove useful to explain this difference. Within all of them, we recognise the significant role played by the most recent economic trends, that is, the Southern European application of neoliberal diktats to the economic crisis that started in 2008; however, we also believe that there are other reasons to consider if one wants to truly grasp the rationale of what happened on a local scale. We are thus referring to a larger framework that takes the economic level into account, but mixes it with a socio-cultural perspective, in an approach that has been proven useful by critical geography and the cultural turn – see Péron (2001) for an application of a similar approach to urban retail transformation. The framework has an exploratory nature in that, rather than providing a conclusive theorisation, it is an instrument to be employed for empirical analysis – and subject to revision and adaptation to enable a better understanding of specific cases.

The first argument is what we call the ‘lost-in-time scenario’. It is based on the idea that Southern European countries, for historical and socio-cultural reasons, have undergone a late economic development pattern compared to other leading European countries. Specifically for our case studies, the late democratisation of Portugal (Costa Pinto, 2006) and the criminal conditioning of local politics in Southern Italy (Cannarozzo, 2000; Bonafede & Lo Piccolo, 2010) have caused a significant delay in international investment necessary for the development of shopping malls. As we will discuss in the next section, there were no shopping malls in Palermo until 2009, something probably unique in the European context. This could easily justify a theoretical speculation that projects our case studies backwards in time – e.g. as if Palermo was simply experiencing in the 2010s those trends that other European areas had experienced earlier.

Within this framework, one might be tempted to predict the future development trends of shopping malls in Portugal and Southern Italy by observing what is happening in the UK or in Germany today. However, this is not straightforward, as the European economic crisis is affecting Southern European cities and causing them to deviate from the path other countries have followed so far. There is a mainstream discourse about the

crisis of Southern European countries (Blyth, 2013), according to which profligate public spending and ‘inaptitude’ for development are the reasons for ongoing difficulties. However, the Southern European crisis should be understood rather as the culminating point of a long-term process of uneven economic development in Europe (Lapavistas *et al.*, 2010; Hadjimichalis, 2011). The crisis has accelerated the trend for divergence, which had, since the early 2000s, blocked and reversed the convergence trends of the 1990s (Pinho *et al.*, 2011). Existing analyses of the impact of the crisis on urban territories in Portugal highlight the existence of two consecutive crises (Ferrão, 2013; Seixas *et al.*, 2015): between 2007 and 2010, the financial crisis especially affected the urbanisation economy (construction, real estate) and the urban areas most dependent on them; after 2010, the effect of the crisis sprawled to the general urban social fabric, austerity policies implemented at the national level being among the key drivers. In general terms, however, we want to highlight how the ‘lost-in-time scenario’ may be the first possible explanation, albeit an easy one, to account for the peculiarities of our cases.

The second argument we will discuss, the ‘messianic mall model’, is based on the representation and the perception of shopping malls in urban contexts that are traditionally deprived of public spaces (Picone & Lo Piccolo, 2014); therefore, it links with recent critical approaches to urban studies (see, among others, Soja, 2000; Brenner and Keil, 2005; Rossi & Vanolo, 2012). The representation of malls in the Southern European context seems to differ slightly from the traditional one of places where citizens can meet in an environment free from the ‘outer world’ dangers (Crawford, 1992; Davis, 1990[2006]). Within our interpretative model, shopping malls are presented rather as a *panacea* for economic and social ills. This seems to reach a peak of rhetorical manipulation in those cities that lack alternative public spaces that can suit the residents’ needs and expectations. In these cases, the shopping mall becomes a sort of proclamation of deliverance, an ideal solution to provide the population with a place to meet and socialise. The ‘messianic mall model’ considers shopping malls as ‘pseudo-public’ (Davis, 1990[2006]) creations that are somehow capable of deceiving the perceptions of people, often due to the rhetorical wits of unscrupulous stakeholders and to the corrupt complicity of politicians. These rhetorical claims may be deconstructed and analysed to uncover a possible explanation for the peculiar trends that Portugal and Southern Italy exhibit. One could point out that the ‘messianic mall model’ framework could be applied to most Western contexts, and it is not a peculiarity of Southern Europe. Although this is partially true, we maintain that this process is particularly fostered in those social contexts where the incapacity (or complicity) of local government and the presence of powerful criminal groups are mirrored in a relatively weaker affirmation of public values and goods.

Our third exploratory argument is the ‘(im)mature planning explanation’, which builds on the comparative studies launched by the publication of the EU Compendium of Spatial Planning systems (CEC, 1997). Southern planning systems show a predominance of the so-called ‘urbanism’ tradition; in Portugal mixed with a ‘regional economic’ one. In the urbanism tradition, “planning regulation is mainly undertaken through rigid zoning and statutory plans, while laws at the regulatory level are numerous, substantive and

detailed. However, – and this is one of the overriding characteristics of Southern planning – an important gap exists between established plans and reality” (Giannakourou, 2005: 320). This is exemplified by the specificities of the Italian planning culture, where the gaps between intentions and outcomes, exemplary and ordinary experiences are especially evident (for an overview, see Scattoni and Falco, 2011): consider, for instance the stark contrast between world-acclaimed experiences in conservation planning<sup>v</sup> and the sprawling of illegal settlements in Southern Italian regions and cities (Laino, 2012; De Leo, 2015). For such reasons, Vettoretto (2009: 189) defines Italian planning as a “multifaceted and highly problematic field”. In Portugal, the previously mentioned late democratisation, having resulted in the late development of local authorities, is very evident in the patterns of institutional centralisation, lack of an intermediate administrative level between the state and municipalities, and lack of competency in local authorities (Crespo & Cabral, 2010).

All in all, critical studies of urban governance and planning have highlighted generalised delays in innovation trends, low levels of public participation and poor accountability of decision-making (Bonafede & Lo Piccolo, 2010; Seixas & Albet, 2012; Picone & Lo Piccolo, 2014). For such reasons, Southern European planning systems are often referred to as ‘immature’ when compared to Central European traditions (CEC, 1997; Nadin and Stead, 2013). However, Janin Rivolin and Faludi (2005) refer to the tradition of urbanism as the ‘missing piece’ in the ‘puzzle’ of European planning – e.g. because of the focus on quality of space and urban design missing in other planning traditions. This is particularly meaningful in relation to the recent process of Europeanisation, especially evident in Italy during the 1990s – in relation to experiences such as the Urban Programme and negotiated programming (Gualini, 2001) – and in Portugal during the 2000s (Ferrão, 2011). The difficulty experienced in finding an agreement on the assessment of the Southern European planning systems, as well as their condition of ongoing change, suggests to us the need to overcome a simple duality between mature/immature planning systems and further comparative research.

#### IV. SHOPPING MALLS IN LISBON AND PALERMO

The figures of the total offer of Gross Leasable Area (GLA) in shopping malls in Southern European countries show a process of ‘catching up’ to European averages during the last decade (fig. 1), confirming the relatively recent success of shopping malls. Spain is an exception inasmuch as the boom of shopping malls came earlier – in 2002 GLA per capita was already above the EU average. This can be explained on the grounds of the construction and real estate bubble, created in the early 1990s, which reached its peak after the change of land-use laws in 1998 (Garcia, 2010). The burst of the bubble in 2008 can explain the fact that Spain is the only country in the sample where the shopping malls’ GLA grew more slowly than the EU average – the Portuguese real estate and construction bubble was not comparable in size to that of Spain (Seixas *et al.*, 2015).

The main figures related to shopping malls and similar facilities in Portugal and Italy in 2013 are summed up in table I. In both countries, the interruption of the growth trends

coincided with the economic crisis and between 2009 and 2013 the national stocks remained largely unchanged (JLL, 2014; Cushman & Wakefield, 2013). It must be noted that there may be further reasons for the interruption of the growth trends, such as market saturation. As such, the relation between retail trends and economic crisis needs to be investigated on a local level.

In fact, beyond global and Southern European trends, shopping mall developments and the transformation of urban retail systems are strongly dependent on local conditions: on cultural, social, political and urban governance dimensions. This section presents the histories of the success of malls in Lisbon and Palermo as a means of debating the relations between general trends, national conditions, and local specificities, planning arrangements and cultures.

We have selected the case studies because they adhere, although in different ways, to the specificities depicted for the recent trends in Southern Europe. Lisbon, the main Portuguese metropolitan region ( $\cong$  3 million inhabitants,  $\cong$  30% of national population) is a metropolis in turbulent transformation and unstable balance between an introverted past, marked by centralisation and top-down government, and late polarisation, suburbanisation, re-urbanisation, and gentrification (Tenedório, 2003; Seixas & Albet, 2012). The Palermo metropolitan area (1.1 million inhabitants) has a complex and unique history composed of the lack of effective planning regulations counterbalanced by some innovative practices in the 1990s (Cannarozzo, 2000; 2004). Also in Palermo, recent decades have been characterised by turbulent suburbanisation, polarisation, and fragmentation trends (Picone, 2006; Picone & Schilleci, 2013; Tulumello, 2015a).

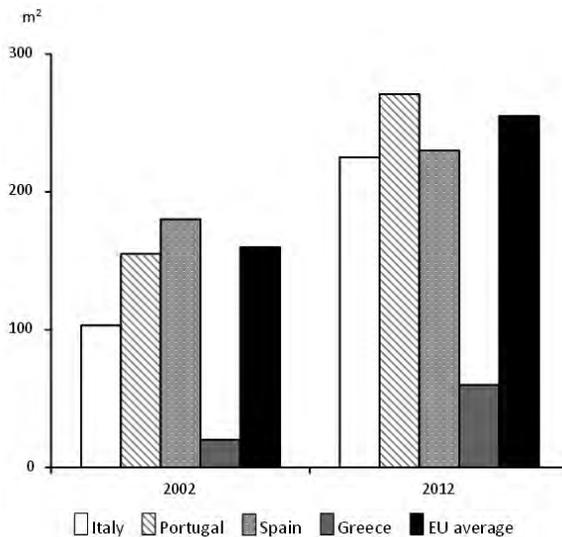


Fig. 1 – Shopping mall Gross Leasable Area (in sqm) per 1,000 of population (our elaboration on data: Court & Myers, 2002; Cushman & Wakefield, 2013).

Fig. 1 – Área Bruta Locável (ABL, em m<sup>2</sup>) em centros comerciais por 1,000 habitantes (elaboração nossa de dados: Court & Myers, 2002; Cushman & Wakefield, 2013).

Table I – Shopping malls and similar facilities in Portugal and Italy in 2013 (our elaboration on data: Regiodata, 2014a; 2014b; Portuguese Institute for Statistics; Italian Institute for Statistics).

Quadro I – Centros comerciais e equipamentos similares em Portugal e Itália em 2013 (elaboração nossa de dados: Regiodata, 2014a; 2014b; Instituto Nacional de Estatística; Instituto Italiano de Estatística).

	Portugal			Italy		
	No.	GLA (sqm)	GLA per 1.000 capita	No.	GLA (sqm)	GLA per 1.000 capita
Shopping mall	100	2,867,200	275.0	611	11,981,200	197.1
Retail park	34	470,500	45.1	50	1,061,700	17.5
Outlet centre	4	107,700	10.3	28	659,900	10.9
<b>Total</b>	<b>138</b>	<b>3,445,400</b>	<b>330.4</b>	<b>683</b>	<b>13,702,800</b>	<b>225.5</b>

## 1. Shopping malls in Lisbon; a Portuguese history

An account of national processes is necessary for the understanding of the recent evolution of the retail system in Lisbon. The Portuguese shopping mall era began in the late 1980s, starting with Lisbon and Porto, and was consolidated during the 1990s.<sup>vi</sup> The growth has been sustained in the new millennium and the available stock of gross surface in big commercial facilities (of which 80% is in shopping malls) grew by over 150% between 2001 and 2009 (JLL, 2014: 26). Since 2009, the economic crisis has been reflected in a period of stagnation (fig. 2). According to Teixeira (2014), the difficulties for the sector are the result of the combination of the crisis – which has been dramatically reducing the purchasing power of the middle-class – with the market saturation stemming from the rapid growth of previous decades.

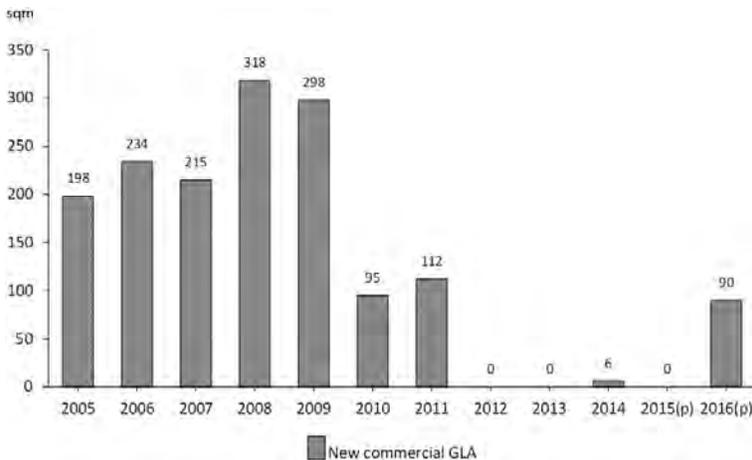


Fig. 2 – Yearly new offer of commercial Gross Leasable Area in Portugal (with prevision for 2015 and 2016) (adapted from JLL, 2014: 4).

Fig. 2 – Oferta anual de nova Área Bruta Locável, em centros comerciais, em Portugal (com previsão para 2015 e 2016) (adaptado de JLL, 2014: 4).

Shopping malls had already overtaken traditional shopping streets in dominating the retail system of the Lisbon metropolis in the early 1990s. In Lisbon city centre, the traditional downtown shopping district (Baixa) was replaced as the main centrality by a network of shopping centralities – malls and smaller galleries – on the axes of twentieth century urban development and the main business districts (fig. 3).

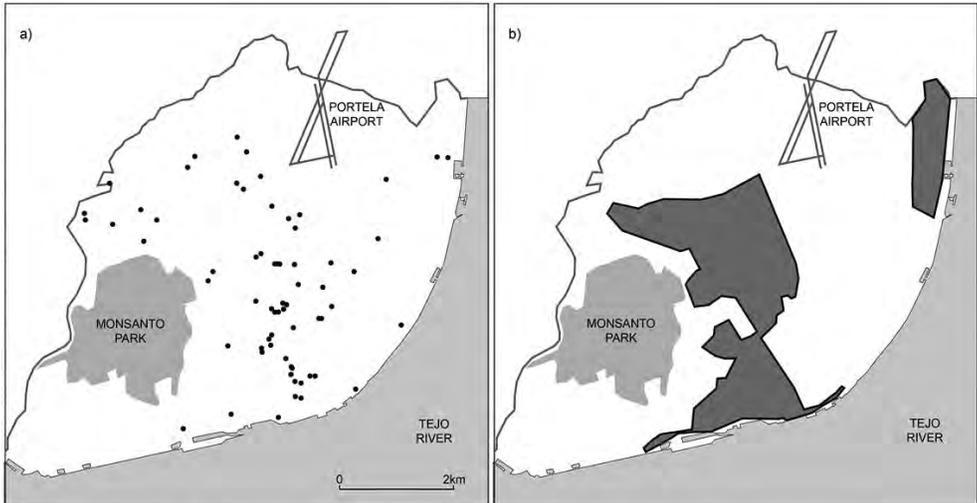


Fig. 3 – a) Shopping malls and galleries and b) main business districts (right; adapted from JLL, 2014: 5) in Lisbon city.

*Fig. 3 – a) Centros e galerias comerciais e b) áreas principais de escritórios (direita; adaptado de JLL, 2014: 5) em Lisboa.*

Our three exploratory arguments help us understand this boom. As for macro-economics, Portugal's admission to the European Community in 1986, together with the international investment that it fostered, was crucial (Barata-Salgueiro, 1994). With regard to the socio-cultural issues, "in the case of Portugal there is a certain proximity with North American attitudes, with more liberal public policies than in most other European countries and with easy-going consumers who are seen to be more susceptible than most in Europe to publicity, technological gadgets and fashion" (Fernandes & Chamusca, 2014: 170). This can also be understood as the socio-cultural reaction of the Portuguese population, after 1974, to the end of a four-decade-long, obscurantist, authoritarian regime – the *Estado Novo* of António de Oliveira Salazar. As for spatial planning, Fernandes and Chamusca (2014) link the proliferation of shopping malls with the lack of inter-municipal cooperation and regional administration; municipalities compete in the name of economic growth, approving most commercial developments. Moreover, up to the 1990s, onerous rent control laws prevented international chains from entering the rental market, whereas malls were not subject to these limitations.<sup>vii</sup>

Two cases are used to explore the relationship between shopping mall development and spatial planning policy in two different periods: the Colombo shopping mall, in Lisbon, completed in 1997; and the detailed plan for the El Corte Inglés in Cascais, in the western part of the Lisbon metropolitan area, recently approved.

The Colombo mall is one of the three biggest malls in Europe with a gross surface area of 408,000 sqm, 400 stores in three floors, over 6,000 parking spaces. Built during the 1990s, its planning and construction procedures exemplify the process of the transformation of the retail system in Portugal and Lisbon. The Colombo mall has been defined as an “island of globalisation” (Cachinho, 2002: 148) and was designed to represent a European version of the American prototype mall: the image conveyed through advertising and architectural design is the well-known proposal of a place of encounter, a vibrant ‘world apart’ for urbanites. In the words of the developers: “we don’t perceive a shopping center any more as a place to buy products, we perceive a shopping center as we do the old downtowns of Europe, a social destination, where you go for pleasure and to have fun”.<sup>viii</sup>

The analysis of the planning and building procedures<sup>ix</sup> shows several anomalies, providing some hints of how powerful interests for the transformation of the retail system were capable of bypassing the planning regulations and the advice of the technical departments. In 1988, following a concern expressed by the Department of Urbanisation about the increase in traffic flow, the municipality rejected the first project. The 1989 municipal elections resulted in a change of government – from centre-right to centre-left. The newly elected government soon approved a new project with double the gross surface – hence capable of producing even bigger traffic flows. In 1992, the municipal department responsible for strategic planning asked for a revision of the project, stressing that the blind façades may have brought about safety issues in the surrounding public spaces. However, the project was not changed and some thefts and robberies have been committed recently on public pavements around the shopping mall. The mall opened in 1997 when the municipal licence had not yet been granted because of some discordance between the design and the building, and some safety risks that were highlighted by the fire brigade.

The history of the El Corte Inglés mall<sup>x</sup> exemplifies a case of mall development influenced by the current crisis. In 2002 the media reported news about an on-going project<sup>xi</sup> for real estate development in Carcavelos parish, on the eastern fringe of the municipality of Cascais. In 2004, the municipal authority signed with MSF Inc. a protocol for the detailed plan of the new headquarters of the company. In 2007, MSF abandoned the project and sold the land to Aprigius Inc., which prepared a new detailed plan for a tertiary plant. In a municipal board meeting, a minority councillor asked whether the plan was being designed for the El Corte Inglés mall, according to what the media were speculating. The head of the department for Strategic Planning answered evasively, stressing that “detailed planning should be used to attract investments, with the aim of improving municipal competitiveness” (report of municipal board, 21.05.2007; our translation). The mayor added that informal negotiations were ongoing and stated that, anyway, he would have preferred the mall to be built in Cascais – hence taxes would be paid there – rather than in the nearby Oeiras municipality.

In 2008 the national Ministry of Economy approved the project of the mall: a 14 floor building with a gross surface area of 194,000 sqm and almost 3,000 parking spaces. The parish authority of São Domingos de Rana – located near the area of the development – contested the project and highlighted two critical aspects (Junta de Freguesia de São Domingos de Rana, 2010): insufficient road infrastructure linking the area to the highway junction and a 95% soil sealing index of the parcel in the design. The authority emphasised how the proposed development did not abide by strategic and statutory planning indications at the municipal and regional levels, and would ‘overload and devalue’ an area that had been earmarked for tertiary development. The detailed plan was approved in 2011, despite the critical aspects highlighted by minority parties during the municipal assembly meeting: overbuilding of green areas; saturation of commercial facilities in the area;<sup>xii</sup> reconversion of a detailed plan for a tertiary plant into a commercial facility; traffic-related issues. During the debate, the mayor defended the project, suggesting that, in the case of rejection, the mall would have been built in a nearby municipality – hence Cascais would only have experienced negative externalities such as traffic congestion. In addition, competition between the parish authorities is evident in the procedure: the authority of the parish of Carcavelos (where the mall would be built) was favourable to the project, whereas the nearby São Domingos de Rana was against it.

The findings from the case of El Corte Inglés gain further meaning when reconsidered in the light of Teixeira’s discussion (2014) on how the competition between malls (and their localities), which was already considerable because of market saturation, became ‘ferce’ in the aftermath of the crisis. This helps to explain the interest of local politicians in attracting a firm with global appeal such as El Corte Inglés – as well as the widespread interest of the media in the development.

## **2. Shopping malls in Palermo, a unique case**

The case of Italy, and especially Southern Italy, is rather different from that of Portugal. Until the 1990s, the Italian retail system was dominated by small grocery stores, which pinpointed the urban fabric of most cities, spontaneous aggregations of small stores and few shopping centres serving networks of medium-sized cities (Péron, 2001). This can be explained by a combination of socio-cultural habits, including low female labour participation rates, the compact spatial configuration of cities and the restrictive regulations protecting small independent shops (Péron, 2001). The transition having been delayed even more than in Portugal, the new millennium has brought about a momentous process of catching up (fig. 1).

Against this background, the case of Palermo is still unique for a very simple reason; up to the year 2009, Palermo may well have been the only European metropolis without a single shopping mall. This can be explained by the peculiar history of the city, which was characterised until the late 1980s at least by the dominance of criminality and corrupt politics (Cannarozzo, 2000). As a result, poor economic development and the absence of a productive and industrial fabric – see Trigilia (1994) about the failed

development of Southern Italy –, together with a job market influenced by the use of nepotism in public jobs in order to achieve electoral consensus, turned Palermo into an unattractive city for investors. The 1990s represented a turning point in the history of Palermo. For the first time in decades, the city was governed by an uncorrupted centre-left administration, which launched a socio-cultural and germinal economic development (Söderström *et al.*, 2009). Although the first investments were made during the 1990s, the shopping mall developments were launched in the mid-2000s, in a new phase in which a centre-right administration brought back the old instances of manipulative politics, partially discarded during the 1990s (Bonafede & Lo Piccolo, 2010; Tulumello, 2015b).

Table II – Shopping mall developments in Palermo metropolitan area  
(adapted from Tulumello, 2015b and updated).

*Quadro II – Projetos de centros comerciais na área metropolitana de Palermo  
(adaptado de Tulumello, 2015b).*

Municipality	Name	Typology	GLA (sqm)	State
Palermo	Forum Palermo	Shopping mall	65,000	Open (11/2009)
	La Torre	Shopping mall	23,700	Open (11/2010)
	Conca d'Oro	Shopping mall	55,000	Open (03/2012)
Carini	Poseidon	Shopping mall	40,000	Open (06/2010)
Cinisi	No name	Shopping mall	32,400	Detailed plan approved (12/2013)
Partinico	Partinyco Shopping Village	Shopping mall + outlet centre	68,000	Planned to open in November 2015, works never started – see main text
Termini Imerese	Hymera	Shopping mall + outlet centre	52,500	Approval of detailed plan pending

Although shopping mall development broke off at the national level at the start of the economic crisis, seven shopping mall and outlet centre developments have been carried out in the metropolitan area of Palermo (table II): four centres have been opened and three are in the pipeline – although at least one may never see the light of day in the aftermath of the economic crisis (see below). An impressive gross leasable area (GLA) of 336,600 sqm would completely restructure the retail system of the metropolis. In figure 4, the location of facilities opened and in the pipeline shows how in a first phase, between 2009 and 2012, the majority has been concentrated in the core of the metropolis, whereas more recent developments will serve the peripheral areas. Following our interpretive model, we shall debate three dimensions: the timing of the processes and their relation to the economic crisis; the discursive construction of the malls; the planning procedures and local planning cultures.

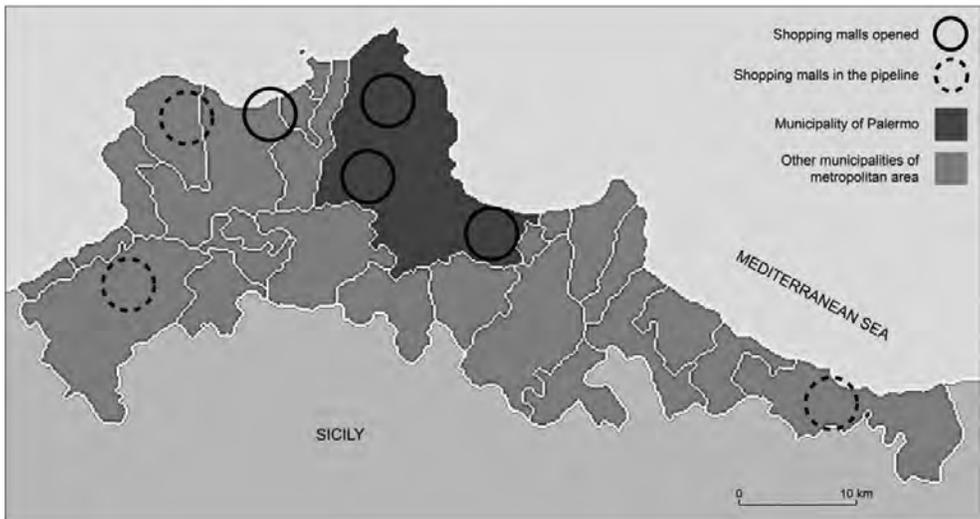


Fig. 4 – Shopping malls and outlet centres opened or in the pipeline in Palermo metropolitan area.

*Fig. 4 – Centros comerciais e outlets abertos ou planeados na área metropolitana de Palermo.*

Firstly, the shopping mall era was launched at the same time as Palermo was being affected by the “worst recession Sicily had ever faced since WW2” (Fondazione Res, 2014: 1; our translation). The year 2010 has been the only year since 2007 without a negative growth rate – according to estimations made by Fondazione Res (2015), the year 2015 should have brought about the end of the recession. The aggregate reduction of metropolitan Gross Value Added (GVA) up to 2014 was 6.75% (fig. 5). The timing of the processes helps to shed some light on this situation. The interest of investors in undertaking shopping mall development in Palermo preceded the 2007 financial burst and was the result of a series of phenomena: the economic development during the 1990s; and the political reversal of the 2000s, which created the preconditions for the otherwise unfeasible planning procedures. In the first phase, the economic burst did not affect mall development and the opening of shopping malls pinpointed the period between 2009 and 2012. Despite this, the metropolitan GVA in wholesale and retailing fell by 24.8% between 2008 and 2014, whereas employment in the same sector fell by 13.4% (fig. 5). The only year of growth in the period was 2010 (GVA +2.2%; employment +0,0%) – this may be explained by the opening of the first three shopping malls (Forum Palermo, Poseidon, La Torre) and the end of the first phase of the crisis, before the explosion of the crisis in European sovereign debt in 2011. However, this did not affect the medium-term trends of the retail sector positively, suggesting that the success of the malls: (i) did not bolster an economic rebound (which, by the way, did not occur); and (ii) stemmed from transference from, hence the collapse of, the traditional retail market. Indeed, the association of the retailers of Palermo has reported a swift increase in the bankruptcy of traditional retailers since 2010; amongst them are several historic firms and cinemas, of which the latter have been

substituted by multiplexes in the malls. In a second and more recent phase, there is evidence that the crisis had an effect on shopping mall development as well. The Himera mall has been awaiting the final approval of the detailed plan for a couple of years and the credit crunch has compromised the Partinyco Shopping Village, whose developers, with no bank willing to fund the operation, have recently launched the idea of a popular diffused shareholding in the city of Partinico – without success, so far.<sup>xiii</sup>

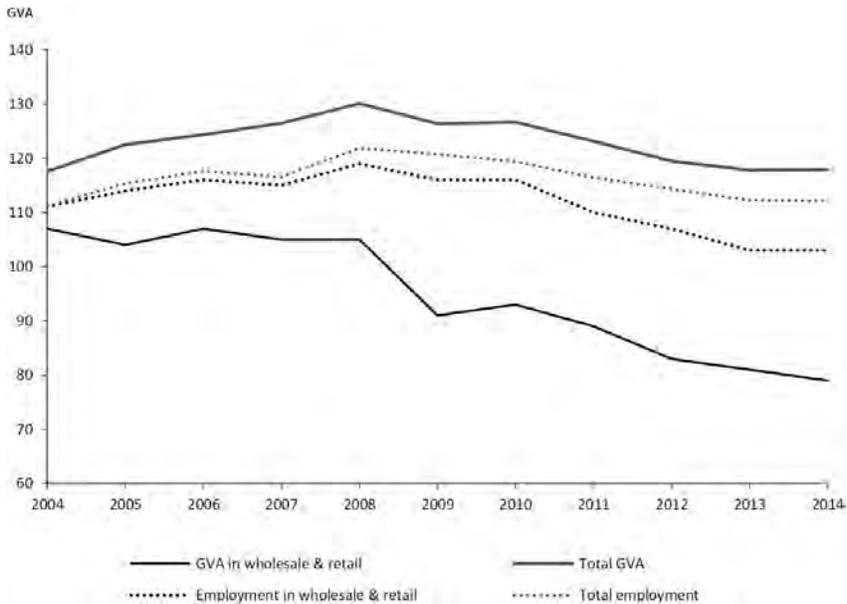


Fig. 5 – Gross Value Added in Palermo metropolitan area, total and ‘wholesale and retailing’ (100 = figure in 1995) (elaboration by authors on data LSE European Metromonitor, available at <http://labs.lsecities.net/eumm/home/>).

Fig. 5 – Valor acrescentado bruto na área metropolitana de Palermo, total e comércio retalhista (100 = valor em 1995) (elaboração nossa de dados LSE European Metromonitor, disponíveis em <http://labs.lsecities.net/eumm/home/>).

Secondly, the local discourse about malls shows some peculiarities when compared with the traditional mantras accompanying the social construction of malls. The offer of a social gathering place was accompanied by two types of discourse (Giampino *et al.*, 2014; Tulumello, 2015b). On the one hand, the discussion depicted private investors ‘offering’ to the city those public spaces and services that public authorities were not able to guarantee, because of the disordered urban growth caused by a long-term absence of effective planning regulations. For example, during the inauguration ceremony of the Conca d’Oro mall in Palermo, residents of the immediate neighbourhood expressed their satisfaction, as the newly built mall would finally grant them a place to ‘spend the weekend along with the family’. The shopping mall is strategically built close to the ZEN, one

of the most deprived and troublesome neighbourhoods in Italy; thus, it was quite easy for the municipality and the entrepreneurs to divert public attention from the issues and potential negative repercussions of the mall to the positive effect it claimed to exert on its surroundings. On the other hand, shopping malls were presented as tools for the 'modernisation' and 'development' of the city. These discussions created a general enthusiasm amongst the local media and civil society, especially evident on the occasion of the grand opening of the malls.

Thirdly, Tulumello (2015b) analysed the planning procedures through which the shopping mall developments have been carried out in Palermo city, underlining several anomalies and break-ups of statutory planning instruments, which may be interpreted from two perspectives. On the one hand, the case confirms some criticisms of the Italian planning system, characterised by the conflictual coexistence of a statutory framework and instruments introduced during the 1990s in order to shift the planning practice towards strategic models (Janin Rivolin, 2008). On the other hand, the flow of processes has shown oscillations between a lack of transparency and the use of rhetoric discourse to shape power relationships and create consensus around the developments. Local planning cultures seem to be shaped by 'bargaining' attitudes – not really surprising in the aforementioned new political context characterising the 2000s. All in all, the role of discourse about malls was crucial in order to shape public perception and justify irregular planning practices. The possibility for developers to present themselves as public benefactors was a paradoxical effect of the same opaque planning procedures that permitted the building of malls in spaces where they could not be built. The arrangements made in the protocols obliged the promoters to build some public services and spaces, or at least to promise to do so – as in the case of the Conca d'Oro mall, where, four years after the opening, the promised public services have still not been completed.

## V. CONCLUSIONS

The article used shopping malls as an object of study, with the aim of creating a better understanding of some dimensions of contemporary neoliberal trends for Western cities undergoing processes of post-metropolisation. It set out an exploratory framework around three arguments: the 'lost-in-time scenario', the 'messianic mall model', and the '(im) mature planning explanation' – which respectively refer to peculiar temporal patterns of development, socio-cultural specificities, and planning systems and cultures in the context of Southern Europe, more specifically Portugal and Southern Italy. Within this exploratory framework, we compared the emergence of the shopping mall eras in Lisbon and Palermo, showing peculiar patterns in relation to global trends of urban transformation. All in all, the theoretical framework has proven a useful instrument in that it has been capable of highlighting both commonalities and local specificities, which we shall summarise.

In both cities, the advent of the shopping mall has been delayed when compared to most Western cities – respectively in the 1990s and from 2009 onwards – mostly because

of the late creation of conditions for large investments from (multi)national promoters. Since these conditions were achieved, however, the retail system has been overturned within a few years and, in the case of Palermo, not even the preliminary phases of the economic crisis have slowed down what might be defined as an explosion. This suggests to us a metaphor for the advent of shopping malls in a neoliberal, post-metropolitan era, a tentative theorisation that needs additional findings and more comparative studies in order to be generalised. In our cases, the advent and success of shopping malls needed a 'critical mass' of pre-conditions depending on factors at the national and local levels; once such a mass has been achieved, the effect was a 'chain reaction,' which led to rapid and apparently uncontrollable transformation.

The trends through which such pre-conditions were accumulated, however, are rather different and grounded on local specificities. In Lisbon, a temporal shift from restrictive periods towards neoliberal phases is key: the international investment boom following the admission to the European Community; the socio-cultural attitudes of a population empowered by the end of an obscurantist regime; and the territorial governance deregulation during the 1980s. In Palermo, a context marked by particularly turbulent trends, the key factors are the long-term lack of public services and quality of public spaces – hence the malls are represented as alternatives to this lack – and the clash between a complex planning system and the bargaining attitudes of local politicians.

Two concluding remarks and further fields for analysis may be set out from the perspective of multi-scalar levels of planning practice and territorial governance, and the relationship between mall development and the Southern European crisis. On the one hand, shopping malls have been shown in their peculiar multi-scalar nature: they stem from global trends and investments; they are capable of influencing spatial and social organisation beyond the municipal level at the regional scale; however, in the institutional arrangements described, critical issues in planning practice stemmed from the crucial role of local planning cultures and municipal political decisions – unsurprisingly, the absence of a metropolitan authority with actual competence in land-use regulation characterises both cases. This calls into question the capacity of planning systems grounded on regulatory instruments at the municipal level to tackle vertical challenges in neoliberal times, suggesting the need for further exploration of multi-scalar arrangements in planning systems throughout (Southern) Europe.

On the other hand, the specificities of Southern European discourse around malls, which stress issues of modernisation and development rather than safety and glamour, are especially powerful during the economic crisis, at least in its earlier phases. The evidence of municipal competition in the Portuguese case and the capacity of malls to restructure retail systems under recession are underscored by power relationships built, in the context of the crisis, through discourse about the need not to lose any opportunity for economic rebound. This is especially controversial in Palermo where the restructuring of the retail systems does not seem to have contributed to the rebound – quite the opposite. In fact, if we look back at critical analyses of the reasons for the Southern European crisis

(Hadjimichalis, 2011; Blyth, 2013), the anti-crisis discourse around malls resulted in the replication of the very pre-conditions for the persistence of the crisis itself: malls foster polarisation (Jackson, 1996) and an economic recovery based on foreign investment (and profit) rather than local and endogenous development (hence resilient to external shocks). In this respect, the case of mall development confirms how mainstream discourse about the crisis plainly neglects its structural nature, calling for further critical exploration of the geographical patterns of crisis.

The analysis of shopping malls carried out in this article, together with the two conclusions and spaces for further analysis, confirms that more dialogue between the perspectives of critical geography and comparative planning research is necessary. In our opinion, furthering such a dialogue through localised studies based on structural understandings of global trends is crucial to the better understanding of contemporary post-metropolitan transformation and to challenging neoliberal trends, together with the unjust, uneven spatialisation of urban production that they entail.

## ACKNOWLEDGEMENTS

The article stems from the Italian National Research Programme (PRIN) “Post-metropolitan territories as emergent forms of urban space” funded by the Italian Ministry for Education and Research (MIUR). A first version of the article was presented at the AESOP 2014 Conference in Utrecht. Simone Tulumello is funded by the Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BPD/86394/2012). The authors wish to thank three anonymous reviewers for constructive critiques and comments.

## REFERENCES

- Arbaci, S. Malheiros, J. (2010). De-Segregation, peripheralisation and the social exclusion of immigrants: Southern European Cities in the 1990s. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 36 (2), 227-255.
- Baptista, I. (2013). The travels of critiques of neoliberalism: urban experiences from the ‘borderlands’. *Urban Geography*, 34 (5), 590-611.
- Barata-Salgueiro, T. (1994). Novos produtos imobiliários e reestruturação urbana. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XXIX (57), 79-101.
- Barata-Salgueiro, T. & Erkip, F. (2014). Retail planning and urban resilience – An introduction to the special issue. *Cities*, 36: 107-111.
- Blyth, M. (2013). *Austerity. The History of a Dangerous Idea*. NY: Oxford University Press.
- Bonafede, G. & Lo Piccolo, F. (2010). Participative planning processes in the absence of the (public) space of democracy. *Planning Practice and Research*, 25 (3), 353-375.
- Brenner, N. & Keil, R. (Eds.) (2005). *The Global Cities Reader*. NY: Routledge.
- Brenner, N. & Schmid, C. (2013). The ‘urban age’ in question. *International Journal of Urban and Regional Research*, 38 (3), 731-755.
- Bromley, R. D. F. & Thomas, C. J. (1993). The retail revolution, the carless shopper and disadvantage. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 18 (2), 222-236.
- Cachinho, H. (2002). *O comércio Retalhista Português. Pós-modernidade, Consumidores e Espaço*. Lisboa: GEPE.
- Cachinho, H. (2006). Consumactor: da condição do indivíduo na cidade pós-moderna. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XLI (81), 33-56.
- Cannarozzo, T. (2000). Palermo. Le trasformazioni di mezzo secolo. *Archivio di Studi Urbani e Regionali*, 67, 101-139.

- Cannarozzo, T. (2004). Palermo: il martirio di un piano orfano. *Archivio di Studi Urbani e Regionali*, 80, 123-143.
- CEC (Commission of the European Communities) (1997). *The EU compendium of spatial planning systems and policies*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- Court, Y. & Myers, H. (2002). The development of shopping centres in Europe 2002. December 2002. Accessed 20.01.2016 <http://test.icsc.org/international/EuropeReviewFINAL.pdf>
- Court Pinto, A. (2006). Authoritarian legacies, transitional justice and state crisis in Portugal's democratization. *Democratization*, 13 (2), 173-204.
- Crawford, M. (1992). The world in a shopping mall. In Sorkin, N. (Ed.), *Variations on a theme park: the new American city and the end of the public space* (3-30). NY: Hill and Wang.
- Crespo, J. L. & Cabral, J. (2010). The institutional dimension to urban governance and territorial management in the Lisbon metropolitan area. *Análise Social*, 197, 639-662.
- Cushman, A. & Wakefield Research Publication (Eds.) (2013). Marketbeat. Shopping centre development report. Europe. Accessed 20.01.2016, em [www.cushmanwakefield.pt/en-gb/research-and-insight/2013/european-shopping-centre-development-report-november-2013/](http://www.cushmanwakefield.pt/en-gb/research-and-insight/2013/european-shopping-centre-development-report-november-2013/)
- Davis, M. (1990[2006]). *City of quartz. Excavating the future in Los Angeles*. London: Verso.
- De Leo, D. (2015). About s-regulation. Or, the 'Italian anomaly'. *PRIN Issue Papers – February 2015* [MIMEO].
- Erkip, F. (2005). The rise of the shopping mall in Turkey: the use and appeal of a mall in Ankara. *Cities*, 22 (2), 89-108.
- Fernandes, J. R. & Chamusca, P. (2014). Urban policies, planning and retail resilience. *Cities*, 36, 170-177.
- Ferrão, J. (2011). *O ordenamento do território como política pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ferrão, J. (2013). Território. In J. L. Cardoso, P. Magalhães, J. Machado Pais (Eds.), *Portugal social de A a Z. Temas em aberto* (244-257). Paço de Arcos: Expresso.
- Filion, P. (1996). Metropolitan planning objectives and implementation constraints: Planning in a post-Fordist and postmodern age. *Environment and Planning A*, 28 (9), 1637-1660.
- Filion, P. & Hammond, K. (2008). When planning fails: Downtown malls in mid-size cities. *Canadian Journal of Urban Research*, 17 (2), 1-27.
- Fondazione Res, (2014). Congiuntura Res. Osservatorio congiunturale della Fondazione Res. N. 1 – 2014. Accessed 20.01.2016, em [www.resricerche.it/images/CRes/congiunturares\\_9\\_2014.pdf](http://www.resricerche.it/images/CRes/congiunturares_9_2014.pdf)
- Fondazione Res, (2015). Congiuntura Res. Osservatorio congiunturale della Fondazione Res. N. 2 – 2015. Accessed 20.01.2016, em [www.resricerche.it/media/CR/congiunturares\\_luglio\\_2015.pdf](http://www.resricerche.it/media/CR/congiunturares_luglio_2015.pdf)
- Foster, H. (Ed.) (1983[1985]). *Postmodern culture*. London: Pluto.
- Garcia, M. (2010). The breakdown of the Spanish urban growth model: Social and territorial effects of the global crisis. *International Journal of Urban and Regional Research*, 34 (4), 967-980.
- Getimis, P. (2012). Comparing spatial planning systems and planning cultures in Europe. The need for a multi-scalar approach. *Planning Practice and Research*, 27 (1), 25-40.
- Giampino, A., Picone, M. & Schilleci, F. (2014). The shopping mall as an emergent public space in Palermo. Presented at *Past Present and Future of Public Space – International Conference on Art, Architecture and Urban Design*, Bologna (Italy), June 25 – 27.
- Giannakourou, G. (2005). Transforming spatial planning policy in Mediterranean countries: Europeanization and domestic change. *European Planning Studies*, 13 (2), 319-331.
- Goss, J. (1993). The 'magic of the mall': An analysis of form, function, and meaning in the contemporary retail built environment. *Annals of the Association of American Geographers*, 83 (1), 18-47.
- Governa, F. (2010). Competitiveness and cohesion. Urban government and governance's strains of Italian cities. *Análise Social*, 197, 663-683.
- Gualini, E. (2001). 'New Programming' and the influence of transnational discourses in the reform of regional policy in Italy. *European Planning Studies*, 9 (6), 755-771.
- Hadjimichalis, C. (2011). Uneven geographical development and socio-spatial justice and solidarity: European regions after the 2009 financial crisis. *European Urban and Regional Studies*, 18 (3), 254-274.
- Harvey, D. (2006). *Spaces of global capitalism. Towards a theory of uneven geographical development*. London: Verso.

- Jackson, K. T. (1996). All the world's a mall: Reflections on the social and economic consequences of the American shopping center. *The American Historical Review*, 101 (4), 1111-1121.
- Janin Rivolin, U. (2008). Conforming and performing planning systems in Europe: An unbearable cohabitation. *Planning, Practice and Research*, 23 (2), 167-186.
- Janin Rivolin, U. & Faludi A (2005) The hidden face of European spatial planning: Innovations in governance. *European Planning Studies*, 13 (2), 195-215.
- Jessop, B. (2002). Liberalism, neoliberalism, and urban governance: A state-theoretical perspective. *Antipode*, 34 (3), 452-472.
- JLL (Jones Lang LaSalle) (2014). Mercado Imobiliário em Portugal. Análise 2013/Perspetivas 2014. Escritórios / Retalho / Investimento. Accessed 20.01.2016, em <http://www.jll.pt/portugal/pt-pt/research/24/mercado-imobili%C3%A1rio-em-portugal-2013-perspectivas-2014>
- Junta de Freguesia de São Domingos de Rana, (2010). Plano de pormenor do espaço de estabelecimento terciário do Arneiro. Discussão pública. 27 October [MIMEO].
- Knieling, J. & Othengrafen, F. (2015). Planning culture – A concept to explain the evolution of planning policies and processes in Europe?. *European Planning Studies*, 23 (11), 2133-2147.
- Laino, G. (2012). Which shadow in the 'cities of sun'? The social division of space in the cities of the South. *Bollettino del Dipartimento di Conservazione dei Beni Architettonici ed Ambientali*, 12 (1), 343-356.
- Lapavitsas, C., et al. (2010). Eurozone crisis: beggar thyself and thy neighbour. *Journal of Balkan and Near Eastern Studies*, 12 (4), 321-373.
- Martinotti, G. (1993) *Metropoli. La nuova morfologia sociale della città*. Bologna: Il Mulino.
- Merrifield, A. (2012) The urban question under planetary urbanization. *International Journal of Urban and Regional Research*, 37 (3), 909-922.
- Nadin, V. & Stead, D. (2013). Opening up the Compendium: An evaluation of international comparative planning research methodologies. *European Planning Studies*, 21 (10), 1542-1561.
- Orillard, C. (2008). Between shopping malls and *agoras*: A French history of 'protected public spaces'. In M. Dehaene, L. De Cauter (Eds.), *Heterotopia and the city. Public space in a postcivil society* (116-136). Abingdon: Routledge.
- Ozuduru, B. H., Varol, C. & Ercoskun, O. Y. (2014). Do shopping centers abate the resilience of shopping streets? The co-existence of both shopping venues in Ankara, Turkey. *Cities*, 36, 145-157.
- Parlette, V. & Cowen, D. (2011). Dead malls: Suburban activism, local spaces, global logistics. *International Journal of Urban and Regional Research*, 35 (4) 794-811.
- Péron, R. (2001). The political management of change in urban retailing. *International Journal of Urban and Regional Research*, 25(4), 847-878.
- Picone, M. (2006). Il ciclo di vita urbano in Sicilia. *Rivista Geografica Italiana*, 113, 129-146.
- Picone, M. & Schilleci, F. (2013). A mosaic of suburbs: The historic boroughs of Palermo. *Journal of Planning History*, 12 (4), 354-366.
- Picone, M. & Lo Piccolo, F. (2014). Ethical e-participation: Reasons for introducing a 'qualitative turn' for PPGIS. *International Journal of E-Planning Research*, 3 (4), 57-78.
- Pinho, C., Andrade, C. & Pinho, M. (2011). Regional growth transition and the evolution of income disparities in Europe. *Urban Public Economics Review*, 13, 66-103.
- Rabbiosi, C. (2011). The invention of shopping tourism. The discursive repositioning of landscape in an Italian retail-led case. *Journal of Tourism and Cultural Change*, 9 (2), 70-86
- Regiodata, (2014a). RegioData Shopping Center Explorer Italy. [www.regiodata.eu](http://www.regiodata.eu)
- Regiodata, (2014b). RegioData Shopping Center Explorer Portugal. [www.regiodata.eu](http://www.regiodata.eu)
- Robinson, J. (2011). Cities in a world of cities: The comparative gesture. *International Journal of Urban and Regional Research*, 35 (1), 1-23.
- Rossi, U. & Vanolo, A. (2012). *Urban Political Geographies: A Global Perspective*. London: Sage.
- Salcedo, R. (2003). When the global meets the local at the mall. *America Behavioral Scientist*, 46 (8), 1084-1103.
- Sanyal, B. (ed.) (2005). *Comparative Planning Cultures*. NY: Routledge.
- Scattoni, P. & Falco, E. (2011). Why Italian planning is worth studying. *Italian Journal of Planning Practice*, 1 (1), 4-32.
- Scott, A. J. (2011). Emerging cities of the third wave. *City*, 15 (3-4), 289-321.
- Seixas, J. & Albet, A. (Eds.) (2012). *Urban governance in Southern Europe*. Farnham: Ashgate.

- Seixas, J. Tulumello, S., Corvelo, S. & Drago, A. (2015). Dinâmicas sociogeográficas e políticas na Área Metropolitana de Lisboa em tempos de crise e de austeridade. *Cadernos Metrôpole*, 34, 371-399.
- Söderström, O., Fimiani, D., Giambalvo, M. & Lucido, S. (2009). *Urban cosmographies. Indagine sul cambiamento urbano a Palermo*. Roma: Meltemi.
- Soja, E. (2000). *Postmetropolis. Critical studies of cities and regions*. Oxford: Blackwell.
- Soja, E. (2011). Regional urbanization and the end of the metropolis era. In Bridge G, Watson S (Eds.), *The new Blackwell companion to the city* (679-689). Oxford: Wiley-Blackwell.
- Sorkin, M. (Ed.) (1992). *Variations on a theme park: The new American city and the end of the public space*. NY: Hill and Wang.
- Tenedório, J. A. (Ed.) (2003). *Atlas da área metropolitana de Lisboa*. Lisboa: AML.
- Teixeira, J. A. (2014). The reshaping of retail landscape in greater Lisbon: Do shopping centers have a future? Presented at *Regional development and globalisation: Best practices. 54th ERSA congress*, Saint Petersburg (Russia), August 26-29.
- Trigilia, C. (1994). *Sviluppo senza autonomia. Effetti perversi delle politiche nel Mezzogiorno*. Bologna: Il Mulino.
- Tulumello, S. (2015a). From 'spaces of fear' to 'fearscape': Mapping for re-framing theories about the spatialization of fear in urban space. *Space and Culture*, 18 (3), 257-272.
- Tulumello, S. (2015b). Questioning the universality of institutional transformation theories in spatial planning: Shopping mall developments in Palermo. *International Planning Studies*, 20 (4), 371-389.
- Uberti, D. (2014). The death of the american mall. *The Guardian*, 11 June 2014. Accessed 20.01.2016, [www.theguardian.com/cities/2014/jun/19/-sp-death-of-the-american-shopping-mall](http://www.theguardian.com/cities/2014/jun/19/-sp-death-of-the-american-shopping-mall)
- Vettoretto, L. (2009). Planning cultures in Italy – Reformism, laissez-faire and contemporary trends. In J. Knieling, F. Othengrafen (Eds.), *Planning cultures in Europe. Decoding cultural phenomena in urban and regional planning* (189-203). Farnham: Ashgate.

---

<sup>i</sup> Although the article should be considered a result of the common work and reflection of the two authors, Simone Tulumello took primary responsibility for sections I, II, and IV.1, and Marco Picone for sections III and IV.2, while conclusions (V) were written jointly.

<sup>ii</sup> Some have suggested that the American mall is 'dying' (Parlette & Cowen, 2011; Uberti, 2014).

<sup>iii</sup> The concept of planning cultures refers to the relations between visible planning products, the 'planning environment' (shared assumptions and values of actors) and the wider societal and cultural environment (Knieling & Othengrafen, 2015; see also Sanyal, 2005).

<sup>iv</sup> It should be pointed out that Soja has partially overcome his post-metropolitan theories (Soja, 2000) in order to embrace a 'city-region' approach (Soja, 2011) that seems to comply – at least partially – with other scholarly proposals such as Merrifield (2012) or Brenner and Schmid (2013).

<sup>v</sup> Especially important was the work of the 'Parliamentary Commission for the Protection and Valorisation of the Historic, Archaeological, Artistic and Landscape Heritage', better known as Commissione Franceschini (1964-1967).

<sup>vi</sup> According to Cachinho (2002), there were 48 malls in 1980, 417 in 1990, 789 in 2000. The figure is disproportionately big (table I) because it is grounded on the national legislation (Portaria 424/1985), which defines shopping malls as retail facilities with 12 stores at least and a gross surface bigger than 500 sqm. Still, the figure gives an account of the temporal progression and shows how a system of larger malls and smaller galleries had been restructuring the Portuguese retail system in recent decades.

<sup>vii</sup> See <http://europe.icsc.org/srhc/europeanawards1998/ea01.php> [accessed 20.01.2016].

<sup>viii</sup> Alvaro Portela, president of Sonae Imobiliária, interviewed in <http://europe.icsc.org/srhc/europeanawards1998/ea01.php> [accessed 20.01.2016].

<sup>ix</sup> Reconstructed through the original documents available at the Lisbon municipal archive.

<sup>x</sup> Reconstructed through the reports of meetings of municipal board (19.01.2004 and 21.05.2007) and assembly (24.01.2011).

<sup>xi</sup> See [www.publico.pt/local/noticia/cascais-nao-quer-el-corte-ingles-173902](http://www.publico.pt/local/noticia/cascais-nao-quer-el-corte-ingles-173902) [accessed 20.01.2016].

<sup>xii</sup> 11 big retail facilities exist on a 3 kms range (Junta de Freguesia de São Domingos de Rana, 2010).

<sup>xiii</sup> See [www.iltarlo.info/2015/12/10/partinico-shopping-center-un-progetto-mai-iniziato-e-che-sembra-sfumare-definitivamente/](http://www.iltarlo.info/2015/12/10/partinico-shopping-center-un-progetto-mai-iniziato-e-che-sembra-sfumare-definitivamente/) [accessed 20.01.2016].

## PASSADO, PRESENTE E FUTURO DAS SERRAS DO NORTE DE PORTUGAL: DUAS ANÁLISES GEOGRÁFICAS

SUZANNE DAVEAU<sup>1</sup>

### I. INTRODUÇÃO

Durante o último meio século, a repartição territorial da população e das atividades foi sofrendo profundas modificações em Portugal, pode até dizer-se verdadeiras mutações, tão acentuadas e rápidas que os livros clássicos descrevendo o país a um largo público, tal o *Atlas de Portugal* (1941 e 1958) ou a *Geografia de Portugal* (3 edições, de 1949 a 1960) de Amorim Girão, ou *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* de Orlando Ribeiro (8 edições, de 1945 a 2010), são apenas hoje referências históricas. Mesmo os manuais mais recentes, como o *Portugal* de B. Freund (1979, 1981), o de F. Guichard (1990), a *Geografia de Portugal* de C. A. Medeiros (1987 e 1996) ou *As Regiões Portuguesas* de J. Gaspar (1993), continuam a não realçar o aspeto que se tornou recentemente um dos mais graves problemas do país: o desequilíbrio entre o *Interior* esvaziado e envelhecido, e as duas *Margens litorais*, ocidental e meridional, que concentram cada vez mais a população e as atividades económicas. Para sintetizar o problema, basta lembrar que os 7 distritos interiores, de Vila Real até Beja, cobrindo um pouco mais de metade da superfície “continental” do país, reuniam ainda 22 % da população portuguesa em 1960, mas conservam hoje apenas 11 % – e gravemente envelhecida.

Ocorreram, portanto, durante os últimos decénios, estas drásticas “mudanças na paisagem”, tão eficazmente retratados pelo sensível e bem informado filme *Além de Nós: Mudanças na Paisagem*, que Anabela Saint-Maurice elaborou para a RTP 1 em 2010, ao percorrer e registar o país de norte a sul na companhia de alguns participantes ou testemunhos da profunda transformação. Muitos lugares do interior dão hoje a impressão algo desesperante de um abandono irreversível.

Ora, no decénio 1960-70, importantes estudos tinham sido consagrados a diversas regiões rurais do Norte de Portugal, sob a forma de dissertações de licenciatura ou de doutoramento – a maior parte deles tendo sido sumariados na *Finisterra*. Citam-se os artigos de B. Freund (nº 9, 1970), R. F. Moreira da Silva (22: 1976), P. Bordalo Lema (24, 1977) e S. Daveau (37: 1984) sobre as obras de P. Bordalo Lema (1980), R. F. Moreira da Silva (1981) e F. Guichard (1983). Estes valiosos testemunhos permitem hoje, a propósito desta parte do país, estabelecer comparações precisas com a situação atual e colocar assim, numa base sólida, propostas eficazes de luta contra a desorganização e o abandono das regiões interio-

---

<sup>1</sup> Professora catedrática reformada. Email: sdaveau@sapo.pt

res. Infelizmente, alguns destes autores já não puderam, por morte ou por doença, retomar o estudo dos espaços que tinham estudado tão eficazmente. Por isso mesmo, convém destacar as obras recentes de dois deles, que tiveram a feliz ideia de retomar o estudo das regiões percorridas e estudadas na juventude, inserindo assim a sua fisionomia e os seus problemas atuais numa perspetiva já meio secular.

## II. O GERÊS VISTO POR ROSA FERNANDA MOREIRA DA SILVA

Foi em 1965 que a geógrafa encetou investigações de Geografia agrária no Noroeste de Portugal, ao esclarecer, na dissertação de licenciatura, a decisiva influência que a prática de certa modalidade de sucessão fundiária – a *doação* da propriedade a um dos filhos – teve na área rural situada a norte da cidade do Porto. Tendo alargado este estudo ao conjunto das *Planícies e Colinas minhotas*, defendeu em 1981 uma tese de doutoramento de grande novidade e originalidade, publicada de forma resumida em 1983 (Silva, 1983). Mas, desde 1981, tinha começado a interessar-se também pela drástica influência que a brutal vaga de emigração dos anos 1960 teve sobre o povoamento e a utilização socioeconómica das serras minhotas, apresentando em 1981, como “dissertação complementar”, um importante estudo difundido na forma de relatório policopiado, com 62 páginas e 12 figuras: *A Emigração e o Futuro das Aldeias da Serra Amarela*.

Estudou duas aldeias situadas no sopé da Serra, que lhe permitiram ilustrar claramente os efeitos associados da emigração e da rutura do isolamento secular. Na aldeia de Germil, com 183 habitantes em 1950 e 155 em 1970, uma estrada tinha sido aberta em Maio de 1979, tendo-se já erguido, no ano seguinte, 10 casas novas e verificado sensível alteração dos modos de vida, tradicionalmente ligados à pastorícia serrana. Mas, na aldeia da Ermida, com 190 habitantes em 1950 e 110 em 1970, onde a abertura de uma estrada era apenas prevista para o outono de 1980, o ambiente socioeconómico continuava dominado pelo isolamento – de modo que a Ermida aparecia como um sítio muito favorável para estudar e tentar orientar a drástica evolução que se podia prever.

Tendo sido, desde 1973, a responsável pela criação e o desenvolvimento do Departamento de Geografia na Faculdade de Letras na Universidade do Porto, Rosa Fernanda Moreira da Silva foi prosseguindo as suas investigações nas serras minhotas, fixando o seu interesse principal no maciço montanhoso do Gerês, a imponente mole que culmina a mais de 1500 metros e separa sobre 30 km Portugal da Galiza. Como ela própria reconheceu, foi a liberdade trazida pela aposentação, em 2004, que lhe permitiu dedicar-se mais livremente à investigação e publicar, em 2011, a obra-prima que é o sumptuoso *album* (Silva 2011) que consagrou ao Gerês, oferecendo aos geógrafos e, mais ainda, aos habitantes da região, um instrumento aliciante e sólido, permitindo tomar consciência das virtualidades de um espaço marcado por episódios históricos diversificados e nem sempre felizes, em difícil desequilíbrio atual, mas de tal riqueza paisagística e tão próxima das regiões mais ativas do Norte de Portugal, que parece impossível que não consegue recuperar, em breve, novo equilíbrio e prosperidade,

Este *album* está preenchido por magníficas fotografias a cor, sendo a maior parte da autora, por excelentes mapas concebidos e preparados também por ela, de leitura fácil para qualquer leigo, e por um texto sempre rigoroso e bem informado, que a sua formação inicial de pedagoga metodóloga torna eficiente e convincente. A região está retratada nos mais diversos aspetos, desde os da Natureza (formas do relevo, clima, cobertura vegetal) até aos que o homem lhe imprimiu ao longo da História (implantação de mosteiros, fixação e defesa da fronteira, assento das aldeias, formas de exploração dos diversos recursos serranos).

Na segunda parte, descrevem-se com mais pormenor as profundas mutações que afetaram a região desde meados do século XIX (a intervenção dos Serviços Florestais, as explorações mineiras, o impacto das grandes albufeiras que inundaram os fundos de vales, destruindo terras férteis em proveito da

industrialização litoral, a transformação das paisagens agrárias, a recente revolução demográfica). Apresentam-se, com mais pormenor ainda, alguns sítios mais significativos: as Caldas do Gerês, cuja longa história é ilustrada por uma rica coleção de postais e de mapas, o lugar de peregrinação de S. Bento da Porta Aberta, as albufeiras e o seu possível uso turístico, as paisagens de transição que prologam a leste o Gerês.

Este *album* constitui assim uma notável obra de referência, aliciante e acessível a qualquer leitor, que pode informar eficazmente os habitantes da região e torná-los capazes de defender os interesses locais, mas que será também muito útil para os técnicos vindos de fora, que podiam encontrar-se incertos, frente a uma região de tão variada aparência e complexa estrutura.

Muito é de desejar que obras do mesmo tipo sejam elaboradas para outros diversos recantos, igualmente carregados de História e que constituem o atual desprezado Portugal interior, ignorado dos turistas e das empresas que os arrebanham, servindo apenas de refúgio para idosos meio esquecidos, sobrevivendo em aldeias isoladas entre campos vazios ou caoticamente colonizados por empresas vindas de fora. Convém portanto assinalar-se que acaba de ser oferecido a Portugal outro excelente estudo, devido, este, a um geógrafo alemão.

### III. O BARROSO VISTO POR BODO FREUND

Na coleção *Daten, Fakten, Literatur zur Geographie Europas*, o nº 12 está consagrado às “*Consequências a Longo Prazo das Migrações de Trabalho na Periferia Sul Europeia. O Caso do Barroso*” (Freund, 2014). Escrito em alemão, o estudo está, no entanto, perfeitamente acessível a quem não domina esta língua, por estar provido, não apenas de substanciais e claros resumos em português, inglês e francês, mas também dum *glossário* que reúne, nas mesmas línguas, todo o vocabulário usado na abundante, valiosa e aliciante ilustração, que transmite ao leitor o essencial das observações do autor.

Bodo Freund contou, num livro que me foi recentemente dedicado (Freund, 2015), como, sendo então jovem aluno em Geografia da Universidade de Frankfurt am Main, decidiu, em 1965, vir estudar a vida rural no Norte de Portugal, por ter encontrado alguns dados acerca da sobrevivência, nesta longínqua terra, de modalidades *comunitárias* da exploração da terra. Defendeu e publicou em 1970 a sua tese de doutoramento, *Estudos da Geografia Agrária e do Povoamento na Terra de Barroso, no Norte de Portugal* (Freund, 1970). Elaborou então os preciosos documentos que são as plantas detalhadas da utilização do solo em diversas freguesias, levantadas por ele sobre a ampliação de fotografias aéreas americanas datando de 1958.

Tendo decorrido quatro decénios, ele teve a paciência, em 2007, de refazer o mesmo levantamento de pormenor nalgumas freguesias, produzindo assim imagens muito significativas das profundas modificações entretanto ocorridas, tanto no uso do solo e na produção agrária, como na construção e ocupação das casas. Numerosas fotografias da paisagem e dos habitantes, tiradas pelo autor tanto outrora como hoje, completam estes documentos cartográficos, ilustrando com vivacidade as profundas modificações paisagísticas e ocupacionais sofridas pela região.

Do substancial resumo em português, extraem-se ainda algumas indicações sobre a finalidade e as características deste importante estudo. O autor tentou estabelecer se os efeitos a longo prazo do ciclo da emigração foram do tipo “recuperação por via de diminuição demográfica” ou “espiral de decréscimo”. Ele notou que, mesmo depois de fechado o período da emigração, a população continua hoje a decrescer, por ter diminuído a proporção das mulheres jovens. Se o número de casas aumentou, elas têm uma taxa de ocupação muito baixa. Quanto à estrutura agrária, mudou mas não melhorou: não houve alargamento das explorações porque os proprietários instalados no estrangeiro não querem vender nem alugar as terras. Grande parte delas está nas mãos de reformados, que produzem apenas para o próprio

consumo ou para receber subsídios da União Europeia. Hoje, tanto a população como a economia regional continuam fundamentalmente dependentes de receitas oriundas do exterior e uma melhoria da situação local parece ainda afastada, “porque a juventude encara o trabalho fora da região como única hipótese para uma vida aceitável”.

## BIBLIOGRAFIA

- Freund, B. (1970). *Siedlungs- und agrargeographische Studien in der Terra de Barroso /Nordportugal*, Frankfurter Geographische Hefte, 48, Frankfurt am Main, 1970. A obra foi parcialmente resumida num artigo em francês, *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 9, 84-102.
- Freund, B. (2014). *Langfristige Effekte der Arbeitsmigration in der südeuropäischen Peripherie. Das Beispiel Barroso/Nordportugal*, 12. Leipzig: Leibniz-Institut für Länderkunde.
- Freund, B. (2015). Cinquenta anos de visitas a Portugal – cinquenta anos de laços amigáveis com Suzanne Daveau. In M. F. Alegria (Coord.), *GEOgrafias de SUZANNE DAVEAU* (147-170). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Silva, R. S. M. (1983). Contrates e mutações na paisagem agrária das planícies e colinas minhotas. In J. Azevedo (Dir.), *Estudos Contemporâneos. Comunidades Rurais* (9-115). Centro de Estudos Humanísticos, 5. Porto: Secretaria de Estado da Cultura.
- Silva, R. S. M. (1981). *Paisagem Agrária das Planícies e Colinas minhotas, Contrastes e Mutações*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras – Universidade do Porto. Porto.
- Silva, R. S. M. (2011). *O Gerês: de Bouro a Barroso. Singularidades patrimoniais e dinâmicas territoriais*. Porto: Edições Afrontamento.

## CIDADE, SOCIEDADE E FUTURO: UM COMENTÁRIO A GASPAR E CAPEL

MÁRIO VALE<sup>1</sup>

**RESUMO** – Na VII Conferência Anual do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT)<sup>1</sup> discutiu-se o tema do planeamento de cidades habitáveis no século XXI, de que resultaram dois artigos, que se publicam neste número da *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, da autoria de Jorge Gaspar e de Horacio Capel, sobre o futuro das cidades. Este comentário sublinha os principais contributos destes dois textos para uma agenda de investigação geográfica alternativa das cidades e do desenvolvimento urbano.

**Palavras-chave:** Cidade; urbanização; estudos do futuro; teoria crítica urbana; planeamento.

**ABSTRACT** – CITY, SOCIETY AND FUTURE: A COMMENTARY ON GASPAR AND CAPEL'S VIEWPOINTS. The VII Annual Conference of the Institute of Geography and Spatial Planning (IGOT) discussed the topic of planning livable cities in the twenty-first century, from which two articles were prepared by Jorge Gaspar and Horacio Capel to be published in this issue of *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*. This commentary highlights the main contributions of these two articles for a research agenda on future of cities, exploring some avenues for an alternative geographic research of cities and urban development.

**Keywords:** City; urbanization; future studies; critical urban theory; planning.

**RESUME** – LES VILLES ET LA SOCIÉTÉ DANS LE FUTUR: UN COMMENTAIRE AUX ARTICLES DE JORGE GASPAR ET DE HORACIO CAPEL. Le thème d'une efficace planification urbaine au cours du XX<sup>e</sup> siècle a été discuté lors de la VII<sup>e</sup> Conférence Annuelle de l'Institut de Géographie et de Planification du Territoire (IGOT). Il en est résulté deux articles, publiés dans le présent numéro de *Finisterra*. On souligne ici les principales contributions des deux textes à l'établissement d'un agenda de recherche géographique alternative, portant sur les villes et sur le développement urbain.

**Mots clés:** Villes; urbanisation; études du futur; théorie urbaine créative; planification.

---

<sup>1</sup> Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa. Email: mario.vale@igot.ulisboa.pt

## I. INTRODUÇÃO

Por se tratar de um tópico tão abrangente e relevante para o bem-estar e desenvolvimento, foi escolhido o tema do planeamento de cidades habitáveis no século XXI para a VII Conferência Anual do IGOT, de que resultaram dois artigos, da autoria de Jorge Gaspar e de Horacio Capel – que se publicam neste número da *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia* – e que suscitam este comentário.

Não há dúvida que a cidade constitui um dos traços mais universais da sociedade. No presente período da história da humanidade, as características mais marcantes estarão porventura associados à globalização e à urbanização. Este é um período em que a população, a atividade produtiva e riqueza estão fortemente concentradas nas cidades. Mesmo as regiões mais remotas experienciam e relacionam-se com algum tipo de vida urbana. Muitos autores vêem nas cidades a maior invenção humana (Hall, 1998; Glaeser, 2011), onde se observam melhores níveis de qualidade de vida para um número de pessoas sem precedentes na história da humanidade. Certamente que a inovação tecnológica nos permite trabalhar e viver de uma forma inteiramente diferente e nos abre novos horizontes e possibilidades de desenvolvimento neste mundo urbano. Emerge a *smart city* assente em redes inteligentes e em volumes de dados impressionantes que revolucionam e eventualmente tornam obsoleto o planeamento de longo prazo (Batty, 2013; Kitchin, 2014). Os *big data* e o planeamento e a gestão urbana em tempo real entram progressivamente no léxico dos planeadores. A economia da partilha ganha fôlego e torna-se evidente que o novo mantra da inovação aberta tem as suas fundações na cidade.

Mas a cidade encerra riscos que correspondem, em larga medida, aos grandes desafios sociais do século XXI. Quais são as estratégias de inclusão dos mais desfavorecidos, imigrantes, desempregados e idosos com baixos rendimentos? Como resolveremos os problemas de uma sociedade envelhecida? Será possível atingir o objectivo de uma cidade sustentável e necessariamente saudável? Como iremos resolver o problema do acesso à água, o combate aos *food deserts* e melhorar a segurança alimentar urbana dos grupos mais vulneráveis? O que devemos fazer para garantir uma transição energética inclusiva nas cidades? Como podemos construir uma sociedade mais solidária e uma cidade mais justa, do centro da cidade aos subúrbios, do bairro à rua? Continuaremos a precisar de grandes teorias ou cedemos às leituras de milhares de sensores na cidade, dos transportes aos telemóveis, da internet às redes sociais, das transações comerciais à partilha sem fins lucrativos de informação?

Discutem-se, em seguida, os contributos de Jorge Gaspar (2016) e de Horacio Capel (2016) em torno de algumas destas questões numa perspetiva do futuro das cidades, aprofundando assim um debate fundamental para o desenvolvimento da sociedade que deve envolver a comunidade académica, os decisores políticos e a sociedade civil.

## II. FUTURO, CIDADES E TERRITÓRIO SEGUNDO J. GASPAR E H. CAPEL

Gaspar (2016) opta por discutir o futuro das cidades partindo da discussão de utopias urbanas oriundas da ficção científica, discorrendo sobre como e em que contextos se discute o futuro das cidades na atualidade, atribuindo uma grande centralidade às utopias, em larga medida urbanas, dos mais desfavorecidos da sociedade frequentemente desalinhasdas com os futuros urbanos presentes nos estudos urbanos da academia ou nos inúmeros relatórios técnicos de organizações internacionais e nacionais.

Revisitando as diversas utopias urbanas – de Thomas Moore a Philip K. Dick –, o autor sublinha a ausência de um *Atlas* sobre o futuro das cidades e do urbanismo, um documento que fosse capaz de agregar informação, em múltiplos domínios temáticos, oriunda da recolha no terreno ao ciberespaço, das ciências e tecnologias às artes e literatura. Em concordância com Kitchin e Kneale (2001), afirma que a *cyberfiction* revela um elevado potencial para descortinar o mapeamento do urbanismo do

futuro escorado no interface da inovação tecnológica com a sociedade, evidenciando as invariantes globalizantes nas paisagens e as especificidades e singularidades dos contextos locais, que oferecem novos espaços públicos, de resistência e de esperança, onde podem desenvolver-se as comunidades urbanas do futuro.

A partir da análise de diversos exercícios de imaginação do futuro das cidades, Gaspar (2016) salienta a persistente dificuldade de conciliação entre o imaginário urbano e a sua aplicação, sujeitas a diversos contextos culturais, políticos e religiosos, a que podemos acrescentar económicos e institucionais. Atualmente, proliferam estudos sobre o futuro das cidades, tais como os que destacam as *smart cities*, cujas narrativas têm uma grande capacidade de formação de políticas de cidades direcionadas para a eficiência em detrimento da coesão e da inclusão social. Não é, como tal, ociosa a discussão destes estudos e a preocupação com as assimetrias das redes de poder na construção de imagens e narrativas da cidade do futuro. É na sequência deste argumento que o autor introduz o tema, na maior parte das vezes ausente deste tipo de trabalhos de prospetiva, dos "...futuros sonhados dos pobres, dos escorraçados" (Gaspar, 2016: 16). São inspiração para o autor os casos do povoamento das terras arenosas do Baixo Sado e do Porto Alto, lustrando paradigmaticamente a demanda dos mais desfavorecidos pela "terra prometida", pelo direito a um futuro alicerçado pela imaginação e esperança na transformação destas "terras de fronteira", numa sucessão de ciclos – das novas produções agrícolas ao turismo no Baixo Sado e aos negócios da mercadoria chinesa no Porto Alto e Lezíria do Tejo.

A tardia intervenção dos poderes políticos na reconfiguração destas formas urbanas que fogem ao cânone urbanístico deram origem a um *sprawl* ambíguo – mistura-se o rural e o urbano, quiçá concretizando utopias periurbanas ou mesmo anurbanas. Mas parece inverosímil o regresso ao rural, tal é a expressão e persistência da dinâmica da urbanização tendencialmente planetária, que o autor relaciona com os movimentos de população e a sua capacidade para procurar e eventualmente encontrar a felicidade e o bem-estar na cidade.

Capel (2016) aborda o tema do futuro das cidades partindo dos contributos reunidos em relatórios sobre *The State of the World Cities*, promovidos pelas Nações Unidas, e da discussão realizada no âmbito do último Fórum Urbano Mundial, que considera como um bom panorama para a introdução às perspetivas das cidades do séc. XXI.

Se as cidades têm problemas, entre outros, de desigual acesso aos recursos e oportunidades, exclusão social, marginalização e pobreza, também é um indiscutível que têm sido um fator muito positivo para o desenvolvimento e bem-estar dos países. A superação dos problemas implica, no entanto, mudanças substanciais na forma e na função das cidades, necessariamente mais eficientes e sustentáveis, menos vulneráveis e desiguais. Para tal é imperativa a substituição do tradicional modelo urbano de acumulação, que tem beneficiado apenas alguns em detrimento de muitos, por outro mais holístico e integrado, centrado na qualidade de vida, nas infraestruturas e equipamentos adequados e na sustentabilidade.

A governança surge como uma questão central para o futuro das cidades, atendendo à dificuldade de articulação entre os níveis administrativos local, regional e nacional e a crescente participação da sociedade civil na tomada de decisões em domínios cruciais para o bem-estar da população. A urbanização planetária tem revelado alguns dos problemas mais graves da sociedade, principalmente nas grandes cidades do Sul Global, onde a precariedade da habitação e as carências de infraestruturas de água e saneamento e de equipamentos adequados obrigam a uma intervenção pública que priorize o direito à cidade dos grupos sociais mais desfavorecidos. A criação de emprego e a atração de investimento detêm igual primazia nas políticas urbanas, desenhando uma tendência que se verificou à escala global após a crise financeira de 2008. Destaca-se ainda uma preocupação crescente com as alterações climáticas e a resiliência urbana, que alguns vêem como uma oportunidade para melhorar as infraestruturas disponíveis de forma a reduzir necessidades futuras de investimento.

Estes problemas e desafios para o futuro das cidades estão, segundo Capel (2016) vinculados ao sistema capitalista e à produção inerente de desigualdades sociais e territoriais. As políticas neoliberais associadas têm-se revelado nefastas para as cidades e são mesmo a causa de muitos dos seus problemas. É, segundo o autor, surpreendente a ausência de referências ao capitalismo nesta reflexões promovidas por instituições internacionais, quando este surge como “...responsable de muchos problemas del mundo contemporáneo en los estudios que se realizan por científicos sociales y por los movimientos ciudadanos” (Capel, 2016: 35). A primado do capital financeiro no desenvolvimento urbano, a privatização de serviços e o declínio da despesa pública, embora com intensidade díspar nas cidades do mundo, estão na base dos problemas económicos e sociais urbanos, sendo portanto difícil imaginar um futuro para as cidades geradoras de bem-estar sem debater e alterar o sistema económico capitalista. Há que pensar a cidade do futuro a partir de posições ideológicas e políticas, desmontando as narrativas da inevitabilidade do neoliberalismo e do primado do mercado e da finança, em favor da administração e da regulação pública da cidade, valorizando a sustentabilidade e o acesso à habitação, água, saneamento, mobilidade e outros serviços sociais. Para tal, deve ser atribuído ao planeamento urbano um maior relevo social. Finalmente, Capel (2016) traz para o debate a questão do direito à cidade e da cidadania universal, clamando pela valorização das práticas sociais urbanas, da solidariedade e da colaboração, recomendando a releitura das utopias para, a partir daí, elaborar ideais e alternativas para a cidade do futuro.

### III. ALTERNATIVAS PARA UMA AGENDA DO FUTURO DAS CIDADES

Os artigos de Gaspar e Capel coincidem na crítica às visões de futuro contidas em diversos relatórios de organizações internacionais, que evitam discutir o funcionamento do sistema económico capitalista como causa principal dos inúmeros problemas das cidades, assim como desvalorizam o imaginário e visões de futuro dos mais desfavorecidos da sociedade. Os autores coincidem também na necessidade de valorização da intervenção pública ética e socialmente responsável no desenho da cidade do presente e do futuro, lembrando que as visões empresariais e tecnocráticas da *smart city* que, diríamos *a la Galbraith*, emergem como “sabedoria convencional”, acentuam a exclusão social e não respondem verdadeiramente às necessidades de todos os grupos sociais. A crítica de Gaspar destaca ainda os contributos da ficção científica para o futuro das cidades, considerando-os mesmo mais ricos e estimulantes do que muitos trabalhos de origem académica e técnica, enquanto Capel releva a justiça espacial e o direito à cidade para a construção de cenários de cidades do futuro.

Os artigos de Gaspar e Capel publicados neste número da *Finisterra-Revista Portuguesa de Geografia* contestam as visões hegemónicas de futuro da cidade e alertam para a incapacidade explicativa de conceitos generalizantes, à semelhança do que Brenner e Schmid (2015), Walker (2015) e Storper e Scott (2016) fizeram, ainda que parcialmente em desacordo, a propósito da aceitação acrítica da urbanização planetária. Com efeito, este conceito tem formatado ideias e justificado algumas orientações de política de organizações internacionais para as cidades, embora se trate de um conceito caótico que, em última instância, desvaloriza as próprias forças de aglomeração geográfica de pessoas e atividades e, consequentemente, contrarie o próprio processo de urbanização. Para terminar este breve comentário, os artigos de Gaspar e de Capel expandem os argumentos de trabalhos anteriores sobre a adoção de conceitos caóticos que têm emergido na teoria urbana neste momento crítico de mudança e que podem ter impactos socioeconómicos significativos para a vida nas cidades, facto que merece uma reflexão profunda e crítica da academia sobre os entendimentos de processos de transformação da cidade no presente e no futuro.

## BIBLIOGRAFIA

- Batty, M. (2013). Big data, smart cities and city planning. *Dialogues in Human Geography*, 3 (3), 274-279.
- Brenner, N. & Schmid, C. (2015). Towards a new epistemology of the urban? *City*, 19 (2-3), 151-182.
- Capel, H. (2016). Pensar en ciudades habitables para el futuro. *Finisterra-Revista Portuguesa de Geografia*, LI (101), 25-43.
- Gaspar, J. (2016). Futuro, cidades e território. *Finisterra-Revista Portuguesa de Geografia*, LI (101), 5-24.
- Glaeser, E. (2011). *Triumph of the city*. London: Macmillan.
- Hall, P. (1998). *Cities in civilization: culture, technology and urban order*. London: Weidenfeld and Nicolson, 998.
- Kitchin, R. (2014). The real-time city? Big data and smart urbanism. *GeoJournal*, 79 (1), 1-14.
- Kitchin, R. & Kneale, J. (2001). Science fiction or future fact? Exploring imaginative geographies of the new millennium. *Progress in Human Geography*, 25 (1), 19-35.
- Storper, M. & Scott, A. J. (2016). Current debates in urban theory: A critical assessment. *Urban Studies*, 53 (6), 1114-1136.
- Walker, R. (2015). Building a better theory of the urban: A response to "Towards a new epistemology of the urban?" *City*, 19 (2-3), 183-191.

---

<sup>i</sup> VII Conferência Anual do IGOT, "Planear cidades habitáveis no século XXI: Saúde, Ambiente e Coesão", 21 de maio de 2015, Reitoria da Universidade de Lisboa.



## ED SOJA, WINNER OF THE VAUTRIN-LUD INTERNATIONAL PRIZE 2015\*

HUGH CLOUT<sup>1</sup>



Professor Edward Soja<sup>1</sup>

Professor Ed Soja has received the Vautrin-Lud International Prize for Geography in 2015. This award, often known as the ‘Nobel Prize of geography’, was announced during the 26<sup>th</sup> International Festival of Geography that was held, as every year, at Saint-Dié-des-Vosges in eastern France. The prize-winner was selected by the Vautrin-Lud jury, whose members acted on the advice and rankings supplied by almost 150 geographers from all continents of the world. This prize honours the career of a distinguished geographer whose work has been very influential within and beyond our discipline.

Predominantly an urban geographer, planner and “urbanist”, Ed Soja is well known for his “post-modern” approaches which developed after the phase of “quantitative geography” during the 1970s. He is one of the most important North American geographers of his generation, whose work has influenced colleagues and researchers throughout the world. He has written an impressive number of books and scientific articles, some of which have been translated into several languages. His published work has exercised great influence on the development of our discipline, not only in English-speaking countries.

Edward William Soja was born in 1940 in the Bronx in New York City. As a young boy, he developed a good understanding of space and time. Some streets in his neighbourhood were dangerous and

---

\* Four weeks after the Vautrin-Lud Prize had been awarded, Professor Ed Soja died in Los Angeles, following a long battle with cancer.

<sup>1</sup> Chair of the Jury for the Vautrin-Lud Prize 2015, Department of Geography, University College London, United Kingdom.  
Email: hughdclout@aol.com

should be avoided, while others offered Ed and his friends a good place for playing football and other street games; but these conditions were not stable. They varied from hour to hour, and from day to day, according to the movement of vehicles, the flow of pedestrians, and the occurrence of crime. Ed soon assembled his understanding of space, time and society to produce a safe solution.

Ed Soja acquired his first degree from Hunter College, in the City University of New York, and then took a Master of Science qualification at the University of Wisconsin. At this time, he was very influenced by the quantitative work of Peter Gould, Vautrin-Lud prize-winner in 1993. Soja undertook his doctoral research at the University of Syracuse, New York State; the topic of his thesis was "Modernization in Kenya". He spent several months working in archives and libraries in London, before undertaking fieldwork in Kenya which had gained independence in 1964. His thesis was not a classical monograph but rather a quantitative study that was illustrated by many maps that had been prepared, initially, on a computer. Soja insisted that "space matters" for the advancement of geographical knowledge and for explain observed diversity. It is not simply a "container" or "setting" but is an active element in geographical study. His book entitled *Modernization in Kenya: a spatial analysis* (1968) was well received by geographers, but was criticized by some reviewers drawn from among experts in international development, who expected to find more emphasis on political issues and due reference to Marxism. Then, Soja was appointed to Northwestern University, in the northern suburbs of Chicago, where he taught human geography and African Studies. With John Paden, he edited a large volume, entitled *African Experience* (1970) that dealt with thematic aspects of African Studies in North American universities.

In 1972, he left Northwestern University for the Chair of Urban Planning in the School of Architecture and Urban Planning at the University of California, Los Angeles (UCLA). This decision proved to be the turning point in his career.

He found that California was not just film making and a fabulous place where dreams came true – the pot of gold at the end of the rainbow – but was also a territory with areas of extreme poverty set alongside neighbourhoods that are among the richest in the whole world. The problems of inequality increased day by day, since Los Angeles was attracting thousands of migrants from Mexico and the countries of South and Central America each year. Of course, California had experienced a period of strong industrial growth during and after the Second World War, but by the middle of the 1960s that growth was over. Unemployment was growing in a frightening way, not only among the Black and Latino sections of the population, but also among members of the White working class. In 1965, riots in the Black neighbourhood of Watts had demonstrated the growing seriousness of the problem of socio-economic inequality.

Two main problems confronted Professor Soja:

- How to explain the great social and spatial contrasts that occurred across the vast territory of greater Los Angeles;
- And how to train young planners to become activists in the management of this metropolis, and thereby improve the everyday life and wider life chances of deprived Californians.

What theories could be called upon to help him in his teaching and research? Soja discovered the works of Henri Lefebvre (notably *La Production de l'Espace*, 1974), of Michel Foucault, and other specialists of "French Theory", as it called in the United States. A little later, he accepted feminist approaches after reading the work of bell hooks and others.

With greater Los Angeles, in effect the whole of southern California, as his research area, and a theoretical orientation that became more and more sophisticated, he wrote a heap – no, rather a library – of important books over the years.

The first was *Postmodern Geographies: the reassertion of space in critical social theory* (1989). This was a fundamental book of great importance for well informed readers. It dealt with the arguments of

Marx, Lefebvre, Foucault, Anthony Giddens, David Harvey and many others. It was aimed at masters and doctoral students, rather than at undergraduates with little exposure to the topic. Despite its complexity, *Postmodern Geographies* exercised an important influence, not only in our discipline but also in sociology, philosophy and even literature.

In the middle years of the 1990s, Soja brought out *Thirdspace: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places* (1996). In seeking to define “Thirdspace”, he declared:

“everything comes together ... subjectivity and objectivity, the abstract and the concrete, the real and the imagined, the knowable and the unimaginable, the repetitive and the differential, structure and agency, mind and body, consciousness and the unconscious, the disciplined and the trans-disciplinary, everyday life and unending history” (pp. 56-57). This remarkable collection of factors was casseroleed slowly and seasoned with a great deal of imagination.

Certainly, Soja drew on the ideas of Lefebvre and Foucault but he also introduced many other approaches, including feminist ones, in his richly argued chapters on Los Angeles and other major cities around the world.

In *Postmetropolis: critical studies of cities and regions* (2000) Soja delivered an impressive “geohistory of urban space” in which he analysed archaeological, historical and geographical work especially in the Middle East and Europe, before returning to Los Angeles and the challenge of deindustrialization and globalization in California, to explore the disappearance of the “known” industrial sector and its replacement by the “little known”, “unknown” or “imagined” in the rapidly developing tertiary and quaternary sectors. In this book, the “time” element appeared vigorously alongside “space”, “theory” and “Los Angeles”. And readers encounter a new, specialized vocabulary, such as “exopolis”, “postmetropolis”, “simcity”, “synekism”, etc. I was especially interested to see Soja’s use of the term “geohistory” that is not widely used among anglo-saxon authors.

*Seeking Spatial Justice* (2010) was Soja’s next book in which our prize-winner invited academics who study geography and town and regional planning to become active in social movements with the aim of combating inequality and promoting “spatial justice”. This was an emphatic return to the idea that “space matters”. Space is not a neutral phenomenon but is a very powerful element in the provision of employment, public transport, schools, hospitals and medical services. Through the pages of this book one encounters the activities of Soja’s own students and doctoral candidates, whose work has been inspired by his own militancy. For him – and for them – urban geography is not only an academic, scientific activity, but is a means for transforming and improving our world. It is an expression of “active geography” and an invitation to apply knowledge to enhance socio-economic conditions in urban space.

In his most recent book, *My Los Angeles: from urban restructuring to regional urbanization* (2014), which must be translated in the plural “Mes Los Angeles”, since the urban agglomeration is not only vast but remarkable diverse and complex, Ed Soja returns in a very personal way to the theories, problems and challenges that have characterized his career. In truth, this text is a much more direct and reader-friendly than his earlier books.

Throughout his time at UCLA, Ed Soja has collaborated with colleagues in several disciplines. One thinks of *The City: Los Angeles and Urban Theory* (1996) that he edited with Allen J. Scott, the Vautrin-Lud prize-winner in 2003. Soja has also worked with numerous doctoral and masters students, and with a wide range of professionals who are concerned with planning Los Angeles and its ever-growing region. In *Thirdspace*, he expressed his thanks to his students from whom he acknowledged having learned a great deal over the years. Ed Soja is a generous and caring professor who acknowledges the importance of others in the formation and development of his own ideas. His work is very much in the spirit of the 26<sup>th</sup> International Festival of Geography that was devoted to “Territories of the Imagination: utopia, representation and prospective”.

Unfortunately, Professor Soja was unable to be present at Saint-Dié and could not deliver the customary plenary lecture. Instead, his work was explored in an effective round table discussion between Jacques Levy (Lausanne), Olivier Milhaud (Sorbonne-Paris 4) and Jean-François Staszak (Geneva).



Round-table discussion (Saint-Dié-des-Vosges, France)

---

<sup>1</sup> Source: <http://archinect.com>

# CAPITALISMO GLOBAL E PROCESSOS DE REGENERAÇÃO URBANA: HOMENAGEM A NEIL SMITH

## COMENTÁRIO SOBRE O COLÓQUIO INTERNACIONAL

LUÍS MENDES<sup>1</sup>

O colóquio internacional “Capitalismo Global e Processos de Regeneração Urbana: Homenagem a Neil Smith” decorreu no auditório do Museu de Arte Contemporânea em Barcelona (MACBA), nos dias 14, 15 e 16 de Setembro de 2015 organizado pelo grupo de estudos urbanos críticos “Espais Crítics”, coordenado por Abel Albet e Núria Benach. Contou com a apresentação de 32 comunicações<sup>1</sup>, 5 das quais realizadas por conferencistas convidados (Maria Dolors Garcia-Ramon, Luz Marina García Herrera, Fernando Sabaté Bel, Eric Clark, Don Mitchell e Tom Slater), organizados num total de seis sessões temáticas e duas sessões plenárias. Foi transmitido via *streaming* no site do Museu de Arte Contemporânea em Barcelona (encontrando-se disponível no canal *Youtube*<sup>ii</sup>) e contou com o financiamento do Ministério da Economia e da Competitividade e da Fundação Espanhola para a Ciência e Tecnologia, e ainda com a colaboração do próprio MACBA, da Editora Icaria e das Universidades de Barcelona, Autònoma de Barcelona e Aberta da Catalunha.

A conferência foi organizada em homenagem a Neil Smith, distinto geógrafo crítico escocês, estabelecido nos EUA e que morreu prematuramente em 2012. O seu trabalho sobre a emergência crescente do capitalismo global, o quadro conceptual que construiu sempre dialecticamente a partir do espaço, das políticas de escalas e do desenvolvimento desigual capitalista, e as suas críticas contra as estratégias do capital sobre os processos de regeneração urbana e gentrificação, produziram uma enorme influência sobre os estudos geográficos (urbanos) mas também no restante mundo académico das ciências sociais. Tanto o seu trabalho teórico, como o empírico, é constantemente citado e estudado em todo o mundo. A sua militância e activismo em várias causas pela luta do direito à cidade e à habitação e de participação em movimentos sociais urbanos de resistência à gentrificação ainda hoje é um exemplo de compromisso e envolvimento para muitos cientistas sociais críticos, de levar o pensamento à acção, como referiram os organizadores na sessão de apresentação.

A iniciar os trabalhos destas jornadas de três, a primeira sessão temática com uma conferência por parte de Francesco Indovina e Oriol Nel·Lo “Gentrificación: ¿desastre, necesidad, oportunidad? Para una crítica sobre el uso del concepto en los países de Europa del sur”. Na intervenção os autores admitiram que a denúncia da gentrificação alcançou enorme sucesso recente na literatura académica, no entanto, a aplicação desmesurada do termo a muitos e diferentes processos sociais urbanos está a con-

---

<sup>1</sup> Geógrafo. Assistente convidado na Escola Superior de Educação de Lisboa. Investigador no Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. E-mail: luis.mendes@ceg.ul.pt

tribuir não só para a sua “desnaturalização científica” (termos dos autores) como também para conclusões políticas de utilidade duvidosa<sup>iii</sup>. Foi apresentada uma visão crítica do uso da noção de gentrificação nos países do sul da Europa, sobretudo em Barcelona e Veneza, pondo em evidência as fricções que surgem entre a aplicação indiscriminada do conceito e a ignorância das realidades do terreno, o que pode acabar por acarretar conclusões erróneas e até contraproducentes do ponto de vista do progresso político em direcção a uma maior igualdade social nas cidades. Apelando a que se evitem os esquemas que reduzem a gentrificação à tríade comum de “desastre, necessidade ou oportunidade”, num corolário político que varia entre a impotência, a renúncia ou os aplausos, afirmou-se que o medo da gentrificação não deve ter um efeito inibidor sobre os governos e os movimentos urbanos transformadores. Ao invés, deve ser uma oportunidade para uma gestão dos processos de reestruturação urbana a partir do governo público, da municipalização do solo urbano e da acção colectiva, fortificando a relação entre as instituições e os movimentos de cidadãos que vão conquistando espaços institucionais, alargando as bases para uma transformação urbana em benefício da maioria.

O enfoque dado na gentrificação promovida pelo próprio Estado ou poderes públicos em geral (*state led gentrification*) foi precisamente a tónica das conferências seguintes da primeira sessão. Anne Clerval demonstrou para Paris como as políticas públicas de *mix* social e de um discurso ideológico que prevendo a miscigenação de géneros, etnias e gerações nos espaços públicos dos bairros de habitação social, mesmo que não intencionalmente, acabam por ser a mais eficiente estratégia na territorialização de uma gentrificação *soft*, dissimulada e sub-reptícia, gerada por consenso social, desmobilizando eventuais resistências e lutas sociais contra o processo.

No mesmo sentido seguiu a intervenção de Hamish Kallin que, através do recurso a três anos de pesquisa empírica sobre a regeneração urbana conduzida pelo Estado em Edimburgo, reafirmou o papel nuclear das políticas públicas como facilitadoras de gentrificação. O Estado, ao fazer uso da estigmatização territorial, da generalização de mecanismos de endividamento a nível dos territórios locais, do indivíduo e das famílias, legitima o proliferar da *rent gap*, amarrando a cidade contemporânea aos movimentos de circulação de capital fictício de tal forma que exacerba a necessidade “natural” e “inevitável” da gentrificação. O imperativo para o qual o autor apela é o de vermos para além da linha divisória “Estado / Economia” e considerar a gentrificação tanto como uma estratégia governamental como uma estratégia de acumulação capitalista, que assegura a extracção e apropriação privada do excedente colectivo, através de uma socialização dos custos e privatização dos lucros.

Charnock *et al.*, debruçaram-se sobre as transformações no uso do solo para novas actividades produtivas, desconstruindo o modelo do projecto “Barcelona Smart” como exercício de captura de rendimentos de monopólio, impulsionada pela compulsão de instituições do sector público, entidades financiadoras, proprietários fundiários e promotores imobiliários para a maximização de lucros que exploram todas as oportunidades mediante mobilização da terra como um activo financeiro.

Na única comunicação portuguesa do colóquio, João Queirós, da Universidade do Porto, debruçou-se sobre o outro lado da fronteira da gentrificação: o da população autóctone dos bairros e sobre a qual se abatem os efeitos mais agressivos do processo. O autor avaliou as consequências das políticas urbanas e habitacionais na cidade centro do Porto, a partir da análise das evidências recolhidas junto dos antigos moradores do centro histórico, entretanto desalojados e deslocados. Procurou compreender como estas populações lidam nas suas experiências de vida com uma fronteira da gentrificação que conquistou o seu lugar de existência, à custa do desalojamento e expulsão.

As comunicações, da segunda sessão do primeiro dia exploraram novas e velhas fronteiras da gentrificação. Eva Pérez falou sobre as novas fronteiras da gentrificação comercial em Madrid, argumentando que a desvalorização do comércio tradicional se tem feito ao mesmo tempo que se promove uma progressiva “turistificação” do centro da cidade com novos modelos de negócios que visam um sector da população de maior rendimento, o que representa um sinal e um vector de processos de gentrificação

deslocando as fronteiras do fenómeno para novas áreas urbanas. O comércio local, outrora marca característica dos antigos bairros e das relações sociais entre residentes, encontra-se agora na encruzilhada da renovação forçada ou morte, representando uma luta pelo espaço urbano, expressa na dicotomia entre o direito à cidade e o direito dos consumidores. Esta dinâmica comercial nasce de uma democratização do luxo que culmina com o desalojamento do comércio de proximidade, dos seus trabalhadores, clientelas e até relações sociais vernaculares.

Clara Sánchez *et al.*, explorou a já tradicional relação da gentrificação com o movimento de patrimonialização. A autora explicou a reabilitação “fachadista” enquanto processo de desapropriação do espaço da classe trabalhadora e reapropriação do mesmo pela classe burguesa no centro histórico de Valladolid, declarado conjunto histórico artístico desde 1978. Jaime Jover-Báez centrou-se na produção de lugar e política de escalas (outro tema importante na obra de Smith), em dois aspectos. Por um lado, o papel das escalas na aplicação do capital imobiliário no âmbito de um regime de reescalonamento geoinstitucional mobilizado por programas comunitários de fundos estruturais europeus dirigidos ao urbano (como o Urban), neste caso de Sevilha, servindo de gatilho a processos de regeneração e consequente gentrificação. Por outro lado, na política de escalas presente nas estratégias anticapitalistas de combate à ofensiva neoliberal em espaço urbano levadas a cabo por associações locais de moradores ou activistas e movimentos sociais de resistência que crescentemente percebem as potencialidades e eficácias do trabalho em rede e da pluriescalaridade das lutas.

A terceira sessão temática dos trabalhos foi exclusivamente dedicada aos desenvolvimentos da teoria do *rent gap* e à relação entre movimentos cíclicos de capital e ambiente construído. Sònia Miro *et al.* inaugurou a sessão ao apresentar como a crise urbana abriu oportunidades para uma destruição criativa do capital aplicado ao ambiente construído, articulada através de novas engenharias financeiras, desde 2008, quando a bolha imobiliária explodiu e as cidades espanholas ficaram imersas por um intenso processo de desapropriação e desalojamento, por via de execuções de hipotecas e despejos de inquilinos. A autora conclui pelo surgimento de toda uma nova configuração social que acentua a insegurança urbana, a precarização do direito à habitação e consequentes conflitos sociais desencadeados.

Marc Morell, também numa abordagem inovadora, inspirando-se em esboços etnográficos, descreve o trabalho colectivo desenvolvido pela classe trabalhadora e pelas novas classes médias em bairros gentrificados em Palma de Maiorca e olha para as relações de classe contidas na hipótese da *rent gap*. Complementando o contributo de Neil Smith, defende que cada um dos momentos *rent gap* de desinvestimento e de reinvestimento são trabalhados por diferentes grupos sem consciência que na realidade formam uma classe trabalhadora que produz mais-valias para outras classes. Contra a mera descrição da espacialização da luta de classes que a gentrificação representa e que está já sobejamente explicada, existe uma necessidade de politicamente explicar como a espacialização intervém na luta urbana que produz as próprias classes.

Na manhã do dia 15 de Setembro, a quarta sessão recupera os argumentos da anterior, mas faz uso de metodologias mais qualitativas de pesquisa urbana, como a observação directa e participante e até intervenções artísticas, que surgem como dispositivos interessantes de investigação-acção.

Laura Elias parte do conceito de “gentrificação generalizada” (a *new built gentrification* ou a *super gentrification*) e desenvolve as funções da política e das finanças na produção habitacional, expondo o caso de Berlim no pós-crise de 2007. Com relação ao capital global, o conceito de financeirização torna-se essencial para compreender a gentrificação enquanto estratégia generalizada e como transformação da função do ambiente construído nos processos de acumulação de capital. A autora defende a regeneração urbana como uma das principais fontes de benefícios financeiros no mercado global e assenta a sua tese em quatro pontos: 1) a internacionalização dos mercados imobiliários que resulta em perspectivas de preços que não se apoiam na procura local; 2) um maior acesso ao sector imobiliário por parte de investidores de grande capital transnacional fictício e especulativo; 3) as elevadíssimas expectativas

de taxas de retorno do capital investido, mesmo num período de crise económica, favorecem a aposta em comportamentos e engenharias de risco financeiro e especulativo; 4) agravamento da especulação imobiliária e aumento desmesurado dos preços devido a uma base fictícia de um sistema de acumulação apenas financeira que reproduz as próprias espirais especulativas que lhe estão na origem, as de um “capitalismo de casino”.

Francesca Governa *et al.*, mediante uma interessante abordagem etnográfica e visual, apresentou uma exploração empírica e metodológica feita por Murat, um colectivo de geógrafos, fotógrafos e cineastas, todos reunidos sob o acrónimo que significa “Multiplicity Urban Representation Amazing Theory”. Esta exploração decorreu em Belle de Mai, uma parte do “troisième arrondissement” de Marselha, bairro pobre e multicultural, de grande riqueza étnica e social, mas entretanto gentrificado. A experiência teve como resultado a produção de um documentário, intitulado «Murat. O geógrafo», sobre a cidade, a pesquisa urbana, e os descontentamentos e desejos dos membros do colectivo. Apresentou-se como uma experiência inovadora que atravessou as fronteiras entre a geografia, o formato de documentário tradicional e formas de storytelling. Discutiram-se as representações do bairro num documentário, em que a observação direta e outras metodologias qualitativas de pesquisa urbana foram misturadas numa apreciação performativa do espaço urbano para compreender a «riqueza» da cidade como um espaço de convivência da multiplicidade.

Catharina Thörn *et al.*, fez uma apresentação saída de um livro fotográfico chamado “The Urban Frontier”, baseado num projecto de pesquisa realizado ao longo de cinco anos, documentando a demolição e reconstrução de uma antiga área industrial (Kvillebäcken) em Gotemburgo. Este lugar que sempre encerrou importantes lógicas de coesão social e actividades comerciais para populações e famílias de baixo estatuto socioeconómico, parece estar em vias de extinção com a regeneração urbana implementada. Durante este projeto, documentou-se todo o processo de planeamento, nomeadamente as intrincadas relações entre o município e o sector privado, sobretudo os proprietários de imóveis, bem como as consequências nefastas para as pessoas que usufruíam do espaço e que acabaram por ser desalojadas. Brian Rosa dá conta do mesmo processo mas em Manchester e de como o ímpeto da regeneração urbana, desencadeado pela necessidade do planeamento estratégico em resolver os problemas resultantes da desindustrialização massiva da cidade, justifica o avanço da fronteira da gentrificação ideológica na cidade pós-industrial, através da hegemonia de uma economia simbólica do turismo e do lazer que torna o espaço amnésico à memória das classes trabalhadoras e à sua cultura (i)material.

A quinta sessão abriu, uma nova fronteira no estudo do processo: a chamada “gentrificação ecológica”, que representa, na actualidade, um verdadeiro dilema e contradição para o discurso dos activistas de defesa do ambiente. Isabelle Anguelovski demonstrou como em Boston, no Rio de Janeiro ou em Medellín, a matriz discursiva pró-sustentabilidade do planeamento municipal legitima intervenções de regeneração urbana estruturais de limpeza e criação de amenidades ambientais em áreas-problema da metrópole, apresentando a preocupação com o verde, a ecologia e a qualidade de vida. Todavia, à medida que os valores fundiários voltam a subir, os investidores imobiliários voltam a interessar-se por essas áreas e tiram proveito de uma *rent gap* ambiental, gerando gentrificação e conseqüente desalojamento dos moradores de longa data. Esta questão arrastou a discussão da produção da Natureza para o centro da reflexão sobre os elementos do capitalismo e das suas formas inovadoras de acumulação num governo urbano cada vez mais neoliberal. Esta tendência é a de mercantilizar o próprio ambiente para o subverter numa fronteira de produção capitalista do espaço, usurpando com isso a ideologia dos próprios movimentos de defesa do ambiente, como frisaram igualmente Pietra Perez (com base em exemplos da Amazônia brasileira) e Andrei Cornetta (na economia de baixo carbono).

No fim do dia 15, a sexta e última sessão deu conta de algumas estratégias dos movimentos sociais urbanos de resistência e combate às formas de gentrificação hegemónica. À semelhança da conferência de Tom Slater, Kirsteen Paton *et al.* traça o quadro biopolítico de austeridade pós-crise das políticas de

habitação do Reino Unido e demonstra como a gentrificação se subsidia da extracção de valor não só da terra mas também da vida social em geral, com a redistribuição dos custos da dívida pública pela população e com a afirmação de um programa punitivo para os mais pobres sobretudo ao nível do cenário fiscal, com cortes nos benefícios para aquisição de habitação e remoção de protecção legal ao direito à habitação, fazendo aumentar dramaticamente o número de pessoas sem-abrigo e as expulsões e desalojamentos.

Cristina Nacif *et al.* falou das novas formas de gentrificação no Sul Global, explorando o exemplo da reestruturação da área portuária de Rio de Janeiro, cujas expropriações e desalojamentos cedo provocaram lutas e conflitos urbanos. Defendem os autores que a emergência da gentrificação generalizada como projecto revanchista de políticas urbanas neoliberais não se dá sem mudanças nas escalas das resistências e oposições políticas à pacificação urbana que se tem vindo a verificar no Brasil. Para o efeito, os autores socorrem-se de informação que recolheram no arquivo do Observatório de Conflitos Urbanos, de periódicos de imprensa e da análise de conteúdo da legislação urbanística da cidade do Rio.

Sónia Ferraz denunciou os dispositivos da arquitectura violenta anti-mendigagem que têm proliferado por diversas cidades brasileiras, ao abrigo de medidas de “higienização social” do espaço urbano que têm como principal objectivo expulsar os sem-abrigo, os pobres ou outros grupos sociais indesejados de áreas entretanto regeneradas e revalorizadas, para bem da naturalização de um modelo de civilidade de consumo, reproduzido através de um sentimento de insegurança urbana que é capitalizado pelo mercado imobiliário para legitimar essas intervenções revanchistas de regeneração.

A última sessão plenária das jornadas, contou com a participação de Eric Clark e Don Mitchell, como conferencistas convidados. Eric Clark proferiu a comunicação “Making rent gap theory *not* true”, desmascarando como o fundamentalismo e a tirania do mito do Mercado tem afectado tremendamente a vida social urbana, através da financeirização do espaço, abrindo as portas à profunda permeabilidade da produção, da troca, do consumo e de todas as esferas da vida humana às lógicas de privatização e mercantilização, ampliando o controlo do biopolítico pela finança. As mudanças no ambiente construído são determinadas cada vez mais pela *rent gap*, onde esta pode ser criada e apropriada. Curiosamente, Clark vai preocupar-se em indagar as práticas sociais e as culturas políticas dos espaços alternativos, do bem comum e do consumo colectivo, onde a tese *rent gap* não se aplica e tentar perceber o que os torna distintos enquanto espaços contestatários.

A apresentação de Don Mitchell visou desenvolver uma teoria mais completa da interligação dialéctica entre a luta de classes e a circulação do capital na produção desigual de espaço urbano. Para isso, esboça uma revisão de vinte e cinco anos de pesquisa sobre os sem-abrigo, os motins, os protestos e outras formas de lutas sociais contra as políticas revanchistas de Nova Iorque, genericamente aceites por um consenso social caracterizado por um autoritarismo populista e criminalização/punição dos sem-abrigo, em particular, desde 1980 até à actualidade e, em geral, no espaço público nas cidades norte-americanas, pesquisa que Neil Smith ajudou a lançar ainda em 1990. Enquanto os exemplos foram maioritariamente provenientes dos Estados Unidos, o autor elaborou argumentos amplamente aplicáveis à compreensão de urbanismo global revanchista da gentrificação.

No dia 16 foram organizadas três saídas de campo a partir do MACBA para conhecimento das principais operações de regeneração urbana que têm contribuído para a turistificação do Bairro do Raval e que contou com a participação de especialistas, activistas, movimentos e associações de bairro, com visitas guiadas por: Mercè Tatjer, intitulada “Da fábrica ao apartamento turístico”; “planos de regeneração urbana no bairro do Raval”, por Teresa Tapada e “Do plano de Cerdà à rambla do Raval”, guiada por Vicente Casals.

Este colóquio procurou fomentar o debate científico do fenómeno da gentrificação à escala regional do Sul da Europa, mas com extensões a outras cidades europeias e sul americanas, e por essa via promover um diálogo intraeuropeu, mas também ibero-americano. Pretendeu, também, estimular o encontro

entre os académicos que estudam o processo e que se encontram muito frequentemente à margem daqueles que produzem a teoria da gentrificação no centro do mundo anglo-saxónico, donde continuam a brotar os estudos mais inovadores sobre o processo. A adesão ao *call for papers* desta conferência internacional foi muito significativa, confundiu a organização, com a inscrição de dezenas de participantes, com origens geográficas diversas (mais de 20 países de 3 continentes), acompanhados por um número igualmente esmagador de propostas de comunicação, que inclusive tiveram de ser rejeitadas mediante rigoroso processo de selecção, mesmo depois do alargamento previsto pela organização de 20 para 30 comunicações admitidas.

Coincidindo com o lançamento do volume 6 da série “Espacios Críticos” (Icaria Editorial) – “Neil Smith: Gentrificación Urbana y Desarrollo Desigual” – organizado por Luz Marina Garcia Herrera e Fernando Sabaté Bel (Universidade de La Laguna), a conferência destacou os temas, conceitos e perspectivas que caracterizaram o trabalho de Smith com interesse alargado a todos os académicos, estudiosos ou interessados pela teoria social urbana e as transformações da cidade. Celebrou-se, assim, o vivo trabalho que o autor deixou, sendo de destacar, especialmente, a brilhante conferência trazida por Luz García Herrera que, num tom emocional mas de grande rigor intelectual, nos deu a conhecer os vários eixos do projecto geográfico de Smith.

A conferência contou com a presença de importantes especialistas internacionais no estudo da gentrificação e na reflexão de Neil Smith, numa discussão colectiva que foi aberta não só à participação de académicos e investigadores de universidades de todo o mundo, mas também a todos os interessados, activistas e representantes de movimentos de cidadãos e de bairro. Este colóquio parece ter consolidado, por um lado, um conjunto de fronteiras importantes no mapeamento conceptual da gentrificação, com extensão a casos da Europa do Sul e da América Latina. Contudo, por outro lado, rasgou outras fronteiras que desenham novas frentes de estudo e de pesquisa futura do fenómeno, nomeadamente: o papel ambíguo do Estado e das políticas públicas de reabilitação urbana, que ora promovem e estimulam, ora refreiam e constroem a gentrificação; o contributo duvidoso deste processo para o *mix* social e residencial das unidades de bairro e várias comunidades; a evolução dos cânones, metodologias e paradigmas científicos que têm vindo a dar forma à investigação sobre a gentrificação; o alargamento do conceito de gentrificação, não só presente nas dinâmicas do mercado de habitação, mas também na turistificação e na regeneração comercial (conceitos polémicos de gentrificação comercial e turística), com efeitos na geografia social da cidade. Este alargamento elástico do conceito da gentrificação responde às próprias mudanças de escala, de formato e de protagonistas no processo tal como ele ocorre na sua forma urbana contemporânea. A expansão territorial, pluriescalar e glocal da gentrificação, não só a outras áreas da cidade para além do centro histórico, como também a cidades de todo o mundo, evidencia isso mesmo.

Acima de tudo, este encontro provou que a obra smithiana, com mais de 30 anos, criou, *per se*, um paradigma e escola de análise urbana sobre o fenómeno da gentrificação, tendo influenciado de forma marcante o pensamento que se produziu na, da e para a teoria crítica urbana nos anos vindouros. A obra de Neil Smith continua a convidar o repensar das estruturas profundas nas quais assentam os novos padrões de (re)desenvolvimento urbano e de desigualdade socioespacial, sobretudo à luz dos tempos incertos presentes de crise capitalista mundial.

<sup>i</sup> De algumas das quais faremos aqui uma breve síntese.

<sup>ii</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=-5uUYXc2Was>

<sup>iii</sup> Esta percepção foi amplamente corroborada pelo Professor Horacio Capel na sessão seguinte.



## NORMAS DE PUBLICAÇÃO

### Tipos de documentos

A Finisterra publica artigos, resenções (sínteses e atualizações bibliográficas), comentários de autor e curtas notícias relativas a acontecimentos científicos recentes.

### Dimensão

Os artigos não devem exceder 50 000 caracteres com espaços, incluindo resumo e palavras-chave em duas línguas, bibliografia, figuras e quadros.

As restantes publicações (resenções, comentários, notícias) não devem ultrapassar os 20 000 caracteres com espaços.

### Formatação do texto e secções

Os originais devem ser preparados em suporte digital, em versão recente do Word. O ficheiro deve ser identificado pelo apelido do 1º autor, seguido de \_txt. e da extensão. Ex: Castro\_txt.docx

Os capítulos têm numeração romana e são apresentados em maiúsculas. Se existirem subcapítulos têm numeração árabe, e são formatados a negrito com letra minúscula.

A indicação bibliográfica de um autor, no decurso do texto, deve ser feita pelo apelido, apenas com inicial maiúscula, seguido da data da obra e, se for uma citação, com indicação das páginas. Ex: Couto (2010), ou (Alves, 2011), ou (Ribeiro, 2011: 23-24). Havendo 2 autores usa-se “e” entre os apelidos. Ex: (Castro & Alves, 2009); se forem 3 ou mais autores indica-se o apelido do 1.º seguido de *et al.* Ex: (Tavares *et al.*, 2011).

Se forem necessárias abreviaturas indica-se o nome ou título completo a primeira vez que for referido, seguido da sigla entre parêntesis. Ex: Instituto Nacional de Estatística (INE).

### Título

Deve ser conciso, exprimindo o conteúdo. Se necessário, usar subtítulo. É apresentado em maiúsculas a negrito e centrado.

### Autores

O nome dos autores é escrito em maiúsculas pequenas, sob o título do texto, à direita.

A seguir ao nome insere-se uma nota que indica a situação profissional e o e-mail de cada autor.

A sequência dos nomes de autores é da responsabilidade dos próprios.

### Resumos

São apresentados dois resumos, um na mesma língua do texto e outro numa das outras línguas aceites pela revista. A tradução do resumo inclui obrigatoriamente a tradução do título.

## PUBLISHING RULES

### Types of documents

Finisterra publishes articles, summaries and bibliographical updates, in addition to short news of recent scientific developments.

### Size

Articles must not exceed 50,000 characters with spaces, including abstract and keywords in two languages, references, figures and tables.

The other publication must not exceed 20,000 characters with spaces

### Formatting of text and sections

The originals must be prepared in digital form, using a recent version of Word. The file must be identified by the 1st author's last name, followed by \_txt. and the extension of the Word version. Ex: Castro\_txt.docx

The text sequence and formatting should comply with the template available for downloading onto the platform.

The chapters must be numbered using Roman numerals and the titles typed in capital letters. Sub-chapters must be numbered using Arabic numerals, and typed in bold lowercase.

References should be cited in the text using the author's capitalized surname, followed by the date of the work. In case of a quote, pages' numbers must be included. Ex: Couto (2010), or (Alves, 2011), or (Ribeiro, 2011: 23-24). If there are two authors use “and” between the surnames, Ex: (Castro & Alves, 2009). If there are three or more authors use the first author's surname followed by *et al.* Ex: (Tavares *et al.*, 2011).

If it is necessary to use abbreviations the full name or title must be written for the first time, followed by the abbreviation in brackets. Ex: Instituto Nacional de Estatística (INE).

### Title

Should be concise and informative. A subtitle may be used if necessary. Should be typed in bold capitals and centred.

### Authors

The author's names should be typed in small capitals, beneath the title aligned to the right.

A note stating the author's professional status and the e-mail should be typed after the author's name. The order of the authors' names is chosen by the authors.

### Abstracts

Two abstracts should be submitted one in the language used in the text and the other one in one of languages accepted by the journal.

The translation of the abstract must include the translation of the title

O resumo deve exprimir o conteúdo do texto, ressaltando os aspectos essenciais, sem que o leitor precise de consultar o texto.

Não devem incluir-se nos resumos referências bibliográficas nem citações.

A dimensão de cada resumo é de cerca de 1 500 caracteres com espaços.

No fim de cada resumo são apresentadas palavras-chave, num máximo de 5, separados por “;”.

#### Notas de pé de página

Não se incluem notas de pé de página, exceptuando a afiliação dos autores

Não se aceitam notas que sejam meras referências bibliográficas.

As notas que forem imprescindíveis terão sequência numérica árabe e ficarão no final do texto.

#### Figuras

A palavra figura contempla mapas, gráficos, desenhos, fotografias, etc.

O título deve ser conciso exprimindo o conteúdo.

Deve ser feito um ficheiro separado, com os títulos das figuras, numeradas em árabe, em duas línguas. Esse ficheiro deve ser identificado pelo apelido do 1º autor, seguido de `_fig` e da extensão do Word. Ex: `Durão_fig_docx`

Todas as figuras devem ser referidas no texto, usando a palavra figura se esta ficar no meio da frase, ou a abreviatura *fig.* caso se usem parêntesis Ex: (*fig. 1*).

As figuras são enviadas em ficheiro separado do texto em formato jpeg, tiff, bpm, gif, png, com uma resolução não inferior a 300 dpi. Cada figura terá um ficheiro individualizado, que não deve exceder 5 MB; o conjunto não pode ultrapassar os 30 MB. Cada figura é identificada pelo apelido do primeiro autor, nº da figura e extensão. Ex: `Durão_fig.2.jpeg`

As figuras devem ter qualidade e legibilidade suficientes para permitirem redução para a mancha da revista.

A reprodução em papel será feita a preto e branco, salvo se o autor custear as despesas para reprodução a cor.

Nas convenções deve evitar-se a multiplicação de escalas de cinzentos, pela dificuldade de distinção entre elas, sendo aconselhado o uso de tramas que permitam fácil leitura.

As legendas devem ser simples mas claras.

A fonte deve ficar expressa, se tiver havido recurso a autores que não os do texto

#### Quadros

Os quadros devem ser incluídos no texto e aí mencionados através de numeração romana.

Os títulos devem ser claros mas sintéticos, em duas línguas.

The abstract should convey the contents of the article, emphasizing the essential aspects, so that the reader gets a clear idea of the manuscript before reading it.

No references or citations should be included in the abstracts.

Each abstract should have approximately 1,500 characters including spaces

A maximum of five keywords should be provided at the bottom of each abstract, separated with “;”.

#### Endnotes

No endnotes are allowed with the exception of authors' affiliations.

Notes with bibliographic references will not be accepted.

All notes deemed indispensable should be numbered sequentially in Arabic numerals and presented at the end of the manuscript.

#### Figures

Figures may include maps, graphs, drawings, photographs, etc.

The title should be concise and informative.

Please provide a separate file with the titles of figures in two languages, numbered using Arabic numerals. This file must be identified by the 1st author's surname, followed by `_fig` and extension of the Word version. Ex: `Durão_fig_docx`

All figures should be mentioned in the text by the word figure if it appears in mid-sentence or by the abbreviation *fig.* if parentheses are used Ex: (*fig. 1*).

Pictures must be submitted as separate image files in jpeg, tiff, png, gif or bpm formats, with a resolution of no less than 300 dpi. Each figure file must not exceed 5 MB and the total cannot exceed 30 MB. Each figure is identified by the name of first author, figure number and extension. Ex: `Durão_fig.2.jpeg`.

The figures should have sufficient quality and legibility to allow reduction for the journal pages.

Paper reproduction will be in black and white, unless the author bears the cost for colour reproduction.

Multiplication of gray scales should be avoided due to the difficulty of distinguishing between them.

Legends should be concise and clear.

Whenever a picture does not belong to the author of the manuscript, its source should be mentioned.

#### Tables

Tables should be included in the text and referred to therein using Roman numerals.

The headings should be clear and concise, and typed in two languages

Devem evitar-se quadros que não caibam numa só página. Os quadros devem ser o mais simples possível, evitando frases longas, números extensos e demasiadas casas decimais.

A formatação dos quadros contempla linhas horizontais, sem limites verticais exteriores, sendo permitidas verticais internas (ver números anteriores da revista).

A fonte deve ser indicada, sempre que o autor não seja o próprio.

### **Bibliografia**

Inclui exclusivamente as referências citadas no texto.

É inserida no final do texto, com o título “Bibliografia”.

As referências bibliográficas não devem aparecer em notas de rodapé.

São apresentadas por ordem alfabética.

No caso de existirem diversas obras do mesmo autor segue-se a ordem cronológica, com a obra mais recente em primeiro lugar.

Se existir mais do que uma obra do mesmo ano e autor acrescentam-se à data as letras a, b, c, etc.

Por motivos de citação são recomendadas referências bibliográficas em inglês.

Normas APA [www.apastyle.org](http://www.apastyle.org)

### **Direitos de Autor**

Cabe aos autores obter autorização para publicação de material sujeito a direitos de autor.

### **Direitos de edição**

Os direitos de edição pertencem ao Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

A edição de um texto submetido à Finisterra para publicação implica que seja um original.

A publicação implica a aceitação das “normas para submissão de manuscritos”, “deveres dos autores” e o envio de uma “carta de aceitação”.

Tables that do not fit on a single page should be avoided, should be as simple as possible, avoiding long sentences, and large numbers with too many decimal places.

The format of tables should have horizontal lines without outer vertical limits; internal vertical limits are allowed (see the journal's earlier issues).

Whenever a table does not belong to the author of the manuscript, its source should be mentioned.

### **References**

Includes only those cited in the text;

Are included at the end of the text, with the title “REFERENCES”; Must not appear as footnotes and must be in alphabetical order;

In case there are several works by the same author, references must follow chronological order, with the most recent one first;

Whenever there are several works of the same year and by the same author letters a, b, c, etc. should come after the date;

For citation reasons is recommended bibliographic information in English;

APA Citation Style [www.apastyle.org](http://www.apastyle.org)

### **Authors' rights**

It is the authors' duty to obtain permission for publication of materials subject to copyright.

### **Edition rights**

Edition rights belong to the Centre for Geographical Studies of the University of Lisbon

Edition of a text submitted to Finisterra for publication applies only to an original text.

The publication is subject to acceptance of the “standards for submission of manuscripts”, “duties of authors” and of a “letter of acceptance”.

## PUBLICAÇÕES DO CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS

### MEMÓRIAS

	€
Alcoforado M J (1992) <i>O clima da Região de Lisboa</i> . 15, 347 p. ....	15,00
Alegria M F (1990) <i>A organização dos transportes em Portugal (1850-1910). As vias e o tráfego</i> . 12, 560 p., fig. e mapas .....	10,00
Dias M H (1991) <i>Leitura e comparação de mapas temáticos em geografia</i> . 13, 433 p., fig. e mapas .....	10,00
Fonseca M L (1990) <i>População e território. Do país à área metropolitana</i> . 14, 416 p. ....	15,00

### PUBLICAÇÕES AVULSAS

Amaral A (1996) <i>Bibliografia Científica de Ilídio Amaral</i> . 106 p. ....	6,50
Barata Salgueiro T, Cachinho, H (Eds.) (2011) <i>Retail Planning for the Resilient City. Consumption and Urban Regeneration</i> . 332 p. ....	15,00
Cavaco C (coord) (2008) <i>Turismo. Inovação e desenvolvimento (Actas do I Seminário “Turismo e Planeamento do Território”)</i> . 393 p. ....	20,00
Daveau S (2010) <i>Um antigo mapa de Portugal (c. 1525). Reconstituição a partir do Códice de Hamburgo</i> . 359 p. CD-ROM .....	20,00
Daveau S (1998) <i>Bibliografia científica de Orlando Ribeiro (2.ª Parte, 1981-95)</i> .....	1,00
Dias M H, Botelho T, Coronel Henrique F (Coord.) (1999) <i>Quatro séculos de imagens da cartografia portuguesa, (2ª Ed.)</i> , LIV p. + 71 p. ....	20,00
Fonseca M L (coord) (2008) <i>Cities in movement. migrants and urban change</i> . 281 p. ....	20,00
Fonseca M L (coord.) (2006) <i>Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares De Turismo E Lazer</i> . 361 p. ....	20,00
Gaspar J, Vale M (1998) <i>Desenvolvimento industrial e território (actas do seminário internacional)</i> . 326 p. ....	12,50
Henriques E B, Sarmento J. M, Lousada, M A (Eds.) (2010) <i>Water and Tourism Resources Management, Planning and Sustainability</i> . 269 p. ....	20,00
Medeiros E J R (2009) <i>O Processo de Cooperação Transfronteiriça na EU. Os casos de estudo do INTERREG-A nas regiões de fronteira: Portugal-Espanha e Suécia-Noruega</i> . 144 p.....	14,00
Medeiros I M (2011) <i>Dinâmicas socioeconómicas e governanças no litoral norte de Moçambique (Província de Cabo Delgado)</i> . 163 p. ....	12,00
Moreira, L M (2011) <i>O Alto Minho na Obra do Engenheiro Militar Custódio José Gomes de Villasboas</i> . 349 p. ....	10,00
Oliveira F R de (coord) (2012) <i>Leitores de mapas: dois séculos de história da cartografia em Portugal</i> . 191 p. ....	5,00
Oliveira F R, Mendoza Vargas H (2010) <i>Mapas de metade do mundo. A cartografia e a construção territorial dos espaços americanos: séculos XVI a XIX</i> . 643 p. ....	20,00

Oliveira F R, Esteves M H (2012) <i>IV Simpósio Ibero-Americano de História da Cartografia</i> . Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, 11 - 14 de Setembro de 2012 – Relatório. 94 p. ....	8,00
Pires I M (ed.) (2008) <i>A integração dos Mercados Ibéricos: um processo dependente e territorialmente diferenciado?</i> 201 p. ....	18,00
Simões J M, Ferreira C (Eds) (2009) <i>Turismos de nicho: motivações, produtos, territórios</i> . 411 p. ....	20,00
Simões J M (concepção), Costa E M da, Henriques E B, Queirós M, Lousada M A, Neves M (colaboração) (2007) <i>Portugal: Olhares da Geografia</i> . 211 p. ....	50,00
Vários (2007) <i>Geophilia: o sentir e os sentidos da Geografia Homenagem a Jorge Gaspar</i> . 717 p. ....	25,00

### PUBLICAÇÕES DOS GRUPOS DE INVESTIGAÇÃO (\*)

Abreu D de (2011) (1ª reimpressão) <i>Análise de Dados II. Programa</i> . E.P-R.U., 69: 114 p. + 288 p (Anexos) .....	22,50
Abreu D de (2006) <i>Análise de Dados II. Programa</i> . E.P.R.U., 69: 150 p. ....	Esgotado
Abreu D de (1993) <i>Programa de Análise Regional e Urbana</i> . E.P.R.U. <sup>1</sup> , 40: 111 p. ....	Esgotado
Alberto A (2001) <i>O contributo da educação geográfica na educação ambiental</i> . <i>A Geografia no Ensino Secundário</i> . E.G.H.R. <sup>2</sup> , 43: 177 p. + anexos .....	18,50
Alcoforado, M J (2010) <i>Climatologia Urbana para o Ensino</i> . CliMA, 3: 179 p. ....	Esgotado
Alcoforado M J (1993) <i>Programa de Climatologia</i> . A.I.G-E. <sup>3</sup> , 16: 99 p. ....	Esgotado
Alcoforado M J, Alegria M F, Pereira A R, Sirgado C (2009) <i>Domínios Bioclimáticos de Portugal. Definidos por comparação dos índices de Gaussen e de Emberger</i> . CliMA, 1: 57 p. e mapas (reedição).....	8,00
Alcoforado M J, Andrade H, Lopes A, Oliveira S (Eds) Frago M, Lombardo M, Matzarakis A (2008) <i>Estudos sobre cidades e alterações climáticas</i> . A.I.G-E., 8: 108 p. ....	12,00
Alcoforado M J, Dias M H (2002) <i>Imagens climáticas da Região de Lisboa</i> . A.I.G-E. (CD-ROM). ....	5,00
Alcoforado M J, et al. (eds) (2004) <i>Urban climate studies in Lisbon</i> . A.I.G-E., 1: 72 p. ....	10,00
Alcoforado M J, Lopes A, Andrade H, Vasconcelos J (2005) <i>Orientações climáticas para o Ordenamento em Lisboa</i> . Área de Investigação de Geo-Ecologia, 4: 81 p. ....	Esgotado
Alegria J M (2004) <i>As migrações pendulares de trabalho geradas por Évora</i> . E.P.R.U., 58: 213 p. ....	18,00
Almeida D (2011) <i>Planeamento e gestão de frentes de água. A frente ribeirinha norte de Almada</i> . TERRiTUR, 3: 112 p. ....	10,00
Alves T, Carvalho F T (org. e ed.) (2012) <i>Portugal. Vinte anos de integração na Europa</i> . <i>Mudanças e Perspectivas</i> . MOPT, 102 p. ....	10,00
Alves T (2010) <i>Geografia da Noite: Conhecer, Compreender, e Repensar os Territórios</i> . TERRiTUR: 176 p. ....	14,00

\* Algumas das publicações esgotadas estão disponíveis online.

<sup>1</sup> E.P.R.U – Estudos para o Planeamento Regional e Urbano.

<sup>2</sup> E.G.H.R. – Estudos de Geografia Humana e Regional.

<sup>3</sup> A.I.G-E – Área de Investigação de Geo-Ecologia.

Alves T (2005) <i>Serviços e desenvolvimento que oportunidades para as áreas rurais</i> . E.P.R.U., 62: 118 p. ....	15,00
Alves T (2005) <i>Geografia dos serviços</i> . E.P.R.U., 65: 176 p. ....	12,00
Andrade H, Vieira R (2005) <i>O estudo climático de um Espaço Verde de Lisboa: o Jardim da Gulbenkian</i> . A.I.G-E., 5: 45 p. ....	12,00
André I (2005) <i>Metodologias de investigação em geografia humana</i> . E.G.H.R.: 90 p. ....	12,50
Arrabaça P (2003) <i>Formas urbanas na cidade construída. Agualva-Cacém, 1953-2001</i> . E.P.R.U., 57: 286 p. ....	20,00
Aurindo M J (2006) <i>Portugal em Cartaz – representações do destino turístico</i> . E.G.H.R., 48: 208 p. ....	15,00
Avelino J L (1998) <i>O protagonismo territorial das cidades intermédias. O sistema urbano local de Santarém/Almeirim/Cartaxo</i> . E.P.R.U., 48: 315 p. ....	20,00
Barata H D (1996) <i>O Porto de Lisboa. O porto, a economia regional e o território</i> . E.P.R.U., 44: 188 p. ....	10,00
Barata Salgueiro T (1993) <i>Programa de geografia urbana</i> . E.G.H.R., D6: 126 p. ....	Esgotado
Barata Salgueiro T (1998) <i>Globalização e reestruturação urbana</i> . E.G.H.R., D7: 118 p. ....	Esgotado
Barata Salgueiro T (2002) <i>Lisboa e os desafios da nova economia</i> . E.G.H.R., 44: 132 p. ....	18,00
Cavaco C (2004) <i>Repensar Portugal na Europa. Perspectivas de um país periférico</i> . E.P.R.U., 59: 135 p. ....	15,00
Cavaco C (1999) <i>Desenvolvimento rural desafio e utopia</i> . E.P.R.U., 50, 455 p. ....	20,00
Cavaco C (coord.) (2002) <i>Repensar Portugal na Europa, perspectivas de um país periférico</i> . E.P.R.U., 55: 393 p. ....	20,00
Cavaco C (coord.) (1995) <i>As regiões de fronteira. Inovação e desenvolvimento na perspectiva do mercado único europeu</i> . E.P.R.U., 43: 408 p. ....	Esgotado
Cavaco C, Ramos A, Gomes H (1999) <i>O tapete no desenvolvimento local de Arraiolos</i> . E.P.R.U., 47: 56 p. ....	4,00
Cavaco C, Fonseca M. L. (2001) <i>Território e turismo no Brasil</i> . E.P.R.U., 53: 225 p. ....	18,00
Claudino S (1995) <i>Ensino superior português, diplomados e desenvolvimento regional</i> . E.G.H.R., B9: 220 p. ....	11,00
Correia S (2013) <i>Análise de padrões temporais e espaciais de descargas eléctricas atmosféricas em Portugal Continental</i> . Clima, 5: 124 p. ....	15,00
Dias M H (2007) <i>Cartografia temática: programa</i> . A.I.G-E., 6: 146 p. ....	Esgotado
Dias M H (coord.) (2003) <i>Contributos para a história da cartografia militar portuguesa</i> . CEG-IgeoE (CD-ROM) ....	20,00
Dias M H (1993) <i>Expressão gráfica</i> . (2ª Edição), 11: 71 p. ....	Esgotado
Ferreira A B, Ramón J, Román V, Zêzere J L, Rodrigues M L (1999) <i>A glaciação Plistocénica da Serra do Gerês</i> . A.G.F.A. <sup>4</sup> , 37: 151 p. ....	Esgotado
Ferreira D de B (2005) <i>Geografia física dos oceanos</i> . A.G.F.A.: 240 p. ....	20,00
Ferreira D de B (1993) <i>Agroclimatologia</i> . A.G.F.A., 34: 119 p. ....	5,00
Fonseca M L (1993) <i>Programa de geografia económica</i> . E.P.R.U., 39: 106 p. ....	5,00
Fonseca M L (coord.) (1995) <i>Lisboa: abordagens geográficas</i> . E.P.R.U., 42: 136 p. ....	9,00
Fonseca M L (2005) <i>Migrações e território, programa</i> . E.P.R.U.: 202 p. ....	Esgotado

---

<sup>4</sup> A.G.F.A – Área de Geografia Física e Ambiente.

Fonseca M L, Malheiros J (2005) <i>Social integration &amp; mobility: education, housing &amp; health</i> . E.P.R.U., 67: 154 p. ....	15,00
Fonseca M L, Malheiros J, Esteves A, Caldeira M J (2002) <i>Immigrants in Lisbon – routes of integration</i> . E.P.R.U., 56: 111 p. ....	Esgotado
Fragoso M (2004) <i>O contexto atmosférico dos episódios de precipitação intensa no Sul de Portugal</i> . A.G.F.A., 39, 148 p. ....	20,00
Gaspar J, Kulhe E, Schätzl L (1998) <i>Effects of the European Integration Process on the Spatial Economic. Development in Portugal</i> . E.P.R.U., 46: 159 p. ....	7,50
Gaspar J, Pires I, Henriques E B (2000) <i>Towards a rural-urban partnership in Europe. Some findings from SPESP study</i> . E.P.R.U., 51: 165 p. ....	12,50
Leal M (2008) <i>As cheias rápidas em bacias hidrográficas da AML Norte: factores condicionantes e desencadeantes</i> . SLIF, 8: 136 p. ....	15,00
Lopes A (2005) <i>Modificações no clima de Lisboa como consequência do crescimento urbano. Vento, ilha de calor de superfície e balanço energético</i> . A.I.G-E, 3: (CD). ....	5,00
Malheiros J M (2009) <i>Ambiente social urbano – programa da unidade curricular</i> . NETURB: 103 p. ....	14,00
Marques R J (2000) <i>Desenvolvimento local em espaço rural e novas competências</i> . E.G.H.R., 42, 193 p. ....	15,00
Medeiros C A (1999) <i>A Ilha de S. Jorge (Açores)</i> . E.G.H.R., C17: 67 p. ....	5,00
Mora C (2006) <i>Climas locais da Serra da Estrela. Características regionais e particularidades locais dos planaltos e do alto vale do Zêzere</i> . A.I.G-E, 7: (CD-ROM) ....	5,00
Moreira F J (1994) <i>O Turismo em Espaço Rural</i> . E.G.H.R., B8: 225 p. ....	Esgotado
Morgado P, Rocha J (2008) <i>Modelação geográfica de indicadores de desenvolvimento sustentável. Uma aplicação à área metropolitana de Lisboa</i> . E.P.R.U. 71: 137 p. ....	17,00
Neto C S (1993) <i>A flora e a vegetação dos meios palustres do Superdistrito Sadense</i> . A.I.G-E., 96 p. ....	7,50
Neto C S (2009) <i>Fitogeografia de Portugal</i> . CliMA, 2: 246 p. ....	20,00
Neto C S (2012) <i>Ambiente e Biodiversidade: Programa</i> . CliMA, 4: 159 p. ....	15,00
Neves M (2006) <i>Os sistemas litorais da Estremadura norte: classificação e caracterização geomorfológica</i> . DILIF, 4: 118 p. ....	12,50
Oliveira F R, Esteves M H (2012) <i>IV Simpósio Ibero-Americano de História da Cartografia – Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, 11 - 14 de Setembro de 2012 – Relatório</i> . HEGEC: 94 p. ....	8,00
Oliveira P (2003) <i>Inundações na cidade de Lisboa. Guia de Hidrogeografia Urbana</i> . DILIF <sup>5</sup> , 181 p. ....	15,00
Paixão R (2012) <i>Avaliação da vulnerabilidade biofísica do sistema dunar de Peniche-Baleal</i> . SLIF, 9: 147 p. ....	15,00
Pereira A R (2008) <i>Sistemas litorais: dinâmicas e ordenamento</i> . DILIF, 5: 113 p. ....	15,00
Pereira A R, Regnaud H, Dias J A, Laranjeira M M (1994) <i>Contribuições para a geomorfologia e dinâmicas litorais em Portugal</i> . L.A.G.F <sup>6</sup> , 35: 91 p. ....	Esgotado
Pereira A R, Ramos C e colaboradores (2000) <i>Contrastes espaciais concelhios de algumas componentes ambientais em Portugal Continental</i> . DILIF, 1: 40 p. ....	Esgotado

<sup>5</sup> DILIF – Linha de Investigação em Dinâmica Litoral e Fluvial.

<sup>6</sup> L.A.G.F – Linha de Acção de Geografia Física.

Ramos C (2009) <i>Dinâmica fluvial e ordenamento do território. Programa de unidade curricular do 2.º ciclo</i> . SLIF, 8: 96 p. ....	15,00
Ramos C (2005) <i>Programa de hidrogeografia</i> . DILIF: 122 p. <a href="http://www.ceg.ul.pt/download/Publicacoes_Download/CRamos/Programa_Hidrogeografia.pdf">http://www.ceg.ul.pt/download/Publicacoes_Download/CRamos/Programa_Hidrogeografia.pdf</a> .....	Online
Reis J, Torres A, Mendes L, Lopes P (2004) <i>Boas práticas na educação geográfica</i> . E.G.H.R., 46: 177 p. ....	18,00
Rocha J, Sousa P M (2007) <i>Integração de dados estatísticos na classificação de imagens de satélite</i> . E.P.R.U., 70: 158 p. ....	17,50
Rodrigues M L (2009) <i>Geodiversidade, Património Geomorfológico e Geoturismo</i> . TERRiTUR: 123 p.....	15,00
Sarmento J, Henriques E B (Eds) (2013) <i>Tourism in the global south: heritages identities and development</i> . TERRiTUR: 250 p. ....	20,00
Simões J (2009) <i>Geografia do Lazer e do Turismo. Programa</i> . E.P.R.U., 66: 171 p. (reedição) .....	12,00
Taborda J P, Alcoforado M J, Garcia J C (2004) <i>O clima do sul de Portugal no século XVIII</i> . A.I.G-E., 2: 211 p. <a href="http://clima.ul.pt/images/pdf/pub/b_mja_2004_climasulportugal.pdf">http://clima.ul.pt/images/pdf/pub/b_mja_2004_climasulportugal.pdf</a> .....	Online
Trindade, J (2010) <i>Monotorização e análise de indicadores da dinâmica de praias expostas</i> . SLIF, 7: 120 p. ....	15,00
Vale M (coord.) (2001) <i>Desinvestimento e impactos económicos, sociais e territoriais</i> . E.P.R.U., 54: 289 p. ....	20,00
Vale M (2005) <i>Teorias e políticas de desenvolvimento regional</i> . E.P.R.U., 63: 96 p. ....	15,00
Vários (1994) <i>Regional Conference of the International Geographical Union</i> . E.P.R.U., 41: 109 p. ....	6,00
Vários (2000) <i>28<sup>th</sup> International Congress of the International Geographical Union</i> . E.P.R.U., 52: 116 p. ....	7,50
Vários (2002) <i>Olhares sobre o território e a espacialidade</i> . E.G.H.R.: 152 p. ....	18,00
Vários (2005) <i>Cartografia Militar Portuguesa dos séculos XVIII e XIX</i> . 176 p. ....	Esgotado
Ventura J E (1996) <i>Aspectos da Distribuição Espacial das Chuvas no Sul de Portugal</i> . A.G.F.A., 36: 92 p. ....	Esgotado
Zêzere J L (2001) <i>Distribuição do Ritmo dos Movimentos de Vertente na Região a Norte de Lisboa</i> . A.G.F.A., 38: 167 p. ....	Esgotado
Zêzere J L (2005) <i>Dinâmica de Vertentes e Riscos Geomorfológicos, Programa</i> . A.G.F.A., 41: 128 p. ....	Esgotado

## APONTAMENTOS DE GEOGRAFIA

### Série Investigação

	€
Barata Salgueiro T, Cachinho H (2002) <i>Comércio, consumo e (re)produção do espaço urbano</i> . .....	3,00
Barata Salgueiro T, Cachinho H (2006) <i>As Relações Cidade - Comércio. Dinâmicas de evolução e modelos interpretativos</i> . .....	2,50
Benko G (2000) <i>Mundialização da economia e metropolização do Mundo</i> . .....	2,00
Borges B, Duarte A, Paixão R, Pedro P, Ramos C (2007) <i>Cheias Rápidas em Áreas Urbanas e sua Percepção: o caso da Bacia da R.ª de Odivelas</i> . .....	4,00
Esteves A, Caldeira M J (2000) <i>Reiventando culturas: contribuições da comunidade cabo-verdiana para a dinâmica cultural de Lisboa</i> . .....	3,00
Fernandes A, Santos C, Neto L, Ricardo S, Pereira A R (2004) <i>Turismo Natureza no concelho de Marvão. Uma proposta condicionada em Agosto/Setembro de 2003</i> . .....	2,50
Gaspar J (2000) <i>Perspectivas da Geografia para o século XXI</i> . .....	3,00
Gaspar J (2001) <i>Developing cohesive cities: a perspective from the ground</i> . ... ..	2,00
Gaspar J (2001) <i>The structuring role of urban systems in Peripheral European Regions</i> . .....	3,00
Henriques E B (2000) <i>As indústrias culturais e o sector económico da cultura. Questões conceptuais e metodológicas</i> . .....	1,50
Lopes A, Vieira H (2001) <i>Heat fluxes from Landsat images</i> . .....	3,50
Lousada M A (2003) <i>The police and the issues of urban spaces, 1780-1830</i> . .....	1,50
Medeiros C A (2000) <i>Ponta Delgada no contexto das cidades insulares portuguesas</i> . .....	1,50
Pereira A R (2000) <i>Risco em ambiente litoral</i> . .....	1,50
Pereira A R, Neves M (2000) <i>The interaction between marine and sub-aerial processes in the evolution of rocky coasts. The example of Castelejo - SW, Portugal</i> . .....	1,50
Pereira A R, Laranjeira M M, Neves M (2000) <i>A resilience checklist to evaluate coastal dune vulnerability</i> . .....	2,25
Pereira, A R; Zêzere, J L; Morgado, P (2006) <i>Recursos naturais em Portugal: da inventariação à avaliação das potencialidades do território</i> . .....	3,50
Rodrigues M L (2008) <i>A cartografia geomorfológica: evolução, conceitos e metodologias (O mapa geomorfológico de pormenor e alguns aspectos de aplicação)</i> .....	2,50
Vale M (2000) <i>How successful is Lisbon and Tagus valley. Former peripheral european region?</i> .....	1,50
Vieira G T (2000) <i>Cálculo do efeito de sombra com o Sistema de Informação Geográfica ILWIS 2.1</i> . .....	2,50
Zêzere J L (2000) <i>A classificação dos movimentos de vertente: tipologia, actividade e morfologia</i> . .....	2,00
Zêzere J L, Pereira A R, Sousa P M (2006) <i>Perigos naturais e tecnológicos no território de Portugal Continental</i> . .....	3,00

### Série Ensino

Gaspar J, Henriques E B, Vale M (2000) <i>Lisboa: porta para o Sudoeste Europeu</i> . .....	3,00
---	------





# FINISTERRA

REVISTA PORTUGUESA DE GEOGRAFIA

## ASSISTENTE EDITORIAL / *EDITORIAL ASSISTANT*

Rute VIEIRA

## TRADUÇÃO E REVISÃO / *TRANSLATION AND REVISION*

Francês – Suzanne DAVEAU

Inglês – Jennifer McGARRIGLE

## CAPA / *COVER*

Pedro CALAPEZ

## CONTACTOS / *CONTACTS*

Toda a correspondência deve ser dirigida a:

Letters should be addressed to:

**FINISTERRA. REVISTA PORTUGUESA DE GEOGRAFIA**  
CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS  
UNIVERSIDADE DE LISBOA  
Edifício IGOT, Rua Branca Edmée Marques,  
1600-276 Lisboa, Portugal

E-mail: [rev.finisterra@campus.ul.pt](mailto:rev.finisterra@campus.ul.pt)

<http://www.ceg.ulisboa.pt/revistafinisterra>

<http://revistas.rcaap.pt/finisterra>

<http://www.ceg.ul.pt/finisterra>

Finisterra Tel: +351 210 442 926

## VENDA / *SALE*

Número avulso / *Single issue*: 12 €

Assinatura anual (3 números + correio) / *Annual subscription (3 volumes + postal charge)*

PORTUGAL: 30 € EUROPA; 40 € OUTROS PAÍSES / *OTHER COUNTRIES*

Periodicidade – Quadrimestral

Tiragem – 300 exemplares

Pré-impressão e impressão/ *Pre-printing and printing*:

EUROPRESS - Indústria Gráfica

Rua João Saraiva, 10-A

1700-249 Lisboa

# ÍNDICE

<b>Margarida Queirós</b>	Editorial	3-4
<b>ARTIGOS</b>		
<b>Jorge Gaspar</b>	Futuro, cidades e território	5-24
<b>Horacio Capel</b>	Pensar en ciudades habitables para el futuro	25-43
<b>Joaquín Farinós Dasí Olalla Vera Pastor</b>	Planificación territorial fronteriza y ética práctica. Acortando las distancias entre plan y poder (política)	45-69
<b>João Sarmento</b>	David Harvey: lugares e encontros	71-88
<b>Herculano Cachinho Teresa Barata Salgueiro</b>	Os sistemas comerciais urbanos em tempos de turbulência: vulnerabilidades e níveis de resiliência	89-109
<b>Simone Tulumello Marco Picone</b>	Shopping malls and neoliberal trends in Southern European cities: post-metropolitan challenges for urban planning policy	111-132
<b>RECENSÃO</b>		
<b>Suzanne Daveau</b>	Passado, Presente e Futuro das Serras do Norte de Portugal: duas análises geográficas	133-136
<b>COMENTÁRIO DE AUTOR</b>		
<b>Mário Vale</b>	Cidade, sociedade e futuro: um comentário a Gaspar e Capel	137-141
<b>Hugh Clout</b>	Ed Soja, winner of the Vautrin-Lud International Prize 2015	143-146
<b>Luís Mendes</b>	Capitalismo global e processos de regeneração urbana: homenagem a Neil Smith. Comentário sobre o Colóquio Internacional	147-152